

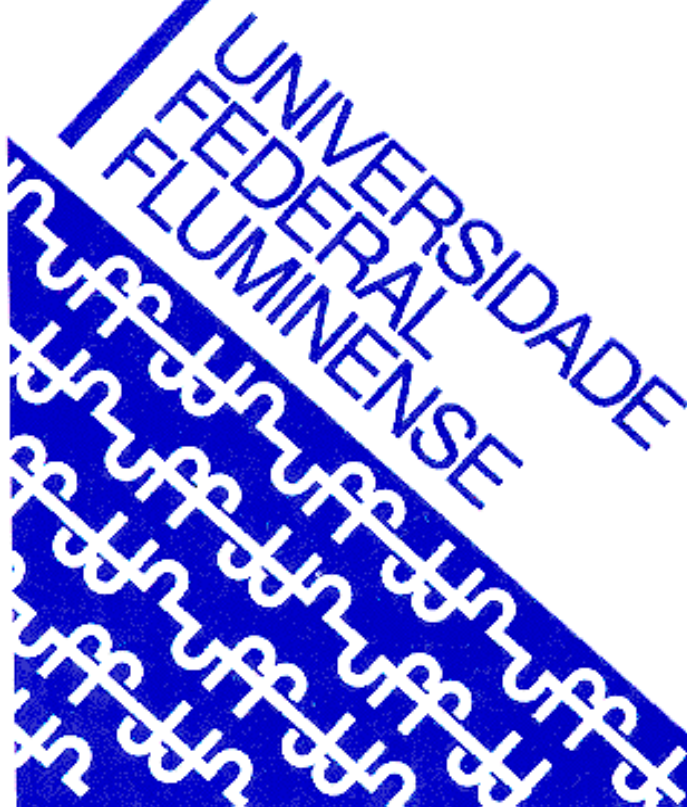
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**CENTRO DE ESTUDOS GERAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E DIREITO**

**CARLOS ROBERTO RODRIGUES BATISTA**

**A ESTRATÉGIA DA NEGAÇÃO:  
O lulismo e a dissidência sindical petroleira**



**NITERÓI**

**2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**CENTRO DE ESTUDOS GERAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E DIREITO**

**CARLOS ROBERTO RODRIGUES BATISTA**

**A ESTRATÉGIA DA NEGAÇÃO:  
O lulismo e a dissidência sindical petroleira**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Ciências Jurídicas e Sociais.  
Linha de Pesquisa: **Relações de trabalho, direitos sociais e instituições.**

**Orientador:** Luís Antônio Cardoso (*in memoriam*)  
**Co-orientador:** Wilson Madeira Filho

**NITERÓI**

**2018**

**Universidade Federal Fluminense  
Superintendência de Documentação  
Biblioteca da Faculdade de Direito**

- B333 Batista, Carlos Roberto Rodrigues.  
A estratégia da negação: o lulismo e a dissidência sindical  
petroleira / Carlos Roberto Rodrigues Batista. – Niterói, 2018.  
234 f.
- Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) –  
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito,  
Universidade Federal Fluminense, 2018.
1. Dissidência sindical. 2. Sindicalismo. 3. Petroleiro. 4.  
Partido dos Trabalhadores (Brasil) (PT). 5. Ex-presidente da  
República. I. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de  
Direito. II. Título.

CDD 340.2

**CARLOS ROBERTO RODRIGUES BATISTA**

**A ESTRATÉGIA DA NEGAÇÃO:  
O LULISMO E A DISSIDÊNCIA SINDICAL PETROLEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Ciências Jurídicas e Sociais.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Wilson Madeira Filho (UFF)**

---

**Profa. Dra. Carla Appolinário de Castro (UFF)**

---

**Profa. Dra. Elizabete Rosa de Mello (UFJF)**

---

**Prof. Dr. Giovanni Antonio Pinto Alves (UNESP)**

---

**Prof. Dra. Lérida Maria Lago Povoleri (UFF)**

**Niterói**

**2018**

### ***Post scriptum***

*Pouco tempo depois de encerrada a redação desta tese, fui chocado com a notícia do precoce desaparecimento de meu orientador Professor Luís Antônio Cardoso, falecido aos 52 anos, em 08/01/2018. Polêmico, rigoroso, aprendi a conhecê-lo e a confiar nas diretrizes que muitas vezes guinava meu rumo em 180 graus. É dele o conceito da negação dos sindicatos, e que traduz a recusa em seguir o rumo de um Partido dos Trabalhadores que se desviara dos seus ideais de fundação. Aprendi muito com ele, e lamento não ter aproveitado mais a convivência intelectual. Mas é sempre assim, infelizmente acreditamos ser eternos.*

*É com pesar e reverência que escrevo este P.S. Aqui quero consignar ao Prof. LAC, como gostava de ser chamado, o meu agradecimento e o sincero desejo de paz para aquele que, nas turbulências de seus comandos, foi capaz de me dar um rumo e deixar em mim uma grande saudade.*

À Júlia Zorattini.

Que sem ter o Batista, muito orgulha os Batistas.

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir um trabalho acadêmico há muitos para agradecer. Terminar um curso de pós-graduação é privilégio de poucos brasileiros. Agradeço por estar entre esses.

Agradeço à instituição Universidade Federal Fluminense, que me acolheu, por meio dos professores do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociologia e Direito. Foram eles que me permitiram vislumbrar que estudar era mais do que eu vinha fazendo. Despertaram-me o prazer de enxergar a sociedade nos textos que propunham. Descobri outros pensamentos, outras formas de ver as coisas. Quantos autores conheci e vieram até mim pelas mãos desses professores.

Agradeço a meus camaradas, colegas de jornada. Foram quase sete anos de pós-graduação e conheci muitos de vocês. De alguns recebi a generosidade de uma explicação para o que eu não conseguia entender. De outros, o companheirismo no café da cantina. Alguns ficaram registrados na minha memória, fizeram diferença para mim.

É difícil citar nomes. O velho clichê nos permite escusar menções individuais sob pena de ser injusto esquecendo alguns. Mas eu não resisto. Permito-me citar quatro nomes, um da minha família. São estes quatro nomes que representarão aqueles que tiveram paciência de me ouvir, ou relevaram os aborrecimentos que lhes causei.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu pai, o sorveteiro João Alves, meu incentivo desde que me conheço por gente. Para o seu João, eu era inteligente, capaz, estudioso. Mesmo nas suas poucas letras, acreditava que um dia eu seria doutor. Seu João, passados 50 anos de sua partida, apresentarei meu trabalho para uma banca. Se acharem que vale a pena, eu serei o doutor que o senhor esperava. Foi para atender seu desejo que o transformei em meu, que perseverarei até terminar estes estudos já tendo entrado na terceira idade. Conforme o senhor dizia: “O conhecimento não ocupa lugar”. Reconheço que há muito espaço ainda para ser ocupado.

Sem que uma ordem nas citações implique importância, pois a premissa é que a posição dos fatores não altera o produto, vocês três que se seguem representarão os que prezo. Cito na ordem em que os conheci.

Em primeiro, o Prof. Gilson Luiz Volpato, diretor do Instituto Gilson Volpato de Educação Científica (IGVEC), cujos escritos acompanho há mais de dez anos, e que conheci pessoalmente em 2016. Foi ele que me imbuiu da certeza de que, mesmo nas ciências sociais, era preciso fazer ciência. Aprendi muito com seus livros, com seus vídeos. Nossas conversas por Skype me ajudaram a encontrar o caminho do texto que eu precisava construir. Sua mais importante lição é que qualquer texto sempre estará sujeito a críticas. Segui sua recomendação, reuni evidências para cada conclusão que apresentei. Algumas são incômodas, mas procurei evidenciá-las. Sei que podem ser descaracterizadas por novos argumentos, comprovando a estrutura revolucionária e transitória da ciência, como ensinou Thomas Kuhn.

Em seguida, consigno minha gratidão eterna ao Prof. Luís Antônio Cardoso, o LAC, estimado orientador, que nos deixou precocemente e não teve tempo de organizar a defesa desta tese. Foi dos que acreditou que eu estava fazendo um estudo sério. Nos seus comandos, quantas vezes chamou a atenção para o que eu precisava corrigir. Ensinou-me sobre pesquisa. Assim como meu pai, ele esperava de mim mais do que eu mesmo me achava capaz de entregar.

Em derradeiro, sem perder a importância pela ordem, agradeço a Betty Vibranovski, revisora paciente deste texto. Seu trabalho cuidadoso e delicado foi além de colocar vírgulas ou acertar a concordância ou a regência de verbos. Atuou como uma psicóloga do autor. Cada capítulo revisado e incorporado na tese aumentava minha confiança de que era aquilo mesmo que eu deveria escrever.

A todos vocês que me acompanharam ao longo destes anos, meus sinceros agradecimentos.



*Doze vozes gritavam, cheias de ódio, e eram todas iguais. Não havia dúvida, agora, quanto ao que sucedera à fisionomia dos porcos. As criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco e de um porco para um homem outra vez; mas já era impossível distinguir quem era homem, quem era porco.*

**George Orwell – A revolução dos bichos (1945)**

## RESUMO

O objetivo é descrever o mundo do trabalho na Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras). O período considera os 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Entre 2003 e 2016, a categoria dos trabalhadores na indústria de óleo e gás fez parte da máquina estatal. Sindicalistas ocuparam cargos de comando na companhia e no seu fundo de pensão, a Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros). Durante os primeiros anos de governo, o índice de emprego cresceu, com diminuição das desigualdades sociais. O progresso econômico e social, entretanto, não se manteve. A Petrobras, grande empregadora, passou por *downsizing* e se endividou em níveis inéditos. Trabalhadores foram demitidos ou incentivados a se aposentar. Uma dissidência federativa quebrou a unidade sindical, representada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP). Cinco sindicatos abandonaram a FUP e fundaram a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). Parte do sindicalismo discordou da estratégia de poder do lulismo. Surgiu uma *Esquerda que nega*, com dissidentes sindicais rejeitando a estratégia de governo petista. Esta parcela da esquerda representou uma voz dissidente que modificou a unidade sindical. Esta tese se baseia em pesquisa documental e entrevistas. Fundamenta-se em indicadores econômicos e sociais, e pesquisa de campo envolvendo representantes sindicais e trabalhadores. Os resultados obtidos focaram três aspectos da Petrobras: a situação da empresa como empregadora; as mudanças no mundo do trabalho e a financeirização da poupança do trabalhador, aplicados no seu fundo de pensão. A tese conclui com o panorama atual do sindicalismo petroleiro, refletindo sobre os rumos da Petrobras e dos sindicatos no cenário de um lulismo esfacelado e em descrédito.

**Palavras-chave:** Dissidência. Sindicalismo. Petroleiros. Partido dos Trabalhadores. Lulismo.

## ABSTRACT

The objective is to describe the Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) work world. The period is the 13 years of Workers' Party (PT) government. Between 2003 and 2016, the category of workers in the oil and gas industry, by their leaders, was part of the state machine. Trade unionists held positions of command in the company and its pension fund, the Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros). During the first years of government, the employment index grew, with diminishing social inequalities. Economic and social progress, however, did not hold. Petrobras, a major employer, has gone downsizing and been indebted to unprecedented levels. Workers were dismissed or encouraged to retire. A federative dissent broke the trade union unity, formerly represented by the Federation Única dos Petroleiros (FUP). Five unions leave the FUP and found the Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). Some of the trade unionism disagreed with the power strategy of Lulism. *A Left that denies*, with union dissidents rejecting the strategy of PT government. This part of the left represented a dissident voice that changed union unity. This thesis is based on documentary research and interviews. Economic and social indicators and field research involving union representatives and workers were used. The results obtained focus on three aspects of Petrobras: the situation of the company as an employer; the changes in the WORK world and the financialization of workers' savings, applied to their pension fund. The thesis concludes with the current panorama of petroleum unionism, reflecting on the direction of Petrobras and the unions in the scenario of a collapsed and discredited Lulism.

**Keywords:** Dissent. Syndicalism. Petrobras' workers. Workers' Party. Lulism.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 6.1	Plano de Equacionamento de Déficit (PED).....	191
Tabela 6.2	Valor da Cota do Fundo de Investimentos FIP SONDAS.....	199
Tabela 6.3	Aportes realizados por fundos de pensão na Sete Brasil.....	199

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1	Preferências partidárias de eleitores brasileiros em pesquisa realizada em junho de 2017.....	61
Figura 1.2	Distribuição percentual de eleitores por escolaridade e por partido político.....	62
Figura 3.1	Multipartidarismo na Câmara dos Deputados: 513 parlamentares x 21 partidos/blocos.....	97
Figura 3.2	Centrais Sindicais: apenas as seis maiores atendem aos requisitos para recebimento da contribuição Sindical.....	102
Figura 4.1	Modelo brasileiro de governança das estatais federais.....	123
Figura 4.2	A produção de petróleo pela Petrobras aumentou 37% durante o governo do Partido dos Trabalhadores, passando de 2036 mil para 2790 mil barris óleo equivalente/dia.....	126
Figura 4.3	A descoberta do pré-sal em 2007 elevou o valor da Petrobras em 87% em relação ao ano anterior.....	129
Figura 4.4	Durante os governos petistas, o endividamento total da Petrobras aumentou de R\$ 44 Bilhões para R\$ 398 Bilhões. Segundo o então presidente da Petrobras, Pedro Parente, “... a maior dívida corporativa do setor de óleo e gás do planeta” .....	130
Figura 4.5	Com a instauração da operação Lava jato, e o consequente surgimento de suas consequências, a Petrobras que até então vinha apresentando lucros, passa a ser deficitária.....	131
Figura 4.6	Três momentos marcantes no preço do petróleo: 2007, descoberta do pré-sal; 2010, a megacapitalização da Petrobras e 2016, com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.....	144
Figura 5.1	Quantidade de trabalhadores próprios e terceirizados da Petrobras durante os governos petistas.....	155
Figura 5.2	Evolução do efetivo de pessoal próprio da Petrobras entre 1990 e 2016 e sua curva de tendência.....	158
Figura 5.3	Os governos petistas incrementaram o emprego na Petrobras. Com a Operação Lava Jato, houve decréscimo nos empregos, resultado de programas de demissão voluntária e de aposentadorias, bem como da redução de concursos de admissão.....	159
Figura 5.4	Evolução da quantidade de cargos comissionados durante os governos petistas.....	161

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADI	-	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AFL-CIO	-	American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations
ARENA	-	Aliança Renovadora Nacional
BACEN	-	Banco Central do Brasil
BF	-	Programa Bolsa Família
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOE/dia	-	Barril de óleo equivalente/dia
CA	-	Conselho de Administração
CADE	-	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CEB	-	Companhia Energética de Brasília
CGT	-	Confederação Geral dos Trabalhadores
CLT	-	Consolidação das Leis do Trabalho
CMP	-	Central de Movimentos Populares
CNB	-	Construindo um novo Brasil
COMPERJ	-	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CONCLAT	-	Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONFUP	-	Congresso Federação Única dos Petroleiros
CPE	-	Centro de Poder Econômico
CPI	-	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSP CONLUTAS	-	Central Sindical e Popular Coordenação Nacional de Lutas
CST	-	Centro de Solidariedade ao Trabalhador
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
DE	-	Diretoria Executiva
DEM	-	Partido Democratas
DEST	-	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
EBX	-	EBX Holding Ltda.
EU	-	União Européia
EUA	-	Estados Unidos da América
FAT	-	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
FIES	-	Fundo de Financiamento Estudantil
FIP Bioenergia	-	Fundo de investimento em participações bioenergia
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
FNP	-	Federação Nacional dos Petroleiros
FPA	-	Fundação Perseu Abramo
FS	-	Força Sindical
FUP	-	Federação Única dos Petroleiros
IDHM	-	índice de desenvolvimento humano municipal
ILAESE	-	Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos
INSS	-	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Intersindical	-	Intersindical Central da Classe Trabalhadora
IPCA	-	Índice de preços ao consumidor ampliado
JBS	-	JBS S.A (José Batista Sobrinho)
LAC	-	Luís Antônio Cardoso
MCMV	-	Programa Minha Casa, Minha Vida
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
MP	-	Medida Provisória
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTE	-	Ministério do Trabalho e Emprego
OAS	-	Sócios: Durval Olivieri, Cesár Araújo Matta Pires, Carlos Suarez
OJ 177	-	Orientação jurisprudencial 177
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
PETROQUÍMICA SUAPE	-	Companhia Petroquímica de Pernambuco
PETROS	-	Fundação Petrobras de Seguridade Social
PIB	-	Produto Interno Brasileiro
PIL	-	Programa de Investimento em Logística
PLR	-	Participação nos Lucros e Resultados
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PO813850	-	Pesquisa de Opinião 813850
PP	-	Partido Progressista
PPGSD	-	Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Sociologia e Direito
PPS	-	Partido Popular Socialista
PR	-	Participação nos Resultados
PROUNI	-	Programa Universidade para Todos
PSD	-	Partido Socialista Democrático
PSDB	-	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	-	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	-	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	-	Partido dos Trabalhadores
PT/AC	-	Partido dos Trabalhadores/Acre
PTB	-	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-RJ	-	Pontifícia Universidade Católica - RJ
RA	-	Relatórios da administração (RA)
RNEST	-	Refinaria Abreu e Lima
SOX	-	Sarbanes-Oxley, Sarbox
SUSEP	-	Superintendência de Seguros Privados
TCU	-	Tribunal de Contas da União
TRF-4	-	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
UDN	-	União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
Origens da Pesquisa, Contextualização do Problema e Construção da Hipótese.....	17
Itinerário da Pesquisa e Metodologia .....	27
Estruturação Final e Conteúdo do Trabalho .....	29
À guisa de síntese... ..	31

### PARTE I

<b>CENÁRIOS, ATORES E AÇÕES DA NOVA REALIDADE POLÍTICA E SINDICAL .....</b>	<b>33</b>
---	-----------

<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>35</b>
<b>O LULISMO E O NOVO CENÁRIO POLÍTICO .....</b>	<b>35</b>
1.1 A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder.....	37
1.2 O surgimento do lulismo no cenário político .....	41
1.3 O conflito entre a ideologia petista e o lulismo .....	44
1.4 O esfacelamento do PT: as três correntes de esquerda dirigindo os rumos do partido .....	52
1.5 A imagem do Partido dos Trabalhadores e da política na visão do cidadão comum .....	58

<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>63</b>
<b>LULISMO, SINDICATOS E A ESTRATÉGIA DA NEGAÇÃO .....</b>	<b>63</b>
2.1 A evolução do sindicalismo brasileiro em três fases.....	66
2.2 FUP E FNP – Dois projetos sindicais antagônicos .....	73
2.3 A estratégia da negação: conflito político-ideológico entre esquerdas .....	80

<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>91</b>
<b>ENGENHARIA DE COOPTAÇÃO E A HEGEMONIA LULISTA .....</b>	<b>91</b>
3.1 O presidencialismo de coalizão como requisito de governabilidade .....	93
3.2 A engenharia de cooptação dos governos de esquerda .....	98
3.3 Hegemonia lulista como forma <i>sui generis</i> de dominação social .....	103
3.4 A elite dirigente do PT e a república de sindicalistas.....	111
3.5 A corrupção sistêmica sob um governo de esquerda .....	114

### PARTE II

<b>A PETROBRAS E AS FERRAMENTAS DO PODER: UMA TRILOGIA DO RECOMEÇO .....</b>	<b>117</b>
--	------------

<b>CAPÍTULO 4 .....</b>	<b>119</b>
<b>PETROBRAS ESPOLIADA: IMPAIRMENT E DOWNSIZING; PREJUÍZOS E DÍVIDAS .....</b>	<b>119</b>
4.1 O modelo de gestão da Petrobras .....	121
4.2 Petrobras e seus indicadores: resultados de 13 anos de governo petista .....	124
4.3 Prejuízos na Petrobras – <i>Impairment</i> .....	132
4.4 Desinvestimentos: uma Petrobras que encolhe .....	141
4.5 O pré-sal como redenção da pobreza .....	142
4.6 <i>Compliance</i> e governança: a recuperação do leite derramado... ..	147



## **CAPÍTULO 5**

### **PETROBRAS ESCARMENTADA: APERTOS FINANCEIROS AFETANDO**

<b>RELAÇÕES DE TRABALHO.....</b>	<b>151</b>
5.1 A (in)evolução do efetivo Petrobras: o emprego na área de serviços (1990 a 2016) .....	153
5.2 Reestruturação interna – cargos e perspectivas de carreira vão para o espaço ..	161
5.3 Primeirização x Terceirização – Afinal, para onde foi o meu emprego? .....	164
5.4 Os programas de incentivo à demissão voluntária (PIDV) .....	166
5.5 O episódio da repactuação do Plano de Previdência Petros.....	171

## **CAPÍTULO 6**

### **PETROBRAS COMPROMETIDA: A FINANCEIRIZAÇÃO EQUIVOCADA DOS RECURSOS DOS FUNDOS DE PENSÃO.....**

<b>RECURSOS DOS FUNDOS DE PENSÃO.....</b>	<b>179</b>
6.1 A crise de 2008 – Uma crise no <i>subprime</i> .....	181
6.2 Aparentamento dos fundos de pensão .....	184
6.3 A crise nas finanças da Petros .....	187
6.4 O que aconteceu com a minha aposentadoria?.....	189
6.5 A CPI dos fundos de pensão.....	193

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>213</b>
--------------------------	------------

<b>ANEXO I .....</b>	<b>234</b>
----------------------	------------

## INTRODUÇÃO

### *Apresentação*

O tema desta tese abrange relações entre sindicatos, em particular sua capacidade de representar a categoria de trabalhadores petroleiros em situação de conflito decorrente de dissidência institucional. Identifiquei o que levou à dissidência dos sindicatos petroleiros, e avaliei suas consequências nas relações de trabalho e emprego do trabalhador.

Na avaliação da dissidência entre entidades sindicais, o foco foi o entendimento do que ocorreu com o emprego dos trabalhadores da indústria do petróleo durante os governos sob comando do Partido dos Trabalhadores, período que vai do otimismo de 2003, com a eleição do Presidente Lula, e culmina com a crise financeira e desemprego em 2016, com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

A situação do emprego em 2016 mudou em relação ao período do boom das *commodities*<sup>1</sup> que, nos primeiros anos do Governo Lula, alavancavam as exportações do país e forniam de recursos os cofres públicos, facilitando ações voltadas ao social. Na saída de Dilma Rousseff e com a posse do Presidente Temer, em 2016, ficaram evidentes os efeitos da crise econômica, com atrasos nos pagamentos de fornecedores e salários de servidores, índice de desemprego em alta, e o aumento na economia informal, forma que o trabalhador desempregado encontrou para sobreviver. Com a crise, a Petrobras iniciou um processo de *downsizing*<sup>2</sup> que, ao reduzir os ativos da empresa, também eliminou postos de trabalho. Inúmeros contratos de serviços deixaram de ser renovados, fulminando a categoria de trabalhadores terceirizados, que perdeu seu emprego. Prédios inteiros foram desocupados, como aconteceu com os edifícios Torre Almirante e Castelo, parte de um complexo de prédios no centro do Rio de Janeiro, erguido a partir dos escombros do incêndio do Edifício Andorinha, e que abrigou milhares de trabalhadores nos seus andares.

---

<sup>1</sup> China desacelera e põe fim à bonança das commodities -in <http://infograficos.estadao.com.br/economia/por-que-o-brasil-parou/commodities.php>. Acesso em: 25 jul 2017.

<sup>2</sup> Downsizing é uma técnica de administração cujo objetivo é a diferenciação competitiva das organizações. Busca atingir a eficiência de custos e a eliminação da burocracia. Seu objetivo é o de construir uma organização eficiente e enxuta. A curto prazo envolve demissões, achatamento da estrutura organizacional, reestruturação, redução de custos e racionalização. A longo prazo, espera-se que revitalize a empresa (CASCIO, 1993).

Para o trabalhador petroleiro concursado, a despeito da estabilidade no emprego, não foi diferente. As negociações sindicais se tornaram mais difíceis. Os reajustes de salários se limitaram à inflação passada, a participação de lucros para os empregados foi suprimida, frente aos prejuízos que colocaram a Petrobras no vermelho. Empregados de carreira foram estimulados a aderir a planos de demissão voluntária, num esforço da alta direção de reduzir o efetivo de mão de obra e seus custos. Nesse processo, a empresa perdeu conhecimento e experiência.

Por que ocorreram tantas reviravoltas? O que levou ao declínio das condições de trabalho e reduziu empregos na indústria do petróleo? Os sindicatos atuaram com eficácia para resguardar o interesse do trabalhador na situação de crise? A dissidência sindical contribuiu para o enfraquecimento da categoria? Qual a influência da atuação do Estado no *status quo* das relações de trabalho no cenário descrito? Como as relações entre Estado, empresariado, sindicatos e trabalhadores se desenrolaram durante o processo? O equilíbrio de forças no jogo do poder entre esses atores foi mantido?

De modo geral, são tantas as indagações nesse cenário de dificuldades para a classe trabalhadora e propiciam várias abordagens.

A presente pesquisa pretende esclarecer, pelo menos avançar em parte delas, lançando um olhar sociológico sobre a questão sindical, discutindo as relações de dissidência, ocorridas nos sindicatos petroleiros quando o governo do Partido dos Trabalhadores era parte do pano de fundo.

### ***Origens da Pesquisa, Contextualização do Problema e Construção da Hipótese***

O tema da pesquisa surgiu no exercício de minhas atividades profissionais decorrentes de uma dupla formação que abrange tecnologia das telecomunicações e ciências sociais. Como engenheiro, ex-empregado da Petrobras, fui gestor de pessoas durante muitos anos, vivenciando problemas tanto de empregados efetivos da empresa como de trabalhadores terceirizados. Como professor de direito, disciplina da segunda formação, por muitas vezes, discuti relações de trabalho em sala de aula. O trabalho e os trabalhadores, que foram constantes na minha longa experiência profissional, constituem a razão de ser dos sindicatos. E, quando a cizânia reina nas organizações sindicais, ambos são afetados.

Avaliar as relações de trabalho e observar seus efeitos sobre o trabalhador foi consequência natural do cenário onde atuei profissionalmente. Os sindicatos se faziam presentes, com uma atuação nunca vista uniformemente pelos trabalhadores. Para alguns, em especial para os profissionais de nível superior, não sei se por coincidência ou por convicção, a atuação sindical se mostrava inútil. Para outros, em especial para o homem de chão de fábrica, parecia haver maior reconhecimento da importância da ação sindical na conquista de benefícios e vantagens para o trabalhador. As relações de trabalho, com seus sindicatos e trabalhadores, foram, portanto, uma escolha natural para meus estudos de pós-graduação, pois eu como trabalhador vivia naquele ambiente e imaginava entender o que lá ocorria.

Durante o curso de mestrado no Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Sociologia e Direito, PPGSD/UFF, entre 2010 e 2012, busquei incorporar minha experiência e vivência profissional numa pesquisa envolvendo duas categorias distintas de trabalhadores que convivem numa mesma empresa: empregados efetivos – no caso da Petrobras, empregados concursados – e os trabalhadores terceirizados, sem qualquer estabilidade, além das garantidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Meu plano de trabalho acadêmico comparou esses trabalhadores, nos aspectos relacionados a suas condições de trabalho, nas questões de remuneração, estabilidade, aposentadoria. Com esse intuito, pude sistematizar o que era de conhecimento geral: o mundo do trabalho do terceirizado é mais rude e menos pródigo em benefícios que o dos empregados efetivos, especialmente quando envolve empregados concursados de empresas estatais. Fundamentado na teoria da justiça de John Rawls, comparei essas duas categorias de trabalhadores sob o aspecto da equanimidade da justiça e da desigualdade de oportunidade, e adentrei com o espírito de pesquisa nas condições de trabalho, que envolviam grandes e notáveis diferenças.

O doutoramento no mesmo programa interdisciplinar de Sociologia e Direito foi um caminho natural, em sequência ao mestrado, pois eu sentia que o olhar sociológico me permitiria abrandar a dureza do positivismo das ciências jurídicas, minha segunda formação. O Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD) foi um estímulo para a continuidade dos estudos ao me receber e me proporcionar ensinamentos que me levaram a adentrar no conceito do homem social e observar as influências da vida humana em sociedade.

Em 2012, submeti proposta de projeto de doutoramento ao mesmo programa de pós-graduação em que concluí o mestrado. A intenção era continuar a pesquisa anterior avançando sobre as relações entre o trabalhador efetivo e os sindicatos, sem perder de vista o trabalhador terceirizado, naquela altura não um mero coadjuvante, mas, em volume de indivíduos, a grande massa da força de trabalho.

O interesse preliminar era avaliar a eficácia da atuação da ação sindical em defesa de interesses do trabalhador efetivo da Petrobras, empresa onde trabalhei 28 anos. No ano de 2012, quando dos preparativos para ingresso no doutorado, as divergências entre as entidades sindicais que representavam o trabalhador eram evidentes. As posições controversas repercutiam na esfera das necessidades e das conquistas do trabalhador petroleiro, e, aos meus olhos e aos de muitos outros, pareciam ter potencial para comprometê-las.

A escolha exata do problema de pesquisa teve origem numa inquietação pessoal. Ingressei na Petrobras em 1989, no cargo de Engenheiro de Telecomunicações, e lá permaneci até o ano de 2017. Anteriormente, havia trabalhado durante nove anos como engenheiro na atual Companhia Energética de Brasília (CEB). Minha experiência foi majoritariamente em empresas estatais: 37 anos, de um total de 46 anos de trabalho com carteira assinada.

Trabalhar em estatais foi opção pessoal, e não circunstância. Desde o início da carreira me preocupei em ter assegurada qualidade de vida quando estivesse aposentado. Meu objetivo era me aposentar com benefício previdenciário suficiente para uma relativa tranquilidade financeira, o que representava garantir um adicional além dos benefícios do INSS.

Ambas as estatais onde trabalhei, a CEB e a Petrobras, reuniam os requisitos para garantir a segurança que eu procurava. Essas empresas são patrocinadoras de fundos de pensão fechados que suplementam os benefícios de aposentadoria concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Trabalhando nelas e contribuindo para o fundo de pensão, eu poderia me aposentar com uma renda melhor que a de aposentado da iniciativa privada, cujo teto de benefício está limitado a pouco mais de cinco salários mínimos.

Em 2006, a certeza dessa segurança começou a se esfarelar não apenas para mim, mas também para milhares de outros trabalhadores petroleiros. Em decorrência da existência de déficit atuarial estrutural e da necessidade dos fundos de pensão de definir precisamente seus futuros compromissos na concessão de benefícios, os petroleiros foram fortemente estimulados a repactuar as condições de seu benefício com a fundação de previdência Petros. Com isso, os

repactuados abdicaram voluntariamente do direito de isonomia de reajuste de aposentadoria com o pessoal da ativa que, até então, mantinham por força contratual.

Durante o processo de repactuação de condições de aposentadoria, a divergência de opiniões das entidades sindicais era o que mais me chamava a atenção. Parte dos sindicalistas apoiava a iniciativa, e outra afirmava que ela comprometeria os direitos do trabalhador. Sem saber exatamente o que fazer, o incentivo financeiro de uma indenização e os apelos da própria Petrobras convenceram milhares de empregados a repactuar. Para muitos, ficou claro que a divergência de posição dos sindicatos poderia ter levado a uma escolha equivocada.

Para contextualizar o cenário, é preciso entender que os trabalhadores petroleiros são representados por 18 sindicatos cobrindo todo o território brasileiro, com distribuição geográfica coerente com o princípio da unidade sindical que estabelece a vedação de mais de um sindicato por base regional.

Até 2010, esses sindicatos eram filiados a uma mesma federação sindical, a Federação Única dos Petroleiros (FUP). A adjetivação única, incluída na designação da entidade, deixava clara a intenção da direção sindical de deter a hegemonia da representação sindical. Filiados à FUP, a única representante dos petroleiros em nível de federação, o que se esperava dos sindicatos representativos da categoria era um alinhamento numa direção única. Por sua vez, a FUP e os seus 18 sindicatos permaneciam alinhados com a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Reinava uma hegemonia representativa dos petroleiros, mesmo com a ocorrência das normais disputas internas democráticas.

Os sindicatos de petroleiros diferem da maioria dos sindicatos por tratarem de uma questão sindical fundamental de forma secundária: a oposição ao patronato. No caso das estatais, inexistiu um patronato instituído contra quem a grande massa de trabalhadores representados dispute benefícios e vantagens. Assim, nas empresas estatais, não é questão de rotina a luta contra patrões detentores do capital e que, na visão mais radical, espoliam os interesses dos trabalhadores. No máximo, o que se vê é a oposição dos sindicatos e trabalhadores a uma direção que é transitória e que muda ao sabor das mudanças políticas.

Tendo em vista que a Petrobras é uma empresa de economia mista, o empregador é indiretamente o Estado, acionista controlador da empresa, e que provê a ocupação de cargos de primeiro escalão, como os de diretores e gerentes executivos, e, quando não faz indicações diretamente, certamente influencia na escolha dos seus ocupantes.

O Conselho Administrativo (CA) da Petrobras, órgão colegiado organicamente situado acima da diretoria executiva, formado por 10 membros, tem sete indicados pela União, dois eleitos e representantes dos acionistas minoritários e um membro representante dos empregados. Tal composição adere ao estabelecido pela Lei Federal 12.353/2010, que dispõe sobre a participação de empregados nos conselhos de administração de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Devido ao fato de o patronato não representar um problema como ocorre em outros sindicatos ligados às empresas da esfera privada, a ação sindical dos petroleiros abrange questões outras que não a disputa com a força do capital, sendo que o pleito por melhores salários e benefícios está presente, por se tratar de questão sindical de natureza universal. Não poderia ser diferente na categoria dos petroleiros.

Entre as questões defendidas pelos sindicatos de petroleiros, estão as relacionadas com a preservação de interesses nacionais, como a exclusividade de exploração de petróleo pela Petrobras, a repulsa contra a influência estrangeira, a manutenção dos ativos Petrobras em poder da União, e outras em defesa dos interesses dos trabalhadores, especialmente as que envolvem a fundação de previdência fechada – a Petros –, cujo desempenho econômico financeiro reflete diretamente na futura aposentadoria do trabalhador petroleiro.

E foi justamente a partir dessa última questão que, em 2006, surgiram os primeiros sinais da dissidência que “rachou” a unidade da FUP. Naquele ano, a Petros, com apoio integral da Petrobras, iniciou uma campanha massiva incentivando seus associados a repactuarem com o plano de previdência, em que se estabeleceriam novas condições de benefício.

As correntes sindicais divergiram em relação à proposta. Parte se manifestou a favor, parte se opôs à medida. Os primeiros apoiavam os argumentos da Petros e da Petrobras quanto à necessidade da repactuação. Segundo diziam, essa era a condição para assegurar a negociação de ações da empresa em bolsas de valores do exterior, uma vez que isso reduziria as incertezas atuariais dos planos em vigor, que contrariavam as regras internacionais da lei *Sarbanes-Oxley*<sup>3</sup>. Os opositores argumentavam que não se vende direitos adquiridos e que a medida reduziria as aposentadorias a pó em curto espaço de tempo.

---

<sup>3</sup> A Lei Sarbanes-Oxley de 30 de julho de 2002 é conhecida como "Lei de reforma contábil de empresas abertas e proteção ao investidor" ou como "Lei de Responsabilidade Corporativa e Transparência". Denominada de Sarbanes-Oxley, Sarbox ou SOX, é uma lei federal dos Estados Unidos que estabelece requisitos para todos os conselhos de empresas públicas, administração e contabilidade pública dos EUA e de empresas estrangeiras que possuam ações nas bolsas americanas, como é o caso da Petrobras. Cf. (OLIVEIRA; LINHARES, 2007)

Estabelecido o cenário de dissidência, durante a realização da 12ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) em 2006, que marcou encontros e desencontros de sindicalistas, cinco sindicatos petroleiros, número mínimo de entidades para uma federação, resolveram romper com a FUP e se uniram para formar a antiga Frente Nacional dos Petroleiros, que mais tarde, em 2010, deu origem à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

A partir de 2006, os sindicatos e federações têm se colocado em oposição em diversas situações deixando os trabalhadores representados sem uma referência única. Ao contrário de lutas intestinas, saudável para a democracia, o que se passou a observar foi uma forte oposição entre entidades sindicais, e que frequentemente abrange situações envolvendo interesses dos trabalhadores.

Em 2010, quando foi criada a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), eu já estava matriculado na pós-graduação em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense e pesquisava a situação do trabalhador terceirizado. Os resultados da pesquisa comprovavam a existência de diferenças marcantes nos benefícios e atendimento das necessidades das duas classes de trabalhadores. O que me parecia é que estas poderiam se acentuar, caso a ação sindical fosse neutralizada ou minimizada em decorrência de divergências entre as entidades sindicais representativas dos interesses dos trabalhadores.

O fato de estar ocorrendo um processo de cisão entre as federações petroleiras despertou meu interesse em pesquisar suas consequências para o trabalhador da Petrobras. Apresentei meu projeto como candidato ao doutorado no PPGSD da Universidade Federal Fluminense com o tema da dissidência sindical e suas consequências para o trabalhador. Fui admitido no ano de 2013 e comecei a pesquisar o assunto, ouvir sindicalistas, ler os boletins sindicais. O resultado desses quatro anos de estudo do tema resultou nesta tese.

A pesquisa pretendia entender a razão das divergências entre as entidades sindicais que, em muitas situações, levava os sindicatos da FUP e os da FNP a defenderem posições opostas nas mesas de negociação. O que se comentava é que o estopim da dissidência repousava na divergência quanto à repactuação no Plano Petros. Avaliando essas divergências, comecei a perceber as conexões das posições sindicais divergentes com a atuação estatal do governo do Partido dos Trabalhadores cada vez mais atuante na máquina estatal. Parte dos sindicalistas alinhava perfeitamente com a direção da Petrobras, em oposição aos interesses dos trabalhadores. Eram dois blocos de sindicatos com posicionamentos distintos em situações em que o esperado seria estabelecer uma posição homogênea.



Em andamento das pesquisas, constatei que Ruy Braga (2012), professor da Universidade de São Paulo, havia desenvolvido um conceito que chamou de *hegemonia lulista*, e que consistia na presença maciça de membros do partido e aliados na estrutura estatal. As empresas estatais, os fundos de pensão, órgãos e autarquias do governo passaram a ser dirigidos por petistas e aliados, muitos deles oriundos das fileiras sindicalistas. O fato comprovava as constatações da Profa. Maria Celina D'Araújo, PUC-RJ (2009), que identificou uma elite dirigente à frente do Governo Lula. Também a mídia identificou o mesmo fenômeno. O Jornal *O Globo* (OTÁVIO; FARAH, 2009), em reportagem sobre a ocupação de sindicalistas na direção da Petrobras, repaginou o antigo conceito de República de Sindicalistas lançado na década de 1950, aplicando-o ao que ocorria na Petrobras.

O que estaria levando o Governo Lula a garantir a presença maciça de sindicalistas perfeitamente alinhados com seu programa de governo? A explicação de que se trataria da adesão de militantes a um governo de trabalhadores, com coloração de esquerda, não parecia suficiente para justificar o alinhamento ideológico. Ricardo Antunes (2011) deu o mote para o entendimento – tratava-se da *engenharia de cooptação*, termo cunhado pelo sociólogo para traduzir o fenômeno da chegada de militantes ao poder e aos cargos públicos. Pela distribuição de posições no governo, nas empresas estatais, e seus fundos de pensão, ficava garantida a aliança que forneceria as condições para o Partido dos Trabalhadores dar continuidade ao seu plano desenvolvimentista.

Com a descoberta do mensalão, com o terremoto causado pela Operação Lava Jato, um fenômeno se desvela e evidencia uma situação patológica: a fraude e a corrupção entranhada nas empresas estatais aparelhadas pelo fisiologismo. Ao termo lulismo, de criação de André Singer (2009, 2012, 2017), se acrescenta o *lulopetismo*, atribuído a Fernando Henrique Cardoso (CARDOSO; OLIVEIRA, 2015), e que traz no seu sentido a tradução dos métodos pouco ortodoxos de obtenção de convergência política.

Embora eu não tivesse qualquer intenção de incluir na pesquisa a variável da atuação do Estado, já não era possível ignorar a vertente devido ao entranhamento da atuação estatal nas instituições. Decidi pelo menos tangenciá-la nas discussões. A pesquisa sobre o tema original da divergência sindical, embora se mantendo como foco, passou a dividir sua importância com a atuação lulista. A questão era maior. A raiz das causas da dissidência sindical, que diretamente influenciava e trazia consequências para a vida do trabalhador petroleiro, encontrava-se na

atuação do governo petista, e isso deveria ser destacado na pesquisa para refletir uma realidade presente nas condições de trabalho na Petrobras.

Identificada a variável do lulismo, a questão da dissidência sindical se tornou clara e amadureceu a escolha do problema de pesquisa. O problema prático para o qual eu pretendia encontrar a resposta estava definido. Eu queria descrever um cenário em que havia inúmeros desempregados em torno das atividades da Petrobras, estaleiros navais fechados, obras de refinarias interrompidas, o polo petroquímico do Rio de Janeiro abandonado e se tornando uma cidade fantasma. Para mim, o que estava ocorrendo estava relacionado diretamente com ações e omissões dos governos petistas. Onde ficavam os sindicatos em tudo que ocorria? O que teria esfarelado o furor progressista e de prosperidade que eram a marca do Governo Petista? A conclusão foi que a cisão sindical e a evidente dissidência dela resultante poderiam ajudar a entender aonde havíamos chegado com o emprego na Petrobras. O problema de pesquisa pôde, então, ser assim delineado:

“O que contribuiu para a cisão dos sindicatos filiados à Federação Única dos Petroleiros (FUP), com a criação da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), que adota orientação distinta da primeira em questões de defesa dos interesses do trabalhador petroleiro e quais as consequências dessas orientações divergentes na vida do trabalhador petroleiro?”

Embora a fragilização da Petrobras tenha afetado toda a cadeia produtiva nacional, num efeito dominó, e suas consequências tenham avançado muito além dos trabalhadores petroleiros e de outros que gravitam em torno da economia sustentada pela operação da indústria do petróleo, a pesquisa se restringiu espacialmente aos trabalhadores petroleiros do Estado do Rio de Janeiro, onde atuam três sindicatos: o Sindipetro RJ, o Sindipetro Norte Fluminense e o Sindipetro Caxias. Em termos de delimitação temporal, a pesquisa abrange os quase quatro mandatos do governo petista, entre os anos de 2003 a 2016. Não está incluída no escopo qualquer comparação entre o governo petista, nomeadamente de cunho social, com outros governos liberais, alinhados explicitamente com a economia de mercado.

Não há pretensão e nem é objetivo desta tese identificar as causas da real situação econômica vigente no país, a qual levou muitos trabalhadores especializados da indústria petrolífera a ter de recorrer a outras atividades alheias ao seu dia a dia, como a condução de veículos com os aplicativos da Uber. Acredito firmemente que atribuir as mazelas do lulismo a Lula, a Dilma Rousseff, ou à direção do Partido dos Trabalhadores é um reducionismo equivalente a atribuir o status de precursores deste estado de coisas a Fernando Henrique

Cardoso e a Collor de Mello. Assim, embora reconhecendo que os fatos e as análises que aqui serão realizadas ocorreram durante os governos petistas, me limitei a procurar entender o que ocorreu com as condições de trabalho dos trabalhadores petroleiros do Estado do Rio de Janeiro, desde a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente em 2003, até o polêmico impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Como solução para o problema de pesquisa, estabeleci a seguinte hipótese:

“Entre 2003 e 2016 o Partido dos Trabalhadores (PT), no comando da Presidência da República, desenvolveu uma estratégia de poder visando manter o controle das instituições do Estado. A estratégia de distribuição de cargos públicos no governo, empresas estatais e seus fundos de pensão, para correligionários, aliados e militantes do partido, estabeleceu uma hegemonia petista no poder. Além da cooptação tradicional, foram utilizados outros meios de neutralização de resistências, tais como a corrupção e a fraude. As consequências da não ortodoxia na dominação do poder se fizeram sentir no campo do trabalho. Associada com os efeitos da crise econômica mundial, as estratégias do lulismo, sempre com a participação de outros partidos políticos, reduziram a atividade econômica no país, aumentando o índice de desemprego. Sob este cenário, o lulismo se mostrou um modelo ineficiente para enfrentar a crise econômica e foi incapaz de manter o Partido dos Trabalhadores no poder.”

No cenário sindical, os sindicatos dos petroleiros resolvem cindir-se provocando incerteza para os trabalhadores quanto ao rumo de suas lutas. Da dissidência é criada uma segunda federação petroleira, a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). Esta monta uma *estratégia de recusa*<sup>4</sup> ao *status quo*, cujos motivos vão da não aceitação da atuação do lulismo na Petrobras até a discordância quanto aos posicionamentos adotados pela sua antagonista, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos. A estratégia de negação da FNP pode ser assim sintetizada:

1º. O PT, ao assumir a presidência da República em 2003, adotou uma estratégia de poder desalinhada com a ideologia ortodoxa de esquerda, o que deu origem à resistência de parte dos antigos militantes e sindicalistas;

---

<sup>4</sup> A expressão “Estratégia da recusa” foi tomada por empréstimo de Amneris Maroni, que, em obra homônima, analisa as greves de maio de 1978, a greve dos metalúrgicos da Fábrica de caminhões da Scania e que é reconhecida como a greve que mudou o sindicalismo no Brasil. Cf. (MARONI, 1982).

2º. A estratégia de poder do PT se baseia na cooptação e na flexibilização do radicalismo ideológico, que foram os fundamentos do partido na sua criação. O lulismo atua na forma de um reformismo fraco<sup>5</sup>, algumas vezes alinhado ao neoliberalismo de governos anteriores, sempre buscando a afirmação da sua hegemonia. O lulopetismo é um aprofundamento dessa estratégia, por meios não ortodoxos, como a fraude, a corrupção e a cooptação.

3º. A estrutura sindical petroleira demonstra seu descontentamento com o bandeamento de dirigentes sindicais que passam a formar a chamada *República Sindicalista*, aspecto da cooptação rejeitado por militantes mais autênticos, que permaneceram fiéis aos dogmas da fundação do PT. O resultado é que os sindicatos deixam de defender adequadamente os interesses do trabalhador, ao se alinhar com a empresa e com o próprio governo.

4º. O lulismo fragilizou a Petrobras financeiramente e a levou a um *downsizing*, com demissão de terceirizados, incentivo à demissão voluntária de empregados próprios e venda de ativos. O resultado foi a intensificação do trabalho, em que menos fazem o trabalho que era feito por mais trabalhadores.

5º. A gestão temerária dos fundos de pensão, motivada pela aplicação insegura dos recursos dos trabalhadores e por desvios de finalidade, levou ao enfraquecimento da Petros e à colocação em risco da segurança da aposentadoria do trabalhador petroleiro.

A partir do problema de pesquisa e da hipótese a ser testada, podemos apresentar o objetivo deste estudo como:

“Descrever como se manifestou a recusa dos sindicatos ligados à FNP em aderir e apoiar as estratégias adotadas pelo lulismo para a manutenção do poder, em especial a distribuição de cargos no governo, empresas estatais e fundos de pensão para sindicalistas, militantes, aliados e correligionários”.

A justificativa para a realização desta pesquisa é a busca de um entendimento de como os sindicatos reagem ao que ocorreu com a Petrobras frente às estratégias do lulismo e que

---

<sup>5</sup> A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, embutia a expectativa de que o novo presidente, oriundo de um partido de orientação socialista, tomasse medidas rápidas para reduzir o abismo social. Seria o que Chico de Oliveira denominou como reformismo forte, uma intensa redistribuição de renda num país completamente desigual (Cf. Chico de Oliveira em *Hegemonia às Avessas* (OLIVEIRA, FRANCISCO DE, 2010)). No entanto, essa expectativa se frustra dando origem ao que André Singer, em contraposição à Oliveira, denomina “reformismo fraco” (cf. André Singer em *Os Sentidos do Lulismo* (SINGER, 2012)).

contribuíram para que a Petrobras, de empresa próspera, geradora de empregos, tenha reduzido seu porte, diminuído sua força de trabalho e dispensado milhares de trabalhadores, além de estimular fortemente a saída de empregados próprios por meio de incentivos à demissão.

A redução da força de trabalho na Petrobras foi expressiva e se propagou por outros segmentos produtivos, dada a influência econômica da estatal. Em 2017, se constatou que, em torno da Petrobras, há uma massa de desempregados, de aposentados – às vezes precoces – e de jovens recém-admitidos que foram estimulados a deixar a empresa mal tendo concluído seu período de experiência. O entendimento desse fenômeno complexo justifica este estudo, iniciado em 2012, e é especialmente intrigante constatar que as mazelas nas relações de trabalho e no nível de emprego ocorreram justamente quando o trabalho passou a ser regulado por um governo dito de trabalhadores.

### ***Itinerário da Pesquisa e Metodologia***

A pesquisa de campo para esta tese foi iniciada em 2013, meu primeiro ano de doutoramento. Na ocasião, conheci André Bucaresky (Buca), um dos diretores do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro – RJ. Convidei-o para um Seminário de Tese, na UFF, em que apresentei as linhas básicas de minha pesquisa, e recebi seu feedback para ajustar os rumos.

Desde então, Buca passou a ser meu principal interlocutor sindical e também a pessoa que me abriu as portas e contribuiu para reduzir, às vezes nem tanto, as desconfianças de outros sindicalistas. Em julho de 2016, consegui, por seu intermédio, participar como observador do 10º Congresso Nacional da Federação Nacional dos Petroleiros, em Macaé-RJ, quando tive contato com temas sindicais de trato interno, incluindo estratégias de luta e de ação sindical.

A principal estratégia de pesquisa no que diz respeito aos sindicatos foi a coleta de dados nas publicações dos sindicatos dos petroleiros e nos boletins informativos da Petrobras relacionados com a defesa dos interesses do trabalhador petroleiro. Dois veículos de mídia sindical foram esquadrinhados: o *Surgente* e o *Primeira Mão*. O primeiro, ligado à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP); e o segundo, ligado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), duas visões algumas vezes antagônicas sobre determinadas questões.

Ressalvo um aspecto da metodologia que arrepia a academia mais purista: a utilização de referências retiradas de jornais, blogs e revistas. Em resposta apelo para o fato da inexistência de mídia neutra. Qualquer que seja o veículo escolhido, a notícia sempre tenderá para a

polarização. Esta é equilibrada pela mídia mais estruturada com a notícia de fatos. Fatos sempre serão fatos. A deterioração de equipamentos da Petrobras em obras inacabadas será a mesma quer noticiada pelo jornal A, quer pelo jornal B. O que muda é o destaque de capa. Aos que, numa leitura prévia, me questionaram, respondo que só assim me foi possível discutir um assunto que, com certeza, daqui a alguns anos, terá outro enfoque. Mas assim é a ciência e a variabilidade de seus paradigmas.

As variáveis operacionais demandaram a coleta de três categorias principais de dados: a) evolução do quadro de empregados próprios da Petrobras; b) desempenho financeiro dos fundos de pensão administrados pela Petros; c) presença de petistas na administração da Petrobras.

Com essas variáveis, eu teria os elementos para testar a hipótese principal. Como variável independente, adotei o Partido dos Trabalhadores (PT). Essa variável atua em um conjunto de variáveis, que traduzem as estratégias de poder do partido, que por sua vez atua em outro conjunto de variáveis, que são as consequências para o trabalhador. Para estas últimas, adotamos as três variáveis operacionais citadas no parágrafo anterior.

Com o surgimento da Operação Lava Jato, novas variáveis passaram a ter importância no entendimento do problema da mudança no perfil de emprego do petroleiro. A primeira delas foi a desmobilização de ativos e o cancelamento de empreendimentos de investimentos em execução na estatal. Coletamos as informações disponíveis para os acionistas da companhia, com base na publicação de Notas de Fatos Relevantes. O segundo conjunto de variáveis, que passou a ser necessário a partir dos desdobramentos da Operação Lava Jato, é o que traduz a valoração da empresa ao longo dos anos. De maior empresa no país, a Petrobras testemunhou a queda expressiva no preço de suas ações se transformar em prejuízos para os investidores

Foram realizadas entrevistas qualitativas com sindicalistas e trabalhadores visando a analisar aspectos da representatividade sindical e da visão que o trabalhador tem do sindicato que o representa perante a Petrobras. A razão de se combinar dados quantitativos e qualitativos é entender melhor as consequências para o trabalhador da atuação sindical dividida entre a liderança das duas federações petroleiras – FUP e FNP.

As fontes de dados foram os dissídios coletivos anuais da Petrobras, os relatórios da Petros sobre o desempenho de seus fundos de pensão, boletins sindicais e informativos internos da Petrobras. Foram obtidos dados em algumas entrevistas semiestruturadas com sindicalistas e trabalhadores petroleiros. Nesses casos específicos, em que tratávamos com dirigentes

sindicais, as informações foram acolhidas com reserva, uma vez que se observou uma tendência de explicar os fatos passados, na base da racionalização e do encadeamento com os fatos presentes. Além dessas fontes primárias, recorreremos diversas vezes à extensa bibliografia já existente sobre o Partido dos Trabalhadores. A metodologia se apoiou, portanto, em pesquisa documental.

### ***Estruturação Final e Conteúdo do Trabalho***

O lulismo, o Partido dos Trabalhadores e a figura carismática de Lula fazem parte do cenário em que se desenvolve a presente tese. O entendimento do papel destes é fundamental na discussão das mudanças no mundo do trabalho para a categoria dos trabalhadores petroleiros. Foi sob um governo de trabalhadores que ocorreram alterações profundas para a categoria: redução da terceirização, primeirização com intensificação do trabalho, déficits no fundo de pensão Petros, além de *downsizing* nos negócios da Petrobras. Esta última com consequências drásticas para a economia do país. A pergunta que se faz é se o *status quo* do trabalho na Petrobras se deve ao desempenho e às ações do partido durante os treze anos de seu governo (2003-2016). O que se verá ao longo deste trabalho serão argumentos para atribuir a corresponsabilidade ao PT nos acontecimentos, estendida para os demais partidos que participaram do governo brasileiro no período considerado.

A tese está dividida em duas partes, seguindo a lógica dos elementos chaves da pesquisa: - Parte I – Cenários, atores e ações da nova realidade política e sindical; Parte II – A Petrobras e as Ferramentas do Poder: uma trilogia do recomeço.

A primeira parte, composta por três capítulos, tem como tema os atores do processo. Tratamos do Partido dos Trabalhadores e do lulismo; dos sindicatos e de seus trabalhadores e da ação da construção de uma hegemonia lulista, que entendemos como elemento do projeto de poder desenhado pelo Partido dos Trabalhadores.

O primeiro capítulo descreve o Partido dos Trabalhadores (PT), delineado como variável independente. Apresento sua gênese e evolução, para entender sua ideologia e discutir a sua estratégia de poder, na forma dos capítulos da segunda parte da tese. O capítulo também inclui a figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o fenômeno do lulismo, resultante da miscigenação do partido com a figura de seu líder.

O segundo capítulo contempla os sindicatos e seus trabalhadores, que são os outros atores do processo. Trata-se de uma variável dependente, influenciada diretamente pela variável PT. São abordados aspectos da ação sindical, sua organização e postura nas mesas de negociação.

O tema do terceiro capítulo, último da primeira parte, são as estratégias petistas de manutenção do poder. Abordamos aqui a ação de poder do PT: a construção de uma hegemonia baseada na cooptação, que, fora de controle, derivou para a corrupção institucional nas empresas estatais e no governo. Desenvolvemos, nesse capítulo, a análise da engenharia de cooptação, que focou na ocupação de petistas e aliados em cargos públicos, em empresas estatais e fundos de pensão. Com isso, a massa dirigente do estado passou a ser predominantemente petista. Tratamos da questão do aparelhamento das empresas estatais, como a Petrobras, que passou a funcionar como caixa para sustentação política do governo.

A segunda parte, com três capítulos, descreve o *status quo* das relações de trabalho frente às estratégias petistas de manutenção do poder e da dissidência sindical. É o núcleo da tese. De forma temática, denominamos os capítulos de *Petrobras espoliada*, *Petrobras escarmentada* e *Petrobras comprometida*. Cada um dos adjetivos designando um estágio percorrido pela estatal.

O primeiro capítulo da segunda parte, *Petrobras espoliada*, se inicia com a descrição do *downsizing* da Petrobras, decorrente de seu endividamento.

O segundo capítulo trata da Petrobras escarmentada, uma estatal temerosa que agora controla seus recursos e com isso fragiliza o mundo do trabalho dentro de seus muros. Descreve a situação do trabalho na empresa nestes tempos de restrição financeira. Trata também da primeirização da Petrobras, uma consequência da desativação de postos de trabalho decorrentes da venda de ativos ou da suspensão de obras e de empreendimentos e suas consequências para os terceirizados. A extinção dos postos de trabalho representou um grande revés para os empregos terceirizados na empresa, resultando em desemprego crescente. Abordamos aqui, também, os planos de redução de empregados próprios, a partir do plano de incentivo à demissão voluntária.

O terceiro capítulo, que finaliza a tese, é a Petrobras comprometida, em que tratamos da questão dos fundos de pensão. É a financeirização patológica dos recursos do trabalhador. A gestão temerária da poupança do trabalhador levou a financiamento de projetos de cunho



discutível. Abordamos as consequências desse tipo de investimentos de risco na saúde financeira dos recursos de garantia dos benefícios dos associados.

Nessa segunda parte, fazemos o teste da hipótese, quando demonstramos que as estratégias adotadas pelo PT redundaram em aprofundamento de uma crise nas relações de trabalho, precarizando os que perderam seus empregos e deixando sobressaltados os que permaneceram nos seus postos de trabalho.

### *À guisa de síntese...*

Esta tese demonstra que, durante o Governo do Partido dos Trabalhadores, a Petrobras foi responsável por acentuada geração de empregos terceirizados e pelo incentivo da indústria naval e da construção civil, devido ao seu plano de investimentos, que incluía novas refinarias, sondas de produção de petróleo e até polo petroquímico.

O que prometia ser a autossuficiência na produção e processamento de produtos e derivados de petróleo, com a descoberta de grandes campos produtores marítimos na camada do pré-sal, com a construção de novas refinarias no nordeste do país e um polo petroquímico no Estado do Rio de Janeiro, se viu no epicentro de uma crise econômica que levou o país a um acentuado nível de desemprego.

A queda no preço internacional do petróleo e a consequente incapacidade de geração de caixa da Petrobras foram apontadas como responsáveis pelo endividamento da empresa, o que a levou a vender ativos e desmobilizar investimentos, com reação indignada de empregados e sindicatos.

O impeachment da presidenta Dilma, seguido de fragorosa derrota nas eleições municipais de 2016, representou o fim do predomínio do Partido dos Trabalhadores no Governo do país. As investigações realizadas pela operação Lava Jato, que resultaram em condenações de diretores da Petrobras, empresários e sindicalistas, desnudaram um esquema de aparelhamento que se valeu da corrupção, fraudes e má gestão para sustentar não apenas o partido que subiu ao poder prometendo mudar a face do país, mas praticamente toda a classe política.

Difícilmente a Petrobras voltará a ser a mesma! O crescimento exponencial de seus investimentos, a demanda de encomendas para a indústria nacional e internacional e principalmente a oferta de empregos internos e na economia externa de sustentação da empresa ficaram para trás. Depois de uma era de prosperidade, a realidade é contrastante: demissão massiva de terceirizados, repetitivos programas de demissão voluntária de empregados próprios, déficits em fundos de pensão a ser coberto pelos trabalhadores, desmobilização de investimentos com vendas de ativos e uma inevitável sensação de orquestração constituem os elementos que formam o *leitmotiv* que relaciona a crise do país com o descontrole do Partido dos Trabalhadores no comando do poder.

Tenho uma especial predileção pela obra literária *A Revolução dos bichos*, de George Orwell. Durante a pesquisa para esta tese pude comparar o quanto o nosso país se assemelhava à fazenda descrita por Orwell. A tirania do fazendeiro sobre a fazenda e seus habitantes me lembrava ações de nossos governantes, políticos, empresários. Mas havia uma nesga de esperança com a possibilidade de mudança traduzida pela revolução dos bichos. Assim, também foi com o Partido dos Trabalhadores e sua conquista do poder. Mas, da mesma forma como a revolução dos bichos fracassou por seu líder, o porco, ter se desviado de sua missão, esquecendo ideais e mudado rumos, isso aconteceu com o PT. O PT fracassou ao não manter a ideologia de fundação do partido e o que prometera quando da vitória nas eleições de 2002. Nós os trabalhadores, perdemos uma oportunidade de mudança.

É sobre este cenário do mundo do trabalho que doravante irei discorrer ao longo dessa tese.

\* \* \* \* \*

## **PARTE I**

### **CENÁRIOS, ATORES E AÇÕES DA NOVA REALIDADE POLÍTICA E SINDICAL**

## PARTE I

### CENÁRIOS, ATORES E AÇÕES DA NOVA REALIDADE POLÍTICA E SINDICAL

Esta tese trata de relações de trabalho. Mais especificamente sobre o que ocorreu com as relações de trabalho na Petrobras durante os 13 anos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve à frente do Governo Federal, quando, pela primeira vez na história deste país, trabalhadores governaram trabalhadores.

O texto da tese é dividido em duas partes, seguindo uma lógica de construção das variáveis do estudo. Trabalhamos com três conjuntos de variáveis: atores, ações e consequências. Na primeira parte, tratamos de atores e ações. No capítulo 1, tratamos do Partido dos Trabalhadores (PT), que consideramos variável independente e que atuará sobre as demais. Descrevemos a evolução ideológica do partido desde sua fundação até o estabelecimento do lulismo, que consideramos uma estratégia política de conciliação.

No capítulo 2, tratamos dos sindicatos petroleiros, como o segundo ator. Consideramos os sindicatos como variável dependente, que será influenciada por fatores externos e principalmente pelo próprio PT. É aqui que descrevemos a ação que dá o título desta pesquisa: a estratégia de negação, uma reação de parte do sindicalismo aos métodos obtusos do Partido dos Trabalhadores, em busca de uma hegemonia de poder. E aqui, lançamos o conceito de que parte da esquerda é diferente dos que se aliam ao PT. É uma *Esquerda que nega*. A negação representa uma defesa contra a ruptura ideológica do partido.

O capítulo 3, último da primeira parte, trata das ações do Partido dos Trabalhadores em busca da manutenção do poder. Nele descrevemos a engenharia de cooptação, uma estratégia de neutralização de resistências. Ao cooptar sindicalistas, militantes e opositores, o lulismo conquista uma hegemonia e preenche a máquina pública com pessoal ligado por uma lealdade retribuída com cargos e benesses. Entretanto, não bastando apenas a cooptação para assegurar a continuidade no poder, o governo petista abre seu flanco e permite a instauração de uma corrupção institucionalizada na máquina estatal, incluídas as empresas estatais.

## CAPÍTULO 1

### O LULISMO E O NOVO CENÁRIO POLÍTICO

Este capítulo discute a figura do Partido dos Trabalhadores (PT) como um dos atores e descreve o cenário em que este governou entre 2003 e 2016. Fundado na década de 1980, o PT ascendeu ao poder nas eleições de 2002, e a figura carismática de Lula se fixou como líder máximo do país. Em seu governo, a ideologia petista experimenta na prática uma mudança radical, que já vinha ocorrendo desde os anos 90. O presidente eleito flexibiliza o radicalismo da ideologia de fundação do partido e passa a conciliar com setores da sociedade contra os quais antes pugnava. Dessa mudança surge o fenômeno do lulismo, que passa a ser o novo modelo político que direciona as relações de poder.

O lulismo como modelo político se caracterizou por um afastamento em relação a componentes importantes do programa de esquerda, até então cartilha do PT. Uma delas foi a aliança com setores do capital, transformados em aliados. O governo petista declarou o respeito aos contratos, em compromisso representado pela *Carta ao Povo Brasileiro* (SILVA, 2002b). Evitou confrontar empresários e banqueiros. Chegou a ressaltar a importância deles e aproveitou para fazê-los sentir-se responsáveis pelo crescimento econômico. Lula assim externou: “[...] o grande plano nosso é a credibilidade na relação entre Governo e Sociedade, entre Estado e Sociedade e entre Estado e outros Estados. É por isso que o capital externo está voltando. É por isso que eu posso dizer para vocês que a economia brasileira vai crescer.” (KAMEL, 2009, p. 167). O caminho escolhido pelo lulismo foi, portanto, o de uma conciliação ampla, que incluía setores conservadores brasileiros, aos quais o Partido dos Trabalhadores se opunha no passado.

Ao estabelecer o pacto social conservador com a sociedade, o lulismo mostrou suas contradições com a ideologia petista. A principal delas foi a continuidade de elementos da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)<sup>6</sup>. Os resultados

---

<sup>6</sup> Cf. (BALTAR et al., 2010, p. 4): “É possível destacar importantes elementos de continuidade na política macroeconômica brasileira, entre o segundo mandato de FHC e o primeiro de Lula, embora também existam diferenças importantes [...]. Como elemento importante de continuidade, destacam-se as políticas de metas de

tiveram efeitos políticos que decorreram da prática do distributivismo, reduzindo a pobreza e a desigualdade no país, contribuindo para o aumento do consumo da classe proletária e proporcionando uma sensação quase que generalizada de crescimento e progresso da economia nacional. O preço da contradição foi governar sob a égide de um reformismo fraco, criticado por militantes de primeira hora do partido e que, definitivamente, jogou por terra os ideais do manifesto de sua fundação. Apesar de fraco, há quem ainda o veja como reformismo, como é o caso de André Singer:

Na prática ocorreu algo como um ‘semitransformismo’. Os quadros do PT que anteriormente defendiam o programa ‘intensamente reformista’ se tornaram agentes de um reformismo fraco, comprometidos com a decisão de não causar radicalização que pregavam na origem. Meu argumento é que o reformismo lulista é lento e desmobilizador, mas é reformismo. (SINGER, 2012, p. 32).

O lulismo representou uma variante conservadora no processo de modernização do país. Por ela, o Estado passou a desempenhar um papel proeminente na alavancagem dos mais pobres, cuidando para não entrar em conflito com setores conservadores das elites rurais e urbanas ligados aos interesses financeiros. O lulismo nunca impediu os ricos de ganharem mais dinheiro, nas palavras do próprio Lula. “Eu acho importante que os banqueiros ganhem dinheiro, porque quando eles perdem o povo paga [...] Os empresários precisam ganhar dinheiro porque senão eles quebram e não tem emprego para nós”. (KAMEL, 2009, p. 138–139).

A estratégia que levou ao progresso durante os governos de Lula foi resultado de uma nova via ideológica, com a união de diferentes bandeiras na política macroeconômica baseada em três pilares: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário nas contas públicas (BALTAR *et al.*, 2010). Quando, entretanto, a economia internacional deu sinais de arrefecimento e as denúncias de corrupção vieram à tona, o lulismo não conseguiu responder aos novos tempos. Muito do que havia sido construído, como foi o estímulo ao consumo baseado na concessão de crédito de forma artificial, sucumbiu. As políticas lulistas se mostraram insubstituíveis, trazendo consequências para o mundo do trabalho. O que aconteceu na Petrobras se verá no decorrer deste texto.

\* \* \* \* \*

---

inflação e de câmbio flexível – adotadas pelo Banco Central após a desvalorização do Real em janeiro de 1999 – e a de superávit primário, implementada pelo Ministério da Fazenda”.

### 1.1 A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder

Da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) até sua ascensão ao poder decorreram 23 anos. Um tempo relativamente longo para um dos três maiores partidos políticos brasileiros vencer uma eleição presidencial. A vitória de Lula, um representante dos trabalhadores, para a Presidência da República não foi por acaso. O sucesso do partido foi resultado de uma longa e contínua evolução do processo decisório no PT, que levou a uma estratégia bem-sucedida de poder. Os quatro mandatos consecutivos de presidente da República, cargo máximo na política brasileira, foram frutos da estratégia que se passa a discutir.

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 10 de fevereiro de 1980<sup>7</sup>, no Colégio Sion, em São Paulo. Entre seus fundadores, cuja característica era a heterogeneidade ideológica, figuravam antigos militantes da esquerda brasileira, sindicalistas, intelectuais e católicos ligados à Teologia da Libertação. Como um dos principais movimentos de esquerda da América Latina, o partido se propôs a defender o socialismo democrático.<sup>8</sup>

O PT venceu a eleição presidencial em 2002, tendo Luiz Inácio Lula da Silva tomado posse como Presidente da República em 1º de janeiro de 2003. Reeleito em 2006, Lula governou o país no período de 2003 a 2010. Foi sucedido em 2011 por Dilma Rousseff, sua Ministra-Chefe da Casa Civil. Em 2014, a presidenta inicia seu segundo mandato, tendo sido destituída em 31 de agosto de 2016 por *impeachment* aprovado pelo Congresso Nacional. Sua saída foi considerada por parte da opinião pública como um golpe na democracia<sup>9</sup>. Foram treze anos de governo petista que nos levam a refletir como o PT construiu sua estratégia de poder e a tornou vitoriosa.

Rudá Ricci<sup>10</sup>, fundador e ex-militante do PT, avalia que as vitórias do PT resultam da evolução de um trabalho de base ao longo de sua história. Para o autor, o processo decisório do

---

<sup>7</sup> O registro oficial como partido político se deu em 11 de fevereiro de 1982.

<sup>8</sup> O Socialismo Democrático como orientação política propõe a criação de uma economia democrática descentralizada a partir de movimentos populares, empreendida pela e para a classe trabalhadora. A orientação se traduz no manifesto de criação do PT, nos seguintes termos: “O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá”. in Manifesto (MOVIMENTO PRÓ-PT, 1980).

<sup>9</sup> O senador Jorge Viana (PT/AC), em discurso proferido em 12/04/16, afirmou que o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff é “golpe legislativo que atropela a Constituição”. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/TV/Video.asp?v=429906>. Acesso em 20 set 2017

<sup>10</sup> Rudá Ricci foi da direção da legenda, coordenou a campanha de Lula em 1989 e deixou o partido em 1993 (RICCI, [S.d.]).

partido foi se tornando cada vez mais profissional, inclusive forçando mudanças na sua ideologia (RICCI, 2006, 2010, 2015). O lulismo representa um exemplo dessa mudança, assim como o são as várias tendências partidárias que convivem no partido.

É preciso aqui fazer uma ressalva sobre o que chamamos de lulismo. Este não deve ser entendido como um fenômeno plano, estável ao longo do tempo. O lulismo, expressão cunhada por André Singer<sup>11</sup>, militante e estudioso do Partido dos Trabalhadores (PT), denomina o que consideramos uma forma de fazer política, de lidar com as instituições, de enfrentar os desafios e as ameaças do capital. O lulismo exercido por Lula quando lança a Carta ao Povo Brasileiro, em 2002, é diferente do lulismo de uma nova carta aos brasileiros, proposta pelo próprio Lula em 2017 (SEABRA, 2017). Também é diferente do lulismo de Dilma Rousseff, resistente à influência de Lula como seu mentor, procurando descolar do líder em busca da própria autonomia (MATOSO, 2014). Assim, lulismo, no contexto que aqui apresentamos, representa uma forma de fazer política, influenciada mais pelas ideias próprias de Lula que pela ideologia própria do Partido dos Trabalhadores.

Quando da sua fundação, a orientação do PT seguia um discurso estratégico alinhado com os movimentos sociais. Posicionava-se como anti-institucionalista e anticapitalista, e tinha como objetivo a inclusão social e a política das grandes massas. Ricci afirma que, apesar de orientado para o socialismo, o discurso petista se mostrava difuso, o que acabou por sensibilizar organizações e lideranças populares. Justamente por não se ater a um referencial teórico nítido, foi capaz de atrair a simpatia das correntes católicas progressistas, alinhadas com a Teologia da Libertação<sup>12</sup>.

No seu manifesto de fundação, o partido declarava como um de seus objetivos a redução das desigualdades sociais e a intenção de dar voz ao proletariado. Prevalecia no partido um espírito de corpo que estimulava o sentimento solidário do bem comum. Inicialmente, o discurso petista foi marcado pelo moralismo crítico de oposição, voltado para a identificação

---

<sup>11</sup> A palavra "lulismo" foi cunhada por André Singer, secretário de imprensa de Lula de 2003 a 2005 e porta-voz durante sua presidência (de 2002 a 2007). Originando-se na campanha presidencial de 2002, o lulismo partiu da política de esquerda do Partido dos Trabalhadores até o final de 2001 e abandonou os conceitos de organização e mobilização. Como o lulismo é um modelo de mudança forçada dentro da ordem, a mobilização se torna desnecessária e, como consequência, os conflitos são eliminados.

<sup>12</sup> A Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II (1961) e da Conferência de Medellín (1968). Baseia-se na opção evangélica da opção preferencial pelos pobres. Para conexões entre a teologia da libertação e a ideologia petista, cf. ALTMANN, Walter. Teologia da libertação. *Estudos teológicos*, v. 19, n. 1, p. 27 – 35, 1979. .



das mazelas sociais, políticas e econômicas. Segundo Ricci, faltava-lhe, entretanto, o caráter propositivo para fomentar ações de mudanças no *status quo*. (RICCI, 2006). O PT era mais indignação que propriamente ação efetiva.

Nos seus primórdios, o processo de tomada de decisão do partido se dava pela realização de debates sucessivos. Sustentava-se numa declarada autonomia política e na organização horizontalizada, onde prevaleciam os mecanismos da democracia direta. Os assuntos a serem abordados, as linhas de ação, os programas, todos eles surgiam de consulta aos filiados. As discussões eram amplas, e contavam com a participação de todos.

Por esse processo, os resultados iam sendo acumulados, ampliando de reunião para reunião, com os participantes dos debates buscando o consenso. Quando a discussão atingia um determinado ponto de conforto para a maioria, os participantes se davam por satisfeitos. Esse processo decisório, denominado “consenso progressivo”<sup>13</sup>, era o sinal para os participantes abandonarem as divergências pessoais de opinião e acatar o consenso obtido.

A primeira inflexão no processo decisório ocorreu no início dos anos 1990. Ricci identifica o descolamento de parte das correntes internas do partido que, deixando a marginalidade no processo de identidade petista, assumiram espaços estratégicos, partindo para a reconstrução do projeto partidário.

Nas eleições gerais de 1990<sup>14</sup>, a estrutura partidária do PT se consolidou, criando o primeiro sistema de controle político interno. A forma de decidir passou por uma mudança, que provocou ruptura no processo de decisão pelo método de consenso progressivo. Com isso, a burocracia partidária se impôs e passou a ditar as regras. As novas campanhas eleitorais em todos os seus elementos ficaram sujeitas às determinações do partido. O discurso de campanha, o programa de governo, a agenda dos candidatos, as estratégias de marketing e tudo o mais passaram ser ditadas pelo que Ricci denominou de *saber partidário* (RICCI, 2006). Já não prevalecia o consenso progressivo no resultado de uma discussão.

---

<sup>13</sup> O consenso progressivo foi o procedimento adotado pelo Partido dos Trabalhadores para assegurar a democracia na condução de sua pauta. Embora utilizada durante toda a primeira década da existência do partido, a prática permaneceu estática, denotando a baixa experiência das lideranças partidárias que as adotavam (RICCI, 2010, p. 42–43).

<sup>14</sup> Em 1990 foram realizadas eleições gerais no Brasil, com eleição de governadores para todas as vinte e sete unidades federativas do país. Acorreram 83 milhões de eleitores. Foi a única eleição realizada durante o Governo Collor.

Com isso, o *saber partidário* passou a ser o segundo elemento do processo decisório, desmobilizou a decisão por consenso progressivo, com quem passou a competir e ganhou corpo. A legitimação que vinha das frentes de lutas sociais e que se autossustentava pela capacidade de mobilização de massas, resultando no consenso progressivo, é substituída por esse novo tipo de saber. Este se tornou o cabedal de conhecimentos do partido, e passou a ser o elemento de decisão.

O poder decisório se desloca da democracia da discussão e passa para outro âmbito. Prevalece, nessa fase, o controle por parte daqueles que detêm o conhecimento das diversas forças políticas partidárias, que são capazes de administrar a capacidade de mobilização de massas e dominam as formas de controle da política interna do partido. O conjunto dessas estratégias vem a constituir o chamado *saber partidário*. É inegável que a figura do líder Lula acumulou grande parte desse poder partidário e o utilizou para se alçar ao poder. O lulismo pode, portanto, ser entendido como uma acumulação desse tipo de saber partidário, que Lula utilizou com a finalidade de governar.

O terceiro estágio da evolução do partido e o seu segundo momento de inflexão ocorre nas campanhas eleitorais presidenciais de 1994 e 1998. Um terceiro elemento é adicionado ao consenso progressivo e ao saber partidário. Entra em prática o *saber técnico*, expressão cunhada por Ricci (2006). A utilização do saber técnico privilegia a precisão técnica, as estratégias de negociação e o controle político. Esses novos elementos são utilizados como mecanismos de legitimação do processo decisório petista. É uma evolução do procedimento empírico dos primeiros anos do partido. O consenso anteriormente obtido nos debates internos, nas consultas e participação direta dos filiados é substituído por saberes.

A evolução do processo decisório do partido, e consequentemente sua estratégia de poder, é uma prática do lulismo. Além de incorporar o caráter carismático de seu líder, o lulismo incorporou as estratégias acumuladas pelo partido, o saber partidário, e incluiu o saber técnico, obtido com o apoio de especialistas e consultores. A Fundação Perseu Abramo tem sob sua responsabilidade a conservação do repositório desses saberes. Ao reunir dados e informações e realizar análises conjunturais, a entidade contribui para a profissionalização da gestão petista e de certa forma lhe acrescenta as forças da técnica política (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, s/d).

A evolução da estratégia petista resultou na vitória do partido em quatro eleições consecutivas. Resultado de *saberes*, a estratégia petista abandona a decisão democrática do consenso progressivo e se fundamenta na acumulação do saber político e do saber técnico. Desse conjunto, saem as vitórias do partido nas eleições presidenciais e emerge o lulismo, que será tratado no próximo item. André Singer entende, nesse sentido, que:

[...] a emergência do lulismo expressa um fenômeno de representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização. Por isso, aos esforços despendidos até aqui para analisar a natureza do lulismo, achamos conveniente acrescentar a combinação de ideias que, a nosso ver, caracteriza a fração de classe que por ele seria representada: a expectativa de um Estado o suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida (SINGER, 2009, p. 84).

A natureza do lulismo é multifacetada e se volta ao atendimento de uma classe de seguidores. Entre suas características, está a expectativa de um Estado capaz de diminuir a desigualdade, sem ameaçar a ordem estabelecida. Isso seria o chamado reformismo fraco, nas palavras de Singer (SINGER, 2009). Ao conjunto dessas ideias se acrescenta o carisma da liderança de Lula, sem a qual o modelo não existiria.

## 1.2 O surgimento do lulismo no cenário político

André Singer defende a tese de que o Partido dos Trabalhadores (PT) mudou de fato a partir da eleição de 2002. Desde 1945 até os dias de hoje, o Brasil sempre elegeu um partido vocacionado para ser um partido popular, um partido do povo, como foi o PTB pré-1964 ou o MDB dos anos 1970. Segundo Singer, o mesmo aconteceu com o PT, que, a partir de 2002, se transforma naquilo que é hoje – um partido popular – voltado para os pobres<sup>15</sup>. Fazer do PT um partido popular foi parte da estratégia de Lula de negar a continuidade do radicalismo que marcou a fundação do PT. Com isso, o ex-presidente proporcionou melhorias aos mais pobres, que, no entanto, não consolidaram o avanço da redução da desigualdade.

A consequência da característica popular é o enorme poder eleitoral do PT, que se explica pelo fosso da desigualdade social que concentra nos segmentos mais pobres a maior

---

<sup>15</sup> Cf. Palestra de André Singer "Os Sentidos do Lulismo". Qual o futuro do PT? (MÍDIA LIVRE, 2013). Cf. Palestra de André Singer "Qual o futuro do PT?", proferida em 1º julho de 2013, na sede da ADUFC (Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará), (SINGER, 2013).

parte dos eleitores brasileiros. Mesmo com o desgaste decorrente do combate à corrupção e as acusações de seu envolvimento, o PT ainda manteve em 2017 a supremacia como partido político. Tem se mostrado o partido de preferência dos eleitores e o mais poderoso entre os três maiores partidos políticos brasileiros<sup>16</sup>.

A metamorfose petista que flexibilizou a ideologia partidária representou um enigma para militantes, jornalistas especializados em política e pesquisadores da academia. A ideologia que norteava a ação partidária deu lugar a condutas inusitadas, o que levou Singer a considerar que o partido passara a ter uma segunda alma. Com duas almas, o partido era capaz de, com a primeira alma, deixar de perseguir o pragmatismo dos resultados para se fixar na velha ideologia. Com a segunda alma, a que surge com a eleição de 2002, o partido abandona a ordem original de sua criação e a substitui pela convicção socialista que fortalecia movimentos como os dos trabalhadores sem-terra (SINGER, 2010).

André Singer sintetiza as causas da metamorfose petista em quatro eixos<sup>17</sup>. Primeiro, o PT abrandou seu discurso, desistindo de revolucionar a sociedade. Segundo, as eleições mostraram que o caráter ideológico dos candidatos do partido já não tinha mais importância. O que valia era realizar qualquer ação para conquistar votos. Terceiro, o enfraquecimento do vínculo partidário com os movimentos sociais. Essa fragilização decorreu da dissonância dos objetivos do PT em relação aos dos militantes e correligionários que ocuparam posição privilegiada na gestão do Estado. E, por último, a mudança no perfil social dos simpatizantes do partido, que veio a alterar a preferência dos eleitores.

O espírito de contradição entre ideologia e ação efetiva do partido, traduzido na atuação de Lula como presidente, encontra em Singer dupla hipótese para sua explicação. Em primeiro lugar, o Partido dos Trabalhadores se fixou como um novo “partido dos pobres”. Isso se deu com o realinhamento eleitoral ocorrido entre as eleições de 2002 e 2006, que mudou o perfil de seus eleitores. O fato constitui, segundo Singer, o que o autor denomina “segunda alma” do PT (SINGER, 2010).

---

<sup>16</sup> Cf. Pesquisa Datafolha “Imagem dos partidos políticos PO813850”, realizada entre 17 e 18/03/2016 (DATAFOLHA, 2017).

<sup>17</sup> Para uma descrição detalhada dos referenciais teóricos que orientam os quatro eixos da transformação do Partido dos Trabalhadores, consulte as notas 3 a 6 em SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. Novos estud. - CEBRAP, n. 88, p. 89 – 111, dez. 2010.

A segunda hipótese de Singer é a de que a história do PT é marcada pela sucessão de conexões entre classe e ideologia radical, situação que acompanha o partido até os dias de hoje. (SINGER, 2009, 2010). Essa “primeira alma” acompanha o partido desde sua fundação e influencia sua atuação. Então, o que se vê é uma síntese contraditória de duas facetas que não convergem. Ao mesmo tempo em que o lulismo se faz um governo para os pobres, e aí tem de conciliar suas ações com as do interesse do capital, o Partido dos Trabalhadores se fecha no radicalismo do anti-institucionalismo e anticapitalismo, que exige a não contemporização com o Estado e o capital. Singer coloca como questão se o PT ainda continua um partido de esquerda. A resposta é difícil quando se está em frente à contradição de suas duas almas distintas.

Singer, ao analisar a metamorfose petista, identifica o fenômeno cultural arraigado da “conciliação brasileira” (SINGER, 2013), um processo que tende a acomodar as divergências. Chico de Oliveira, no mesmo sentido, se expressa: “O lulismo é a conciliação, a expressão de uma convivência feliz com o processo burguês. Não tem mais nada a dar, mas tampouco há outra expressão política e social que tome o lugar do lulismo”. (OLIVEIRA, 2015).

A metamorfose petista, expressada pela acomodação de divergência – a conciliação brasileira –, ocorre com a desistência do PT de enfrentar o capital, conforme pretendia, como um partido de classe trabalhadora. Para Singer, a reviravolta ideológica ajudou a configurar o lulismo, sendo que a inflexão ideológica já se delineava nas eleições anteriores, mas efetivamente se deu durante o processo eleitoral de 2002, com a *Carta ao Povo Brasileiro* (SINGER, 2009).

No decorrer da campanha eleitoral de 2002, o PT e seu candidato se confundiam. Ao antecipar itens do seu programa econômico com o objetivo de acalmar o mercado financeiro, Lula prometeu dialogar com toda a sociedade. Assumiu o compromisso de respeitar os contratos financeiros nacionais e internacionais firmados pelo governo que estava no poder. “O PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade”, disse Lula durante a Conferência Nacional do Programa de Governo do PT, em São Paulo (SILVA, 2002b).

Com esse aceno para a sociedade e principalmente para o capital, ocorre a flexibilização dos antigos paradigmas petistas e aprofunda-se a contradição petismo x lulismo. Os elementos dessa contradição é o assunto do próximo item.

### 1.3 O conflito entre a ideologia petista e o lulismo

Lulismo e Partido dos Trabalhadores (PT) têm a mesma natureza, mas não se confundem. Ambos possuem seus correligionários dentro de um mesmo universo de simpatizantes. O militante lulista é naturalmente um petista, pois muitas vezes o partido é confundido com Lula. No entanto, nem todos os petistas se podem dizer lulistas. A evidência são as dissidências partidárias. Figuras representativas deixaram o partido, como o advogado Hélio Bicudo, o deputado Ivan Valente e o economista Plínio de Arruda Sampaio. Insatisfação com políticas públicas, natureza das alianças do governo de Lula e até mesmo questões de ética foram relatados como motivos<sup>18</sup>. Ocorreu, portanto, uma dicotomia entre lulismo e petismo, por força do choque entre suas ideologias.

Nesse sentido, Chico de Oliveira apontou o esvaziamento de parte da ideologia do partido durante o governo Lula. O governo Lula praticamente retirou os movimentos sociais da agenda política com a cooptação de suas lideranças, incluindo a de sindicalistas<sup>19</sup>. Para o autor, a cooptação lulista representa o *revival* matizado de clássico argumento leninista-stalinista. Esse argumento sustenta que sindicatos perdem sua função quando trabalhadores aceitam o controle do governo. Como os sindicatos, em tese, dirigem a luta, e esta não existe quando os trabalhadores se alinham ao governo, os sindicatos perderam sua função quando o lulismo ascendeu ao poder.

Entre as consequências desse fato, a cooptação anulou parte da esquerda brasileira. Da manifestação dos que não foram cooptados, surge um sentimento de rejeição em relação à liderança. É o que se viu nos sindicatos petroleiros, quando parte dos sindicatos se rebelam contra a ação dos que aderiram ao governo. Chico de Oliveira assim se expressa sobre a questão:

---

<sup>18</sup> Para uma descrição mais completa de militantes e razões de dissidências no Partido dos Trabalhadores, cf: 1. SAVARESE, Mauricio. Após 31 anos, dilema dos fundadores do PT é aderir a Lula ou afastar-se do poder. UOL Notícias, 11 fev. 2011. Política.

Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/02/11/apos-31-anos-dilema-dos-fundadores-do-pt-e-aderir-a-lula-ou-se-afastar-se-do-poder.htm>>. Acesso em: 30 set. 2017. 2. Fundadores do PT que deixaram o partido criticam “falta de ética” no governo. UOL News, 4 out. 2005. Brasil. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/reportagens/2005/10/04/ult2616u155.jhtm>>. Acesso em: 12 set. 2017.

<sup>19</sup> Cf. Cap. 3 – A engenharia de cooptação e a hegemonia lulista para detalhamento da estratégia de neutralização e liderança do lulismo, desta tese.

“Um rancor surdo torna difíceis as relações entre a esquerda independente e o PT e, em particular, o governo Lula” (*Grifo nosso*), (OLIVEIRA, 2010)<sup>20</sup>.

A insurgência manifestada pelos sindicatos petroleiros dissidentes, nas palavras de Chico de Oliveira, deriva de um governo que se distanciou das premissas ideológicas do PT. Com Lula na presidência, o lulismo se configurou como um estilo pessoal voltado para resultados. Não se importando em mudar para alcançar seus fins. As linhas mestras do partido declaradas no *Manifesto*, um protocolo de intenções dos fundadores do partido (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980), passaram a ser secundárias para o Lula presidente.

Entre os principais desvios ideológicos, está a contemporização lulista com o capital. Ao se alinhar com o empresariado e banqueiros, Lula concede, de certa forma, uma trégua na luta de classes. Os tradicionais detentores do capital passam a ser tratados como parceiros do governo. Kamel e Elias reuniram em sua obra exemplos de tal contemporização. Citam pronunciamento na Febraban, em 09/04/2003, em que Lula elogiou a iniciativa da federação de bancos de se dispor a patrocinar a construção de cisternas no Semiárido (2009, p. 135).

O discurso, anteriormente impensável na ortodoxia petista, se materializou nas palavras de Lula. Em outra situação, o então presidente, ao afirmar que “... os banqueiros estão ganhando muito dinheiro. Eu acho importante que os banqueiros ganhem dinheiro, porque quando eles perdem o povo paga...” (KAMEL, 2009, p. 138), se comporta dentro do pragmatismo característico do lulismo. As frases citadas são exemplos de um estilo de governar que estrategicamente contemporizou com tradicionais adversários do partido.

O afastamento ideológico do lulismo é seu principal diferencial quando comparado ao PT. Definir lulismo constitui um desafio para acadêmicos e para intelectuais do próprio partido<sup>21</sup>. O lulismo seria uma corrente ideológica ou uma tendência partidária? Ao estabelecer

---

<sup>20</sup> Como um dos fundadores do PT e interlocutor qualificado, Chico de Oliveira personifica as contradições entre as ideologias lulista e petista. Seu afastamento do partido em 2003, quando afirmou que as críticas ao lulismo nas eleições de 2010, constituem evidências da dissonância entre lulismo e petismo.

<sup>21</sup> André Singer indica trabalhos de Gilney Viana e de Renato Simões como a versão petista do lulismo. Do outro lado, como modelos críticos do lulismo, Singer aponta os escritos de Merval Pereira (PEREIRA FILHO, 2010) e Rudá Ricci. O próprio Singer sugere que os esforços para entender o lulismo devem partir da constatação de que este é “[...] a representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as próprias formas de organização. Por isso, aparece na política *depois (grifos no original)* da chegada de Lula ao poder” (SINGER, 2017, p. 15). Cf. VIANA, Gilney. *O PT e o Lulismo*. In Pousoaltenses. Disponível em: <<https://www.mail-archive.com/pousoaltenses@yahoogrupos.com.br/msg00516.html>>. 31 out. 2007. Acesso em 14 Set 2017.

sua própria ideologia, o lulismo se distanciou das linhas mestras do PT, não chegando, por isso, a constituir uma tendência partidária autônoma.

A sigla do PT, sob a égide da diversidade, congrega uma variedade de correntes internas, que o partido oficialmente denomina de tendências. O lulismo não figura entre elas, embora seja aceito e respeitado por muitas. Mas qual o porquê dessas tendências? Rudá Ricci as relaciona com o grau de fragmentação da esquerda. Nas suas palavras, o PT é “uma espécie de federação de coletivos de esquerda no interior de um amplo guarda-chuva legalizado” (RICCI, 2015).

Segundo Ricci, que foi da direção da legenda, coordenou a campanha de Lula em 1989 e deixou o partido em 1993 (RICCI, [S.d.]), o fato de a esquerda ter sido fragmentada em seus diversos grupos de resistência à ditadura militar levou o PT a acatar a fragmentação ideológica durante seu processo de formação. O lulismo foi acolhido com base nessa característica, mesmo sem constituir uma tendência partidária autônoma.

Antigos militantes do partido, como a Profa. Lérica Maria Lago Povoleri (Universidade Federal Fluminense), em depoimento ao autor, acredita que a razão de fato foi outra: não rejeitar as tendências foi a forma de criar e consolidar o PT. Segundo a professora, os criadores do partido pretendiam uma construção de baixo para cima, o que requer educação política do núcleo do chão de fábrica. Daí, a adoção do chamado centralismo democrático que Ricci classifica como aceitação de fragmentação ideológica.

A origem dessas tendências partidárias, entende Ricci, vem da própria diversidade de correntes da esquerda. Durante a ditadura do governo militar, a esquerda constituiu pequenas estruturas de resistência ao regime que funcionavam autonomamente. Isso se dava pela necessidade de se proteger da repressão, como uma forma de segurança. Quanto maior o fracionamento, melhor a proteção de seus membros. O PT, ao se tornar um partido representativo da esquerda e acolher a diversidade de correntes ideológicas, se comportou de acordo com esse ecletismo aberto à esquerda.

A sigla do PT esteve aberta para a diversidade desde seu início. A abertura vem desde o primeiro congresso nacional do partido em 1991. Na época, 16 tendências conviviam no partido. As tendências funcionam de forma independente na análise da conjuntura política e disputam eleições internas, com a força que lhes assegura a quantidade de filiados que arregimentam. A quantidade de tendências mudou ao longo do tempo, inclusive com a criação



de novos partidos, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) (BERTONI, 2016). Nas palavras de sindicalista:

O PT é uma espécie de colcha de retalhos, uma frente de grupos de esquerda, onde todo mundo fala, onde uns divergem de outros e acabam não se entendendo. O PT não é uno. Não é um partido de uma só cabeça, com um só pensamento, seguindo uma só direção. Diversas correntes de pensamento estão integradas dentro do PT, num projeto maior de transformar a realidade. Tiago Sandes – ex-dirigente sindical. (COSTA, 2008).

As tendências convivem entre si democraticamente. Segundo Lincoln Secco, o partido as regulamenta e concede direitos de representação na direção do partido. Em 2016, quatro correntes ideológicas principais atuavam dentro do partido. Eram elas: Construindo um Novo Brasil (CNB); Mensagem ao Partido; Articulação de Esquerda; e a Democracia Socialista (SECCO, 2011). A CNB é a corrente majoritária do partido, à qual estava filiado o ex-presidente Lula<sup>22</sup>.

O lulismo não é uma tendência partidária, ou uma corrente ideológica autônoma. Da mesma forma, o fenômeno também não é uma unanimidade. Ricardo Antunes tangencia a explicação do que seria o lulismo, apresentando-o de forma crítica como liderança dirigida mais pela personalidade de seu líder que por uma ideologia característica do partido pelo qual se elegeu<sup>23</sup>, afirmando nos seguintes termos:

Se nos anos 1970/80 a autêntica espontaneidade de Lula o consolidou como o mais importante líder operário, neste novo milênio sua espontaneidade, esvaziada de sua origem, é preenchida pela contingência e pela vacuidade. Além de messiânico, capaz de "falar direto com Deus", tornando prescindível o partido que ajudou a criar, o lulismo é expressão de um pragmatismo que se molda às circunstâncias, que se atola no mesmismo e estanca no colaboracionismo. Não é por acaso que o único traço que Lula tem feito questão de repetir, em relação ao seu passado, é que era um conciliador, esquecendo-se que sua vitalidade floresceu por sua prática de confrontação (ANTUNES, 2007).

Para Ricardo Antunes, em *Fenomenologia do lulismo* (2007), o líder tornou “prescindível o partido”. Essa é uma característica relevante do lulismo. O lulismo existe sem a necessidade do PT, nasce com a flexibilização da ideologia petista, a supera, e se impõe como

---

<sup>22</sup> Para maior detalhamento das tendências do PT vide (RICCI, 2015; SECCO, 2011).

<sup>23</sup> Para uma análise mais detalhada dos estilos de liderança que levam a um modo personalíssimo de governo, vide Antunes, Ricardo – 2007 - A fenomenologia do lulismo, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0301200708.htm>. Acesso em 15/09/2017.

modelo político. Na realidade, precisa da máquina partidária para a busca de votos. Como afirmou Singer: “O lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento” (2012, p. 6). A contradição vem dessa múltipla dualidade.

Para compreender a natureza dessas contradições, deve-se contemplar o antes e o depois da primeira eleição de Lula como candidato a presidente. Antes, PT e Lula faziam parte do mesmo corpo. Com o aproximar da vitória, Lula se descola das ideologias ortodoxas do PT, e da contradição nasce o lulismo. E o fenômeno tem consequências. Do desvio entre crenças do PT, como, por exemplo, a rejeição à contemporização com o empregador, e as do lulismo que estimulou esse entendimento, acarretou consequências, como a dissidência nos sindicatos dos petroleiros. A cizânia reinante não é amorfa. Ela se mostra nos resultados para o trabalhador<sup>24</sup>. Pode-se dizer que parte da atual situação do mundo do trabalho independeu da ação sindical, e representam frutos da conjuntura. Entretanto, outras consequências devem-se ao descompasso sindical, impulsionado pela ação do lulismo, especialmente, no caso desta tese, pela cooptação de sindicalistas.

A ascensão de Lula ao governo ilustra as contradições entre as ideologias. Durante a campanha de 2002, os prognósticos mostravam que a eleição de um operário para presidente da República estava prestes a se concretizar. Nas pesquisas, as intenções de voto no segundo turno apontavam para uma vitória acachapante de Lula sobre José Serra<sup>25</sup>.

Uma estratégia havia sido decisiva para esse resultado. Em 22 de junho de 2002, durante encontro sobre o programa de governo do partido, o então candidato divulgou a *Carta ao povo brasileiro*. Nela, Lula culpou a política econômica do governo federal pela crise financeira e se disse disposto a discutir com o presidente Fernando Henrique Cardoso uma agenda de resposta à crise (SILVA, 2002). Tal posicionamento acalmou o mercado financeiro e marcou seu estilo pessoal de fazer política e que veio a se tornar o lulismo.

Por esse gesto, Lula foi criticado por representantes da esquerda. Ao cooptar o capital, o lulismo foi dominado por este. O capital permitiu que Lula governasse, mas, segundo Chico

---

<sup>24</sup> As consequências da dissidência sindical é assunto da segunda parte desta tese.

<sup>25</sup> Cf. (DATAFOLHA, 2002): “Na véspera da eleição, Lula tem 64% dos votos válidos, 28 pontos à frente de Serra” cf. Pesquisa Datafolha realizada em 26 de outubro de 2002, véspera da eleição de segundo turno.

de Oliveira, inverteu a dominação e continuou a fornecer a “direção” moral” para o governo lulista:

Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula (OLIVEIRA, 2010, p. 26).

A marca da contradição do lulismo não se resume à insatisfação de intelectuais críticos. Também está no PT. Até então, desde a fundação do partido em 1980, no Colégio Sion em São Paulo, o PT seguia um discurso radical. Nenhum outro partido de esquerda, além do antigo Partido Comunista Brasileiro, havia se aprofundado tanto na ortodoxia de esquerda como o PT. No discurso petista não havia espaço para o capital. Mas, ao perder a eleição presidencial de 1989, isso muda. Lula entendeu que a flexibilização era essencial para chegar ao poder.

Com a *Carta ao Povo Brasileiro*, a esquerda radical naquele momento, representada por Lula, se flexibiliza. É pela *Carta aos Brasileiros* que Lula abandona a ortodoxia de um PT oposição. Por ela, Lula propõe um pacto com o povo, fazendo promessas. A *Carta ao Povo Brasileiro* representou uma contradição ao discurso do PT, alinhado com os movimentos sociais. As premissas da ideologia petista se voltavam para uma autonomia política declarada, em que prevaleciam as decisões democráticas diretas. O institucionalismo e o capitalismo constituíam os inimigos (RICCI, 2006). Passado um mês, em 23 de julho de 2002, o PT ratifica o pacto da *Carta aos Brasileiros* no “Compromisso com a soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro” (SILVA, 2002), que veio a ser documento oficial de campanha para a eleição presidencial de 2002.

Qual é a configuração do lulismo como um novo modelo político? O lulismo pode ser entendido como uma opção estratégica em que se busca, ao mesmo tempo, o gerenciamento do Estado e a governabilidade. É sistêmico, conforme define Rudá Ricci, e tem como única finalidade garantir a própria existência (2006, p. 171). O lulismo consegue seu objetivo na medida em que é marcado pelo pragmatismo. Foi por meio de ações voltadas para resultados que o lulismo se manteve e se reproduziu como força política. Sua natureza é institucional. Mas será que se pode afirmar ser o lulismo um produto do realinhamento partidário e do desenvolvimento de novas estratégias de poder?

Apesar de reconhecer que o lulismo reúne tanto as características das artimanhas partidárias como também a contribuição da técnica, entendemos que o lulismo vai além. Há um caráter personalíssimo na liderança carismática que ultrapassa a construção de Rudá Ricci. O lulismo não é produto exclusivo de uma modelagem partidária. Sua existência depende da conservação dos caracteres impostos pelo seu criador. O pragmatismo, a flexibilidade no trato das forças políticas externas, a habilidade na recomposição das forças partidárias, e mais. Tudo isso faz do lulismo um projeto hegemônico cuja existência visa unicamente sua reprodução política. Não se importa em ser inflexível com seus pares internamente ao partido, e sempre que preciso impõe seu caráter controlador e centralizador e resistente ao pluralismo.

Não se pode afirmar que o novo alinhamento do governo petista corresponda a um desvirtuamento dos ideais petistas de sua fundação. Para Singer, conforme já discutido, é mais uma repetição da chamada “conciliação brasileira”. O lulismo decorrente da mudança do programa do PT é mais uma invenção de Lula, segundo palavras do próprio Lula. O entendimento do lulismo exige uma reflexão sobre a dualidade do pragmatismo adotado por Lula durante seus governos e sobre a vocação do partido que insiste na reafirmação de sua convicção socialista. Ambos representam as “almas” do PT, na terminologia de Singer (2010), e possuem base social distinta.

Na formulação de André Singer, o lulismo sobrepujou o petismo, pelo menos no que diz respeito à imposição das linhas de ação das políticas de Estado. Mas não manteve essa linha durante os governos de Dilma Rousseff, quando as bases sociais do lulismo e do petismo se reaproximaram e acabaram por se confundir. A partir da posse de Dilma Rousseff em 2011, a miscigenação entre petismo e lulismo se tornou evidente. Com Dilma no poder, o petismo voltou a ter o destaque de figura principal, sem nunca deixar, entretanto, de viver à sombra de seu criador, Luiz Inácio Lula da Silva.

O grande lastro do lulismo foi seu apoio popular. Surgido com o primeiro governo de Lula, e realmente consolidado em 2006, sob os escombros do mensalão, o lulismo se faz pelas forças das políticas de inclusão social. O programa Bolsa Família, o aumento real no salário mínimo e a expansão do crédito permitindo o consumo para as classes mais baixas alavancaram o prestígio do então presidente Lula. O avanço do emprego formal incluiu uma massa considerável de trabalhadores no universo dos que tinham carteira de trabalho. É bem verdade que na base da pirâmide salarial desses novos trabalhadores formais a riqueza era destinada

exclusivamente ao consumo, sem qualquer possibilidade de constituir uma poupança para tempos mais áridos.

Os efeitos das políticas de inclusão social implantadas por Lula entre 2003 e 2005 foram comparados com os efeitos obtidos por Fernando Henrique Cardoso nos primeiros anos da criação da moeda real. Por essas políticas, o governo lulista reduziu em cerca de 20% a quantidade das pessoas que se achavam na linha de pobreza. Da mesma forma como na criação do real – que estabilizou a inflação e com isso reduziu a pobreza –, assim também foram as políticas de inclusão do governo de Lula. Essas políticas, com características marcantes do lulismo, foram denominadas por Marcelo Nery, numa incômoda comparação com FHC, como sendo o “Real de Lula” (NERI; SOUZA, 2012; NERI, 2007).

E nesse ponto as duas paralelas se afastam. A defesa ortodoxa da estabilidade econômica adotada por Lula, segundo observa Singer, é completamente estranha à plataforma ideológica e política do Partido dos Trabalhadores, o que vem ressaltar a independência entre as duas bases sociais. O amálgama formado pela busca da redução da desigualdade e o respeito às instituições, pelo menos no seu discurso oficial, é o que caracterizou a independência do lulismo em relação ao petismo e que Singer vê como sendo “[...] uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos” (SINGER, 2009, p. 98).

Deve-se ressaltar que, apesar do lulismo e do petismo não se confundirem, nenhum dos dois pode ser considerado como sendo resultado de uma base social autônoma. Tanto o petismo quanto o lulismo, historicamente sempre estiveram organizados, com setores como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e as centrais sindicais. O que o lulismo fez foi aprofundar essa ligação por meio de cooptação irrigada com a transferência massiva de recursos públicos em escala até então inédita em outros governos. Com isso ampliou sua base social, arrebanhando a classe de menor renda.

O lulismo nunca foi unanimidade, mesmo nos áureos anos da fartura econômica, que antecederam a crise de 2008. Com a ruptura ideológica de Chico de Oliveira com o PT, o partido e o próprio lulismo deixaram de contar com o apoio do sociólogo. A grande queixa de Oliveira está no desvirtuamento do programa surgido com a criação do PT, em que o lulismo foi o responsável pela regressão política do partido, o que levou Oliveira a afirmar que o lulismo representaria “a vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda” (OLIVEIRA, 2010).

Chico de Oliveira afirma que a grande falha de Lula foi despolitizar a questão da pobreza e da desigualdade, transformando-os em meros problemas administrativos. Com isso, para ele, o lulismo deixou de ser um agente de transformação de classes sociais, não sendo parecido “com qualquer das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil” (OLIVEIRA, 2010, p. 25–26), tornando-se nocivo para a esquerda.

A opinião esteve distante da unanimidade, principalmente durante os anos áureos do Governo Lula. A crítica de Chico de Oliveira de que o lulismo abandonara o papel de agente de transformação de classes sociais acabou derrotada pela noção que fazia do lulismo e do petismo agentes de renovação das políticas públicas voltadas à redução de pobreza. Isso de fato ocorreu, mas talvez com um alto custo – decorrente de métodos não ortodoxos de conservação do poder. O grande feito é que esses programas conseguiram ser implantados sem resistência dos interesses das classes dominantes. O mensalão e depois o petrolão fizeram, direta ou indiretamente, parte desses métodos não ortodoxos, que envolviam interesses de políticos e empresários. Seu resultado foi a crise econômica que assolou o país e que veio à tona a partir de 2016.

O próximo item trata da questão do desgaste ideológico do PT. Nele discorremos sobre os rumos vislumbrados pela militância para a continuidade da atividade político-partidária.

#### **1.4 O esfacelamento do PT: as três correntes de esquerda dirigindo os rumos do partido**

Este item discute rumos para o Partido dos Trabalhadores (PT), frente aos desgastes dos últimos anos dos governos petistas. Ruy Braga questiona se não estaria ocorrendo um esfacelamento do PT (BRAGA, 2015). Para os partidários, trata-se unicamente de resultado de um discurso de aniquilamento orquestrado pela mídia, e que pretende uma perseguição política aos principais líderes da sigla, especialmente o ex-presidente Lula.

A partir de 2016, o enfraquecimento do Partido dos Trabalhadores passou a ser recorrente tanto na literatura acadêmica como nas análises políticas e econômicas (MARTINS, 2016; OLIVEIRA, 2016). As denúncias de corrupção contribuíram para isso. Não dizer que isso represente o fim do PT, pois, como mais adiante, o PT no ano de 2017 continuava firme como partido político e representava uma real opção de governo. Em pesquisa realizada em junho de 2017 (DATAFOLHA, 2017), o partido reunia intenções de votos suficientes para se posicionar como *player* qualificado para ocupar a presidência da República em 2018. É bem

verdade que os prognósticos de condenação de Lula em segundo instância pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) de Porto Alegre ameaçava esses bons resultados.

O bom posicionamento do partido nas prévias para a disputa eleitoral de 2018 contradizem os prognósticos de um PT acabado ou esfacelado. Quando se aprofunda no que Ruy Braga (2015) denomina esfacelamento, entendemos ser este o resultado de uma mutação no perfil ideológico do partido, e não o seu próprio fim. Para o autor, o esfacelamento é um processo que se inicia com a quebra na ideologia original da fundação do partido em 1980.

Ruy Braga (2015) discute as razões do que ele denomina “esfacelamento do lulismo”. Para o autor, o esfacelamento corresponde ao esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado pelos governos petistas durante os 13 anos de governo. É importante frisar que o modelo de desenvolvimento não foi único nos quatro mandatos petistas. O enfraquecimento do modelo lulista deriva, portanto, da perda da sustentação que se dava pela reprodução das bases do trabalho barato, pela desconcentração de renda da “classe-que-vive-do-trabalho”<sup>26</sup> e pela forte concentração de capital no setor financeiro. O modelo lulista que se calcava em elementos, tais como trabalho farto, porém mal remunerado; acesso ao consumo, sem poupança; e livre movimentação do capital, não conseguiu subsistir na crise econômica. E isso se torna evidente durante o último mandato de Dilma Rousseff.

Apesar de ter proporcionado relativo bem-estar para a classe trabalhadora, no que foi apoiado por uma forte oferta de crédito e estímulo ao consumo, o modelo desenvolvimentista do governo do Partido dos Trabalhadores apresentou os problemas clássicos no que diz respeito à reprodução do mundo do trabalho. Esses problemas estão relacionados à dificuldade em conciliar oferta de empregos de qualidade e uma boa remuneração. Havia ofertas de trabalho, mas remunerado em geral na medida exata das necessidades de consumo. Faltava a componente da poupança, uma componente que asseguraria provisões para o futuro.

A classe-que-vive-do-trabalho, que, até então, nos governos de Lula, estivera empregada, consumindo e sentindo-se segura sob um governo dirigido por trabalhadores, no evoluir da crise econômica, passou a temer pelo futuro, com a ameaça de desemprego e inflação.

---

<sup>26</sup> Ricardo Antunes usa a expressão com o objetivo de “conferir *validade contemporânea* ao conceito marxiano de *classe trabalhadora*”, numa situação em que, segundo o autor, prevalecem formulações que enfatizam “a *perda da validade* analítica da noção de classe”. Pretende Antunes “*ênfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser*” (ANTUNES, 1999, p. 101) (Grifos nossos).

Ao assumir seu segundo mandato, Dilma Rousseff se deparou com um cenário de reversão na expectativa da massa da população trabalhadora.

A desaceleração da economia ameaçou a repetição da recessão por razões diversas. Entre elas, a queda do preço do petróleo, que freou investimentos da Petrobras, e o descontrole do câmbio, que, ao reduzir o valor do dólar frente ao real, praticamente estagnou a indústria voltada para o comércio exterior. O resultado da conjunção desses fatores foi o aumento do desemprego, com demissões generalizadas. (CAGNIN *et al.*, 2013). O fator Operação Lava Jato, que, até então ainda se desconhecia, agravou a situação.

Nesse cenário de desaquecimento, o programa de propaganda eleitoral do PT para as eleições presidenciais chamou a atenção para as ameaças representadas por um futuro governo de direita. Na sua ótica, um governo de direita iria eliminar os ganhos conseguidos durante os governos petistas e fazer parte da população retornar à pobreza. Com a força desses argumentos, entre outros, a presidenta Dilma Rousseff foi reeleita em 2014. Sua vitória certamente foi influenciada pela resistência dos eleitores a uma guinada para a direita, que adviriam de uma possível eleição do candidato Aécio Neves do PSDB. O trabalho da mídia provocou reações nos eleitores e despertou expectativas negativas ligadas ao futuro.

A então candidata pelo PT, durante sua campanha, em resposta aos anseios dos eleitores, se comprometeu em manter e ampliar as conquistas sociais de até então. Dilma Rousseff foi eleita presidenta, com uma margem apertada de votos. As promessas da candidata não foram mantidas, tendo Dilma Rousseff recebido a pecha de estelionatária eleitoral (DEALING..., 2015). As medidas de austeridade ensaiadas pelo governo de Dilma Rousseff – e que, de certa maneira, representavam uma reviravolta nas promessas de campanha eleitoral – criaram um forte descontentamento, especialmente aquela de retrocesso em direitos já consolidados, como os estabelecidos nas Medidas Provisórias 664 e 665, que mudaram as regras do seguro desemprego.

A contradição entre discurso e prática no governo de Dilma Rousseff reduziu a força do Partido dos Trabalhadores, com perda de sustentação oriunda dos movimentos sociais. Tais movimentos não conseguiam administrar a insatisfação de suas próprias bases, afetadas pelas medidas governamentais, e por isso arrefeceram a solidariedade ao governo federal. A própria migração de partidários do PT para outros partidos de esquerda, como o PSOL e o PSTU,



apontavam para um desdobramento das políticas de esquerda no país que, naquele momento, saíram do controle do PT.

Tais contradições facilitaram o esfacelamento do Partido dos Trabalhadores e foram criticadas por militantes da base petista, que consideraram que essas contradições deslegitimizariam o partido como força de esquerda. Fazendo coro com os que afirmaram que talvez o PT nunca tenha existido realmente como um partido no sentido lato do termo, encontramos Chico de Oliveira, um dos artífices da criação do PT, para quem Lula teria personalizado tanto o partido que, na prática, este nem chegou a existir (OLIVEIRA, 2016).

Além da personalização do petismo por obra de Lula, no que chamamos de lulismo, o fenômeno do lulopetismo – uma espécie de metástase produzida por estratégias não ortodoxas – transformou o PT em um partido dependente da figura de seu líder. O PT passou a ser um partido cuja ideologia original não foi aplicada no governo que comandava. Em decorrência da supremacia e do carisma pessoal de Lula, o partido ficou sem opções de lideranças com capacidade para carrear votos nas futuras eleições.

A falta de opções de lideranças partidárias ficou evidente no ano de 2016, em que a devastação da operação Lava Jato neutralizou eventuais expoentes do partido, conforme se depreende do pensamento de Chico de Oliveira:

Quem são os quadros do partido? José Dirceu está na cadeia, Genoino apagou-se, a saída de Martha foi uma perda inominável. O (prefeito Fernando) Haddad é um universitário, ele não tem uma pegada forte. Para ser referência, ele teria que perder o ar acadêmico, esse estilo de falar e ser mais populista. Não sobrou nem surgiu ninguém, então eles primeiro recorreram a Dilma e, depois, sempre o recurso único foi o Lula. O PT hoje não tem ninguém [...] (OLIVEIRA, 2016, p. 4).

Talvez a consequência mais visível do esfacelamento do PT seja seu reflexo no retrocesso da esquerda. É inegável que o Partido dos Trabalhadores tirou a esquerda brasileira do ostracismo político em que repousava desde o Golpe Militar de 1964. A esquerda foi elevada à Presidência da República pelo inconformismo dos eleitores com o neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso, associado ao hábil discurso de Luiz Inácio Lula da Silva. Sua capacidade de argumentação e carisma carregaram votos para a esquerda e elegeram o primeiro presidente oriundo das massas trabalhadoras. Entretanto, houve o retrocesso.

Chico de Oliveira (2016) discute o retrocesso no PT com o seguinte argumento: “O PT, que tirou a esquerda brasileira do limbo em que ela sempre vegetou e a levou à Presidência,

já perdeu o confronto de forças políticas. E a esquerda voltou para o limbo. A esquerda e Lula perderam a credibilidade”. A operação Lava Jato representa para Chico de Oliveira nada mais que uma opção política em que a busca da verdade jurídica é secundária. Para o sociólogo, a operação contaminou a credibilidade de Lula, que foi o seu alvo, e também a do PT. O resultado de uma credibilidade enfraquecida acabou por beneficiar a oposição<sup>27</sup>.

Chico de Oliveira observou, contudo, que há um desencontro na articulação dos partidos de direita, que não chegaram a um consenso sobre quem comanda a oposição ao PT, o que aumenta as chances de o Partido dos Trabalhadores ganhar as eleições de 2018, uma vez que as forças anti-PT são heterogêneas e não se articularam.

É com o desenrolar da apelação de Lula contra a sentença de primeira instância do Sérgio Moro, com a indicação do candidato petista para as eleições presidenciais de 2018, e especialmente pela articulação das forças anti-petistas, que se definirá o cenário do posicionamento do Partido dos Trabalhadores na política nacional<sup>28</sup>. Mas o que pensam os próprios militantes e a liderança petista a respeito dos destinos do partido?

Quando procuramos identificar as diretrizes do partido para o futuro, cujo evento mais próximo seria a eleição presidencial de 2018, recorremos às discussões nas reuniões preparatórias para o 6º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, que ocorreram em junho de 2017. Era evidente a presença de um movimento de resistência que buscava recuperar as perdas ocorridas nos últimos mandatos do PT. Nesse sentido, é claro o posicionamento das esquerdas que, grosso modo, se dividiam em quatro vertentes interpretativas<sup>29</sup>.

A primeira é a que entende que o PT chegou ao seu final e estaria abandonando a pretensão de revolucionar a sociedade (RODRIGUES, 2017). Dentro dessa corrente, a continuidade das esquerdas deve ter como pré-requisito a superação da experiência petista. Para os partidários dessa corrente, entre os quais identificamos alguns dirigentes sindicalistas, a

---

<sup>27</sup> É bem verdade que, quando Chico de Oliveira apresentou tais considerações, o principal foco da Operação Lava Jato eram políticos e militantes ligados ao Partido dos Trabalhadores. Com o desenrolar das investigações, se desnudou um envolvimento institucional que praticamente não poupou qualquer partido.

<sup>28</sup> Quando encerrávamos a redação deste tópico, a sentença de Lula foi referendada pelo TRF-4, complicando a situação da disputa eleitoral de 2018.

<sup>29</sup> Não há uma unanimidade na caracterização dessas vertentes. André Singer (2010), ao responder à questão “Afim, aonde vai o PT?”, ressalta que a bibliografia especializada distingue quatro macros orientações, e que cada uma delas apresenta variantes que singularizam cada contribuição. Nesse sentido, a análise aqui apresentada constitui uma das possíveis caracterizações do Partido dos Trabalhadores.

retomada do projeto socialista passa pelo esgotamento do PT, ou pelo menos pelo seu ofuscamento, dando espaço para outros partidos como o PSTU, PCB e PSOL. A crítica que o militante petista Julian Rodrigues apresentou para esta tese é a de que, no pensamento dos que a adotam, é absurdo acreditar que exista um ponto a partir do qual o partido deva ser abandonado por não mais ter espaço para dar continuidade às transformações sociais (RODRIGUES, 2017).

A segunda vertente é majoritária dentro do próprio PT, como relata Julian Rodrigues, e encontra guarida também na maioria dos militantes cutistas. Nessa corrente, o “golpe” é o principal argumento, sendo entendido como uma reação da direita às políticas dos governos petistas. Essa maioria busca a conciliação por entender que não há espaço para a prática do radicalismo e que as mudanças implementadas pelos governos petistas somente ocorreram porque a estratégia foi adotar um reformismo moderado. É o perfil de um partido, antes profundamente ideológico, cuja inserção eleitoral se deu por força dessa mesma ideologia, para um partido que passa a ser conciliador, disposto a qualquer ação para conseguir votos (RODRIGUES, 2017).

Uma terceira corrente entende que estaria ocorrendo um enfraquecimento da vinculação PT x Movimentos Sociais, à custa da inserção privilegiada do partido no Estado, que, em outras palavras, seria ceder à cooptação para ganhar espaço. A quarta corrente, que forma um bloco denominado “Muda PT”, busca fazer um contraponto entre o reformismo moderado da maioria dos militantes e a desistência daqueles que acreditam que o PT chegou ao seu final. Estes criticam abertamente a posição de centro-esquerda do partido e, mesmo considerando as contradições e a complexidade da luta de classes no Brasil, entendem que o Partido dos Trabalhadores é o que melhor atende aos interesses do povo brasileiro e entende que o “golpe” abriu desafios de um novo ciclo que o PT pode vir a ocupar (RODRIGUES, 2017).

Segundo informou o sindicalista Julian Rodrigues, que se declarou aderente a esta última linha, o bloco é formado por “[...] vários intelectuais de esquerda, quadros tradicionais do campo moderado do partido, a Consulta Popular, as direções do MST e da Central de Movimentos Populares (CMP), boa parte da blogosfera progressista e até setores do PSOL. E resume sua visão de PT com a seguinte afirmativa: “O PT está velho, desdentado, desacostumado a combater. Tem que mudar sua estratégia e renovar suas direções, reconectando-se aos movimentos sociais” (RODRIGUES, 2017).

Apresentada a visão de intelectuais, de militantes do partido, encerraremos com a visão do cidadão comum, o eleitor, sobre o Partido dos Trabalhadores, assunto do próximo item e que fecha a discussão deste capítulo sobre o lulismo no novo cenário político.

### **1.5 A imagem do Partido dos Trabalhadores e da política na visão do cidadão comum**

Depois de 13 anos de governo petista, quais são as atuais expectativas do cidadão quanto aos rumos de um governo de trabalhadores, que em 2003 representava esperança de melhores condições de vida para os mais pobres? Qual é o pensamento do cidadão sobre o PT e a política em geral? Essas opiniões implicam inflexão ou apontam para a continuidade do Partido dos Trabalhadores dentro do cenário político?

Os institutos de pesquisa fornecem informações que respondem a essas questões. Foram selecionadas três pesquisas que consideramos de relevância sobre o assunto: a primeira, elaborada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), o braço de estudos acadêmicos do Partido dos Trabalhadores e que oferece informações e análises para os dirigentes do partido. As duas outras, elaboradas pelo Instituto Datafolha, sobre intenções de voto.

A primeira pesquisa é a Pesquisa Percepções Político-Institucionais: Visão de país (SANDES, 2017), publicada em 25 de março de 2017, pela FPA. O universo é constituído por moradores de baixa renda da periferia de São Paulo, em que pelo menos 30% dos entrevistados eram beneficiários ou ex-beneficiários de programas sociais (BF, MCMV, Prouni, Fies). A característica desses entrevistados permite, em tese, supor favorabilidade nas respostas que envolvem o PT.

Uma segunda característica marcante é que a amostra selecionada, composta por 63 moradores de bairros periféricos da capital paulista, foi constituída exclusivamente por eleitores que votaram no PT de 2002 a 2012, mas que deixaram de votar no partido nas eleições para a Prefeitura Municipal de São Paulo ou na eleição presidencial de 2014. Com isso, o que a pesquisa pretendeu avaliar foi a opinião dos que deveriam votar no partido, possivelmente por retribuição aos benefícios sociais recebidos, mas que por algum motivo resolveram mudar de lado.

O objetivo da pesquisa, conforme declarou em entrevista Marcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo (BENITES, 2017), foi o de reunir conhecimentos para

reflexão e atualização do projeto político do PT, num cenário de fracasso da tentativa de reeleger o prefeito da capital paulista.

Conforme analisa Pochmann *apud* Benites, a pesquisa fornece evidências empíricas que mostram que o PT retrocedeu politicamente e necessita recuperar a confiança de seus antigos eleitores. A população da periferia da cidade de São Paulo já não nutre as mesmas esperanças do início do Governo Lula e descrê da política e dos políticos.

Os resultados gerais mostram que o debate político é superficial e tem agenda definida pela mídia hegemônica, sendo que, para a maioria dos entrevistados, os assuntos em pauta são apenas aqueles vinculados pela mídia, como a corrupção e a operação Lava Jato. Estes demonstram que há um desconhecimento generalizado dos fatos que envolvem o cenário político e econômico brasileiro. Não se observa o desenvolvimento de uma argumentação sobre assuntos mais complexos ou definição de conceitos políticos.

Segundo Vilma Dokany, socióloga e coordenadora do Núcleo de Estudos e Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, em citação de Rute Pina (2017), há muita confusão em torno dos termos utilizados pela mídia. "Identificamos que os conceitos que a gente trabalha em política, de esquerda e direita, são muito difusos. Na periferia, estes conceitos não pegam, têm uma baixíssima associação" (PINA, 2017). Considerando o peso percentual do eleitorado do PT que se enquadra na classe social pesquisada, pode-se concluir que a influência do populismo e da disseminação de ideologias são preponderantes na escolha de candidatos a cargos políticos.

A pesquisa mostrou que há um sentimento de descrédito na política como ferramenta de mudança social. Entre as percepções político-institucionais, estão as que percebem a inércia dos políticos na busca do bem comum. "Os políticos são vistos como simples usurpadores, que não cumprem com seus deveres em relação às necessidades dos cidadãos e, ainda, buscam somente vantagens pessoais" (PINA, 2017). O maior problema é a corrupção que, além de ser um mal em si, se transforma na causa dos demais problemas existentes no país: desemprego, violência, péssima qualidade dos serviços públicos.

A desmoralização da política é uma constante na visão dos entrevistados. Não se percebe uma diferenciação ideológica, uma vez que "todos são farinha do mesmo saco". O conflito não é de classes, de patrão e trabalhador, de rico e pobre. O conflito é cidadão x Estado, sendo este último ineficaz e incompetente. Visto como essencial, o Estado deixou de exercer a

regulação e em consequência perdeu as rédeas da economia, envolveu-se na corrupção, o que levou à crise moral e econômica que o país viveu em 2017.

E nessas circunstâncias, o proselitismo político bem manejado poderá influenciar nos resultados das próximas eleições presidenciais, uma vez que há uma descrença generalizada no Estado e um desejo de mudanças, ou talvez de retorno aos anos áureos dos governos petistas.

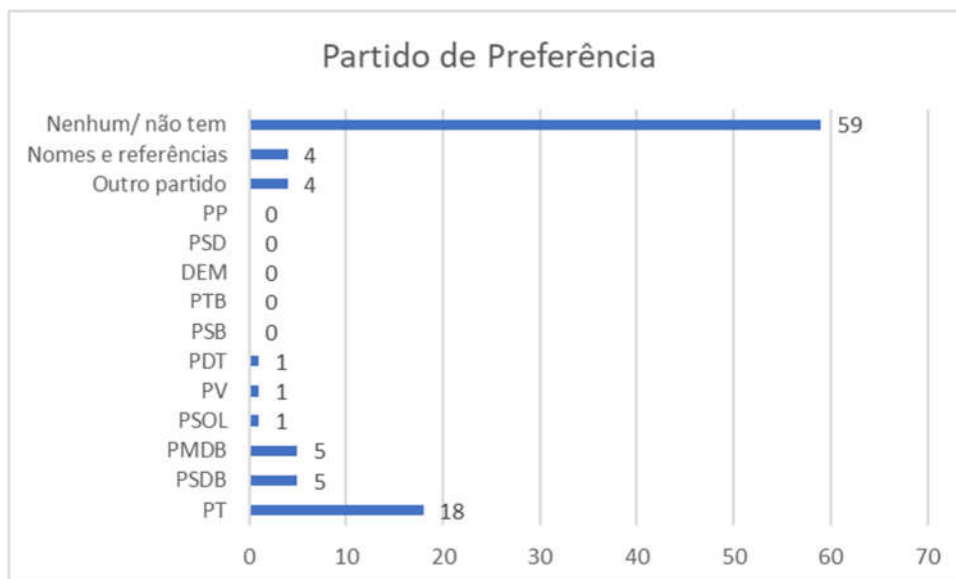
A pesquisa da Fundação Perseu Abramo deu o que falar. A interpretação da própria fundação é a de que os resultados mostraram um distanciamento do eleitor dos discursos e práticas de parte de políticos e militantes ligados ao PT. Marcio Pochmann, em entrevista ao Jornal do Comércio (BENITES, 2017), ressaltou que o resultado da pesquisa não é um recado exclusivo para o PT, mas abrange outros partidos políticos e a sociedade em geral, servindo para que gestores de políticas públicas alterem rumos perante a crítica sobre a disfuncionalidade do Estado. Nem todas as pesquisas da FPA são divulgadas para o público, segundo informou Pochmann (BENITES, 2017). O fato desta vir a público certamente possibilitou uma discussão crítica sobre os temas abordados.

Os resultados dessa pesquisa apenas permitem concluir pela insatisfação da população de periferia quanto aos políticos e ao Estado. A figura de Lula continua incólume e constitui uma opção viável na visão da população para ocupar novamente a presidência da República. O obstáculo é a possibilidade do julgamento tempestivo do recurso de apelação criminal da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), caso venha a ser mantida a sentença de condenação prolatada pelo juiz Sérgio Moro.

As evidências que permitem concluir pela possibilidade de reeleição do ex-presidente Lula podem ser encontradas em duas pesquisas Datafolha. Na primeira, realizada entre 21 e 23 de junho de 2017, com 2.771 entrevistados em 194 municípios, com margem de erro máxima de dois pontos percentuais para mais ou para menos, o ex-presidente Lula continuava mantendo a liderança nas intenções de voto para presidente e seria o vencedor do primeiro turno, conforme a pesquisa Data Folha:

Com índices de intenção de voto similares aos alcançados em abril, o ex-presidente Lula (PT) segue líder dos cenários de 1º turno da eleição presidencial de 2018, com Jair Bolsonaro (PSC) e Marina Silva (Rede) em destaque tanto na disputa pela segunda colocação nos cenários contra o petista quanto pela liderança quando Lula não aparece como candidato. (DATAFOLHA, 2017)

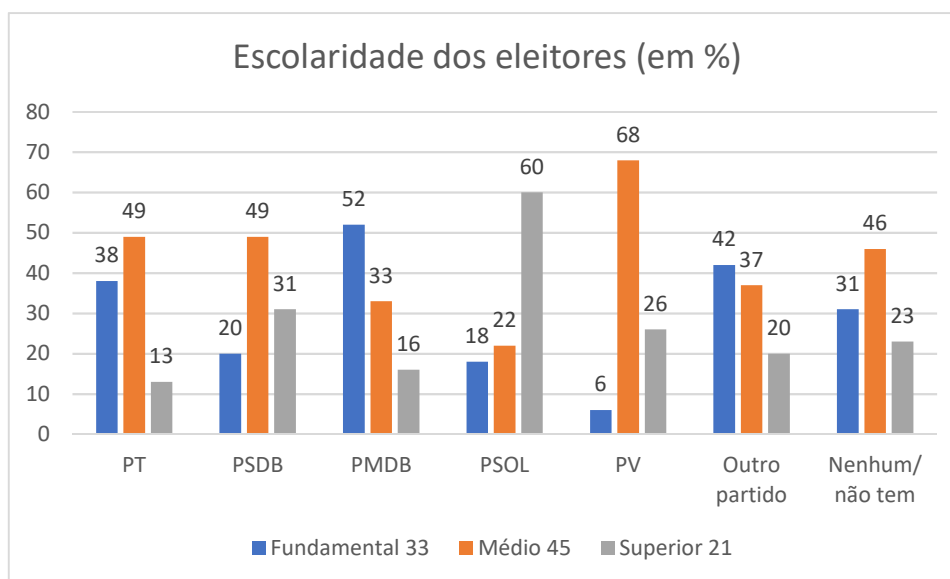
Figura 1.1 – Preferências partidárias de eleitores brasileiros em pesquisa realizada em junho de 2017.



Fonte: (DATAFOLHA, 2017)

Outra análise importante sobre o futuro do PT é o perfil de escolaridade dos votantes conforme Fig. 1.2. Há uma concentração de eleitores com o nível fundamental e médio concluídos entre os votantes no PT, sendo que os de nível superior são 13%. Os dados comprovam a observação de André Singer sobre a mudança da base social dos eleitores do PT a partir da eleição de 2006. Quando se considera o PSOL, o percentual de eleitores de nível superior inverte e chega a 60%, demonstrando que esses eleitores migraram para outra esquerda. Podemos concluir, portanto, que o PT deixou de ser preferência de parte dos eleitores mais escolarizados, carregados para outros partidos de esquerda (Fig.1.2).

Figura 1.2 – Distribuição percentual de eleitores por escolaridade e por partido político.



Fonte: (DATAFOLHA, 2017)

Em simulações do 2º turno para as próximas eleições, Lula liderava contra nomes do PSDB e contra Bolsonaro, e ficava empatado tecnicamente quando os adversários eram Marina Silva e Sérgio Moro. Esses dados respondem à pergunta lançada no início deste tópico: o povo sufragaria Lula como Presidente da República, o que nos leva a concluir que, se não for barrado pela Justiça, as chances de o ex-presidente voltar ao comando da nação seriam, na época da pesquisa, reais. Assim, toda a divulgação midiática da Operação Lava Jato e a polarização contra e a favor de Lula ainda não foram suficientes para neutralizar a figura daquele que, ao criar o lulismo, conseguiu manter uma popularidade capaz de superar grandes obstáculos.

\* \* \* \* \*

O próximo capítulo dará continuidade à discussão sobre os atores. Os sindicatos dos petroleiros e sua estratégia de negação farão parte dos assuntos tratados. Nele discutiremos a dissidência sindical nos Sindipetros e como surgiu a reação que levou à criação da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).



## CAPÍTULO 2

### LULISMO, SINDICATOS E A ESTRATÉGIA DA NEGAÇÃO

No capítulo anterior apresentamos o Partido dos Trabalhadores, descrevendo o surgimento de um novo modelo político: o lulismo, cuja base ideológica se desgarrou da ideologia de fundação do Partido dos Trabalhadores. O lulismo representou um estilo de governo durante os dois primeiros mandatos do PT e em parte dos dois seguintes. Foram 13 anos com o PT à frente do país. Na maior parte desse período, governando a partir de estratégias próprias do lulismo. Neste capítulo discutiremos a relação entre essa forma de governar e os sindicatos, focando nas categorias dos petroleiros. O interesse é identificar as influências do lulismo nos sindicatos petroleiros e de que forma isso afetou o mundo do trabalho na Petrobras.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, um ex-dirigente sindical, para a Presidência da República impactou concepções e práticas de participação do sindicalismo. A mais visível foi a ocupação de cargos públicos por sindicalistas, até então uma prática pontual em governos anteriores. A participação de sindicalistas nos anteriores governos neoliberais foi circunstancial, diferentemente do que ocorreu quando o PT assumiu o poder. O fato não se reveste de estranheza, uma vez que é natural que um governo popular seja constituído por trabalhadores. Da mesma forma ocorreu com os governos antecedentes, quando representantes do capital, empresários e banqueiros ocuparam posições no governo e nas suas estatais.

A academia abordou por diversos ângulos a participação dos dirigentes sindicalistas no governo petista. Houve os que acreditaram que a participação de sindicalistas no governo representaria a perda do protagonismo político dos sindicatos (ARAÚJO; VÉRAS, 2011). Houve quem avaliasse a influência dos sindicatos no processo de decisão do governo. Coutinho (2010) abordou a apatia gerada pela hegemonia da pequena política, uma forma de governar apequenando os problemas sociais. Outros abordaram o aspecto da capacidade de mobilização dos sindicatos para a luta (BOITO JR; MARCELINO, 2010). A estratégia de neutralização do movimento sindical pela cooptação de seus participantes também foi um dos ângulos de abordagem da presença do PT no governo (DRUCK, 2006; ANTUNES, 2011). E, para nos

estendermos, um último aspecto observado foram os efeitos da ocupação de espaço político por sindicalistas sobre a autonomia sindical (QUEIROZ, 2007a).

A situação do sindicalismo brasileiro mudou com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. Em primeiro lugar, pela chegada ao poder de um partido oriundo, em grande parte, do movimento sindical. Segundo, pelo fato de ser um partido surgido da classe trabalhadora. A conjunção desses dois elementos favoráveis indicava que o sindicalismo brasileiro reunira as condições para crescer em importância. Esse crescimento se dava depois de um período de crise sindical. Os governos neoliberais de Collor (1990-1992); Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram períodos de contenção para o sindicalismo. Essa fase ficou conhecida como *década neoliberal* e levou a um imobilismo sindical. A principal preocupação dos sindicatos era simplesmente garantir empregos, frente às privatizações e demissões em alta (CARDOSO, 2003).

Essa situação mudou durante os governos petistas. Ao analisar a persistência da crise sindical, Boito e Marcelino (2010) observaram recuperação na atividade sindical durante os governos de Lula. Em sua pesquisa, afirmam que os sindicatos deixaram a crise da década neoliberal para trás. No período do governo lulista aconteceram maior número de greves, e os sindicatos conseguiram reajustes salariais acima da inflação. Com isso, segundo os autores, os fatos e os indicadores de atividade sindical desmentiram a tese do declínio histórico do sindicalismo, que teria avançado também quando o PT chegou ao poder.

Para Boito e Marcelino (2010), a discussão sobre crise e declínio do sindicalismo foi contaminada por uma vertente ideológica. A presença dessa ideologia inibidora acabou por desmobilizar iniciativas de ativismo sindical. Isso valeu tanto para os conservadores como para os progressistas. Os primeiros desistiram de continuar estudos sobre sindicalismo. Para eles, no neoliberalismo vigorava a economia de mercado e não havia espaço para a ação sindical. E também para os progressistas, que se renderam ao argumento de que o sindicalismo teve sua importância reduzida na luta de classes. No caso da classe dos trabalhadores petroleiros, a discussão sobre crise ou declínio do sindicalismo passou ainda mais ao largo. Os governos petistas foram apoiados pelos sindicatos petroleiros. Estes procuraram preservar o governo, sem contestá-lo. A desmobilização sindical durante os governos petistas teve uma sustentação ideológica, como pontuaram Boito Jr e Marcelino a seguir:

A discussão sobre crise ou declínio do sindicalismo está diretamente ligada, nos países do capitalismo ocidental, ao contexto da fase neoliberal desse

sistema e da reestruturação das empresas. Se a parcela conservadora dos pesquisadores do tema deixou de lado os estudos sobre o sindicalismo, por considerá-lo anacrônico numa “economia de mercado”, parece razoável afirmar que uma parcela dos estudiosos progressistas também cedeu, de alguma forma, às análises que atenuam o papel da luta sindical das classes trabalhadoras. Não seria gratuito afirmar que a tese sobre o declínio histórico da luta sindical bem como a ênfase unilateral e genérica na ideia de crise do sindicalismo podem ter contribuído para desarmar os ativistas e dirigentes do movimento sindical (BOITO JR; MARCELINO, 2010).

Para entender a desmobilização sindical dos petroleiros, acentuada durante os governos petistas, precisamos analisar sua natureza. Os sindicatos petroleiros se caracterizam pela inexistência de um patronato que claramente represente a figura de um opressor da classe trabalhadora – ao contrário dos demais sindicatos. Embora essa afirmativa possa ser recebida com críticas, entendemos que isso é fato. Os trabalhadores petroleiros se submetem a um empregador que apenas eventualmente demite, e quase nunca descumpre a legislação trabalhista.

Embora sujeitos ao regime celetista, os trabalhadores da Petrobras gozam de uma relativa estabilidade, assegurada aos empregados públicos. A investidura em cargos na Petrobras depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme preconiza o artigo 37, II, da Constituição Federal do Brasil<sup>30</sup>. As demissões por interesse da Petrobras ou por motivação de justa causa são resultados de processos administrativos. Estes, em tese, se guiam por princípios de legalidade e por diretrizes de órgãos reguladores<sup>31</sup>.

A ação sindical por parte dos sindicatos dos petroleiros é peculiar. Sua característica preponderante é o posicionamento político, embora eles também apresentem reivindicações semelhantes às de outros sindicatos. Remuneração, benefícios, jornada de trabalho estão na sua

---

<sup>30</sup> **Artigo 37** - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

**II** - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (BRASIL, 1988).

<sup>31</sup> Como exemplo de um desses processos administrativos de demissão, encontramos o caso da ex-gerente executiva da Petrobras, Venina Fonseca, denunciante de atos de corrupção na empresa. Um dos implicados, o ex-gerente Geovane de Moraes, foi demitido por justa causa. A Petrobras teve essa demissão questionada pela Comissão de Valores Mobiliários devido à repercussão do fato no mercado financeiro. O caso é uma evidência da afirmativa de que processos demissionais atendem à legalidade e se submetem indiretamente à avaliação de órgãos de regulação. Cf. <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/esclarecimento-sobre-noticias-depoimentos-a-comissao-interna-de-apuracao-u-complementar>. Acesso em 04out2017.

luta. Essa peculiaridade ajudou na desmobilização sindical durante os governos do PT. Isso se deu em razão do alinhamento sindical ao projeto de apoio de ações governamentais. Não havia a que se opor. Assim, salvo a dissidência entre federações petroleiras que serão tratadas aqui, os sindicatos dos petroleiros permaneceram na *inércia* que caracterizou a crise dos anos 1990. Esse fato está amplamente evidenciado ao longo dos boletins sindicais *Surgente*, que relatam a luta do Sindipetro-RJ contra os sindicalistas que aderiram ao governo petista e à direção da Petrobras.

Neste capítulo, apresentaremos o *status* do sindicalismo durante os governos petistas. Consideramos que o período de 2002-2016 é uma fase completamente distinta das anteriores. Chamamos esse período de terceiro ciclo e o comparamos com os anteriores. O que chamamos de primeiro ciclo é a fase do Novo Sindicalismo. A segunda fase, que ocorre durante os governos neoliberais, é conhecida como *Década Neoliberal* (CARDOSO, 2003). Na terceira fase, o sindicalismo se alinha ao Estado. Nela, o ativismo sindical se imobiliza e é neutralizado.

O capítulo está dividido em três partes. Na primeira, apresentamos a evolução sindical em fases, procurando caracterizar a fase dos governos petistas. Em seguida, discutimos a cisão entre federações sindicais petroleiras e suas consequências. Concluimos a terceira parte constando que a parte da esquerda sindical rejeita os métodos do governo lulista. A consequência é a criação de uma estratégia de negação por parte de sindicalistas que se desgarram do Partido dos Trabalhadores e buscam outra opção política longe das fileiras do partido de Luiz Inácio Lula da Silva.

\* \* \* \* \*

## **2.1 A evolução do sindicalismo brasileiro em três fases**

O sindicalismo pode ser dividido em fases segundo critérios diversos. Antônio Augusto de Queiroz (2007b) utiliza o critério histórico. Para o autor, o sindicalismo pode ser entendido a partir das seguintes fases: 1ª República; Estado Novo; 3ª República; ditadura militar, etc. Luís Werneck Viana (1976) utiliza o marco do varguismo na delimitação das fases: os sindicatos antes e depois de Getúlio Vargas. Como pretendemos caracterizar um período bastante específico, em que os sindicatos conviveram com um governo oriundo da camada sindical, consideraremos os 13 anos de governo petista como uma fase específica da história sindical.

Fasearemos a história sindical pós 1964, iniciando a primeira fase com o Novo Sindicalismo, clímax do ativismo sindical, período em que um sindicalismo combativo enfrentou a ditadura. Para nós, a segunda fase é a do sindicalismo sob um governo neoliberal em que governaram nomes como Itamar Franco, Fernando Collor, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso. Nessa fase, a ação sindical se restringiu a preservar os postos de trabalho e a conviver com ações de privatização, submetendo-se à economia de mercado. A terceira fase, dentro do critério adotado, é a dos sindicatos sob o governo petista (2003-2016). É nessa terceira fase que se dá o que denominamos de *estratégia da negação* – a rejeição sindical ao institucionalismo estatal.

A primeira fase pós Vargas, chamada de Novo Sindicalismo, ocorreu numa situação mundial de baixa atividade sindical. Indicadores de taxa de greves e de filiação sindical indicavam um estado de hibernação da ação sindical. No Brasil, entretanto, a efetividade sindical foi exceção.

Naquele período, a força dos sindicatos se manifestou por meio de uma greve histórica, iniciada em 12 de maio de 1978. Os trabalhadores da fábrica de caminhões Scania, em São Bernardo do Campo (SP), cruzaram os braços exigindo aumento salarial de 20%, acima do estipulado pelo governo. A greve sinalizou a presença de um poderoso ator social, até então contido, e que passou a marcar a cena trabalhista brasileira (CARDOSO, 2003). Os sindicatos mostraram a sua força de mobilização.

O Novo Sindicalismo surgiu numa época de ditadura militar, período em que a expressão das liberdades implicava riscos para a integridade pessoal do sindicalista. A necessidade de se manifestar para preservar direitos deu força ao movimento, obrigando o surgimento de lideranças autênticas. Com o *sindicalismo autêntico*, a ação sindical surpreendeu a ditadura e alterou os rumos da *abertura*. O regime vinha numa transição lenta e conservadora, e excluía uma participação mais ativa dos trabalhadores. E o regime foi obrigado a recepcionar a nova força capaz de paralisar a economia com suas greves.

A principal característica do movimento do Novo Sindicalismo foi sua ruptura com o vínculo da organização sindical subordinada ao Estado, que vinha da década de 1940. Articulado com outros movimentos sociais, o movimento levou os trabalhadores para as ruas (ANTUNES, 2011; BOITO JR., 1996; CARDOSO, 2003; RODRIGUES, 1999; SANTANA, 1999). Com isso, conferiu nova qualidade à luta política na transição da ditadura para o período

democrático, constituindo um marco na história sindical brasileira. Durante a vigência do Novo Sindicalismo, a esquerda cria o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, em 1983. Com o Novo Sindicalismo ficou marcada a institucionalização da ação sindical por entidades de esquerda.

O ponto de inflexão entre o final da primeira e o início da segunda fase é o final dos anos 1980. Adalberto Moreira Cardoso chama o período que se segue de *Década Neoliberal* (2003) e nesse tempo situa a crise dos sindicatos no Brasil. Antônio Augusto de Queiroz (2007b) denomina esse período de tempo de *Globalização e Neoliberalismo* (1989-2002). Essa fase, que de neoliberal, caracteriza a abertura democrática com as eleições diretas.

Eleito Fernando Collor de Mello, o neoliberalismo ganha força no país com demissões sistematizadas e os preparativos para a privatização. A sentença de ordem no sindicalismo passou a ser *cuidar para não ficar pior*. O desemprego e o arrocho salarial neutralizaram a combatividade sindical. Nas palavras de Adalberto Moreira Cardoso: “As medidas da pujança dos sindicatos caíram em toda a parte, com destaque para a taxa de greve e de filiação sindical” (2003, p. 23). Os governos neoliberais impuseram aos sindicatos uma agenda mínima em que a prioridade foi assegurar empregos ameaçados. Nessa fase, a atuação sindical se torna mero paliativo para o jugo do capital sobre as relações de trabalho.

Uma situação recorrente ao longo da evolução da história do sindicalismo é a influência de uma agenda internacional. Esta esteve presente desde a década de 1990 e persistiu até o final do governo petista (2016). As imposições do sistema financeiro internacional mostraram sua força, e seus princípios levaram ao Consenso de Washington (novembro de 1989). O resultado foi a recomendação da volta ao Estado mínimo, em que apenas as estratégias neoliberais encontravam espaço (ZAGHA; THE WORLD BANK, 2005)<sup>32</sup>.

A influência do sistema financeiro internacional na economia nacional é relevante na deterioração do mundo do trabalho. Ela está na raiz do endividamento do país, incluindo o da Petrobras, e nos leva a questionar por que este se acentuou durante os governos petistas. A

---

<sup>32</sup> Este relatório do Banco mundial examina o impacto das principais reformas políticas e institucionais que tiveram sua origem no Consenso de Washington. São avaliados aspectos como estabilização macroeconômica, liberalização do comércio, desregulamentação das finanças, privatização, desregulamentação de serviços públicos, e a modernização do setor público. A realidade é que este receituário foi imposto aos países do terceiro mundo, como exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI), com consequências neoliberais no mundo do trabalho. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/664481468315296721/Economic-growth-in-the-1990s-learning-from-a-decade-of-reform>. Acesso em 07 out 2017.,

resposta aponta para a influência do capital internacional, fonte para os recursos captados pela estatal, conforme se verifica nos *Prospectos de Emissões de Dívida*<sup>33</sup>, documento emitido pela Petrobras e destinado a informar seus investidores.

Quando o assunto é a onda de corrupção institucionalizada, o elemento financiamento externo pode ser um catalizador dessa corrupção e deve ser incluído nas análises. Além do corruptor e do corrompido, existe a figura e os interesses do financiador. Ou seja, a Petrobras se endividou com recursos externos que foram parcialmente consumidos pela corrupção, conforme apontam inquéritos e processos penais em andamento. A devolução de recursos financeiros surrupiados da estatal constitui comprovação dessa afirmativa (RECUPERAMOS..., 2017). Investigações da Polícia Federal identificaram conluio entre empresas estrangeiras que superfaturaram serviços prestados à Petrobras<sup>34</sup>. A prática da corrupção afetou resultados financeiros da companhia – que, a partir dos prejuízos, teve de tomar ações, como, por exemplo, a redução de suas operações, com vendas de ativos.<sup>35</sup>

A terceira fase do sindicalismo, dentro de uma estrutura de faseamento, é a que se desenvolve durante os governos petistas (2003-2016). Galvão e Marcelino informam que essa fase:

[...] foi marcada pelo apoio da grande maioria do movimento sindical aos governos petistas; pela crescente participação das centrais sindicais nas instituições estatais; por conquistas obtidas no plano econômico e pela retomada do ativismo grevista. As seis centrais sindicais oficialmente reconhecidas [...] apoiaram, até 2013, o governo de Dilma Rousseff [...]. Esse apoio não garantia o atendimento das demandas sindicais, tampouco impedia a implementação de políticas desfavoráveis aos trabalhadores, mas tornava o quadro sindical mais complexo. (GALVÃO; MARCELINO, 2017)

Andreia Galvão e Paula Marcelino observaram que o alinhamento dos sindicatos com o governo petista ocorreu de forma incondicional. Na visão das autoras, os sindicatos apoiaram o governo petista não impondo o atendimento de demandas sindicais ou a abstenção da prática de políticas desfavoráveis ao trabalhador. Essas afirmativas não devem ser vistas de forma taxativa. No nosso entendimento, cujas evidências estão presentes nos processos judiciais de

<sup>33</sup> Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/divida/prospectos-de-emissoes-de-dividas>. Acesso em: 07 out 2017

<sup>34</sup> Cf. <https://istoe.com.br/lava-jato-investiga-empresas-estrangeiras-envolvidas-em-fraudes-na-petrobras/>. Acesso em: 07/10/2017.

<sup>35</sup> Este assunto será retomado no **Cap. 4 – Petrobras espoliada: Impairment e Downsizing; Prejuízos e dívidas**, dessa tese.

corrupção e na atual situação financeira da empresa, a política do *é dando que se recebe* prevaleceu no mundo político e não foi revogada durante os governos petistas. O governo Lula foi pródigo no cultivo do bom relacionamento com sindicatos e sindicalistas. Seu governo incentivou a financeirização dos fundos de pensão por dirigentes sindicais e viabilizou o financiamento das centrais sindicais com a contribuição sindical obrigatória. Um comportamento previsível e que não seria de estranhar em um governo de trabalhadores.

Entendemos que uma das características da terceira fase é a parceria sindicatos-governo, com o que concordam alguns autores (QUEIROZ, 2007b; GALVÃO, 2014; BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2015). Nessa fase, ressalta a dicotomia entre interesses dos trabalhadores e os institucionais do Estado. Nesse sentido, Andréia Galvão observa que as centrais sindicais, na busca de alinhamento com o Estado, relegaram a mobilização das bases para segundo plano, privilegiando sua atuação junto ao governo. A autora observa que:

Sob a liderança da CUT [...] essas centrais privilegiam a intervenção junto às instituições governamentais em detrimento da mobilização da base. Seu grande objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, o trabalho digno e a distribuição de renda. Apesar de apresentá-lo como um projeto de classe, esse projeto consolida uma mudança registrada pela CUT desde os anos 1990, quando assume uma perspectiva de parceria com o governo e com o capital (GALVÃO, 2014, p. 109)

De fato, a observação de Andréia Galvão também se fez notar no sindicalismo petroleiro. Durante os governos petistas, se observou uma desmobilização parcial da atuação sindical. A FNP atribuiu o imobilismo da FUP ao seu alinhamento às políticas institucionais, e considerou que esta aderiu ao governo e à direção da Petrobras. Os boletins sindicais de ambas as federações traziam frequentes notícias levantando fatos, criticando-se mutuamente<sup>36</sup>. Os movimentos contrários às políticas da direção da empresa e do próprio governo eram tímidos, e se concentravam na FNP e nos seus sindicatos. A FUP, como vista pela FNP, entretanto, continuava como aliada do governo institucionalizado.

Outra característica básica dessa terceira fase do sindicalismo é, portanto, o protagonismo político dos sindicatos. Um governo de trabalhadores se constitui por natureza por trabalhadores. É natural que seja assim. Numa situação em que dirigentes sindicais são

---

<sup>36</sup> As disputas entre FNP e FUP estão retratadas nos boletins das entidades. Surgente, do Sindipetro RJ, e *Primeira Mão*, da FUP. Alguns casos estão relatados no **Cap. 3 – Engenharia de cooptação e hegemonia lulista**, dessa tese.



alçados para cargos na máquina estatal, o sindicalista se vê na posição de favorecer o mundo do trabalho. A ocupação de cargos de gerentes da Petrobras por sindicalistas oriundos da FUP originou conflito de interesses, uma vez que a atuação gerencial e as necessidades dos trabalhadores dificilmente se compatibilizavam.

O lulismo utilizou a engenharia de cooptação (ANTUNES, 2011) para ampliar o protagonismo dos sindicatos e neutralizar eventuais oposições. Lula aumentou sua hegemonia em troca da ampliação do espaço sindical no Estado. Cargos em fundos de pensão transformaram sindicalistas em operadores financeiros, indicando o surgimento de uma nova elite no Brasil. Sindicalistas e ex-sindicalistas foram incluídos como novos operadores do mercado financeiro brasileiro (GRÜN, 2009; JARDIM, 2009).

E, para finalizar essa terceira fase, apresentamos algumas considerações sobre a interação entre sindicatos e partidos políticos. O binômio sindicato–partido político suscita reflexões sobre o papel da política partidária nos sindicatos e vice-versa. Como premissa, os sindicatos se rotulam apolíticos, mas não vedam a afiliação política de dirigentes e sindicalizados. Não discriminam, em tese, qualquer partido político, qualquer que seja sua coloração, de esquerda ou de direita, apesar de a ideologia partidária influenciar diretamente a ação sindical. Posições sindicais são resultados diretos da ideologia partidária. Assim, as tendências políticas são elementos de influência de sindicatos (RODRIGUES, 1991).

Durante os governos petistas, sindicalistas, militantes e aliados arrefeceram a oposição ao governo para se tornar o próprio governo. As campanhas eleitorais de Lula e de Dilma Rousseff apregoaram que, caso eleitos, fariam um governo de trabalhadores; e de fato os sindicatos não ficaram de fora, com seus dirigentes, militantes e aliados fazendo parte do governo.

Na visão de alguns sindicalistas, o sindicalismo precisa ser despartidarizado (VIEIRA, S/D). De maneira geral, os sindicatos aceitam a filiação partidária, porém rejeitam a vinculação da entidade sindical a um partido político. Os modelos sindicais ainda não se libertaram do esquema herdado de Getúlio Vargas que se valeu dos sindicatos como instrumento de controle das massas populares. E dentro desse esquema quem leva a pior são os trabalhadores. No exercício de interesses recíprocos, entre políticos e sindicatos, entre sindicalistas e governo, os trabalhadores ficam de fora. O sindicalismo partidário é uma realidade. Mesmo que dirigentes sindicais declarem seu apartidarismo e reafirmem a autonomia sindical. Embora a cartilha

sindical procure expressar a unicidade de conceitos como independência e autonomia, a cartilha política continua exercendo sua influência nos sindicatos.

A propalada independência dos sindicatos em relação ao governo, aos patrões e ao Estado possui seus requisitos. Exige a inexistência de qualquer relação política, financeira ou organizativa com as entidades patronais e seus governos. A independência somente estaria assegurada se os sindicatos não recebessem recursos financeiros vindos do Estado ou de empresários. Além disso, seus dirigentes não deveriam ocupar cargos de confiança no Estado, como é proposição da Conlutas (CRUZ, 2011) . E não foi o que ocorreu durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Quanto à autonomia, os sindicatos declaram que devem ser autônomos em relação aos partidos, o que implica decidir de forma soberana. Embora declarem sua ação sindical como apolítica, dirigentes sindicais continuam se posicionando sobre política, e os fatos políticos moldam a direção do movimento dos sindicatos.

A estrutura sindical se organiza hierarquicamente, com as entidades sindicais fazendo parte de uma pirâmide. Participam federações, confederações e, por via inversa, as centrais sindicais, que deveriam ser independentes. A autonomia das centrais sindicais se revela uma falácia, pois de fato as centrais sindicais e sindicatos estão vinculados por força da repartição da contribuição sindical definida pela Lei 11.648/2008. Esta reconheceu formalmente as centrais sindicais e lhes destinou 10% da contribuição sindical compulsória (imposto sindical). Sua constitucionalidade foi contestada na Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 4067, ajuizada em 2009 pelo Partido Democratas (DEM), sob o argumento de desvirtuar a destinação do produto da contribuição sindical<sup>37</sup> (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2015). Para o partido, a contribuição sindical não pode ser utilizada para o custeio de atividades que extrapolem as categorias profissionais, por se tratar de tributo vinculado.

Esses fatos evidenciam um entranhamento ideológico entre sindicatos e partidos políticos. No caso dos sindicatos petroleiros, a afiliação de cada sindicato é disputada por duas centrais sindicais, sendo que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) detém a quase totalidade das afiliações de sindicatos petroleiros, compartilhando uma preferência isolada com a Central Sindical e Popular (CSP CONLUTAS) (Vide ANEXO I).

---

<sup>37</sup> O artigo 149 da Constituição restringe a contribuição sindical ao âmbito de interesse das categorias profissionais, este entendido de forma restrita e, portanto, excluindo a atuação das centrais sindicais.

Concluindo, a terceira fase do sindicalismo se caracterizou pelo alinhamento político dos sindicatos ao governo e às direções de estatais e fundos de pensão. Nessa fase, o protagonismo político influenciou as ações dos dirigentes que deixaram o sindicalismo para militar no governo e em suas empresas, desvirtuando a atuação sindical em defesa do trabalhador. Exemplo disso é apresentado no capítulo 5 desta tese, onde tratamos das consequências da estratégia de governo no mundo do trabalho.

O próximo item discutirá a dissidência entre os sindicatos petroleiros e a criação de uma segunda federação, resultado da cisão da categoria.

## **2.2 FUP E FNP – Dois projetos sindicais antagônicos**

A categoria dos trabalhadores na indústria de petróleo é representada por 18 sindicatos petroleiros distribuídos no território nacional, sendo que 17 entidades sindicais representam os trabalhadores da Petrobras. A estrutura hierárquica segue a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) quanto à filiação dos sindicatos a uma federação<sup>38</sup>. É facultado aos sindicatos se filiar a uma central sindical, tipo de entidade reconhecida formalmente pelo então presidente Lula, que sancionou a Lei nº 11.648/08. No caso dos petroleiros, duas federações disputam a afiliação dos respectivos sindicatos: a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). O Anexo I apresenta a relação dos sindicatos petroleiros, sua afiliação federativa e a central sindical de vinculação.

Tanto as federações, como as centrais sindicais, disputam a preferência de afiliação dos sindicatos petroleiros. Estes podem se alinhar a uma mesma central sindical, como ocorre com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e estar em oposição quando se trata de uma federação. Com a criação da FNP, em 2010, a dissidência sindical na categoria petroleira se instaurou formalmente. A cisão se iniciou em 2006 quando seis sindicatos petroleiros passaram a se opor à FUP, e criaram uma frente nacional, que, mais tarde veio a se tornar a FNP.

---

<sup>38</sup> Conforme estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no seu Art. 534, é facultado aos Sindicatos, quando em número não inferior a 5 (cinco), desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação. (Redação cfme. Lei nº 3.265, de 22.9.1957) (BRASIL, 1957).

Embora a cisão dos sindicatos petroleiros expresse a pluralidade de uma democracia sindical, a dissidência é uma questão para reflexão. O que seria mais benéfico para os trabalhadores: o alinhamento interno dos sindicatos ou a existência de oposição entre eles? Tanto as centrais sindicais como as federações tendem a competir pela preferência da classe petroleira, buscando representar os trabalhadores hegemonicamente. Para essas entidades, o melhor seria que todos se alinhassem para a luta comum.

A melhor resposta para essa questão está, entretanto, vinculada a resultados: em que situação o trabalhador terá maiores benefícios? Escolhemos como resultados dois indicadores: condições de aposentadoria e estabilidade do fundo de pensão complementar, a serem apresentados nos capítulos seguintes desta tese. Adiantando as respostas, afirmamos que a dissidência sindical pouco influenciou nos benefícios para a classe petroleira. No nosso entendimento, a dissidência representa uma negação política de um estado de coisas que ocorreram durante os governos petistas. Os sindicatos não tiveram força para alterá-las.

E por que a dissidência sindical na associação federativa pouco influenciou no balanço dos benefícios e direitos do trabalhador? Para nós, há duas respostas. A primeira é a reduzida capacidade de mobilização de luta dos sindicatos petroleiros. Não há, pelo menos nos últimos anos, um enfrentamento direto da Petrobras por parte dos sindicatos. E a segunda é a unicidade sindical, com sua imposição de sindicato único por categoria e município, funciona como um sistema de pesos e contrapesos, que desativa a influência das federações no encaminhamento da pauta de interesse dos trabalhadores. Nessa situação, são os sindicatos, e não as federações e centrais, os donos da última palavra nas mesas de negociação. Por mais que uma determinada federação imponha suas políticas, o sindicato poderá ainda assim manifestar a negação do que considerar prejudicial para os interesses da categoria.

A ressalva é que a ação dos sindicatos nas negociações não é inteiramente livre. Ela se submete a uma pressão da classe trabalhadora, especialmente quando a questão envolve benefícios financeiros. A discordância da classe trabalhadora é um fator que dificulta uma pauta de reação sindical e pode desmobilizar eventuais ações de resistência proposta por eles. Isso ocorre particularmente quando os sindicatos propõem postergar, contra a vontade dos trabalhadores, a aceitação de ofertas da empresa em mesas de negociação. O episódio do pagamento da participação nos resultados (PR) em 2015, descrito a seguir, exemplifica uma situação em que a oposição do Sindipetro-RJ às propostas da Petrobras não foi adiante, pela rejeição de sua posição pelos trabalhadores.

Filiado à FNP, o Sindipetro RJ é um dos atuais cinco sindicatos que fazem oposição à FUP. Em 2015, durante a negociação da PR, o Sindipetro RJ apresentou para a categoria indicativos de rejeição da proposta da empresa. Os demais sindicatos, filiados à FUP, se posicionaram favoravelmente à proposta. Dessa forma, os trabalhadores vinculados a esses sindicatos receberam o pagamento da PR, mas os do Rio de Janeiro, vinculados ao Sindipetro-RJ, ficaram sem receber. O boletim *Primeira Mão* da FUP divulgou o fato em manchete<sup>39</sup>, estimulando a cizânia. Com isso, o trabalhador representado pelo Sindipetro RJ se indignou contra o sindicato, num acirramento da disputa entre entidades, uma se colocando contra a outra.

A questão da dissidência é, de fato, uma realidade entre as duas federações petroleiras e seus sindicatos associados. É diferente de correntes em oposição dentro de uma determinada instituição sindical. Estas fazem parte do jogo democrático entre posição e oposição e, em última instância, são encontradas em qualquer instituição democrática. As primeiras, entretanto, representam um tipo de dissidência ainda pouco abordada pela literatura nacional. As reduzidas referências acadêmicas sobre dissidência se limitam à disputa entre centrais sindicais ( GALVÃO; MARCELINO, 2017; GALVÃO, 2014; TROPIA; GALVAO; MARCELINO, 2013;). O assunto dissidências internas ainda não conquistou espaço cativo nas discussões acadêmicas. Sua importância, entretanto, se evidencia pela pauta permanente dos informativos sindicais. As digressões sobre dissidência sindical são encontradas, principalmente, em literatura estrangeira (FLETCHER JR; STEPAN-NORRIS; SOUTHWORTH, 2010; GAPASIN, 2008; PAWLENKO, 2005).

Apesar de pouco discutida, a dissidência entre as federações petroleiras não é fato isolado. É recorrente no sindicalismo, tanto no país como no exterior<sup>40</sup>. Antes da cisão da FUP, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) também teve de lidar com a cizânia de correntes minoritárias de oposição, em 2004. Do resultado destas disputas, surgiu a

---

<sup>39</sup> Cf. boletim *Primeira Mão* – ed. 1184, de 15/06/2015, com a seguinte manchete: Petroleiros em todo o país recebem PR no dia 10, menos no Rio.

<sup>40</sup> O rompimento de sete importantes sindicatos americanos com a American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO), em 2005, e a consequente criação de uma nova federação, sugestivamente denominada *Change to Win*, colocou na ordem do dia os debates sobre os efeitos das cisões sindicais sobre o movimento sindical. As questões que na época se seguiram, num cenário em que sindicatos rivais operavam, envolviam discussão sobre eventual enfraquecimento de estratégias do movimento sindical decorrentes da presença de novos sindicatos players e sobre os efeitos que as cisões e sua consequente competição interorganizacional exerciam sobre o crescimento da afiliação sindical (STEPAN-NORRIS; SOUTHWORTH, 2010, p. 227).

Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e, em 2006, a Intersindical. As rupturas entre entidades podem ter várias consequências<sup>41</sup>. Podem ser negativas, como a quebra da hegemonia de sindicatos frente a interesses conflitantes. Por outro lado, podem ser positivas, pois a ruptura possibilita aos situacionistas rever seu apoio ao governo e a contestação obriga a reflexão (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2015, p. 145).

Descreveremos a seguir a dissidência na FUP que deu origem ao surgimento da FNP. Seus primeiros sinais foram a criação da antiga Frente Nacional dos Petroleiros (FNP) em 2006. Segundo a FNP, ao explicar o porquê da cisão, uma nova entidade se fazia necessária como alternativa de luta da categoria. Segundo a FNP, havia uma decepção com os rumos que a FUP tomava em defesa dos interesses do trabalhador. O clímax ocorreu no XII Congresso Nacional da FUP, quando essa federação defendeu abertamente a repactuação do Plano Petros, o que significou para o trabalhador abdicar de antigo contrato com seu fundo de previdência. Os dissidentes viram no fato um desrespeito com a categoria e o início de uma era de venda de direitos em troca de cargos.

Isto se deu no período de 28 a 30 de julho de 2006, quando foi realizado o XII Congresso Nacional da FUP, na cidade de São Paulo, com a temática “Autossuficiência, uma conquista dos trabalhadores”. O congresso tratou de outros temas, como a previdência e o indicativo para a repactuação no plano Petros. A questão previdenciária ligada ao indicativo de repactuação foi o estopim da cisão. Parte dos sindicatos repudiou a medida. O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro-LP) decidiu em reunião que não participaria do Congresso, em virtude da proposta de repactuação. Os sindipetros do Rio de Janeiro,

---

41 Nesse sentido, o editor de *Cahiers des Ameriques Latines* assim se expressa sobre a ruptura: “Le soutien de la CUT au gouvernement Lula a engendré un processus de scission dans la centrale, conduisant certains courants minoritaires à créer deux nouvelles organisations qui aspiraient à gagner une envergure nationale [...]. Ces organisations, bien qu’assez minoritaires, constituent un pôle de résistance à la ligne syndicale hégémonique et contribuent à dynamiser le paysage syndical en disputant la représentation des travailleurs au syndicalisme hégémonique. L’action de ces organisations peut également avoir des répercussions sur l’orientation des syndicats qui soutiennent le gouvernement, les conduisant ainsi à assumer, dans certains cas, une position plus critique face à la politique néodéveloppementiste.” (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2015).

“O apoio da CUT ao governo Lula levou a um processo de divisão da central, levando algumas correntes minoritárias a criar duas novas organizações que aspiravam ganhar estatuto nacional [...]. Essas organizações, embora relativamente pequenas, constituem um polo de resistência à linha sindical hegemônica e contribuem para revitalizar o cenário sindical ao contestar a representação dos trabalhadores no sindicalismo hegemônico. O trabalho dessas organizações também pode ter um impacto no direcionamento dos sindicatos que apoiam o governo, levando-os a assumir, em alguns casos, uma postura mais crítica em relação à política neo-desenvolvimentista (tradução própria).

Pará/Amazonas/Maranhão/Amapá, Alagoas/Sergipe e São José dos Campos abandonaram o congresso sem participar dos debates. Em agosto de 2006, os sindicatos dissidentes convocaram as bases para discutir a desfiliação à FUP.

A Frente Nacional dos Petroleiros foi criada em 3 de agosto de 2006 e, depois da decisão dos sindicatos de desfiliação, assumiu as negociações com a Petrobras, em nome dos sindicatos opositoristas. A proposta da frente era estabelecer uma política de compromisso com a categoria, sem vínculo patronal ou governamental (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS, s/d). A nova entidade passou a se reunir e realizar congressos anuais. Durante o 3º Congresso na cidade de São José dos Campos, em 2009, se decidiu fundar a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). A fundação ocorreu durante o V Congresso, realizado entre 28 e 30 de maio de 2010, em Santos, na sede do Sindipetro-LP. Atualmente, estão filiados à FNP cinco sindicatos de petroleiros: Sindipetro AL/SE, Sindipetro-LP, Sindipetro-PA/AM/MA/AP, Sindipetro-RJ e Sindipetro-SJC (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS, s/d).

É evidente que nem a FUP aceitou a FNP, nem a FNP poupou a FUP de suas críticas, conforme os argumentos apresentados por estas. A FUP, ao se manifestar sobre a dissidência dos cinco sindicatos, atribuiu à FNP o rótulo de divisionista. Para a federação, os sindicatos dissidentes romperam a filiação com uma federação que deveria ser única, criando uma segunda federação. A FUP entendeu que os dissidentes passaram a se opor sistematicamente a todos os indicativos da federação, sem propor alternativas. Para a FUP, a FNP não construiu mobilizações e estratégias de negociação que trouxessem diferença nas lutas da categoria, e reconheceu que essas práticas enfraqueciam os petroleiros. Segundo a federação, a gestão da Petrobras, conhecedora da dissidência FUP x FNP, se aproveita para enfraquecer os trabalhadores, de modo que a cada novo dissídio, e a cada rodada, as negociações se tornam mais trabalhosas (RH..., 2012).

Embora exista um discurso mútuo propondo um movimento de luta unificado, a FUP critica a FNP por não mobilizar seus sindicatos de forma a pressionar as decisões dos gestores da Petrobras. O mesmo se ouve da FNP afirmando que a FUP planeja mobilizações sem efeito prático. Para a FNP, a FUP adere aos acordos e propostas da Petrobras, sem esgotar a negociação. Nas palavras da FNP (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS, s/d), as mobilizações da FUP não passam de simulacro de uma situação que não interessa levar adiante. A FUP se queixa de ser chamada de traidora. Para ela, os “divisionistas” da FNP estão sempre a reboque dos calendários e nunca agem por si mesmos, e ficam aguardando os indicativos da

FUP para se posicionar contra. A FUP conclama pela unidade, que, segundo ela, se faz na luta e respeitando diferenças, com legitimidade e representatividade.

Um exemplo emblemático da polêmica, lembrado pelas partes, é a publicação em 10 de janeiro de 2012 de um informe sob o título *Petroleiros: a fábula da federação única*. De autoria de um militante do PSTU ligado à FNP, conhecido como Professor Pardal, criticava a FUP. A FUP contestou, apresentando sua réplica, em uma edição especial do informativo *Primeira Mão*, pontuando as respostas de uma dezena de questões em que era criticada (FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS [S.d.]). Nessa discussão, tanto pela crítica como pela constatação, conclui-se que a FNP e a FUP entendem que a criação da segunda se deu em um momento de luta no passado, quando a categoria petroleira sentiu a necessidade de uma organização combativa que reunisse os sindicatos. A FUP pretendia ser única representante do trabalhador petroleiro, tanto é que utilizou o termo “Única” na formação de sua denominação. E sendo única, o que teria levado alguns sindicatos a se desfiliar da federação na visão da FNP? A cristalização das lutas e o afastamento das bases e dos interesses dos trabalhadores. Nessa condição, segundo a FNP, a direção da FUP passou a auxiliar a direção da Petrobras a implementar medidas que afetavam os trabalhadores. Em sua defesa, a FUP alega que as pautas de reivindicações são democráticas e realizadas em assembleias plenárias e congressos. Todos, portanto, têm a oportunidade democrática de se manifestar.

Nesse ponto, de fato não há o que se contestar. O que é levado como encaminhamento da categoria é resultado de decisões coletivas. O reparo que se coloca é a questão da representatividade. Acompanhamos as negociações coletivas e outras reivindicações da categoria dos petroleiros desde 2012 e constatamos um desinteresse generalizado da classe pelas discussões. As votações, especialmente as realizadas nas portas de edifícios administrativos, são marcadas pela presença de uma minoria, aumentada apenas quando se trata de votar a aceitação de um acordo imediato que traduza pagamentos ou vantagens para o empregado.

A FUP, ainda no debate respondendo a críticas da FNP, questionou por que os descontentes não procuraram mudar a federação em vez de sair dela (FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS, [S.d.]). A FNP, como dissidente, respondeu que durante vários anos se mobilizou elegendo delegados para os congressos. Pretendia que estes pudessem representar a dissonância, mas que se viram isolados. Seu apoio incondicional às reivindicações de trabalhadores aposentados e sua posição contra a repactuação no plano de previdência da Petros



foram os motivos do isolamento a que foi submetida. Os delegados da FNP acabaram por ser rejeitados e relegados ao segundo plano pela corrente que apoiava o governo e a direção da empresa (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS, s/d). Afirmativa da FUP informou que militantes do Sindipetro SE/AL, orientados pelo PSTU, participaram do XII CONFUP, em julho de 2006, com a intenção deliberada de rachar o movimento sindical. A federação questionou o abandono do congresso por parte desses militantes e afirmou que a ocorrência constituiu “um fato político criado para tentar justificar a saída da FUP”. (FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS, s/d).

Outra situação que reflete a dissidência entre federações é a que ocorreu durante a greve dos petroleiros de 2015, cuja principal reivindicação era o dissídio coletivo de setembro. O mote das duas federações nas “falações” nas portas da empresa era o de queriam manter uma Petrobras 100% estatal. A posição de ambas se opunha firmemente contra a venda de ativos. A venda de ativos da empresa foi considerada pela direção da Petrobras uma saída para a crise. Os resultados apurados deveriam ser utilizados no pagamento das dívidas acumuladas pela companhia, além de possibilitar a redução do custo operacional. A oposição contra a venda foi categórica tanto da FNP como da FUP. Ambas conclamaram a população brasileira, movimentos coletivos, movimentos sociais, estudantes e outros a patrocinar a luta. Apesar da manifestação contra a venda ser posição unânime, foi possível observar o que entendemos como contradições nas posições assumidas pelas duas federações.

Primeiro, a FNP proclamou a necessidade de manter unidas pautas de natureza política e econômica<sup>42</sup>. A luta contra a venda de ativos, vertente política das negociações, não poderia e nem deveria ser negociada separadamente das reivindicações de cunho econômico e financeiro. Estas implicavam na continuidade de benefícios já conquistados pela categoria, e a questão salarial e a venda de ativos formavam um binômio indissociável na visão da FNP. A oportunidade de fortalecer a luta contra a privatização estava presente durante a negociação coletiva e não deveria ser deixada de lado. Para a FUP, segundo sua justificativa, a negociação deveria ser pragmática. Assim, por que não negociar os salários para o acordo coletivo, independentemente da luta contra a privatização? A luta contra a privatização, no posicionamento da FUP, seguiria seu curso natural.

---

42 Cf. Boletim Surgente nº 1349 a 1361 sobre a greve dos petroleiros de 2015, uma das mais representativas ocorridas durante os governos petistas.

Segundo, a FNP reivindicava o mérito de ter trazido a FUP para a luta, a que esta última teria aderido apenas por conveniência, apenas para satisfazer expectativas da classe trabalhadora. Para a FNP, a FUP permaneceu na luta por ter sido arrastada pela movimentação paredista e sempre esteve alinhada com a direção da Petrobras. Sua participação no movimento nada mais seria que um velho teatro representado para os trabalhadores<sup>43</sup>.

Entre manter unidas as duas pautas ou desassociá-las, prevaleceu a posição da FUP. A reivindicação das cláusulas econômicas foi separada do pleito político de luta contra a privatização. A FUP apresentou o indicativo de aceitação das propostas econômicas da Petrobras. Um após outro, os sindicatos foram aceitando a proposta da Petrobras. A FNP lançou acusações contra a FUP de realizar manobras nas assembleias, censurar ativistas com posições diferentes e praticar terrorismo para encerrar a greve pelo medo. De uma maneira geral, os dirigentes fupistas conseguiram desmontar a mobilização e aprovar as propostas econômicas.

Para a FNP, a existência de dois projetos sindicais antagônicos ficou clara. Seu projeto sindical é independente e autônomo em relação à Petrobras e ao governo. Sua atuação é comprometida com os direitos dos petroleiros (SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO DE JANEIRO, 2007). Para a FNP, o projeto sindical da FUP é governista e pelego, e ignora a obrigação de compromisso com a categoria. A FNP afirma que a atuação da FUP foi deliberada para desarticular o movimento grevista e esvaziar a defesa dos interesses do trabalhador.

Concluindo, podemos verificar, como apontam os fatos relatados, que a dissidência entre as duas federações durante os governos petistas foi marcante. Com o impeachment da presidenta Dilma e a posse de Michel Temer, é possível que as divergências reduzam. Para ambos, até o momento, a direita representada pelo novo governo passou a ser o opressor comum.

### **2.3 A estratégia da negação: conflito político-ideológico entre esquerdas**

As virtudes, os sucessos e mesmo os fracassos dos governos petistas não são unanimidade. Há os que consideram o lulismo um fenômeno que chegou ao seu final (

---

<sup>43</sup> Os detalhes da greve dos petroleiros de 2015 estão descritos nos Boletins Surgente nº 1349 a 1361, disponíveis em <http://www.sindipetro.org.br/103/1350.htm>. Acesso em 13nov2017.

OLIVEIRA, 2016, 2010; CARDOSO; OLIVEIRA, 2015; ANTUNES, 2007), outros consideram que os governos petistas chegaram a cumprir seu papel (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2015). As ações do lulismo e também do petismo apresentam uma característica polissêmica. Vejamos, por exemplo, a avaliação que se faz das questões sociais e econômicas dos governos petistas. Não há um significado único que possibilite avaliá-las. Contradições e rupturas internas, aliadas às denúncias de corrupção, levam a esta diversidade.

O desgaste político do PT não é exclusividade do partido, e chegou a abranger a quase totalidade dos demais partidos políticos. Entendemos que se trata de resultado de programas e ações de governo equivocados, de avaliações incorretas. O endividamento da Petrobras e o sucateamento do sistema energético brasileiro são exemplos desses rumos desviados. Não é de se estranhar que, dentro desse cenário, surjam novas forças e correntes sindicais, desfiliações diversas, etc. Estas contestam o *status quo* e enxergam o petismo cada qual à sua maneira. Há olhares críticos, outros mais complacentes, com o lulismo e os sindicatos que os apoiam.

Isso leva a um fenômeno que denominamos estratégia da negação. Numa observação realizada em 2017, encontramos uma negação mais ou menos entranhada na sociedade em relação ao PT, embora exista um outro lado dos que consideram o PT a solução socialista para o país. Para nós interessa observar os primeiros, os que chamamos de a *Esquerda que nega*, entre os quais se incluem partidos políticos e sindicatos. Por que uma *Esquerda que nega*? O matiz de esquerda está presente nestes. No entanto, também há neles uma rejeição pelos métodos da esquerda que ocupou o poder. E essa se manifesta na oposição aberta à esquerda que passou a ocupar cargos nos governos petistas. Comprovação dessa afirmativa está na atuação do Sindipetro-RJ, descrita nos boletins sindicais Surgente. Por isso, os chamamos de a *Esquerda que nega*.

No passado, costurado muito antes do primeiro governo de Lula, surgiu a insatisfação com os rumos tomados pelas políticas do Partido dos Trabalhadores (PT), que representou uma espécie de negação ao que vinha acontecendo. Dentro de uma diversidade ideológica, a negação surgiu das chamadas tendências do partido (CERDEIRA, 2016, p. 21), quando novas dissidências foram estimuladas e rupturas ocorreram<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Cf. Cap.1 dessa tese – item 1.3 O conflito entre a ideologia petista e o lulismo.

Uma das principais negações é a convivência mais ou menos tolerada com a corrupção que se institucionalizou durante os governos petistas. O PT foi desgastado por denúncias de envolvimento de vários de seus dirigentes em escândalos, favorecimentos a empresários, coalisões com partidos de direita. O partido afirmou que as denúncias faziam parte de uma campanha articulada pela mídia e pelos partidos de oposição. Para o PT, seria um confronto entre a direita conservadora e neoliberal e a esquerda nacionalista e desenvolvimentista, uma espécie de polarização de forças, uma luta entre “nós contra eles”, como no discurso de Lula (PRADO, 2017).

Cerdeira (2016, p. 21), porém, entende que “[...] é totalmente falso o argumento de que existe uma polarização de direita e um governo de esquerda ou progressista”. As situações políticas se explicam a partir da luta de classes entre patrões e trabalhadores, sendo que o argumento da existência de um enfrentamento entre campos reacionários e campos progressistas não subsiste na atual política brasileira.

Em questão de luta, os sindicatos vislumbram dois tipos. A primeira luta, de natureza econômica, é uma luta sem fim, pois o sistema capitalista jamais deixará de explorar os trabalhadores. A segunda é a luta política da classe trabalhadora, que depende de ideologia vinda de posições políticas. E aqui se manifesta a negação, um conflito ideológico, em que a aliança entre o PT e os partidos da direita, como o PMDB, PSD, PTB e PP, é evidência de um descontentamento dos mais radicais, conforme observa Cerdeira.

O PSTU de Cerdeira é uma das vozes que bradam contra o lulismo e para isso desenvolveu uma estratégia de negação, que reconhece a existência de dois enfrentamentos na sociedade brasileira. O primeiro é a luta dos trabalhadores e do povo para resistir ao ataque da burguesia, para se rebelar contra mudanças das leis trabalhistas, reforma da previdência e ajuste fiscal, suportado pelo trabalhador. Ao negar o lulismo, o PSTU incluiu, na frente burguesa, os governos petistas, os governos estaduais, os empresários e o Congresso Nacional. Para Cerdeira, o confronto entre essa frente burguesa e os trabalhadores/povo representa a principal forma em que se expressa a luta de classe no Brasil (CERDEIRA, 2016, p. 21).

O segundo confronto é o que se passa entre os setores burgueses. O PMDB de Temer e a oposição da outra direita (PSDB, DEM, PPS e Solidariedade) se confrontaram. O objeto era fazer uma aliança estratégica para governar o país. A engenharia de cooptação foi um dos elementos de convencimento. Mas se mostrou insuficiente, sendo a fraude e a corrupção

alimentadas por recursos da Petrobras (PETROBRAS, 2017) e da Petros, o que fez da ilicitude um meio de convencimento para a governabilidade.

A associação petista com a burguesia, continua Cerdeira, se inicia na década de 1980 a partir da tendência majoritária do PT<sup>45</sup>, conhecida como Articulação. A consolidação dessa aliança ocorre com a escolha de um empresário como candidato a vice-presidente da República na chapa de Lula. A miscigenação do PT com a burguesia prossegue com a escolha de Michel Temer como vice de Dilma Rousseff. Não se deve estranhar os resultados dessa aliança. Sua natureza levou ao que os petistas e parte da esquerda chamam de golpe<sup>46</sup>, consumado com o impeachment da presidenta Dilma.

Outro aspecto da *negação* é a rejeição ao pacto político do PT, cujo objetivo econômico, segundo Cerdeira, era o de garantir lucros para empresários nacionais e estrangeiros (CERDEIRA, 2016, p. 23–24; 39). Não bastava simplesmente a aliança política entre o PT e partidos de direita, pois o capital exige lucros. Os governos petistas, em especial o de Lula, não incluíram o empresariado e banqueiros entre os inimigos da ressocialização. A frase de Lula “Nunca na história deste país os empresários ganharam tanto dinheiro” (KAMEL, 2009) foi utilizada em vários contextos, sendo criticada e elogiada. Ressalta-se que o lucro foi estimulado pelos governos petistas como necessidade para o crescimento da economia. “...devem poder ganhar o dinheiro deles”, afirmou Lula em discurso realizado em Brasília<sup>47</sup> e referindo-se aos empresários. Para a estratégia da negação, esses discursos afrontam a ideologia socialista por colocar o opressor numa posição de berlinda.

A *negação* também se dá em relação à privatização disfarçada sob a forma de concessões. Portos, aeroportos, estradas, áreas de exploração de petróleo no pré-sal foram entregues a grupos privados. O PT, que, quando oposição, sempre foi voz contra as privatizações, no governo de Dilma adere às políticas que combatia. No status de governo, o PT incorpora uma posição política e econômica divergente da que tinha quando se opunha ao neoliberalismo de FHC. O governo passa a atuar dentro de uma visão empresarial do capital, a

---

<sup>45</sup> Cf. Cap.1 – 1.3 O conflito entre a ideologia petista e o lulismo para um detalhamento das tendências como correntes ideológicas do Partido dos Trabalhadores (PT).

<sup>46</sup> Para uma visão mais completa sobre o chamado “golpe”, cf. Almeida, *A Sombra do Poder*; Jinkings; Doria e Cleto, *Por que gritamos golpe?*; Souza, *A radiografia do golpe* (ALMEIDA, 2016; JINKINGS *et al.*, 2016; SOUZA, JESSÉ, 2016).

<sup>47</sup> Cf. (KAMEL, 2009, p. 290). Em pronunciamento feito em 17/11/2005, no evento Entrega do Selo Combustível, em Brasília – DF.

qual já havia aderido ao constatar a inviabilidade das propostas radicais que defendia quando oposição (BRAGA, 2012; MARCELINO, 2009; BOITO JR, 1991).

O estímulo ao consumo pela redução dos juros, as concessões de benefícios fiscais a empresas, a implantação da política das empresas campeãs, do BNDES, são exemplos de políticas do PT que beneficiaram especialmente o capital. A *Esquerda que nega* entende que, por essas políticas, o partido optou por uma estratégia de aliança com a burguesia. Como resultado, ajudou a desenvolver o capitalismo, sem assegurar o crescimento sustentável para o trabalhador e acabou abrindo espaço para a corrupção.

A corrupção não é uma exclusividade brasileira, nem está localizada no partido A ou no partido B. A *Esquerda que nega*, entretanto, entende que ela é inerente ao capitalismo. Permitimo-nos discordar. A corrupção irá existir onde os elementos de controle estejam nas mãos de poucos e a transparência seja um item negligenciado. Conforme no capítulo 4 desta tese, há mecanismos de controle que, implantados nas empresas estatais e no próprio governo, como o *compliance*, ajudam a estabelecer uma cultura. Criada a cultura, esta poderá minimizar as ocorrências de desvios de conduta. Nesse sentido, Cerdeira afirma:

A corrupção não é um privilégio do Brasil. É parte indissociável do sistema capitalista. Num sistema que tem como base a grande propriedade privada, a obtenção cada vez maior de lucro e a concorrência entre grandes monopólios, conseguir o apoio do Estado e de suas instituições pode fazer uma enorme diferença para acumular capital e suplantar os concorrentes (CERDEIRA, 2016, p. 24).

A busca da soberania sem ruptura com o imperialismo é outro elemento da negação. A *Esquerda que nega* entende que o Partido dos Trabalhadores (PT) propagou a ideia de que o país poderia crescer, se desenvolver, e consolidar sua soberania e independência, sem romper com o imperialismo, seus organismos e tratados. A estratégia denominada *inserção soberana na globalização* (COIMBRA, 2008), partindo desse pressuposto, admite a possibilidade de desenvolvimento do país mantendo boas relações e com o consentimento das grandes potências.

Embora existam países com condição efetiva ou potencial para ampliar sua influência no espaço geopolítico, há entraves para essa pretensão. Esses obstáculos são barreiras criadas pelos chamados Centros de Poder Econômico (CPE), formado pela tríade EUA, União Europeia (UE) e Japão. Há incompatibilidade entre os interesses econômicos de países como o Brasil e os dos CPEs. Isso cria espaço para a entrada de novos *players* descolados dos centros de poder econômico, como é o caso da China, cujos empresários são presença constante nos leilões e

negociações para aquisições de empresas nacionais. Assim sendo, a agenda geopolítica dos CPES acabou sendo imposta aos demais países, conforme Coimbra:

OS CPES, através da mídia internacional principalmente, começaram a impor ao mundo as chamadas causas nobres (direitos humanos, direitos das minorias, justiça social, povos indígenas), bem como as novas ideias (promoção da justiça social, através da adoção da “tarifa *antidumping* social”, penalidades comerciais para proteção ambiental - selo verde, soberania limitada, dever de ingerência, direito de intervenção, interferência humanitária, reformulação do papel das Forças Armadas), (COIMBRA, 2008).

Segundo a *Esquerda que nega*, há a necessidade de rompimento com as grandes potências mundiais pela ingerência e obstrução ao crescimento nacional. A negação parte da avaliação que as políticas do PT foram frustradas no seu intento de transformar o país em uma potência capitalista. Os governos petistas enfatizaram o êxito na implantação do neodesenvolvimentismo no país, sempre afirmando sua oposição ao neoliberalismo ortodoxo dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Esse ponto, entretanto, é controverso.

Há posições, como a de Boito *et al*, que consideram que Lula realmente inovou ao promover o crescimento econômico com investimentos do Estado. Para eles, o crescimento ficou marginalizado ou foi inexistente durante o governo de FHC (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2015). Outros, como Baltar *et al*, consideram que o governo de Lula aderiu às políticas de FHC. Especificamente, Baltar ressalta a existência de diferenças quanto às privatizações e a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

É possível destacar importantes elementos de continuidade na política macroeconômica brasileira, entre o segundo mandato de FHC e o primeiro de Lula, embora também existam diferenças importantes, como, por exemplo, a perda de ímpeto do processo de privatização de empresas estatais e o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (BALTAR *et al.*, 2010).

Findo o período de governo petista, constata-se que nenhuma das posições citadas se concretizou como previsto. Em primeiro lugar, o neodesenvolvimentismo petista não conseguiu evitar as privatizações, pois Dilma Rousseff implantou um pacote de medidas do Programa de Investimento em Logística (PIL). A presidenta denominou de *concessão*, e seus opositores de *privatização*, um programa cujo objetivo era entregar segmentos da infraestrutura do país, como portos, aeroportos, rodovias e estradas, para a iniciativa privada.

Esta é uma das contradições do lulismo. O PIL foi um pacote de privatizações que utilizou instrumentos como a outorga de serviços públicos e a redução do papel do BNDES no fomento dos investimentos estatais. Ambas as medidas, a privatização de serviços e a redução do papel do BNDES como agente financiador, representaram um golpe nas políticas do PT. Foram rejeitadas até mesmo por amplos setores petistas. A reestatização de setores da economia foi tema do 5º Congresso Nacional do partido – realizado em 2015 (SECRETARIA NACIONAL DO PT, 2012), na mesma época em que Dilma Rousseff anunciava o programa de concessões.

Em segundo lugar, o papel do BNDES como agente fomentador de investimentos foi desvirtuado. Contribuiu para isso o mau desempenho das empresas beneficiadas. A política do BNDES iniciada em 2007, com a estratégia de criação de empresas *campeãs nacionais*, visava incentivar fusões e aquisições, em que empresas como os frigoríficos JBS, a telefônica OI e a EBX, do grupo do empresário Eike Batista, foram beneficiados. Essas empresas receberam cerca de R\$ 18 bilhões de crédito subsidiado pelo BNDES. Em 2013, a política de empresas *campeãs nacionais* foi descontinuada (LANDIM; LEOPOLDO; IRANY, 2013)<sup>48</sup>.

Em 2017, algumas das empresas *Campeãs nacionais* estavam em situação financeira precária. Outras, envolvidas em denúncias de corrupção. Esses resultados permitem afirmar que a estratégia do governo petista representou outras contradições do lulismo. Este, ao procurar estimular o crescimento econômico, acarretou prejuízos ao Tesouro Nacional, além de desvios de recursos públicos. A comprovação dessa afirmativa pode ser obtida cotejando-se os resultados financeiros constantes dos relatórios de desempenho do BNDES, que registram provisões para devedores duvidosos.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Em 2013, o então presidente do BNDES, ao responder a pergunta em entrevista se o BNDES estaria abandonando a política de campeãs nacionais, não só corrigiu o termo, como afirmou que se tratava de uma agenda concluída, com uma política que tinha méritos e chegou até onde podia ir. Cf. (LANDIM; LEOPOLDO; IRANY, 2013).

<sup>49</sup> O crédito oferecido pelo BNDES a juros subsidiados é tomado na praça pelo Tesouro Nacional, com remuneração superior ao percentual cobrado. A compensação do subsídio vem pelo crescimento da economia, da oferta de empregos e pela produção e consumo. Quando o beneficiado não atinge os objetivos do projeto que apresentou para tomar o crédito, o prejuízo para os cofres públicos é certo. Empresas como a Telefônica OI, a EBX de Eike Batista, para citar alguns exemplos contribuíram para prejuízos do Tesouro Nacional. Para uma visão mais detalhada, consulte Relatórios anuais do BNDES, disponível em: <https://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 12set2017



A *Esquerda que nega* entende que a política neodesenvolvimentista dos governos petista falhou e apontam a submissão aos ditames dos sistemas financeiros internacionais como causa. Segundo Bernardo Cerdeira:

A crise econômica mostrou que o Brasil nunca deixou de ser um país subalterno e dependente do imperialismo. O problema é que a inserção na globalização significava, desde o princípio, uma política de submissão ao imperialismo em que a soberania ficava limitada aos discursos (CERDEIRA, 2016).

Sintetizando, a negação se manifestou por ângulos diversos. O primeiro deles: a falência do projeto petista, que considerava ser capaz de transformar o Brasil em um grande país capitalista, sem grandes reformas sociais – que é o chamado reformismo fraco na linguagem de André Singer (SINGER, 2012). Segundo: a ilusão de um capitalismo humano, através do qual seria possível aos trabalhadores melhorar de vida de forma permanente, sem enfrentamento da burguesia, o que seria conseguido por políticas de redistribuição de renda promovidas pelo Estado. Terceiro: As lacunas éticas na política, que a *Esquerda que nega* considera ser onde o partido perdeu sua legitimidade, permitindo a corrupção institucional no governo. Quarto: a ilusão da soberania sem enfrentamento do imperialismo, situação em que o país não crescerá se não se opuser aos entraves colocados pelos países imperialistas.

Face às negações, apenas restava aos insatisfeitos o estabelecimento de uma *Estratégia de Negação*. Esta, em resumo, é um distanciamento das linhas do partido de grau variável, que pode ir desde a oposição ferrenha até a dissidência seguida de cisão. E assim se deu nas várias instâncias. No campo político, os rachas no Partido dos Trabalhadores levaram militantes de relevância a abandonar o partido e ir para outras siglas ou fundar novas. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), por exemplo, derivaram de dissidências.

O PSOL nasce de uma negação em que militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) discordaram das políticas do partido. Eram contrários ao seu conservadorismo e aos fisiologismos das suas alianças com a direita. A cisão se dá na votação da proposta de reforma da previdência enviada pelo governo federal, quando Luciana Genro, Heloísa Helena, Babá e João Fontes votam em desacordo com a orientação do PT. São expulsos do partido (MIGNONE, 2003) e criam o PSOL em julho de 2004, partido em que as dissidências dessas lideranças representam uma das estratégias de negação contra o petismo.

Já o PSTU deriva de uma antiga tendência interna do Partido dos Trabalhadores denominada Convergência Socialista. Essa tendência foi expulsa do PT em 1992 por defender a campanha *Fora, Collor*. O PT entendeu como uma estratégia para provocar a derrubada do governo Collor. A fundação do PSTU incluiu correntes socialistas excluídas do PT. Apesar da dissidência com o PT, em 1994, o partido apoiou Lula para presidente. Nas eleições seguintes, 1998, 2002, 2010 e 2014, lançou candidato próprio à presidência da República. A criação do PSTU é um outro exemplo da negação às políticas do PT.

No campo sindical, onde a presença da esquerda é mais notada, as rupturas com a CUT levaram ao surgimento de novas centrais sindicais, em que são exemplos a Força Sindical (FS), alinhada com a direita, e a Conlutas, esta última uma preferência da esquerda mais radical. Na categoria dos petroleiros, a estratégia de negação se deu com a cisão da FUP, quando cinco sindicatos dissidentes vieram a constituir a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

Outro exemplo de negação é o repúdio de parte do sindicalismo petroleiro à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Quando a filiação federativa era exclusividade da FUP, a CUT constituía a central ao qual se alinhavam os sindicatos petroleiros. Atualmente, a CUT deixou de ser unanimidade, sendo que a grande ruptura ocorreu durante os governos petistas. As reformas petistas foram tímidas e insuficientes para extinguir o fosso da desigualdade, uma vez que o partido continuava com as práticas neoliberais de FHC. Praticava o que André Singer denominou de reformismo fraco. Com isso, parte do sindicalismo rompeu com a CUT e passou a discordar de suas posições.

Adalberto Moreira Cardoso afirma que, durante o governo neoliberal, “a CUT não abandonou, por momento algum, seu lugar como movimento de oposição a qualquer partido ou coalizão partidária no poder (nacional ou local) desde seu aparecimento em 1983”. Para o autor, durante os governos neoliberais a CUT sempre pressionou de fora por meio de greves, demonstrações públicas, ocupação de terras. Seu objetivo era organizar os trabalhadores e ganhar eleições pelo PT. “A ação política estratégica da CUT não pode ser compreendida fora de um projeto de poder que incluía o PT e outros partidos também representados em sua estrutura interna de poder” (2003, p. 62).

Mas em 2003 tudo isso muda. O partido de filiação ideológica da CUT assume o poder na figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E como se comportaria o movimento que vinha sendo empreendido pela CUT? Ao cooptar dirigentes da CUT e aliados para o poder, o

presidente Lula granjeia a adesão da central que fazia oposição aos governos anteriores. A vinculação com a CUT é questionada por sindicalistas e sindicatos. A entidade é acusada de burocratizada e facilitadora de modificações institucionais. Como foi com a reforma sindical, a CUT recebe indicativos de ruptura, sendo que Conlutas representa a primeira dessas rupturas (BRASIL, s/d) da Esquerda que nega, as quais vêm se propagando no sindicalismo, conforme depoimentos abaixo:

A ruptura com a CUT é necessária porque a Central se transformou, hoje, numa entidade burocratizada, sem chances de reversão. Temos de romper com a CUT para construir um outro instrumento que possa, de fato, representar os servidores públicos e a classe trabalhadora. A CUT já não fala em nosso nome (William Nascimento, Coordenador Geral do Sinasefe).

A CUT foi criada em 1983, norteadas por princípios classistas, de massas, organizada pela base, autônoma em relação a quaisquer amarras institucionais[...]. Agora, preparando a reforma Sindical, fora outras reformas, o chão está riscado e não tem mais volta. Urgente se faz que todas as entidades filiadas, que defendem os princípios originais, comecem a discutir esse vínculo. Ou estarão compactuando com a defesa das reformas neoliberais do governo. (M<sup>a</sup> Margarida Sampaio, diretora do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região).

Com o repúdio à CUT, racha o apoio de esquerda ao PT. Com a eleição da nova diretoria do Sindipetro-RJ, empossada em 1º/6/2017, por exemplo, sindicalistas ligados ao PSTU, assumiram a direção. Não é de se estranhar que parte da direção do Sindipetro-RJ, com a predominância política do PSTU, também mude seus rumos. No Congresso do Sindipetro-RJ preparatório para o Congresso Nacional da FUP, em agosto de 2017, uma das propostas foi a desfiliação da CUT. Seguiu a tendência sindical de esquerda ortodoxa, manifestada nos depoimentos aqui transcritos. O resultado da proposta foi a aprovação da desfiliação dos sindicatos da FNP da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O resultado consolida a tendência de retorno sindical aos princípios que nortearam a criação do PT e depois a da própria CUT.

A alternativa de filiação é a Central Sindical e Popular (CSP) CONLUTAS, embora isso não seja unanimidade dentro do sindicalismo petroleiro da cidade do Rio de Janeiro. A central foi fundada no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em 2010. Atualmente, constitui alternativa de unificação do movimento sindical contra as reformas neoliberais do Governo Lula (CSP - CONLUTAS, 2011). A nova central uniu os conhecimentos de organizações sindicais e populares. Utilizou as experiências de luta e mobilização dessas organizações.

O estatuto da CSP CONLUTAS (ESTATUTO..., 2005) prevê a independência de classe e o pressuposto de que a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Pauta-se pela independência política, financeira e administrativa, em relação ao empresariado, aos governos e ao Estado. Quanto à possível influência de partidos políticos, a central se declara autônoma nas suas decisões políticas, administrativas e financeiras. Em seu estatuto, é incompatível a ocupação de funções públicas ou cargos de direção em qualquer instância governamental por dirigente da central. Com isso, a CONLUTAS nega o lulismo e se opõe à cooptação. Por determinação estatutária, a CONLUTAS resiste a uma prática da estratégia lulista que destinava de forma seletiva cargos públicos no governo, nas estatais e nos fundos de pensão.

Concluindo, a indignação de sindicalistas frente a atitudes contrárias ao interesse dos trabalhadores, faz surgir uma estratégia de recusa. A nova central sindical, a CSP CONLUTAS é, no nosso entendimento, o resultado da recusa de parte do sindicalismo de aderir ao neoliberalismo, que o PT nunca abandonou. As estratégias de negação representam a manifestação da discordância da militância quanto aos rumos tomados pelo PT. As consequências são a pluralidade de pensamento e a prática da democracia. Os resultados para os trabalhadores, especificamente para os petroleiros, foram grandes mudanças no mundo do trabalho, conforme se verá nos próximos capítulos. Neles, trataremos das estratégias utilizadas pelo lulismo para se manter no poder. Abordaremos a origem da cooptação, a partir de uma análise do presidencialismo de coalizão, e mostraremos como se desenvolve a engenharia de cooptação e como a corrupção tomou a forma institucionalizada.

\* \* \* \* \*

### CAPÍTULO 3

#### ENGENHARIA DE COOPTAÇÃO E A HEGEMONIA LULISTA

Nos capítulos anteriores descrevemos as características de dois atores, o Partido dos Trabalhadores (PT) e os sindicatos. Durante o período 2003-2006, ocorreram modificações profundas no mundo do trabalho, e esses atores estiveram presentes. Não podemos atribuir integralmente a totalidade das consequências das mudanças a eles, mas ambos foram copartícipes delas, mesmo que na função de meros expectadores. Este capítulo descreve o entranhamento entre sindicatos e Partido dos Trabalhadores e trata especificamente de estratégias do Partido dos Trabalhadores para a manutenção do poder, como a cooptação e a busca da hegemonia.

Um dos papéis dos sindicatos como representantes da classe trabalhadora é defender seus interesses. A conjuntura política, econômica e social, entretanto, pode tornar os sindicatos coniventes com o empregador e/ou omissos com os interesses do empregado. A engenharia de cooptação, uma das estratégias de poder, desmobiliza a atuação sindical e neutraliza oposições. Em determinadas situações econômicas e políticas, a conjuntura não deixa espaço de manobra para os sindicatos, situação em que nada mais lhes resta além de se conformar com a situação e buscar reduzir os prejuízos para o trabalhador.

O terceiro ator é o governo, mais especificamente as forças políticas que se agrupam em torno deste. Incluídos nessas forças estão todos os partidos políticos que direta ou indiretamente participam de um presidencialismo de coalizão. Além de utilizar a coligação partidária tradicional como meio de alianças, o governo utiliza outras formas de cooptação para ganhar aliados. O grau ou atratividade das propostas, nem sempre ortodoxas, garantirá o convencimento e, em consequência, a governabilidade. Além da indefectível distribuição de cargos, tradição da política brasileira, a cooptação pode ir até a utilização de meios escusos, como a fraude e a corrupção. A experiência recente brasileira mostrou que, quando estas se fazem presentes, o emprego, o trabalho e a dignidade ficam comprometidos.

O Partido dos Trabalhadores (PT), que governou o país entre 2003 e 2016, em última instância, se tornou o responsável pelo legado de seu governo. A responsabilidade, entretanto,

não é exclusiva e deve ser compartilhada com outros partidos que participaram das alianças petistas em prol da governabilidade. Instituições políticas, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido Progressista (PP), para ficar apenas com os maiores, respondem tanto quanto o PT pelo estado em que se encontrava o país nos tempos que se seguiram ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

O Brasil adotou o presidencialismo como sistema de governo<sup>50</sup>, o que vem desde a constituição republicana de 1891, com um breve interregno durante o governo de João Goulart. O sistema presidencialista foi ratificado por plebiscito realizado em 21 de abril de 1993, atendendo a previsão expressa na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. É a partir do presidencialismo que ocorrem as articulações para a governabilidade. Este capítulo trata desta última e das estratégias que levam a ela.

Discutiremos no capítulo o presidencialismo de coalizão e o processo de neutralização de resistências e de aumento da base aliada do governo, denominado engenharia de cooptação. A estratégia de distribuir cargos no governo, estatais e fundos de pensão em busca de hegemonia, entretanto, parece ser insuficiente para atender as instituições políticas e foi além da simples distribuição de cargos. Apresentaremos o que foi chamado de elite burocrática do PT, um processo de acumulação de cargos por petistas e aliados. E para encerrar discutiremos a patologia da corrupção que, sob a responsabilidade de um governo petista, se alastrou de forma sistêmica no meio político e na estrutura econômica. O país foi levado a uma crise, com desinvestimentos, desemprego em massa, aumento de violência, que conduziram ao descrédito nas instituições políticas e judiciárias.

\* \* \* \* \*

---

<sup>50</sup> “O presidencialismo estabelecido na constituição republicana de 1891 passou por conflitos políticos, revoltas regionais civis, rebeliões militares e inquietação econômica decorrente da grave crise financeira mundial de 1929. A revolução de 1930 deu início ao ‘presidencialismo forte’ de Getúlio Vargas, que se prolongou até 1945. Nas duas décadas seguintes, o presidencialismo pautou-se pela Constituição de 1946, com voto direto e popular. O parlamentarismo só existiu no Brasil entre 7 de setembro de 1961 e 24 de janeiro de 1963, durante o governo do presidente João Goulart. A intervenção militar de 1964 interrompeu o ciclo, substituído pela presidência dos generais, que se revezaram no poder pelo voto indireto do Congresso, transformado em colégio eleitoral. Com a Constituição de 1988, o presidencialismo recuperou características próximas às do sistema americano, com o fortalecimento do Legislativo e do Judiciário.”. Cf. (DALLARI, 2011).

### 3.1 O presidencialismo de coalizão como requisito de governabilidade

A dissidência entre entidades sindicais decorre de conflito de interesses. Propomos que o surgimento do conflito entre os sindicatos tenha resultado da discordância entre dirigentes sobre os rumos da ação sindical durante os governos petistas, em especial sob a presidência de Lula.

E qual seria a razão da discordância entre sindicalistas ter atingido um nível de exacerbamento capaz de cindir uma federação sindical? Entrevistas com sindicalistas apontam o surgimento de uma estratégia de negação por parte da esquerda rejeitando aqueles que aderiram ao governo. O significado da negação é uma reprovação da atitude daquele que, ocupando cargo público, não atuou em defesa da classe como esperado. A negação corresponde a uma crítica explícita ao comportamento daquele que passou a “fazer o jogo da Petrobras”, e que passou a defender outros interesses.

Os dados que apresentamos nesse capítulo indicam uma ascensão profissional de sindicalistas, ex-sindicalistas e militantes a partir do momento em que foram cooptados para ocupar cargos no governo. A contrapartida para o sindicalista fiel ao PT foi a concessão de cargos gerenciais e de assessoria na Petrobras e na Petros, o seu fundo de pensão. Aqueles que não concordaram com a atuação dos cooptados estabeleceram sua estratégia de negação, que se materializou formalmente na cisão da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e na criação da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

O entendimento dessa dissidência passa pelo processo de governabilidade de um Estado cuja forma de governo é o presidencialismo. Cunhada por Sérgio Abranches em 1988, a expressão *Presidencialismo de Coalizão* e seu significado prático representam o ponto de partida para a governabilidade. Esta se dará sob uma hegemonia lulista, em que o PT buscará a coalizão com outros partidos.

Sérgio Abranches cita duas características que entendemos estarem relacionadas com a hegemonia lulista: a heterogeneidade estrutural e a pluralidade de interesses da sociedade brasileira. Estas se devem, segundo Abranches, ao processo histórico de desenvolvimento do país e podem ser analisadas a partir de planos distintos, como o macrossociológico, o macroeconômico e o macropolítico.

No plano macrossociológico, a estrutura de classes multiplica as demandas setoriais competitivas e o surgimento de conflitos. As fronteiras da estratificação social são marcadas

por mudanças que acarretam alteração nas hierarquias socioeconômicas e a emergência de novos segmentos sociais. Durante o governo Lula, a classe proletária ascende na escala social e se volta para o consumo. Formada por trabalhadores ocupados em empregos de baixa remuneração, o consumo lhes é apresentado, com o suporte de um crédito fácil e a certeza de estarem empregados (ABRANCHES, 1988).

No plano macroeconômico, a desigualdade brasileira diminuiu durante os governos de Lula, mas acabou aumentando novamente. A heterogeneidade nesse plano, conforme observa Sérgio Abranches (ABRANCHES, 1988) foi caracterizada pela desigualdade na distribuição das riquezas, desníveis de renda entre pessoas, empresas, setores e regiões. A grande disparidade que permitia que apenas setores mais avançados da sociedade se estruturassem a partir de padrões de produção, renda e consumo, vigentes nos países capitalistas, diminuiu com o governo Lula. Os mais pobres passaram a consumir em maior escala (BALTAR *et al.*, 2010; BRASIL, 2010).

O plano macropolítico repete a herança cultural do sistema político brasileiro. As disparidades de comportamento incluem, segundo Abranches (ABRANCHES, 1988, p. 6): “[...] desde as formas mais atrasadas de clientelismo até os padrões de comportamento ideologicamente estruturados. Há um claro ‘pluralismo de valores’ através do qual diferentes grupos associam expectativas e valorações das mais diversas às instituições [...]”. A heterogeneidade estrutural e a pluralidade de interesses impedem “a adesão generalizada a um determinado perfil institucional, a um modo único de organização, funcionamento e legitimação da ordem política” (1988, p. 6). Isso se repete quanto aos objetivos, papel e atribuições do Estado. A consequência é o surgimento de matrizes diferenciadas de demandas e interesses, e o conflito decorrente de seu atendimento.

O atendimento dessas matrizes diferenciadas de demandas e expectativas é fonte de acumulação de privilégios e de desequilíbrio permanente entre receitas e despesas em um governo presidencialista. Privilégios e dotações orçamentárias constituem moeda de troca de um governo que não consegue alianças unicamente por meio de coalizões tradicionais. Some-se a utilização de meios não ortodoxos de cooptação de aliados, como corrupção e fraude, e estará configurado um cenário de descalabro.

O sistema de governo presidencialista precisa da coalizão para assegurar a governabilidade, em que os partidos políticos aliados também governam. Um presidente eleito



por um partido nomeia ministros de outros, e particiona seu poder. Para assegurar a governabilidade, devem-se garantir alianças e buscar a hegemonia. A cooptação é um dos meios de convencimento.

A cooptação satisfaz ao clientelismo, reeditando uma relação análoga ao do sistema feudal, entre suserano e vassalo, passando o político, o sindicalista, a oferecer seu apoio ao governo, motivado por uma troca. As emendas ao orçamento, por exemplo, em muitos casos funcionam como moedas de troca, e representam o pagamento pelo apoio parlamentar.

Além do clientelismo, encontramos o fisiologismo que cerca relações de poder político. Decisões políticas passam a depender de favores e benefícios de interesses privados. A simbiose entre Executivo e Legislativo, quando revestida desse fisiologismo, se transforma em corrupção política. Esta prescinde da coerência entre as ideologias ou planos programáticos e atende o indivíduo ou partido em detrimento do interesse público. É nesse sentido que André Singer descreve o fenômeno do fisiologismo.

[...] uma ampla camada de parlamentares fisiológicos chantageia o governo – qualquer um – obrigando-o a negociar no varejo de modo ininterrupto. No meio dessas negociações complicadas e inevitáveis, o interesse nacional – seja o de democracia na internet, seja a preservação do patrimônio público na maior estatal brasileira – vira mera moeda de troca (SINGER, 2014).

Da heterogeneidade estrutural e do pluralismo de interesses surge a questão crucial de conciliar interesses e conviver com a diversidade sem perder a governabilidade. Sérgio Abranches afirma que a resposta para isso é o presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988, 2015). O clientelismo e o fisiologismo, entretanto, impedem que a coalizão seja suficiente para assegurar a governabilidade. É preciso ir mais adiante, e a engenharia de cooptação faz esse papel complementar, sendo suscetível à patologia da corrupção e da fraude.

A governabilidade pode ser entendida como um ciclo de até três fases. A primeira é a instauração de um presidencialismo de coalizão que irá buscar alianças em partidos que poderiam ser oposição. A segunda é a engenharia de cooptação que busca distribuir posições e cargos para neutralizar resistências. A terceira é uma fase patológica e envolve a utilização de outros meios não ortodoxos de convencimento, como a corrupção e a fraude. Embora a busca pela governabilidade não tenha de seguir esse ciclo nefasto, ele se tornou evidente durante os governos petistas, com responsabilizações já apuradas até 2017 e outras ainda em apuração pelo Poder Judiciário brasileiro.

O multipartidarismo é um elemento que depende de coalizão, exigindo maior esforço na conciliação de interesses (FREITAS, 2013). Isto se dá pela característica do sistema parlamentar brasileiro, onde prevalece a coexistência de elementos institucionais diferentes do pacifismo e da conciliação. Para Sérgio Abranches, o republicanismo brasileiro fundado no presidencialismo, no federalismo, no bicameralismo e no multipartidarismo não foi arbitrário ou fortuito. Esse arranjo convive com “necessidades e contradições, de natureza social, econômica, política e cultural” (ABRANCHES, 1988, p. 10), daí a sua forma.

Reestabelecido no Brasil em 1979, quando o governo militar sancionou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o multipartidarismo<sup>51</sup> substituiu o bipartidarismo da era militar. Na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, o multipartidarismo brasileiro se fazia presente com quatro partidos com mais de 5% de cadeiras na Câmara, o que o tornava rigorosamente médio (ABRANCHES, 1988), podendo ser classificado como moderado ou exacerbado, conforme a quantidade de partidos.

Sérgio Abranches entende que a multiplicidade de partidos é indicativa da legitimidade do sistema de representação, que somente é atingida com a representação plena de segmentos sociais significativos. Entretanto, ao mesmo tempo que permite a representação na política dos mais diversos segmentos sociais, o multipartidarismo estimula a proliferação de partidos, a prática das legendas de aluguel e o fisiologismo partidário<sup>52</sup>.

A fig. 3.1 mostra o multipartidarismo na Câmara dos Deputados. Conforme se depreende, os três maiores partidos políticos seriam insuficientes para garantir uma votação majoritária. Os 513 deputados estavam distribuídos na data (26/set/2017) em 21 partidos e blocos de partidos. Isso significa que a coalizão se faz necessária para o governo federal conseguir aprovação de seus projetos. Enquanto isso se der com a simples repartição de cargos

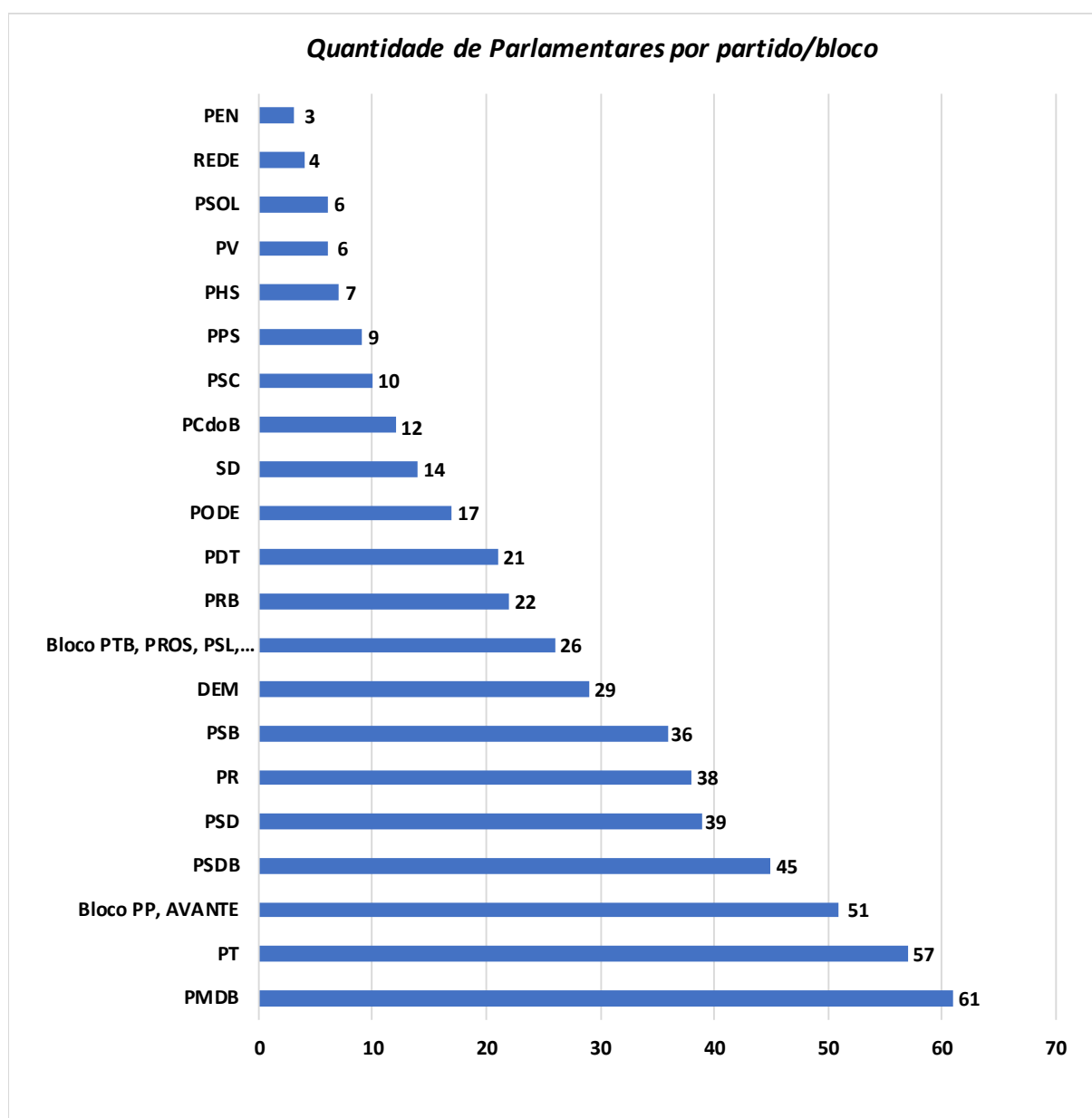
---

<sup>51</sup> O multipartidarismo vigorou no Brasil durante quase 20 anos, desde o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, até a revolução que deu início ao governo militar, em março de 1964. Com o Ato Institucional nº 2, regulamentado pelo Ato Complementar nº 4, o país adotou o bipartidarismo. Foram criados dois partidos, o da situação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A existência de partidos políticos e a alternância de governos militares – foram cinco ao todo – proporcionaram tanto interna quanto externamente uma imagem de relativa legalidade ao sistema de governo vigente no país. Cf. (FERREIRA; BATISTA; STABILE, 2008; OLIVEIRA, LUZIA HELENA HERRMANN DE, 2000).

<sup>52</sup> A expressão "partido fisiológico" designa partidos que se estruturam e sobrevivem às custas de cargos e dinheiros públicos. Já uma legenda ou partido de aluguel é o utilizado por um partido mais forte com finalidade estratégica e que, em alguns casos, não visa à vitória nas urnas. Geralmente são partidos nanicos, com muito pouca expressão eleitoral, os que se submetem a tal finalidade (COSTA, LUIZ DOMINGOS; BOLOGNESI; CODATO, 2015).

e com a divisão do poder, a democracia estará presente. Entretanto, quando a venda de votos e a prevalência de interesses pessoais e meramente partidários superarem o interesse público, a democracia terá sido derrotada.

Figura 3.1 – Multipartidarismo na Câmara dos Deputados: 513 parlamentares x 21 partidos/blocos



Fonte: Portal da Câmara<sup>53</sup>

<sup>53</sup> Cf. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017)

Concluindo, o dilema institucional brasileiro, segundo Abranches (1988) implica uma estrutura institucional eficiente e capaz de reagir às pressões derivadas da heterogeneidade estrutural e da pluralidade de interesses. Muitas vezes o dilema permanece insolúvel, pois a influência do clientelismo e do fisiologismo associados a valores não republicanos cultivados por parlamentares levam a um quadro de trocas e de busca de satisfação de interesses pessoais. Freitas (2013), ao analisar os diferentes sistemas políticos, considerou que a ruptura mais radical ocorre quando se aborda as motivações dos políticos e suas consequências. É praticamente impossível a conciliação da multiplicidade de interesses. O que resta, nesse caso, é constatar que as coalizões foram tomadas por uma patologia que reafirma o clássico “É dando que se recebe”.

### **3.2 A engenharia de cooptação dos governos de esquerda**

Ricardo Antunes (2011), ao analisar as estratégias de poder do governo de Lula, identificou o que chamou de engenharia de cooptação, uma forma de aliciamento para conquistar a hegemonia. A cooptação lulista buscou estabelecer alianças e desmobilizar oposições dentro do sindicalismo. Aqueles que poderiam representar força autônoma e independente foram chamados para participar do governo, numa espécie de ampliação da coalizão partidária. Consistiu, entre outras, da farta distribuição de cargos públicos no governo, em empresas estatais e em seus fundos de pensão, o que, de certa maneira estatizou sindicatos, partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores. Nas palavras de Graça Druck:

[...] o Governo Lula da Silva [...] optou em dar continuidade à aplicação e defesa de uma política econômica neoliberal. E, conseqüente com a base ideológica e política do neoliberalismo, vem atuando no sentido de desmobilizar os movimentos sociais, de anular a força autônoma e independente do movimento sindical, através de uma permanente cooptação de suas direções e de um processo de “estatização” das organizações dos trabalhadores (sindicatos e partidos, especialmente, o Partido dos Trabalhadores) (DRUCK, 2006, p. 330–331).

A raiz da cooptação de sindicalistas remonta, segundo Antunes (2011), aos anos 1990, quando se dá uma retração da predisposição para a luta, com parte do sindicalismo aderindo ao conservadorismo. Com isso, entidades sindicais se alinham politicamente à social-democracia e passam a receber do Estado e de empresas de economia mista recursos financeiros em apoio de sua sustentação econômica. O arrefecimento do sindicalismo é assim descrito por Antunes:

A partir de 1990, com a ascensão de Collor e depois com FHC, o receituário neoliberal deslanchou. Nosso parque produtivo estatal foi enormemente alterado pela política privatizante [...]. Com um processo tão intenso, a simbiose nefasta entre neoliberalismo e reestruturação produtiva teve repercussões muito profundas na classe trabalhadora e em particular no movimento sindical. [...]. Esta nova realidade arrefeceu o novo sindicalismo que se encontrava, de um lado, diante da emergência de um sindicalismo neoliberal, sintonizada com a onda mundial conservadora, de que a Força Sindical é o melhor exemplo (ANTUNES, 2011).

Fundada em 8 de março de 1991, a Força Sindical surge em um período de calmaria dos movimentos grevistas, com o objetivo claro de ser uma alternativa à esquerda radical e à extrema direita conservadora, discurso contrário da afirmativa de Antunes. Nas palavras de Paulo Pereira da Silva, o *Paulinho da Força*, presidente da Central:

a situação econômica e política à época abria espaço para o surgimento de uma nova entidade, que fosse capaz de ocupar um espaço delimitado à esquerda pelo radicalismo infantil da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à direita pelo conservadorismo imobilista da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)” (RUY, 2011, p. 5).

Havia, portanto, uma predisposição da Central para se opor tanto à CUT quanto à CGT, constituindo-se uma opção sindical de centro. Paulinho da Força declarava ainda que “entendia a necessidade de aglutinar na sua estrutura todas as correntes de políticas que representam a diversidade de pensamento filosófico que existe entre os trabalhadores” (RUY, 2011, p. 5). Com isso, abria espaço para sindicalistas de todos os matizes.

Na história dos 20 anos de sua fundação, a FS esclarece que o corporativismo sindical é um limite estreito de atuação, e que isso a motivou a participar da vida política, mediante a elaboração e execução de políticas públicas. E de fato foi o que ocorreu. Com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a Força Sindical criou o Centro de Solidariedade ao Trabalhador (CST), uma agência de empregos para fazer a intermediação da mão de obra. A Central considera-se a responsável, entre 1997 a 2002, pela preparação de mais de 1.500 pessoas para a busca de emprego por meio do programa nacional de qualificação (RUY, 2011). Ao se declarar motivada para a vida política, a FS abre-se para a cooptação e alianças com o governo.

A realidade é que, a despeito da pejorativa denominação *Central chapa branca*, que a inclui entre os que se alinham incondicionalmente ao governo, a FS ganhou seu espaço. Em 2015, a Central contabilizava 2.675 entidades filiadas, representando 9,9 milhões de trabalhadores (RUY, 2011). A FS procurava converter-se na principal central sindical do país,

disputando a hegemonia com a CUT. Seu objetivo, segundo Patrícia Tropa, era “derrotar as iniciativas progressistas e populares, bloquear a luta de resistência do movimento sindical ao modelo neoliberal e mudar as relações de trabalho e a mentalidade do trabalhador” (TROPIA, 2008, p. 77).

A Força Sindical procurou se impor como uma central atendida na conjuntura econômica mundial, simpatizando-se com o capitalismo, a economia de mercado e a negociação, em oposição ao sindicalismo de confronto. Patrícia Tropa identificou na FS a predisposição para a inovação por meio de um diálogo conciliador, a partir do qual, “com uma prática que combinou um sindicalismo moderadamente ativo e reivindicatório no plano econômico com uma atuação conservadora, no plano político e ideológico, a central construiu um modelo de sindicalismo até certo ponto inovador para a realidade brasileira” (2011, p. 78).

A Força Sindical representa um exemplo acabado de central sindical alinhada com o poder vigente, independentemente de seu matiz. Foi assim durante o governo de FHC, de Lula, de Dilma Rousseff e, em 2017, no de Temer. A possibilidade de cooptação e a influência sobre os trabalhadores de uma entidade como a FS é uma realidade devido ao seu alinhamento estatal. Essa forma de atuação da FS não passou despercebida para Patrícia Tropa, que assim se expressa: “O ativismo no plano reivindicativo não minimiza, contudo, o fato de a Central ter uma atuação político-ideológica conservadora, ao defender a implantação da política neoliberal no país e difundir aspectos da ideologia neoliberal para os trabalhadores” (TROPIA, 2008).

Partindo do exemplo da FS, o antes combativo sindicalismo de classe transmuta-se para um sindicalismo de Estado e, por força das vantagens que lhe são concedidas, aproxima-se do neoliberalismo, conforme descreve Ricardo Antunes.

A política de “convênios”, “apoios financeiros”, “parcerias” com a social-democracia sindical, especialmente europeia, levada a cabo por décadas, acabou contaminando o sindicalismo de classe no Brasil, que pouco a pouco se social-democratizava num contexto, vale lembrar, onde a social-democracia se aproximava do neoliberalismo[...]” (ANTUNES, 2011).

É no Governo Lula que ocorre uma importante mudança denominada por Antunes de engenharia de cooptação. O autor descreve que “centenas de ex-sindicalistas passaram a participar, indicados pelo governo, do conselho de estatais e de ex-estatais, com remunerações polpudas” (ANTUNES, 2011). Esses antigos dirigentes sindicais deixaram a militância e foram guindados para posições de mando na Petrobras e em seu fundo de pensão, a Petros. No novo status, sua posição entra em conflito com a anterior quando eram sindicalistas em exercício.

Passam a atuar com visão empresarial do capital, a mesma que o próprio governo do PT já havia aderido ao constatar a inviabilidade das propostas radicais<sup>54</sup> que defendia quando oposição.

Outro aspecto da engenharia de cooptação se voltou para o controle de setores importantes da cúpula sindical. A Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, sancionada pelo então presidente Lula, reconheceu formalmente as centrais sindicais e alterou a partição das receitas das contribuições sindicais. Com isso, as centrais sindicais passaram a receber diretamente verbas estatais, o que garantia o apoio das principais centrais ao governo.

Apesar de as centrais sindicais não se enquadrarem organicamente dentro da estrutura sindical, as atribuições e prerrogativas que lhes foram atribuídas pela Lei nº 11.648/08 as transformam em coordenação da representação dos trabalhadores por meio de sindicatos a ela filiados. A filiação a uma central sindical é facultativa, o que as estimula disputar a preferência de sindicatos. Além disso, também compete às centrais sindicais a participação em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, e nos quais se discuta assuntos de interesse geral dos trabalhadores.

As centrais possuem grande poder de influência dado que o atendimento dos requisitos de representatividade legais (art. 2º da Lei nº 11.648/08) implica filiação massiva de pelo menos 100 sindicatos. Com esse requisito de representatividade, a lei visou excluir entidades que se autodenominam centrais ou confederações sem ter quantidade exigida de filiados<sup>55</sup>. Na Fig. 3.2, apresentamos a afiliação de trabalhadores às centrais sindicais, via respectivos sindicatos.

A cooptação das centrais sindicais, segundo Ricardo Antunes, ampliou o controle estatal sobre os sindicatos, uma vez que estes se filiam às centrais. Ao passar a usufruir oficialmente da chamada contribuição sindical, as centrais sindicais reduziram sua dependência da cotização autônoma de seus associados, ficando selada a cooptação.

A dissidência dos sindicatos petroleiros tem suas raízes na engenharia de cooptação. Ao cooptar sindicalistas para cargos, o governo petista desmobilizou as oposições dos organismos de representação da classe trabalhadora. Na situação em que um ex-dirigente

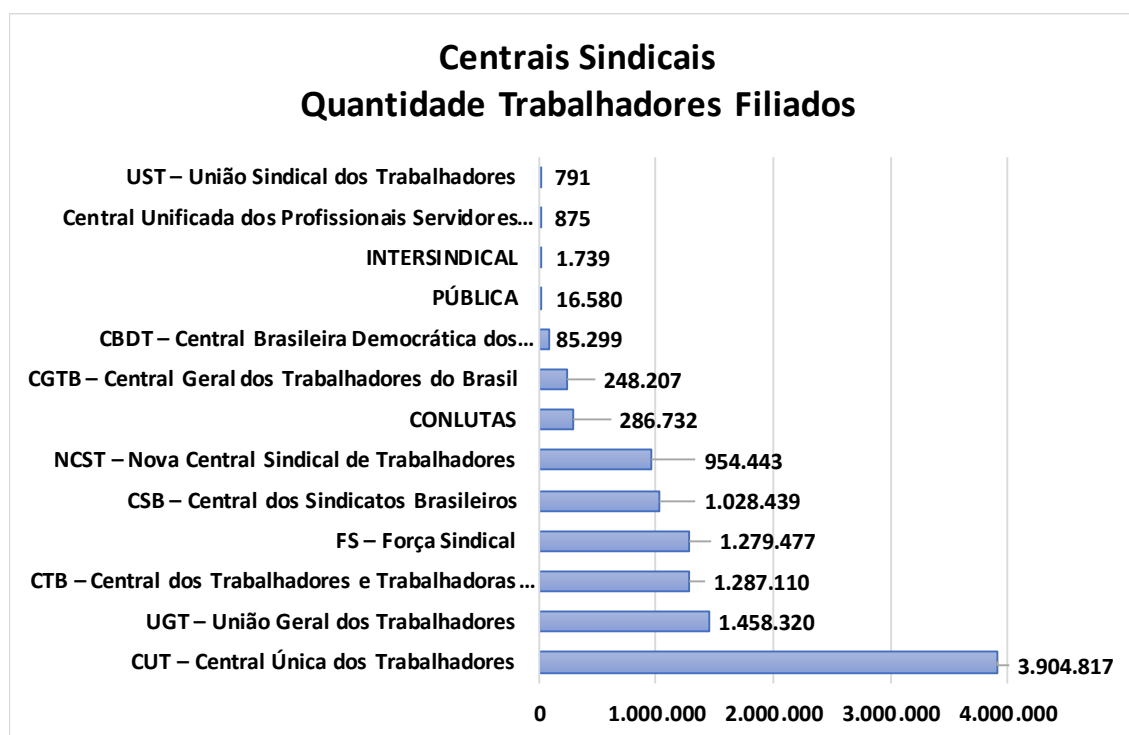
---

<sup>54</sup> Entre outras: auditoria nas dívidas externa e interna; plebiscito sobre a reestatização de empresas que foram controladas pelo governo; suspensão do pagamento de juros da dívida pública. Na campanha das eleições de 2003, o PT retrocede e mostra que governará respeitando os contratos e publica a *Carta aos Brasileiros* (SILVA, 2002b).

<sup>55</sup> A Portaria nº 291 de 30/03/2017 / MTE - Ministério do Trabalho e Emprego (D.O.U. 31/03/2017) estabelece a forma de aferição e dos requisitos de representatividade das centrais ((MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2017)

sindical se transforma em diretor de estatal, ou membro do governo central, muda seu posicionamento frente às questões sindicais e de emprego. Quem era oposição, agora é governo. Quem foi governo, hoje é oposição.

Figura 3.2 – Centrais Sindicais: apenas as seis maiores atendem aos requisitos para recebimento da contribuição sindical



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social  
Aferição de Centrais Sindicais (2016)<sup>56</sup>

A cooptação de sindicalistas foi vista pelo PT como uma parceria colaborativa. A secretaria nacional do partido, ao se expressar sobre a prática, deixa entrever que é intenção preservar a autonomia do movimento sindical, ao mesmo tempo trazê-lo para um governo participativo, e não aceita a denominação de estar cooptando o movimento sindical. Nesse sentido:

O movimento sindical tornou-se um interlocutor cotidiano do governo que, diferentemente dos governos neoliberais, o trata com respeito, negociando suas demandas e procurando atender as reivindicações sem tentativas de cooptação ou de transformá-lo em 'correia de transmissão' dos projetos governamentais, compreendendo a necessidade de sua autonomia (SECRETARIA NACIONAL DO PT, 2012, p. 1–2).

<sup>56</sup> Disponível em DOU 7/03/2016 - Pg. 177 - Seção 1 | Diário Oficial da União



Concluindo, durante os governos petistas, sindicalistas, militantes e aliados deixaram de fazer oposição ao governo para se tornar o próprio governo. As campanhas eleitorais de Lula e Dilma Rousseff apregoavam que, caso eleitos, fariam um governo de trabalhadores. Os sindicatos não ficaram de fora, e fizeram parte desse governo por meio de dirigentes, militantes e aliados. Cargos eletivos, posições gerenciais, participação em conselhos de administração de empresas estatais, como a Petrobras, e em fundos de pensão, como a Petros, foram ocupados por trabalhadores *strictu sensu*. A isso se chamou engenharia de cooptação.

### 3.3 Hegemonia lulista como forma *sui generis* de dominação social

O pernambucano Luiz Inácio Lula da Silva, ex-retirante, ex-metalúrgico, governou como presidente da República por dois mandatos e foi o artífice das duas eleições de Dilma Rousseff. Ao encerrar seus mandatos, tinha 83% de aprovação. “No pós-ditadura, nenhum presidente eleito diretamente deixou o cargo tão bem avaliado, o que se explica, sobretudo, pela melhora do emprego, da renda e de sua distribuição” (OS ANOS..., 2010). Foram 13 anos de governo petista sem que Lula tivesse sido desvendado, um verdadeiro enigma.

“Decifra-me ou te devoro! ameaçava a Esfinge os viajantes amedrontados, antes de recitar o mais famoso enigma da história. Na verdade, a hegemonia lulista representa nossa incontornável esfinge barbuda.” (BRAGA, 2010, p. 7). Lula é um enigma não apenas para Ruy Braga. Outros segmentos da sociedade, empresários, políticos, trabalhadores e donas de casa, todos buscam entender esse líder ao mesmo tempo amado e também execrado.

O lulismo como “forma *sui generis* de dominação social”, impregnada no tecido da sociedade, estabeleceu sua hegemonia e criou seus próprios fundamentos econômicos, políticos e culturais. Ao deixar a presidência da República, em 2010, Lula supria a “carência de exemplos políticos emuladores, inéditos prestígio e admiração internacional” (BRAGA, 2010, p. 7).

Em 2017, depois de denúncias de corrupção, de uma crise econômica sem limites, de uma condenação em juízo de primeiro grau, como Ruy Braga revisaria seus escritos de 2010? Certamente, o autor acrescentaria outros elementos tornando o enigma ainda mais difícil de ser decifrado. Para os opositores de Lula, a crise moral e ética que assola o país também está associada à figura do grande líder. Argumentos favoráveis e desfavoráveis a Lula se somam, aumentando ainda mais a dificuldade de decifrar o enigma.

Abordaremos a seguir a hegemonia lulista por diversos ângulos. É a partir do consentimento gramsciano, e não da coerção, que a hegemonia é conquistada. O que diferencia a hegemonia é a forma do consentimento, ativo ou passivo. Como manifestação do consentimento passivo, a hegemonia lulista passou a ser a *hegemonia da pequena política*, nas palavras de Carlos Nelson Coutinho. Ruy Braga utiliza também o conceito de consentimento para formatar a hegemonia lulista, conquistada com base no que ele chama de *precariado*. E para encerrar, abordaremos a hegemonia na visão de Francisco de Oliveira, que o autor convencionou chamar de *hegemonia às avessas*.

Carlos Nelson Coutinho, ao caracterizar as relações de hegemonia dentro do neoliberalismo, utiliza os conceitos gramscianos de *grande política* e de *pequena política*. E a partir daí estabelece a expressão *hegemonia da pequena política* para traduzir o que ocorre desde o governo de FHC e durante os governos de Lula. Para Coutinho, o governo petista manteve a política neoliberal do governo anterior.

Infelizmente, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós (COUTINHO, 2010, p. 42).

Há dois elementos no entendimento de Coutinho que vêm ao encontro de nossas conjecturas. Primeiro, a hegemonia lulista nada mais é que a mesma hegemonia que implantou o modelo liberal-corporativo durante os governos de Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique. Podemos afirmar, contudo, que é uma hegemonia mais robusta que a neoliberal dos governos de direita. Isso porque, o segundo elemento, a cooptação, desarmou as resistências da esquerda que desafiaram os governos anteriores. A engenharia de cooptação neutralizou os movimentos sociais, entre os quais o sindicalismo, fazendo do governo de Lula um governo tão ou mais hegemônico que o de FHC.

Voltando aos conceitos de *grande política* e de *pequena política*, Carlos Nelson Coutinho busca os elementos para sua análise na conceituação de Gramsci, de quem cita o próximo trecho retirado de Cadernos do Cárcere:

*La grande politica comprende le quistioni connesse con la fondazione di nuovi Stati, con la lotta per la distruzione, la difesa, la conservazione di determinate strutture organiche economico-sociali. La piccola politica le quistioni*

*parziali e quotidiane che si pongono nell'interno di una struttura già stabilita per le lotte di preminenza tra le diverse frazioni di una stessa classe politica. È pertanto grande politica il tentare di escludere la grande politica dall'ambito interno della vita statale e di ridurre tutto a piccola politica* (GRAMSCI, 1975, p. 1563–1564)<sup>57</sup>.

Observemos que, segundo Gramsci, a *grande política* realiza mudanças estruturais na sociedade e, ao se defrontar com sua oposição, procura fazer prevalecer sua proposta em detrimento da do outro. A *grande política* trataria, por exemplo, da disputa entre o socialismo e o capitalismo, da qual resultariam mudanças substanciais na sociedade. A ideologia do Partido dos Trabalhadores, na sua origem, quando aplicada no esquema de grande política no país governado pelo partido o afastaria do ideário neoliberal. Em um governo dessa natureza, o capital ficaria relegado a segundo plano, e prevaleceriam os interesses do trabalhador e das classes mais pobres.

Já a *pequena política* é diferente. Gramsci lhe atribui diferentes denominações: política do cotidiano, política parlamentar, de corredor, de intriga (GRAMSCI, 1975, p. 1563). Não que a denominação *pequena política* traga em si mesma uma valoração negativa. Tanto não é assim que Gramsci afirma no texto citado que “é *grande política* tentar excluir a *grande política* do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (*grifos nossos*)” (GRAMSCI, 1975, p. 1563–1564). Ou seja, um político eficiente seria capaz de reduzir a luta em torno de determinadas “estruturas orgânicas econômico-sociais” a uma mera disputa de questões cotidianas presentes nas diversas correntes de uma mesma classe política.

E não foi exatamente isso que a hegemonia lulista buscou? Como afirma Carlos Nelson Coutinho, “seria equivocado pensar que só há batalha hegemônica quando grandes projetos de sociedade se enfrentam” (COUTINHO, 2010, p. 30). Apesar de grandes mudanças implementadas pelo lulismo, como o combate à fome, a redução da desigualdade e a redistribuição de renda, não se verificou mudanças no que Gramsci denominou “ideologias

---

<sup>57</sup> Em tradução para edição publicada pela Editora Civilização Brasileira, de autoria de Carlos Nelson Coutinho: “A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (GRAMSCI, ANTÔNIO, 2002, p. 21).

orgânicas”. Ou seja, com a hegemonia lulista, o governo do PT abafou ruídos de uma luta que poderia ter sido mais estrutural, mais consolidada e que poderia ter se tornado mais perene.

Cabe, portanto, a denominação de Coutinho *hegemonia da pequena política* para designar a *hegemonia lulista*. Esta última não logrou se impor como uma ideologia orgânica distinta do neoliberalismo, não participando do que Gramsci, citado por Carlos Nelson Coutinho, chamou de “luta pela destruição, defesa, ou conservação de determinada estrutura econômico-social” (COUTINHO, 2010, p. 29)

Mesmo assim, o lulismo se fez hegemônico, pois foi capaz de estabelecer crenças e valores tão arraigados que não admitem questionamentos. Um exemplo é a perda de apoio do ex-ministro Antônio Palocci e os preparativos para sua expulsão do partido, e que o levou a questionar em carta de desfiliação do PT: “Somos um partido ou uma seita guiada por uma pretensa divindade?” (PALOCCI, 2017). O pensamento de Carlos Nelson Coutinho descreve a força do enraizamento dessas crenças no senso comum de grandes massas, e sua ação, às vezes, sem plena consciência, conforme a seguir:

Uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum, naquela concepção do mundo que Gramsci definiu como ‘bizarra e heteróclita’ com frequência contraditória, que orienta – muitas vezes sem plena consciência – o pensamento e a ação de grandes massas de mulheres e homens (COUTINHO, 2010, p. 30).

Joseph V. Femia ressalta a dicotomia característica do pensamento político italiano que distingue *força e consentimento*. Para que exista hegemonia, é preciso haver o *consentimento*, que pode ser obtido pelo *consenso ativo ou pelo consenso passivo*, conforme se descreve a seguir:

*Gramsci states that the supremacy of a social group or class manifests itself in two different ways: ‘domination’ (domínio), or coercion, and ‘intellectual and moral leadership’ (direzione intellettuale e morale). This later type of supremacy constitutes hegemony.*” (FEMIA, 1987, p. 24).<sup>58</sup>

Na hegemonia da pequena política, nas quais as lutas se resumem em resolver questões do cotidiano, o consentimento é passivo. Coutinho afirma que “esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros

---

<sup>58</sup> “Gramsci afirma que a supremacia de um grupo social ou classe se manifesta de duas maneiras diferentes: “dominação” (domínio), ou coerção, e “liderança intelectual e moral” (direzione intellettuale e morale). Este último tipo de supremacia constitui a hegemonia” (tradução própria).

organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo natural” (COUTINHO, 2010, p. 31).

A hegemonia lulista se enquadra nesse consentimento passivo, uma vez que, para o senso comum das massas, a ideia de política foi confinada a uma disputa de poder entre uma determinada elite, os políticos. Afinal, para o senso comum “os políticos são todos iguais”. De forma passiva, as massas foram levadas a aceitar o lulismo como algo natural, que não se questiona, pois, como modelo pragmático, foi suficiente para beneficiar os despossuídos. O grande desafio da esquerda, portanto, é incluir a *grande política* na ordem do dia, abordando questões que envolvam mudanças estruturais na estrutura orgânica econômica-social. Apenas quebrando a *hegemonia da pequena política* as esquerdas também quebrarão o capitalismo na sua forma atual, a da servidão financeira (COUTINHO, 2010).

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, mais conhecido como Chico de Oliveira, é outro teórico da hegemonia lulista. Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, deixou o partido em 2003. No término do primeiro mandato de Lula, Chico de Oliveira criou o conceito de *hegemonia às avessas* para designar a natureza da hegemonia lulista que passou a criticar<sup>59</sup>. Na raiz do conceito que Oliveira estabeleceu para a hegemonia está o lugar que, segundo ele, Lula ocupará na história. Em entrevista, Chico de Oliveira assim se expressa:

Getúlio Vargas é o criador do moderno Estado brasileiro, sob todos os aspectos. Ele arma o Estado de todas as instituições capazes de criar um sistema econômico. E começa um processo de industrialização vigoroso. Lula, é bom que se diga, não é comparável a Getúlio. Juscelino Kubitschek é o que chuta a industrialização para a frente, mas ele não era um estadista no sentido de criar instituições. A ditadura militar é fortemente industrialista, prossegue num caminho já aberto e usa o poder do Estado com uma desfaçatez que ninguém tinha usado. Depois vem um período de forte indefinição e inflação fora de controle. O ciclo neoliberal é Fernando Henrique Cardoso e Lula. Coloco ambos juntos. Só que Lula está levando o Brasil para um capitalismo que não tem volta. Todo mundo acha que ele é estatizante, mas é o contrário. Lula é mais privatista que FHC. As grandes tendências vão se armando e ele usa o poder do Estado para confirmá-las, não para negá-las. Então, nessa história futura, Lula será o grande confirmador do sistema. Ele não é nada opositor ou estatizante. Isso é uma ilusão de ótica. Ao contrário, ele é privatista numa escala que o Brasil nunca conheceu. (MACHADO, 2010).

---

<sup>59</sup> Cf. *Cap.1 item 1.3 O conflito entre a ideologia petista e o lulismo* desta tese para um detalhamento de questões ideológicas que levaram ao rompimento de Chico de Oliveira com o Partido dos Trabalhadores e sua crítica da *hegemonia às avessas*.

Em seu esforço para contemporizar com o capital, Lula cede e se concretiza a previsão de Chico de Oliveira. “Parece que os dominados dominam, pois fornecem a ‘direção moral’ e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais” (OLIVEIRA, FRANCISCO DE, 2010, p. 26).

Na *hegemonia às avessas*, desaparece o elemento *força* da equação *força + consentimento*, que caracteriza a hegemonia. Os dominantes – capitalistas e capital – consentem em serem conduzidos politicamente pelos dominados, desde que a *direção moral* do dominado não questione a forma de exploração capitalista (OLIVEIRA, FRANCISCO DE, 2010, p. 26–27). Dessa forma, o capital e os capitalistas concedem o salvo-conduto que garantirá a governabilidade do dominado, com a condição de este não interferir em seus propósitos. O consentimento do capital pressupõe uma ideologia dominante dirigida às classes dominadas, mesmo sendo de criação do dominado, será concebida imagem e semelhança do dominador.

Do ponto de vista político, Oliveira considerou que no final do primeiro mandato e na campanha para o segundo, “Lula distanciou-se ostensivamente do PT [...] logo fechou um acordo com o PMDB para dominarem juntos a Câmara dos Deputados e o Senado” (OLIVEIRA, FRANCISCO DE, 2010, p. 22). A cooptação em busca da hegemonia lulista levou Oliveira a fazer uma previsão que se concretizou.

[...] é quase certo que o balcão de negociações entre as várias siglas e o Executivo será mais amplo que no primeiro mandato. Dito de forma mais direta, o governo será mais fraco e a cobrança de apoios será mais forte, na forma de nomeações para cargos de primeiro escalão e para grandes entidades federais. A agenda das denúncias de corrupção não está encerrada [...], (OLIVEIRA, FRANCISCO DE, 2010, p. 23).

Concluindo, Chico de Oliveira, como dissidente e crítico petista, entendeu que a hegemonia lulista implicava regressão política. Ao cooptar militantes, correligionários e outros aliados, agregando-os ao governo, a empresas estatais e a fundos de pensão, Lula desmobilizou forças sociais antagônicas ao Estado. As ações críticas voltadas para a construção política renovadora foram, dessa forma, neutralizadas, constituindo, de fato, uma *hegemonia às avessas*.

Passemos para o conceito de hegemonia lulista de Ruy Braga (2014). O autor entende que a hegemonia lulista resultou da convergência de duas formas distintas de consentimento. Para ele, há o consentimento ativo que levou o movimento sindical a se acomodar ao aparelhamento do Estado e aos fundos de pensão das empresas estatais, como aconteceu com a Petrobras. A dissidência na categoria dos petroleiros, no nosso entendimento, é consequência

desse consentimento ativo, representando uma estratégia de negação aos rumos seguidos pelos dirigentes sindicais cooptados.

A segunda forma de consentimento explicitada por Braga é o do direcionamento da opinião das classes subalternas. A política distributivista implementada pelo Governo Federal seduziu esse segmento social, o qual, passivamente, se alinhou com o Partido dos Trabalhadores, pelo pragmatismo de seus resultados. A hegemonia lulista conseguida às custas desses dois tipos de consentimento, entretanto, se viu ameaçada com a crise econômica que se iniciou com o *crash* mundial em 2008 e que começou a mostrar seus efeitos depois de 2010. A desaceleração econômica e a diminuição dos investimentos representaram fatores de ameaça para a hegemonia lulista, conforme observa Ruy Braga:

[...] uma economia em compasso de espera castiga o mercado de trabalho. Além disso, o aumento do endividamento das famílias trabalhadoras combinado ao aprofundamento da precarização do trabalho amplifica o descontentamento popular com o atual modelo de desenvolvimento. Percebendo os riscos inerentes à desaceleração da economia, as classes subalternas brasileiras colocaram-se em alerta (BRAGA, 2014).

Ruy Braga, ao propor uma explicação para a hegemonia lulista, toma como vetor analítico a *política do precariado*. O autor define o *precariado* como o *proletariado precarizado*, enfatizando a precariedade como fator intrínseco do processo de degradação do trabalho. Tomando como paradigma o populismo de Getúlio Vargas, a hegemonia lulista na visão de Ruy Braga caracteriza uma *superação dialética* do populismo brasileiro. Dessa forma, conforme interpreta Michel Löwy, o “*nega, conserva, e eleva a um patamar superior*” (LÖWY, 2012, p. 12).

A hegemonia lulista como práxis apresenta uma natureza reformista e se apoia em dois tipos de consentimentos complementares. O consentimento ativo, que consiste na incorporação dos sindicalistas mais destacados à estrutura capitalista do Estado, e o consentimento passivo, representado pela concessão de pequenos benefícios aos trabalhadores. Afirmamos se tratar de uma natureza reformista, pois o sindicalismo cooptado, que nunca deixou de ser politicamente ativo, consentiu em seguir e apoiar sem questionamento um programa burocrático de gestão da Petrobras.

A estratégia da negação reagiu a esse consentimento conformado, rompendo com o sindicalismo que participava de um governo cujo programa era contrário às diretrizes ideológicas da esquerda. O consentimento passivo dos trabalhadores, por outro lado, amorteceu

qualquer possibilidade de questionamento por parte das massas ao utilizar como moeda de troca uma pseudoevolução de melhoria das condições do trabalhador. O prefixo “pseudo” procura aqui expressar a volatilidade das melhorias que se esfumaçaram nos novos tempos de crise no final do governo Dilma Rousseff.

Concluindo, para Ruy Braga, a hegemonia lulista deve ser considerada como um fenômeno politicamente novo. Sua explicação envolve necessariamente a relação das classes subalternas com os sindicatos, para não cairmos na armadilha reducionista do conhecido argumento *manipulação* das massas pelo líder carismático. Evidente que o carisma de Lula como líder sempre será elemento componente de qualquer análise. Mas Braga acrescenta o relacionamento do precariado com as lideranças sindicais e o relacionamento destas com o aparelho do Estado (BRAGA, 2012, p. 43–44).

Como superação dialética do populismo brasileiro, a hegemonia lulista *nega, conserva e eleva* os níveis do populismo varguista. A negação ocorre a partir do amadurecimento da experiência sindical frente às greves no Novo Sindicalismo nos anos 1980. A conservação se dá com a reconciliação da burocracia sindical com o Estado capitalista, o que redundou na transformação do PT em uma máquina eleitoral capaz de ocupar cargos pelo Brasil afora, a partir dos anos 1990. A elevação se dá com a vitória de Lula para a presidência da República, que possibilitou ao partido converter-se em gestor da financeirização da poupança dos trabalhadores (BRAGA, 2012, p. 43–44). Este conjunto constitui o que Ruy Braga denomina *hegemonia lulista*.

A hegemonia lulista nos sindipetros tem sua origem na convergência da direção sindical para uma posição de oposição maniqueísta às forças de direita. No momento (2016), a hegemonia lulista passa por arrefecimento. Situações como restrições orçamentárias, déficits fiscais, desemprego, baixo crescimento, além de episódios de corrupção, tiveram potencial para desestabilizar a hegemonia e abalar a política. A esquerda, especialmente o petismo, encontra rejeição até mesmo de antigos militantes, o que explica a “desistência” do petismo e declarações de mudança de partido por parte de alguns sindicalistas, conforme declarou o dirigente sindical Leandro Angonese<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> Entrevista concedida por Leandro Angonese ao autor, no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2015.



A hegemonia lulista perdeu posição também nos sindipetros. Dirigentes sindicais se afastaram do PT, tendo alguns migrado para outros partidos de esquerda, como o PC do B (ANGONESE, 2015). A razão declarada para a mudança foi a visibilidade negativa dos episódios em que o PT foi exposto. O que antes representava prestígio, como ter em seu material de campanha fotografias e o apoio de Lula e da Presidente Dilma, passou a representar perda de votos em eleições sindicais.

A hegemonia lulista pode, portanto, ser analisada por ângulos diversos. Em todos eles se faz presente o paradigma gramsciano. Seja na explicação da hegemonia por meio da pequena política, seja pela inversão entre dominadores e dominados, seja pelo consentimento. Qualquer que seja a base da explicação, a hegemonia lulista ressaltará como um fenômeno novo, de difícil similaridade na ciência política. A realidade é que a hegemonia lulista veio e ficou. Saiu por artes e magias de um pretenso golpe com o impeachment de Dilma Rousseff. Mas pode voltar com toda a força com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2018. Basta que este se desvencilhe das malhas da Justiça.

### **3.4 A elite dirigente do PT e a república de sindicalistas**

Entre os anos de 2006 e 2009, pesquisa conduzida por D' Araújo e Lameirão (2009) se propôs a conhecer em detalhes o grupo de pessoas que chegou ao topo da administração pública federal, no âmbito do Poder Executivo, nos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva.

O objetivo era compreender quem formava a elite dirigente do país. Como um dos resultados, D'Araújo revela a quantidade de cargos e funções de confiança e gratificação no Poder Executivo Federal, que, atualizada para julho de 2016, aproxima-se de 100 mil cargos (BRASIL, 2016a).

Para a pesquisadora, esse número surpreendente de nomeações à disposição do presidente da República e dos ministros é um indício da centralização da administração pública no país, e é uma evidência da possibilidade de uso da máquina do Estado para efetuar compensações políticas (D'ARAÚJO; LAMEIRÃO, 2009, p. 9–10). Apesar do art. 37, V da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 mencionar requisitos para a ocupação de cargos de direção, chefia e assessoramento, essas vagas muitas vezes funcionaram como moeda de troca. Os critérios e regras para ocupação de cargos de confiança sempre foram

cercados de instabilidade, ao sabor de quem detinha os poderes para nomeação. Muitas nomeações tiveram mais caráter político como critério e menos a capacitação do indicado ao cargo.

Há um conceito que explica e justifica a ocupação de cargos públicos por pessoal ligado ao sindicalismo. Criado em 1963, por Almond e Verba, a categoria cultura cívica fornece uma nova variável para o entendimento da democracia e subentende que o cidadão politicamente ou sindicalmente orientado assume cargos públicos por estar imbuído de um sentimento de ser útil à sociedade (ALMOND; VERBA, 1989).

O que se constatou na Petrobras, entretanto, extrapola a cultura cívica, na forma como formatado por Almond e Verba (1989). Muitos postos de direção de livre indicação requeriam a profissionalização de seus ocupantes e até mesmo uma trajetória na indústria do petróleo, requisitos nem sempre atendidos. Alguns indicados para cargos gerenciais na Petrobras são empregados de carreira concursados para cargos de nível médio, o que ocorreu com a Comunicação Institucional, gerência executiva normalmente ocupada por profissional de nível superior.

Assim, é mais plausível adotar a teoria de Ricardo Antunes (2011) sobre a engenharia de cooptação, em que a maior participação de sindicalistas em cargos de direção da Petrobras, antes de constituir um potencial democratizador, representa uma neutralização dos sindicatos compensada pela cooptação do poder.

Outra teoria para explicar a presença do lulismo na Petrobras é a de D' Araújo e Lameirão (2009). As autoras analisaram causas e implicações da expressiva quantidade de pessoas oriundas do petismo em cargos públicos e atribuíram o crescimento a três processos. O primeiro deles foi o do amadurecimento democrático do país, que incorporou os trabalhadores como atores legítimos do sistema político; o segundo foi o incremento de sindicalização no setor público a partir de 1990 e o último, porém não menos importante, a eleição de um ex-operário para a presidência da República.

A conclusão que podemos retirar da análise do crescimento da elite dirigente do PT é a de que a administração pública nem sempre é tratada de forma impessoal e profissional. Como afirmam D' Araújo e Lameirão (2009), não cabe ao pesquisador analisar se um sindicalizado tem ou não competência para ocupar um cargo público, nem se a responsabilidade pública é um dever exclusivo do petismo na sua situação de poder. O que é visível é a ocupação expressiva

de cargos públicos por sindicalistas ocorrida durante os governos petistas. O fato levou a mídia a ressuscitar a expressão República de Sindicalistas<sup>61</sup>, que já havia sido empregada durante o governo de João Goulart, e traduz uma crítica à distribuição de cargos. Segundo Soares (2010), a estratégia de desqualificar os ocupantes de cargos públicos não passa de uma forma de disputa de espaço no Estado, utilizada quando a força dos trabalhadores se avoluma e ameaça a hegemonia de quem está no poder.

As notícias publicadas sobre o perfil dos ocupantes de cargos públicos e sua origem sindical procuravam demonstrar que estava ocorrendo uma disfunção orgânica no governo, nas empresas estatais e nos seus fundos de pensão. As críticas eram das mais diversas: distribuição indiscriminada de cargos, ocupantes sem capacitação técnica para a função, entre outras. Argumentos negativos constituíam a linha mestra das publicações, muitas carregadas de subentendidos e reticências. Talvez essa fosse uma forma de combater o fato de que o espaço político anteriormente ocupado por setores conservadores estava restrito e os novos ocupantes exerciam uma influência que não tinham antes.

Para José Dari Krein, em depoimento para Soares, a estranheza causada pela ocupação de um cargo público por trabalhador é de caráter estritamente ideológico e é manejada pela necessidade de retirar de pauta questões impactantes relacionadas ao confronto trabalho x capital. Em um governo de trabalhadores, temas ligados ao trabalho, como emprego, redução de jornada de trabalho, recomposição de salários, inevitavelmente são colocados na ordem do dia pelo movimento sindical. Assim, a estratégia é desqualificar a ocupação de cargos públicos por sindicalistas para inibir a ocupação destes cargos (SOARES, 2010).

Na Petrobras, a ocupação de cargos por sindicalistas abrangeu diferentes setores: a alta cúpula e escalões inferiores não menos importantes. O jornal *O Globo* publicou o nome e respectivo cargo de 22 ex-sindicalistas em posições de destaque na empresa (OTÁVIO; FARAH, 2009). A publicação mereceu um contra-ataque da Petrobras, no seu boletim Fatos e Dados, que considerou preconceituosa a tese de que executivos e gerentes da Petrobras, como

---

<sup>61</sup> Cunhada por Carlos Lacerda, a expressão República de Sindicalistas fez parte de uma acusação contra João Goulart, então ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, de que estaria armando uma conspiração para dominar o Estado Brasileiro em conjunto com os trabalhadores. A aproximação de Jango com o movimento sindical foi o que assustou setores conservadores encampados na União Democrática Nacional (UDN) e nos segmentos conservadores do Partido Socialista Democráticos (PSD), motivando a reação (SOARES, 2010). Daí por diante, a expressão passou a ser empregada para designar intromissão de sindicalistas na vida política do país, manifestada pela ocupação de cargos públicos (OTÁVIO; FARAH, 2009).

ex-sindicalistas, atuavam buscando favorecer aliados ou projetos políticos (PETROBRAS, 2009).

Mas a realidade é que muitos cargos de importância na Petrobras passaram de fato para as mãos de sindicalistas. Foi o caso da Gerência Executiva de Comunicação Institucional da companhia. Para esse cargo, foi indicado o sindicalista Wilson Santarosa, técnico de nível médio, que, com a nomeação, ascendeu profissionalmente (AGÊNCIA PETROBRAS, 2013). Para se aquilatar a importância do cargo, basta observar que o ocupante do cargo se reporta diretamente à presidência da Petrobras e é responsável pela alocação de todas as verbas de publicidade e de patrocínios da empresa.

Santarosa se manteve como gerente executivo de comunicação institucional durante 12 anos, de 2003 a 2015, nos quatro governos do PT, sendo demitido em 2015, com a saída de Graça Foster e a entrada de Aldemir Bendine na presidência da companhia. Após sua demissão, o ex-sindicalista se afastou da Petrobras, da qual já se aposentara.

Outro cargo estratégico ocupado por sindicalista foi o de Gerente Executivo de Recursos Humanos, tendo Diego Hernandez, um técnico de nível médio, sido indicado por influência do Partido dos Trabalhadores. Hernandez foi responsável, entre outras ações, pelas negociações com os sindicatos de onde era oriundo e conduziu uma reviravolta nas regras de aposentadoria do trabalhador petroleiro, no episódio que ficou conhecido como repactuação do Plano Petros, que será descrita em capítulo seguinte deste trabalho.

Concluindo, o preenchimento de cargos na Petrobras durante os governos petistas nem sempre se guiou por critérios técnicos e de competência. Algumas escolhas foram desastrosas para a Petrobras e seus trabalhadores, como veremos em capítulos seguintes. É natural que as melhores posições de empregos públicos de livre indicação sejam ocupadas por militantes, partidários e aliados do governo em exercício. O que não é natural é que esses cargos sejam utilizados para atendimento de interesses pessoais ou para a captação de recursos para partidos políticos, como aconteceu na Petrobras.

### **3.5 A corrupção sistêmica sob um governo de esquerda**

Richard Bourne, biógrafo inglês do ex-presidente Lula, criticou o legado do seu governo, pedindo em especial uma postura mais forte contra a corrupção na política brasileira,

que já aparecia na sua obra bibliográfica na expressão do mensalão (BOURNE, 2008). Em entrevista para a BBC (BIÓGRAFO..., 2016), Bourne se disse surpreso com a possibilidade de, em 2017, Lula estar sob ameaça de prisão. "Jamais esperei que um dia fosse ver a possibilidade de Lula ser preso. Escrevi meu livro na época de sua reeleição (2006), em uma época que a imagem pública de Lula era certamente bem diferente de hoje".

Há, entretanto, na sua observação, a percepção de que as acusações contra Lula fazem parte de um processo politizado, apesar do autor considerar que, com relação à Lava Jato, "as investigações devem ser elogiadas por revelar práticas corruptas de empresas, intermediários e políticos de vários partidos, e uma das críticas que tenho a Lula é que ele nunca se posicionou em algum tipo de cruzada contra a corrupção".

Para o biógrafo, as formas como as acusações graves contra Lula estão sendo feitas, sem a divulgação de provas cabais, endossa o argumento de seus partidários de que se trata de uma perseguição política visando desacreditar o líder e aniquilar sua influência na eleição presidencial de 2018. A observação de Bourne sobre a forma como foram feitas as acusações contra Lula ratifica a opinião de partidários e militantes, quando, em 2017, as investigações, as delações premiadas e as convocações para interrogatórios do ex-presidente pelo juiz Sérgio Moro eram a pauta do momento. Para ele, as forças mais à direita da política brasileira estão "com muito medo" da possibilidade de Lula ser uma presença forte nas eleições presidenciais de 2018. Bourne observa que outros partidos estão envolvidos com a corrupção no país, ao se referir às gravações, divulgadas em maio de 2016, que mostravam políticos do PMDB, incluindo Romero Jucá, ex-ministro do governo Temer, reclamando das investigações sobre a corrupção na Petrobras:

Mesmo que não se candidate, Lula pode exercer forte influência, e o risco de acusações sem muitas provas é de que o ex-presidente e o Partido dos Trabalhadores possam tirar vantagem para se dizerem vítimas de perseguição política. E, pelo menos no momento, eles têm razão para reclamar. Não foram políticos do PT, por exemplo, que manifestaram desejo de encerrar os trabalhos da Lava Jato

Porém, Bourne também vê responsabilidade de Lula na situação por causa da falta de um posicionamento mais incisivo contra o que chama de "sistema político corrupto" e pelas alianças políticas feitas para alavancar o projeto de poder do PT. "Ele não hesitou em se comprometer com o sistema para se manter no governo. Devemos lembrar que sua administração ficou marcada pelo escândalo do mensalão. Se há suspeitas, elas devem ser

investigadas, mas você precisa de provas para sustentar essas acusações e não afetar a credibilidade da operação", afirmou Bourne (BIÓGRAFO..., 2016).

E o que pensa o Partido dos Trabalhadores a respeito das acusações de corrupção? Durante o 5º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em Salvador de 11 a 13 de junho de 2015, as correntes mais críticas propuseram a inflexão à esquerda como única forma de impedir a descaracterização completa do partido (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2015).

A plateia formada no Congresso Nacional do PT demonstrou sensibilidade ao tema da corrupção, dirigindo à mesa palavras de ordem no decorrer do encontro. A corrupção, no entanto, passou ao largo das “falas” dos seus dirigentes, que se posicionaram como sendo um problema que não está afeto ao partido. Com base em duas explicações contrastantes, a direção do PT e muitos de seus militantes se recusaram a admitir envolvimento do partido (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2015).

A primeira recorreu à ideologia para explicar o porquê de o PT aparecer envolvido nas denúncias divulgadas. Para dirigentes como Lula e Rui Falcão, o que ocorreu foi um processo de criminalização dos principais dirigentes do PT, que, derivando ao seu limite, pretendeu extinguir o próprio partido. Já para a ex-presidente Dilma, se tratava de malfeitos, que no caso da Petrobras somente puderam ser investigados porque os governos petistas incentivaram os órgãos de investigação e de repressão a irem até o fim, buscando os culpados. Enquanto na primeira explicação a corrupção é tratada como um factoide e, portanto, inexistente, na segunda admite-se a sua existência. O argumento que a sustenta é o incentivo e os esforços do Estado no aparelhamento da Polícia Federal, do Ministério Público, e da própria Justiça, na busca e punição de culpados.

Não se pode, entretanto, ignorar a corrupção em empresas estatais como a Petrobras e as consequências para a empresa, seus trabalhadores e para a economia do país. Analisando os balanços financeiros da estatal, o enxugamento de suas atividades e seu valor de mercado, nos certificamos que algo por lá passou. E deixou suas marcas.

\* \* \* \* \*

## **PARTE II**

### **A PETROBRAS E AS FERRAMENTAS DO PODER: UMA TRILOGIA DO RECOMEÇO**

## PARTE II

### A PETROBRAS E AS FERRAMENTAS DO PODER: UMA TRILOGIA DO RECOMEÇO

A Petrobras, uma das maiores empresas brasileiras, peso-pesado na formação do Produto Interno Brasileiro (PIB), tem um longo recomeço pela frente, depois das turbulências em que vieram à tona falcaturias e delitos que arrasaram a economia da estatal. Nesta segunda parte da tese, trataremos de uma trilogia que envolve a Petrobras e o mundo do trabalho em torno dessa estatal.

Cada um dos três temas desta trilogia constitui um dos três capítulos desta segunda parte. No primeiro capítulo, tratamos da Petrobras espoliada. Uma Petrobras que deixou de possuir algo que lhe pertencia e que lhe foi tirada por meios ilícitos. Descreve a Petrobras que passou a vender seus ativos para arcar com prejuízos, decorrentes de corrupção que espoliou as finanças da empresa, quando não resultado de gestão temerária e mal planejamento.

O segundo capítulo trata de uma Petrobras escarmentada que aceita uma lição para não repetir erros que trouxeram consequências. Escaldada pela espoliação, a Petrobras escarmentada age para se livrar dos ônus. As consequências são sobre o mundo do trabalho. Milhares de trabalhadores terceirizados são demitidos. Empregados próprios são estimulados a se desligar da empresa. A estatal estimula fortemente seus empregados a aderir a um novo contrato com a Petros, mudando as condições de aposentadoria.

O terceiro capítulo, como última parte da trilogia, trata de uma Petrobras comprometida, no sentido de que passou a ser responsável por uma situação que criou. Mais uma vez os afetados são os trabalhadores que confiaram sua poupança previdenciária aos fundos de pensão da Petros. Instado pelas políticas governamentais, a Petros compromete grande parte da massa de recursos destinados à aposentadoria de seus associados. Investimentos fraudulentos, gestão temerária, atestados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), acarretaram um ônus de contribuição adicional durante 18 anos para os filiados.

Daí se dizer que a Petrobras tem um longo recomeço pela frente. É provável que jamais volte a ter a pujança dos primeiros anos dos governos petistas, quando a descoberta do pré-sal prenunciou uma era de fartura, expectativa que se esfarelou ao longo dos governos petistas seguido pelo chamado governo “golpista”.



## CAPÍTULO 4

### **PETROBRAS ESPOLIADA: IMPAIRMENT E DOWNSIZING; PREJUÍZOS E DÍVIDAS**

O poder foi o tema central do capítulo anterior. Mais precisamente, as estratégias de manutenção do poder pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Nenhum partido político governa autonomamente em um sistema de governo presidencialista. É necessário aglutinar forças de oposição para manter a hegemonia de poder. A sustentação própria, sem coalizão, se mostra insuficiente para aprovar projetos ou alavancar programas governamentais. Para o PT não foi diferente: o partido buscou aliados entre os opositores, inicialmente com o método clássico do presidencialismo de coalizão, dividindo para reinar. Entretanto, apenas a coalização foi insuficiente para sustentar o governo do PT, por mais democrático que este pretendesse ser.

O clientelismo e o fisiologismo da política nacional são exigentes. Não nasceram com o Partido dos Trabalhadores (PT). Sua origem se perdeu no tempo. Cada voto parlamentar exigiu uma contrapartida, que para o cidadão deveria ser apenas o dever cívico. Para maus políticos, o preço é alto. É a barganha das emendas orçamentárias, utilizadas para cativar o voto do eleitor nas próximas eleições; são propinas que aumentam o patrimônio pessoal em proporção estratosférica. É o empresário que enche as burras do partido para alavancar negócios com o governo. É o corruptor que, cheio de salamaleques, entrega malas de dinheiro em domicílio. Essas práticas de poder não são exclusividades do partido A ou do B. Disseminam-se de forma sistêmica numa espécie de metástase que destrói o tecido da cidadania, do respeito e da confiança do cidadão nos destinos do país.

Este capítulo continuará a descrição das estratégias de poder que, durante os 13 anos de governo petista, além da coalização, descambou para a corrupção, que aqui não valoramos tratar-se ou não de ações políticas. Trataremos das consequências dessas políticas sobre a Petrobras. Inicia-se com o modelo de gestão da estatal. Esse é o elemento que, segundo a lei das sociedades anônimas, assegura ao acionista controlador, a União, a autonomia para dirigir a empresa conforme sua estratégia econômica e política. É, portanto, o que dá o poder ao controlador para fazer e desfazer.

O segundo item trata dos indicadores descritivos de desempenho da empresa. Entre as possibilidades, escolhemos os que, para fins deste trabalho, se mostraram mais relevantes, dada sua afetação sobre o mundo do trabalho. Foram eles: produção, valor da empresa, lucros/prejuízos e desinvestimento. Todos capazes de influenciar a quantidade e a qualidade de empregos disponíveis para o trabalhador.

O terceiro item trata de uma questão contábil: *impairment*. Na apuração do balanço patrimonial de uma empresa, algumas vezes se constata que determinado ativo está com valor contábil acima do seu valor real de mercado. Nesse caso, o valor do ativo precisa ser reduzido no balanço patrimonial. A consequência dessa prática contábil é a diminuição do lucro. Se não houver lucro, a redução de valores de ativos é considerada prejuízo. A demonstração de resultados da Petrobras de 2015 apresentou prejuízo de R\$ 35 bilhões (PETROBRAS, 2017b, p. 4). Com isso, milhares de postos de trabalho foram desativados.

O item seguinte trata de desinvestimentos, o que se denomina *downsizing* da Petrobras. Um termo que a *Esquerda que nega* traduz por privatização branca e que consiste numa redução relevante do volume de ativos da empresa. É a alienação de participação acionária. E isso envolve campos de produção de petróleo, instalações de refinarias, usinas termoeletricas, indústrias petroquímicas. A consequência dos desinvestimentos é a redução de postos de trabalho, sentida diretamente pelo trabalhador terceirizado e indiretamente pelo trabalhador próprio.

O quinto item da estrutura trata das descobertas do pré-sal. Consideradas como redenção econômica do país, as reservas do pré-sal trouxeram uma euforia que levaram milhares de investidores a acreditar na pujança das riquezas, e acabaram por comprometer sua poupança pessoal. Para a Petrobras, a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional afetou os custos de produção, levando a uma redução significativa dos lucros, o que, se não inviabilizou, pelo menos comprometeu a lucratividade da empresa. O sexto item encerra o capítulo mostrando o que a Petrobras está fazendo para se reerguer. Desde a instituição de mecanismos de prevenção de corrupção até o delicado trabalho de recuperar nos petroleiros e no povo brasileiro a confiança naquela que foi o orgulho do país.

\*\*\*\*\*

#### 4.1 O modelo de gestão da Petrobras

Como pessoa jurídica de direito privado, a Petrobras é uma sociedade de capital aberto por ações, sendo regida pela Lei nº 6.404/76<sup>62</sup> e suas alterações. Entre seus 666.532 acionistas (PETROBRAS, 2017a), está a União, que detém o controle acionário da empresa. A União detém a maioria do capital social com direito a voto, sendo a Petrobras, portanto, uma sociedade de economia mista.

A indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração (CA) é prerrogativa do acionista majoritário. O CA, por sua vez elege os diretores e presidente da companhia. O controle externo sobre a Petrobras é exercido pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), atribuição institucional delegada pela União como acionista majoritária<sup>63</sup>.

A Petrobras é classificada pelo DEST como uma empresa do setor produtivo, atuando na indústria de óleo, gás natural e energia. A empresa atua nos segmentos de exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis. Em 2016, último ano do governo petista iniciado em 2003, a empresa investiu R\$ 55,35 bilhões e teve uma receita de vendas de R\$ 282,5 bilhões (PETROBRAS, 2017a). Entre subsidiárias e controladas da Petrobras *holding*, estão outras 25 subsidiárias diretas, entre elas a Petrobras Distribuidora, a Transpetro, a Gaspetro e a Petrobras Biocombustíveis (PETROBRAS, 2016a).

Assim como outras empresas públicas, a gestão da Petrobras segue o modelo brasileiro de governança das estatais<sup>64</sup>. O conjunto de práticas de gestão busca maximizar o resultado empresarial e proteger os direitos de todas as partes interessadas, com transparência e equidade, destacando o relacionamento entre acionistas. É denominado de *governança corporativa*. As empresas estatais estão organizadas de forma aderente ao funcionamento do setor privado, o

---

<sup>62</sup> Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre Sociedades empresariais por ações (BRASIL, 1976).

<sup>63</sup> Os indicadores de controle externo da Petrobras são divulgados no Perfil das empresas estatais federais, relatório publicado anualmente pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão da estrutura do Ministério do Planejamento. A missão do DEST é “aperfeiçoar a atuação da União enquanto acionista das empresas estatais federais, com vistas a potencializar os benefícios à sociedade”.

<sup>64</sup> O modelo brasileiro de governança de estatais está previsto em normas diversas como Constituição Federal/1988(TCU), Decreto nº 8.109/13 (CGU), Decreto nº 6.021 (CGPAR), Decretos nº 3.735/01 e 8.578/15 (MP), Decreto-Lei nº 200/67 e Decretos regimentais (Ministérios Setoriais), Decretos nº 89.309/84, 93.872/86, 1.091/94, 2.678/98 e 7.482/11 (MF) e Lei nº 6.404/76 (órgãos estatutários).

que coloca a Petrobras e demais estatais em linha com a Constituição Federal/1988, art. 173, §1º, inciso II, e o Decreto-Lei nº200/67, art.27, parágrafo único<sup>65</sup>.

O modelo de governança das estatais concede à União, como acionista majoritária da Petrobras, a prerrogativa de indicar os ocupantes de cargos da alta direção, inclusive assentos no Conselho de Administração. A faculdade da União garante que presidente e diretores poderão ser indicados pelo Governo Federal. São esses cargos normalmente objeto de negociação dentro do presidencialismo de coalizão, instituto descrito no capítulo anterior. Em 2017, quatro ex-diretores da estatal, todos de indicação partidária<sup>66</sup> e empossados durante os governos petistas, estavam condenados pela Justiça, e cumpriam pena em regime fechado ou em prisão domiciliar.

A Fig.4.1 mostra o modelo brasileiro de governança das estatais federais. As funções nos quadros em branco são típicas de empresas privadas. As funções em azul indicam os órgãos públicos responsáveis pelo controle externo das estatais. O quadro em verde mostra o conjunto da legislação de regência das atividades das estatais.

Cabe explicitar a existência de dois níveis de decisão na estrutura da Petrobras. A decisão tática ou de negócios, que é atribuição da Diretoria Executiva (DE), e a decisão estratégica, de atribuição do Conselho de Administração (CA). Como o acionista majoritário, o controlador da empresa, é a União, cabe a ela no nível tático<sup>67</sup> a indicação do presidente e dos

---

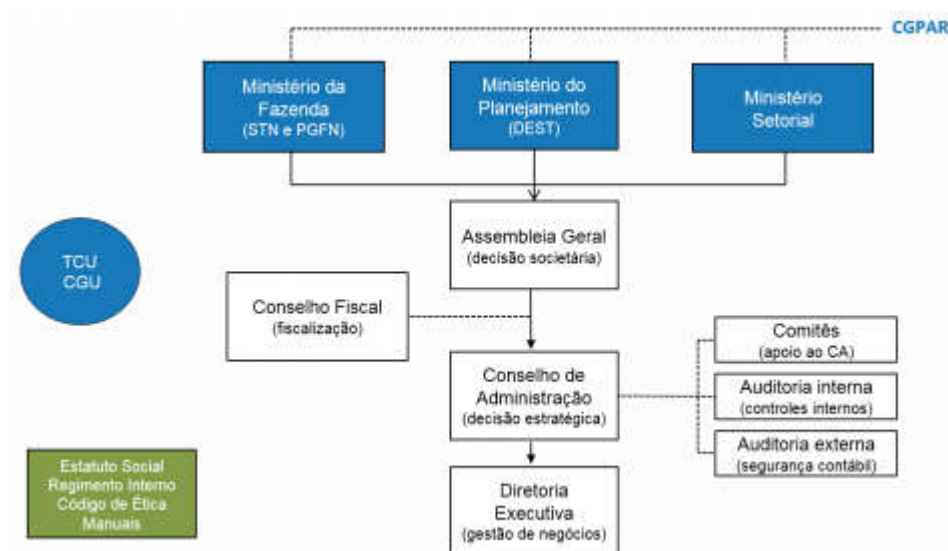
<sup>65</sup> A legislação citada trata das prerrogativas e obrigações das empresas públicas e sociedades de economia mista. Basicamente devem ter condições de funcionamento idênticas às do setor privado, sujeitando-se ao regime jurídico próprio destas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

<sup>66</sup> *Paulo Roberto Costa*, ex-diretor de Abastecimento, foi nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2004, por indicação do deputado federal José Janene, do PP. Foi condenado a 12 anos de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Cumpre prisão domiciliar em regime semiaberto pela contribuição com a Justiça nos termos de delação premiada. *Renato de Souza Duque*, ex-diretor de Serviços, entre os anos de 2003 e 2012, foi indicado por José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil. Está preso em regime fechado, com pena que ultrapassa 40 anos de prisão, por crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. *Nestor Cuñat Cerveró*, ex-diretor internacional da Petrobras de 2003 a 2008, e diretor financeiro da BR Distribuidora de 2008 a 2014. Foi indicado pelo PMDB. Condenado em segundo grau por corrupção passiva e lavagem de dinheiro a uma pena que ultrapassa 25 anos, cumpre pena em prisão domiciliar, nos termos de delação premiada. *Jorge Luiz Zelada*, ex-diretor da Área Internacional, entre os anos de 2008 e 2012. Foi indicado pelo PMDB. Condenado a mais de 12 anos de prisão em regime fechado (JUSTIÇA FEDERAL, 2017) pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Tem outra condenação por fraude em processo licitatório.

<sup>67</sup> Embora estejamos considerando aqui que as decisões em nível tático competem à diretoria executiva (DE) da Petrobras, cabe ressaltar que também cabe à DE decisões estratégicas. O que determina o limite de competência de um ou de outro colegiado é o valor a ser contratado, dentre outros fatores (PETROBRAS, 2017e).

diretores. No nível estratégico, dos dez conselheiros que compõem o colegiado, sete são de indicação do Governo Federal.

Figura 4.1 – Modelo brasileiro de governança das estatais federais



Fonte: “Perfil das Empresas Estatais Federais 2015 - Ano Base 2014”(BRASIL, 2016b)

Conforme o modelo há quatro órgãos federais de controle externo da Petrobras. Três são vinculados ao Executivo Federal. As decisões em nível tático, na diretoria executiva, e estratégico, no Conselho de Administração, são de responsabilidade de executivos e conselheiros também indicados pelo Governo Federal. Como são cargos de livre indicação, a movimentação está dentro da autonomia desse governo.

A estrutura do modelo mostra que a influência da União na Petrobras é, portanto, plena, devido à sua posição de acionista controlador. As políticas econômicas da presidenta Dilma Rousseff foram direcionadas para a contenção dos preços dos combustíveis, com concessão de subsídios visando ao controle da inflação. A Petrobras suportou perdas que não contaram com mecanismo de compensação ou de correção. Almeida *et al* analisaram os efeitos dessa política e concluíram que:

A Petrobras foi severamente afetada pela política de preços de combustível do governo. Ao atender a crescente demanda de GLP, diesel e gasolina, cujos preços estavam abaixo de referência internacional, a empresa perdeu 98.000 milhões dólares em renda, de 2011 a 2014. Em um período de altos investimentos devido à exploração do pré-sal, esta perda aumentou a dívida da Petrobras e deteriorou sua situação financeira. Se o alinhamento com o preço internacional não é politicamente viável, a experiência internacional

sugere que se adote um fundo de estabilização como mecanismo de preços. Interferências políticas em sua gestão, no entanto, devem ser evitadas.

É fato que as políticas de governo influenciaram as relações de trabalho na empresa, uma vez que afetou as estruturas econômicas do negócio. Exemplo disso é a classificação da estatal pelas agências de risco. Em fevereiro de 2015, depois de a Operação Lava Jato ter desnudado o esquema de corrupção que dilapidava a empresa, a agência de risco Moody's cortou as notas de crédito da Petrobras. A empresa perdeu grau de investimento, considerado seguro para investidores, e recebeu grau especulativo.

Segundo relatório divulgado pela agência, "os problemas da Petrobras deverão afetar negativamente a cadeia de produção de petróleo e gás no Brasil, os setores de construção e infraestrutura, assim como o setor imobiliário no estado do Rio de Janeiro e as empresas que dão suporte a estes setores", (MOODY'S, 2015c). A afirmativa se refere ao arrefecimento da atividade econômica, o que ocorre, por exemplo, na região do município de Itaboraí-RJ, onde proliferam construções abandonadas e uma grande oferta de imóveis.

Por mais que o Partido dos Trabalhadores alegue desconhecimento, ou ausência de interferência governamental e partidária na gestão da Petrobras, é fato que a Petrobras se curvou às decisões emanadas de dirigentes indicados pelo governo e seus aliados. As consequências econômicas afetaram os resultados da empresa e comprometeram de forma irremediável as relações de trabalho, com primeirização intensiva, demissão de terceirizados e perda do capital intelectual da empresa, conforme se demonstrará no próximo capítulo.

#### **4.2 Petrobras e seus indicadores: resultados de 13 anos de governo petista**

O status das relações de trabalho na Petrobras e em toda cadeia produtiva que se liga à estatal passa pela análise da situação da Petrobras ao final dos governos petistas. Como era a Petrobras quando a presidência da República foi ocupada pela primeira vez por Luiz Inácio Lula da Silva? Como ficou com a saída de Dilma Rousseff, quando de seu impeachment? Para essas questões analisaremos alguns indicadores da empresa. As respostas serão cotejadas com posições defendidas pela *Esquerda que nega*.

Os indicadores escolhidos foram: produção, valor da empresa, lucro, endividamento, preço do barril de petróleo, desinvestimento. Apesar de sua natureza estritamente econômica, esses números são relevantes quando se verifica sua influência em questões sociais relacionadas

com emprego. Foi a partir da deterioração de indicadores econômicos, como esses, que as repercussões no emprego e na estabilidade se fizeram sentir.

Iniciaremos pela produção. O indicador permite entender o crescimento da empresa e seu faturamento, com consequências diretas em termos de vagas no mercado de trabalho. No início da empresa, eram apenas 2.663 barris/dia, o equivalente a 1,7% do consumo nacional. A instalação da Petrobras acabara de ser concluída em 1954, e o petróleo despontava como a principal fonte de energia do país. Passados mais de 60 anos de sua fundação, a Petrobras registrou em 2016, ano do impeachment de Dilma Rousseff, mais um recorde de produção de petróleo, atingindo 2,79 milhões de barris/dia<sup>68</sup>, suficiente para suprir toda a demanda nacional do produto.

Essa produção já não é exclusividade da Petrobras. Com a queda do monopólio do petróleo em 6 de agosto de 1997, outras empresas receberam concessões do Estado para exploração e produção do produto<sup>69</sup>, dividindo com a Petrobras a produção nacional. A produção do mês de agosto de 2016, mês do impeachment de Dilma Rousseff, anunciado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) agora pertence a 27 empresas distintas<sup>70</sup>, que em conjunto detêm 299 concessões.

A relação entre produção e quantidade de mão de obra é intuitiva, desde que em condição *ceteris paribus*: maior produção, maior necessidade de trabalhadores. Apesar da evolução tecnológica e da maior produtividade dos campos de produção recém-descobertos, ainda assim é preciso aumento de mão de obra para produzir. A produção nacional da Petrobras cresceu durante os governos petistas, conforme se verifica na fig. 4.2.

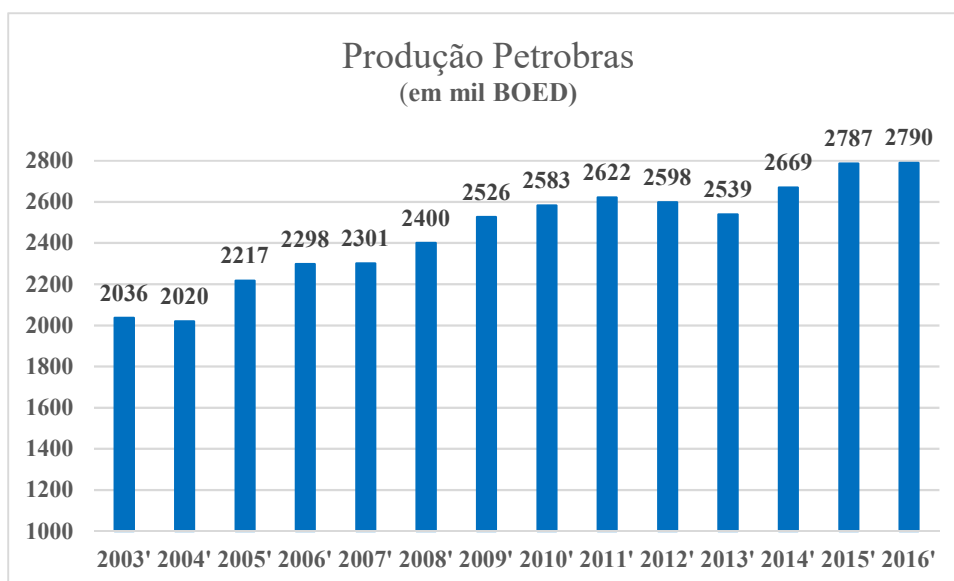
---

<sup>68</sup> Produção anual média, em BOE/dia. Cf. Boletim da Produção Nacional de Petróleo – Ago 2016. (ANP, 2016) / Relatório da Administração (PETROBRAS, 2016c)

<sup>69</sup> O fim do monopólio, determinado pela Lei Nº 9.478/97, além de instituir mudanças de caráter técnico-administrativo, com a criação do Conselho Nacional de Política Energética e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, redefiniu o papel do Estado. De produtor e provedor o Estado passa para regulador e fiscalizador. Para alguns, essa é uma tendência natural do mercado internacional. Para outros envolve inúmeras escolhas de caráter político-social, atingindo diretamente o Estado de Bem-Estar Social.

<sup>70</sup> A Petrobras foi a responsável por 93% da produção nacional de petróleo durante o mês de agosto de 2016. (ANP, 2016).

Figura 4.2 – A produção de petróleo pela Petrobras aumentou 37% durante o governo do Partido dos Trabalhadores, passando de 2036 mil para 2790 mil barris de óleo equivalente/dia<sup>71</sup>.



Fonte: Relatórios da Administração (PETROBRAS, 2006, 2011, 2016c)

Os movimentos da Petrobras para suprir recursos para uma maior produção motivaram críticas da *Esquerda que nega*, que se manifestou sobre o descaso em relação aos trabalhadores da empresa. Entre várias situações, vamos pinçar a questão da exploração e produção das reservas do pré-sal.

As reservas do pré-sal levaram a Petrobras a contratar uma série de oito plataformas de produção, a serem construídas seguindo um mesmo padrão, e por isso chamadas de replicantes. A plataforma P-66 é uma dessas replicantes. Projetada para ser fabricada no Brasil, com previsão para ser entregue em 2015, acabou saindo do estaleiro em fevereiro de 2017, quase dois anos depois. O atraso na entrega de uma plataforma tem consequências para a produção, que, adiada, posterga o ingresso de receita para a empresa. No caso das replicantes, além dos problemas de atraso de entrega, a Petrobras precisou contratar estaleiros chineses para terminar a construção, uma vez que estaleiros brasileiros contratados não atenderam às encomendas<sup>72</sup>. As obras receberam financiamento com recursos do China Exim Bank,

<sup>71</sup> A unidade básica usada de produção de óleo e de gás é o barril de óleo equivalente diário (BOED), correspondente à soma do óleo e do gás produzido. É uma medida prática que fornece ao acionista um único indicador para o cálculo do valor monetário produzido com base no custo internacional de mercado.

<sup>72</sup> Cf. “Petrobras passa por cima da palavra da presidente Dilma Rousseff e entrega os módulos dos replicantes para a china construir”. Disponível em: <https://www.petronoticias.com.br/archives/70367>. Acesso em: 17nov2017.



conforme Nota Relevante emitida pela Petrobras em 09/05/2016. O custo do projeto acabou multiplicado, devido aos aditivos inesperados, complicando ainda mais a situação financeira da empresa.

Com a entrada em operação, a plataforma P-66 passou a ser questionada pelos sindicatos dissidentes, os que chamamos de a *Esquerda que nega*. Segundo informou a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), em novembro de 2017, a insegurança e o descaso com o efetivo de pessoal marcaram os primeiros seis meses de operação da P-66. Conforme informações da entidade sindical, naquele período foram registrados cinco acidentes com alto potencial de risco (INSEGURANÇA..., 2017).

As prováveis causas foram problemas estruturais de construção da plataforma, que, para os sindicalistas, sinalizam fragilidade na segurança das relações de trabalho. Para a FNP, a Petrobras não treinou suficientemente a equipe nova que cuidaria de processos de trabalho complexos na área do pré-sal da Bacia de Santos. Para o sindicato, a irresponsabilidade de gestão da empresa oculta riscos ambientais e de segurança, e cita como comprovação os acidentes nos primeiros meses de operação da plataforma.

A redução do efetivo de empregados próprios e terceirizados, apresentados em relatórios da empresa (PETROBRAS, 2017f), contradiz os esforços de crescimento da produção. O fato demonstra que a deterioração das condições econômicas da Petrobras tem potencial para degradar as condições dos trabalhadores, conforme atestou a *Esquerda que nega* (INSEGURANÇA..., 2017).

O segundo indicador a ser analisado é o valor da empresa. O que tem a ver o valor real da Petrobras com especulação, propaganda oficial, corrupção, fraude, lucro, prejuízos etc.? Embora não exista uma relação estabelecida de dependência entre esses fatores e o valor da empresa, o fato é que notícias recorrentes sobre prejuízos da Petrobras contribuíram para reduzir o valor das ações, conforme mostra a evolução de preços destas<sup>73</sup>. Preliminarmente, conceituemos valor patrimonial e valor de mercado e a relação entre eles.

Valor patrimonial representa o quanto valem os ativos de uma empresa, descontadas as dívidas. É apurado a partir do balanço patrimonial, que contém os valores contábeis dos

---

<sup>73</sup> Cf. Cotações de ações Petrobras. Disponível em: <<http://cotacoes.economia.uol.com.br/acao/cotacoes-historicas.html?codigo=PETR4.SA>>. Acesso em: 22 abr. 2017 (HISTÓRICO..., 2017).

ativos e passivos (CAVALCANTE; PASIN, [S.d.]). Mas o que ocorre com o valor patrimonial numa situação de corrupção e fraude em que os valores investidos em obras e serviços foram inflados por sobrepreços? A evidência de que a Petrobras pagou mais por obras, por dolo das empresas contratadas, consta de Notas Relevantes na Demonstração Contábil e de Resultados da estatal, auditado por empresa independente (PETROBRAS, 2017b, p. 10–14).

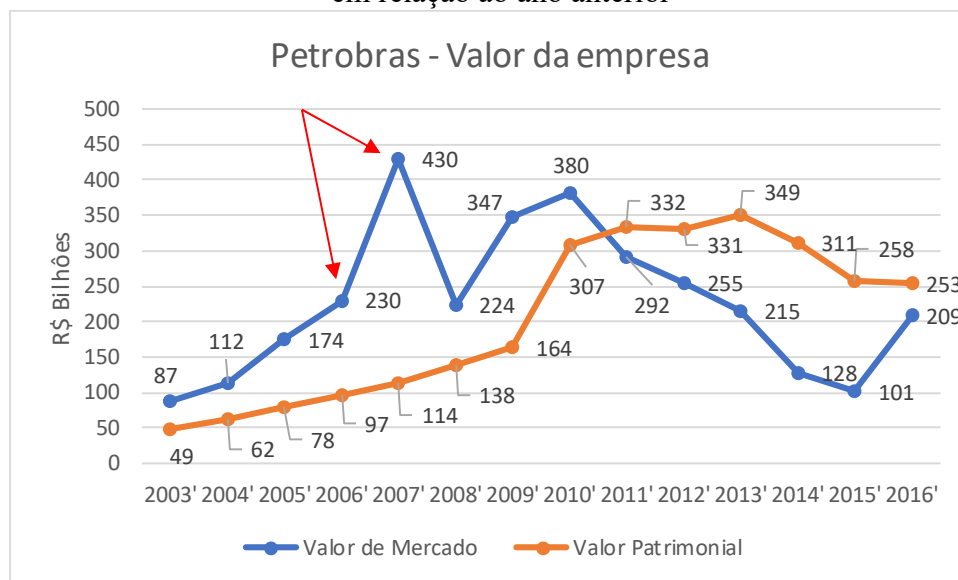
Foi o que ocorreu em profusão com a Petrobras. Obras como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e as refinarias *Premium* I e II tiveram seu preço real alterado por fatores como corrupção e gestão temerária decorrente de planejamento ineficaz. Em documento apresentado ao TCU, a Petrobras estimou os prejuízos com o Comperj em USD 14,3 bilhões. Entre outros fatores, entram no cálculo, investimentos feitos que não podem ser recuperados e gastos com a manutenção durante a paralisação da obra. Deve-se acrescentar que o Comperj é um dos empreendimentos da Petrobras em que se comprovou pagamento de propina e participação de cartel de fornecedores (CAGNI; BRESCIANI, 2015), conforme consta do relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU, 2017).

O segundo valor a considerar é o valor de mercado da empresa, chamado de capitalização de mercado. É definido como o valor em ações da companhia multiplicado pelo número total de ações em circulação. Está sujeito, portanto, às flutuações do mercado e depende da confiança do investidor (MARTELANC; PASIN; CAVALCANTE, 2005). Sua importância está no fato de que representa efetivamente o valor da poupança do investidor. Em situações em que o mercado reage negativamente, o investidor que necessita dispor de suas ações perde parte do seu capital.

Observemos que, no caso da Petrobras, tivemos três momentos marcantes de reação de mercado durante os governos petistas. O primeiro deles foi o da descoberta das reservas do pré-sal, em 2007. Ocorreu uma euforia que elevou o valor de mercado da empresa a níveis estratosféricos, superando em muito o efetivo valor patrimonial. O segundo momento foi o da capitalização para exploração do pré-sal em 2010. O investidor foi estimulado a adquirir novas ações da companhia pela propaganda oficial, que vendeu o pré-sal como investimento rentável e seguro. O terceiro momento, em que o valor de mercado da Petrobras despencou, ocorreu com a instauração da operação Lava Jato e a divulgação do enorme endividamento da empresa.

A fig. 4.3 mostra a evolução dos valores patrimonial e de mercado da Petrobras durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Observemos os três momentos citados, que ocorrem nos anos 2007, 2010 e 2014.

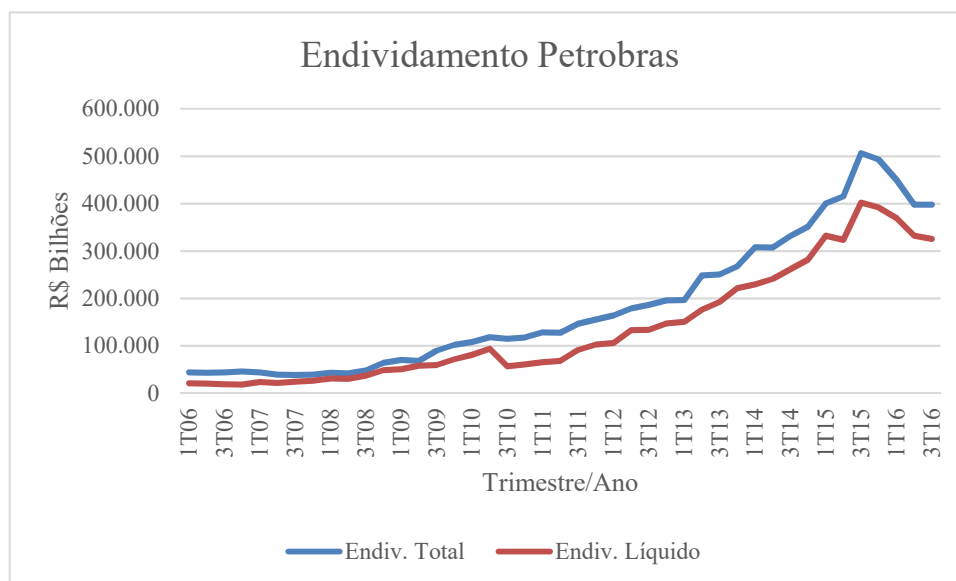
Figura 4.3 - A descoberta do pré-sal em 2007 elevou o valor de mercado da Petrobras em 87% em relação ao ano anterior



Fonte: Relatórios da Administração Petrobras - (2006-2011-2016)

Outro indicador relevante é o que traduz o endividamento da empresa, conforme Fig. 4.4, que mostra as curvas de endividamento líquido e total. Observemos na figura um crescimento das dívidas, ou seja, da alavancagem da empresa, contabilmente uma operação com capital de terceiros. O fato de operar com capital alheio não é crítico por si só. Entretanto, quando o endividamento assume grandes proporções, aumentam os riscos de crédito. Nisso diminui o *rating* da empresa perante agências certificadoras internacionais, o que faz com que os agentes financeiros aumentem os juros cobrados por empréstimos, dificultando a operação da companhia.

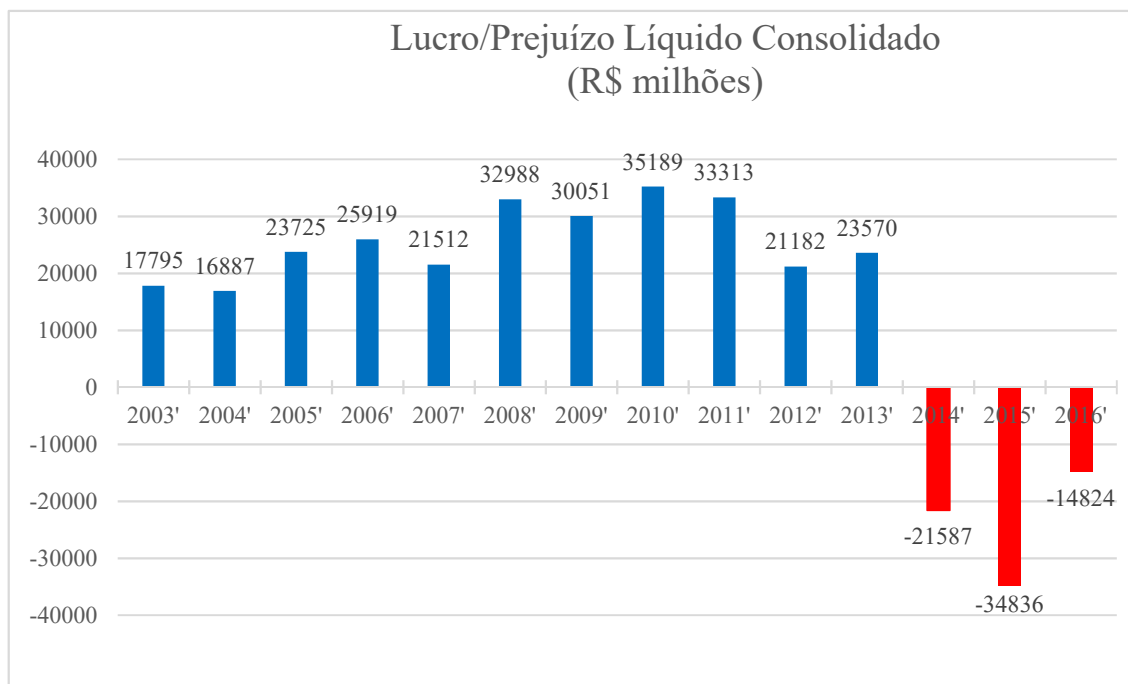
Figura 4.4 - Durante os governos petistas, o endividamento total da Petrobras aumentou de R\$ 44 bilhões para R\$ 398 bilhões. Segundo o então presidente da Petrobras, Pedro Parente, “[...] a maior dívida corporativa do setor de óleo e gás do planeta” (PETROBRAS, 2016c, p. 4).



Fonte: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/divida/endividamento-e-alavancagem>

A partir de 2014, a Petrobras começou a apresentar prejuízos (Fig. 4.5). O resultado do balanço de 2015 da estatal apresentou um valor negativo de cerca de R\$ 35 bilhões (PETROBRAS, 2017b, p. 4). Os investimentos da companhia foram revistos, conforme relatório da administração, (PETROBRAS, 2016b, p. 22) em função da redução das receitas operacionais esperadas para o futuro. Contribuíram para isso o declínio dos preços de petróleo no mercado internacional, a revisão geológica de reservatório e o aumento da taxa de desconto decorrente do maior prêmio de risco para o Brasil, pela perda do grau de investimento (*investment grade*). A conjunção desses fatores levou a um *impairment* de mais R\$ 47 bilhões no exercício de 2015 (PETROBRAS, 2017b, p. 45).

Figura 4.5 - Com a instauração da Operação Lava Jato, e o consequente surgimento de suas consequências, a Petrobras que até então vinha apresentando lucros, passa a ser deficitária.



Fonte: Relatórios da Administração Petrobras (2006; 2011; 2016)

Entre as possíveis razões do prejuízo e do *impairment*, segundo o citado relatório da administração, estava a perda do grau de investimento do Brasil. Primeiro pela Standard & Poors, depois pela Fitch e finalmente pela Moody's. Relatórios desta última (MOODY'S, 2015a, b, c) mostram a redução do grau de investimento tanto do Brasil como da Petrobras (MOODY'S, 2015c), correlacionando a redução da classificação também às investigações de corrupção em curso na estatal.

O grau de investimento de empresas como a Petrobras influencia a variação do valor de suas ações em bolsa. Quando há um decréscimo na classificação de agências de risco, o serviço da dívida da Petrobras fica mais caro porque o risco de insolvência aumenta. As conclusões oficiais sobre os motivos de prejuízos e *impairment* apresentadas pela Petrobras no seu relatório da administração (PETROBRAS, 2016b) consideram que a perda de grau de investimento é uma das razões para esses prejuízos. O relatório das agências de risco (MOODY'S, 2015c) liga essa perda, entre outros fatores, à corrupção. No imaginário, fica a indagação se este seria um movimento internacional do capitalismo para a degradação do valor da empresa para futura privatização.

O fato é o de que a reação da Petrobras frente aos prejuízos foi a redução de custos, com iniciativas disparadas em várias direções. A companhia já vinha de um programa de

redução de custos determinado durante a gestão de Graça Foster, e considerado predatório pela *Esquerda que nega*. Seguidas manifestações de sindicatos petroleiros ligados à FNP entenderam que o Programa de Otimização de Custos Operacionais (PROCOP) de Graça Foster reunia medidas que precarizavam o trabalho e colocava a vida dos trabalhadores em risco (FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS, 2013; SEMINÁRIO..., 2013).

Com a Petrobras procurando se recuperar dos volumosos prejuízos, as relações de trabalho foram afetadas. Conforme descreveremos no próximo capítulo, a primeirização com intensificação de trabalho, a demissão massiva de terceirizados, e o incentivo à demissão voluntária de trabalhadores foram resultados de uma empresa que de altamente rentável passou a apresentar prejuízos. Com isso, a Petrobras negou a assertiva atribuída a John D. Rockefeller de que "o melhor negócio do mundo é uma companhia de petróleo bem administrada e o segundo melhor é uma companhia de petróleo mal administrada" (GUERREIRO, 2015).

#### 4.3 Prejuízos na Petrobras – *Impairment*

A partir de 2012 uma palavra estrangeira passou a fazer parte dos balanços patrimoniais da Petrobras: *Impairment*. Ao mesmo tempo, foi incluída como assunto de boletins sindicais e de conversas entre empregados da empresa. No balanço patrimonial da Petrobras de 2015, o termo *impairment* veio com toda sua força: um valor superior a R\$ 44 bilhões, conforme descrito no seu Relatório da Administração 2014:

Como resultado, a Companhia apurou *impairment* de R\$ 44.636 milhões no exercício de 2014, principalmente em ativos de: i) refino no país (R\$ 30.976 milhões), devido à avaliação dos projetos do 2º trem da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) separadamente da unidade geradora de caixa do refino, tendo em vista a postergação desses projetos por extenso período de tempo, motivada por medidas de preservação do caixa e problemas na cadeia de fornecedores oriundos das investigações da “Operação Lava Jato”. As perdas resultaram de problemas no planejamento dos projetos, utilização de taxa de desconto com maior prêmio de risco, postergação da expectativa de entrada de caixa e menor crescimento econômico; ii) exploração e produção de petróleo e gás natural (R\$ 10.002 milhões), reflexo do declínio nos preços do petróleo; e iii) petroquímica (R\$ 2.978 milhões), em decorrência do cenário de redução na demanda e nas margens (PETROBRAS, 2014, p. 23).

A redução do valor recuperável dos ativos (*Impairment*) é uma das alterações da Lei 11.638/07, e consiste em verificar se há na empresa a existência de ativos desvalorizados. Isso ocorre quando o valor contábil de um ativo excede o valor recuperável. Ou seja, quando há na

empresa obra ou bem que não valha o valor contabilizado. O valor apurado é lançado como custo, reduzindo o lucro apurado.

Isso pode ocorrer em situações de venda de ativos por um preço inferior por falta de mercado, por obsolescência, ou por desempenho econômico pior que o esperado. No caso da Petrobras, mais motivos se acrescentaram aos citados: fraude e corrupção, conforme Demonstração Contábil e de Resultados apresentados pela Petrobras (PETROBRAS, 2017b). Por esses dois mecanismos, a Petrobras foi espoliada, pagando por obras e serviços muito mais do que realmente valiam. O valor apurado em 2014, que incluía os resultados de desvios, foi de mais de 44 bilhões de reais. Naquele ano, tal valor foi a redução do patrimônio da empresa e, indiretamente, de perda no valor das ações dos investidores.

Muitos foram os empreendimentos prejudicados por fraude e corrupção. A área de Abastecimento, dirigida por Paulo Roberto Costa, o primeiro delator da Lava Jato, foi a mais prejudicada. As refinarias *Premium I*, *Premium II* e Abreu e Lima estavam entre os empreendimentos pelos quais a Petrobras pagou mais do que o seu justo valor.

Durante os dois primeiros governos do PT, a Petrobras lançou grandes empreendimentos na área do refino. Foram três refinarias e um complexo petroquímico. Os estados de Pernambuco, Maranhão e Ceará foram escolhidos para a construção das refinarias Abreu e Lima (RNEST), *Premium I* e *Premium II*, respectivamente. O estado do Rio de Janeiro recebeu o complexo petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Dessas quatro grandes obras, apenas a RNEST foi parcialmente construída. Os projetos da *Premium I* e *Premium II* foram abandonados, e o Comperj está, em 2017, com novas obras suspensas, conforme relatório da administração (PETROBRAS, 2016c).

Disso tudo redundou um enorme prejuízo para a estatal, conforme atesta sua demonstração de resultados de 2015/2016. Quando do seu lançamento, em 2005, a refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, estava orçada em cerca de 2,5 bilhões de dólares. Em 2014, a previsão de investimentos já tinha atingido 15 bilhões de dólares e tendia a crescer. Sobre os esforços para conter os custos, a então presidente da companhia, Graça Foster, declarou: “Trabalhamos firme, estamos... brigando para manter esses 18 bilhões e meio”. Hoje nós estamos a 15 bilhões de dólares nessa refinaria... Nós estamos trabalhando duro para ajustar tudo isso” (PETROBRAS..., 2014).

Petrobras espoliada. Responsável por implantar um gigantesco programa de investimentos, acima de seu histórico de empreendimentos, por determinação do acionista controlador, a União, a estatal se viu envolvida em dívidas que comprometerão a rentabilidade da companhia por muitos anos. Obras paralisadas. Equipamentos deteriorando no tempo (CASADO; ROSA; ORDOÑES, 2015). A sucessão de prejuízos veio à tona com o Relatório da Administração publicado em 2015, que trouxe as seguintes informações para os acionistas da empresa:

Em janeiro de 2015, decidimos encerrar os projetos de investimento para a construção das refinarias Premium I e Premium II. [...]. O projeto da refinaria do Comperj encontra-se postergado. [...] A refinaria Abreu e Lima (Rnest) iniciou em dezembro [de 2014] sua operação parcial, com capacidade instalada de 74 mil bpd de óleo [...]. O segundo trem está postergado. (PETROBRAS, 2014, p. 9).

Dos quatro empreendimentos citados, selecionamos a Refinaria Premium I, de Bacabeira-MA, para detalhes. Trata-se de um empreendimento onde o investimento resultou em um imenso campo terraplanado para a construção de uma obra que não vingou. Assim como o Comperj, a Refinaria Abreu e Lima (Rnest), esta é uma outra obra começada e interrompida, como muitas que vemos pelo Brasil afora. Para algumas dessas, há uma esperança distante de retomada, que deverá vir acompanhada de grandes prejuízos. Parte da segunda fase da Rnest está abandonada e tem sido alvo de furtos (VERAS, 2017). O Comperj tem equipamentos, entre os quais alguns avaliados em mais de USD 20 milhões comprados em 2010 e até agora estocados em um depósito (CASADO; ROSA; ORDOÑES, 2015). Vejamos o caso da Refinaria Premium I, em Bacabeira.

Bacabeira é um município maranhense da área metropolitana de São Luís, distante 58 km da capital do estado. Com população de 14.925 pessoas (Censo Demográfico – 2010), tem 31% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado. Em 2015, o salário médio mensal de trabalhadores formais era de 2,4 salários mínimos, com 13,8% de pessoas ocupadas. 53,8% da população tinha rendimento nominal de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. No mapa da pobreza e desigualdade, a pobreza subjetiva de Bacabeira é de 65,41%. O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM), calculado em 2010, era de 0,629. O índice de Gini em 2003 era 0,39 (IBGE, 2017).

Com a chegada da Petrobras em 15 de janeiro de 2010, o município de Bacabeira passou a ter a certeza do progresso. Naquela data, na Fazenda Cristalândia, com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma



Rousseff, do ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, e da governadora Roseana Sarney, ocorreu o lançamento oficial pela Petrobras das obras de construção da Refinaria *Premium I*. O município de Bacabeira fora escolhido pela sua posição geográfica privilegiada, que facilitaria a exportação dos derivados de petróleo para a Europa e Estados Unidos (ALVES, ROSENIRA, 2010).

O projeto tinha um investimento previsto de USD 20 bilhões, e entraria em operação em 2013, com capacidade de processamento de 300 mil barris/dia. O empreendimento criaria 30 mil empregos diretos e 130 mil indiretos. Na segunda etapa, prevista para 2016, a refinaria atingiria a capacidade de 600 mil barris/dia. Quando entrasse em operação, o país passaria a exportar derivados de petróleo de qualidade e não apenas óleo bruto, projetando o Brasil no exterior (ALVES, ROSENIRA, 2010).

Em 14 de julho de 2010, foi assinado um contrato de terraplanagem de mais de 2 mil hectares. O Consórcio GSF, formado pelas empresas Galvão Engenharia, Serveng Civilsan e Fidens Engenharia, venceu a licitação cujo valor contratual ultrapassava R\$ 700 milhões. Em 2012, o contrato foi interrompido, quando já estavam concluídos 80% dos serviços contratados, que incluíam terraplanagem, drenagem, acessos e obras especiais (pontes de acesso, entre outros). As obras haviam custado R\$ 583 milhões para a Petrobras. O motivo alegado foi a necessidade de otimização do projeto básico do empreendimento, sendo que os demais serviços seriam executados após a otimização do projeto básico. Segundo o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, durante entrevista à imprensa do Maranhão em março de 2013, a Petrobras já havia investido R\$ 1,5 bilhão em *Premium I*. A Petrobras informou que, além da terraplanagem, os custos apontados pelo ministro englobavam projetos, treinamentos, transporte, estudos ambientais <sup>74</sup> (GOES, 2014).

Em 22 de janeiro de 2015, a Petrobras decidiu encerrar os projetos de investimento para a implantação das refinarias *Premium I* e *Premium II*. Citou como motivos as taxas previstas de crescimento dos mercados interno e externo de derivados e ausência de parceiro

---

<sup>74</sup> A Petrobras informou (REFINARIA..., 2014) que os gastos incluíram também a construção de canais perimetrais, canteiros de obras e pontes de acesso, licenças de tecnologia adquiridas para construção das unidades, os projetos básicos, o pré-detalhamento com definição de quantitativos, estudos ambientais, análises do canal do Mearim, monitoramento de ruído, levantamento, captura e reintrodução de fauna, cadastramento florestal, compensação ambiental para o Maranhão, convênio com a Prefeitura de Bacabeira, realização de audiências públicas, treinamentos de mão de obra local, estabelecimentos de escritórios em São Luís, salários de empregados da Petrobras, transporte e hospedagem de equipes, obras da subestação de Energia Elétrica para recebimento de Linha de Transmissão, estudos de projeto para interligação com a rede elétrica.

econômico para a implantação. O encerramento dos dois projetos de refinaria gerou uma perda de R\$ 2.825 milhões, reconhecida em outras despesas líquidas no balanço fiscal da empresa (PETROBRAS, 2014, p. 9; 71).

Sete anos após o lançamento da pedra fundamental de uma obra que prometia mudar os destinos de uma região e projetar o Brasil no mercado mundial, o que existe é custo afundado<sup>75</sup> de cerca de R\$ 1,5 bilhão. Um prejuízo reconhecido pela Petrobras em seu Relatório da Administração de 2014, com perda de rentabilidade para os acionistas e endividamento para a companhia. Um enorme terreno abandonado que possivelmente terá de ser adaptado novamente para um novo projeto.

A questão que fica, além de um terreno desertificado, são as consequências de uma política frustrada de governo. Muitos foram afetados: a população local, os acionistas da Petrobras, a própria empresa. Pronunciamentos de membros do governo e da Petrobras criaram uma expectativa em todos os afetados. Alardeada como a maior refinaria do Brasil, a moderna *Premium I* de Bacabeira-MA iria impulsionar a região maranhense. Representaria a eficiência de um governo petista que, segundo Dilma Rousseff, ao contrário dos governos de FHC, supriria a falta de investimentos em infraestrutura:

Essa refinaria Premium [...] vai ser, em termos de qualidade tecnológica, a melhor refinaria que o Brasil possui, porque ela estará num padrão técnico que as outras, mesmo quando a gente moderniza, renova, revitaliza, elas não alcançam. Então, ela vai ser uma das maiores do Brasil, porque só o projeto, em sua primeira etapa 300 mil barris, numa segunda etapa, mais 300 mil barris, totalizando 600 mil barris. Para vocês terem uma ideia, uma refinaria grande no Brasil, hoje, não produz mais do que 160/180 mil barris. [...] você imagina quando essa obra estiver em pleno volume, o que vai significar, porque o Brasil ela é uma das maiores do Brasil em termos de valor – são R\$40 bilhões, não é um ano só – e vai gerar 132 mil empregos. Então, tudo isso acumulado vai transformar o nosso país, ou já transformou o nosso país naquilo que uma vez o presidente prometeu: num canteiro de obras (ROUSSEFF, 2010).

Há uma sucessão de erros e de decisões inadequadas em torno deste que seria o grande projeto na região. O relatório de fiscalização TC 009.845/2010-0 do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou indícios graves de irregularidade na terraplanagem da Refinaria *Premium I* - a única obra que teve início, mas que foi paralisada sem ser concluída. Segundo o documento, a auditoria encontrou: (i) projeto básico deficiente ou desatualizado; (ii) obstrução ao livre

---

<sup>75</sup> A expressão *Custo afundado* (*sunk costs*) designa custos que não são recuperáveis.

exercício da fiscalização; (iii) Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-financeira (EVTE) deficiente; e (iv) adoção de regime de execução contratual inadequado ou antieconômico (verba de chuva). (MONTEIRO, 2017).

O Consórcio GSF, formado pelas empresas Galvão Engenharia, Serveng Civilsan e Fidens Engenharia, contratado para a terraplanagem, se viu enredado nas investigações da Operação Lava Jato. As investigações descobriram que um seleto grupo de empreiteiras detinha exclusividade em praticamente todas as áreas estratégicas da Petrobras. Apenas em casos extraordinários essa blindagem era rompida. (BRANDT; AFFONSO; MACEDO, 2015).

Também nas investigações conduzidas pela Câmara dos Deputados, o empreendimento apresentava erros que o fadavam ao insucesso. No inquérito levado a cabo pela CPI da Petrobras (SÉRGIO, 2015), as obras da Refinaria *Premium* I apresentavam basicamente duas irregularidades principais: sobrepreços decorrente de jogo de planilha<sup>76</sup> e falha de planejamento, ocasionando aditivos e atrasos injustificáveis com prejuízos à Petrobras.

Do ponto de vista sociológico, o cenário é de uma obra monumental abandonada depois de consumir perto de R\$ 2 bilhões, com custo afundado; empresas contratadas para as obras envolvidas em investigações de corrupção na Operação Lava Jato; acionistas com prejuízos que afetaram seus resultados; Petrobras endividada; população de Bacabeira-MA e migrantes afetados nas suas expectativas.

Os moradores que habitavam a área, cerca de 80 famílias, foram removidos e perderam o sustento que retiravam da terra. Comerciantes que investiram contando com o crescimento da região viram seus recursos esfatarem. Forasteiros que trouxeram a família ficaram à procura de empregos escassos, sem ter como voltar para a região de origem. Essas e outras são o

---

<sup>76</sup> O conceito de *jogo de planilhas* refere-se a uma artimanha utilizada em processos licitatórios. Consiste em apresentar um preço global mais baixo que o dos concorrentes, mas que na realidade não reduzirá o lucro do proponente. É baseado no aproveitamento de imprecisões na quantificação de material/serviços feito pelo contratante. No caso da Refinaria *Premium* I, o TCU detectou *jogo de planilhas* baseado no quantitativo irreal de 370 mil toneladas de cal hidratada, a ser utilizada na estabilização de solo. Segundo relatório da CPI da Petrobras, “quantidade suficiente para encher um silo de 100 metros de altura, com seção horizontal equivalente à área de um campo de futebol” (SÉRGIO, 2015, p. 212). A estimativa da Petrobras apenas para este item era de R\$ 300 milhões. O preço ofertado pelo consórcio vencedor foi ínfimo, contando com a irrealidade da estimativa da Petrobras. Segundo relatório do TCU, “[...] o preço unitário ofertado pelo consórcio não seria suficiente sequer para cobrir os custos de transporte da cal”. (MONTEIRO, 2017, p. 3). O consórcio GSF venceu a licitação e a terraplanagem praticamente não utilizou cal hidratada.

resultado de um empreendimento que prometia mudar a vida de uma região (FRUSTRAÇÃO..., 2015).

Cabe aqui um breve comentário sobre o papel dos efeitos ou impactos de uma política pública (*policy outcomes*), como foi o caso da Refinaria *Premium I* de Bacabeira-MA, na economia e na sociedade. O projeto de construção da refinaria representou, na formulação de Howlett, Ramesh e Perl (2013), um meio para a resolução de um problema em que os atores envolvidos, Petrobras, governo e sociedade, procuraram compatibilizar objetivos políticos com meios políticos. Os citados autores reconhecem duas dimensões nesse processo de compatibilização de objetivos e meios: a técnica e a política. A dimensão técnica procura encontrar a relação ótima entre objetivos e instrumentos mais adequados. A dimensão política é a conciliação das intenções dos diversos atores envolvidos, uma vez que nem todos podem estar de acordo com os objetivos pretendidos.

Do ponto de vista da dimensão técnica, em que se deu a avaliação administrativa da viabilidade de construção da refinaria, os prazos de análise foram atropelados pela pressão política, como a de um ministro de Minas e Energia, oriundo do estado do Maranhão, no governo petista<sup>77</sup>. Como relata o TCU, a expressão “projeto básico” foi citada 33 vezes no relatório, quase todas para informar sobre a deficiência e a imprecisão do projeto (MONTEIRO, 2017). Ou seja, a Petrobras, pressionada por forças políticas, lançou um edital de licitação sem ter concluído o projeto básico<sup>78</sup> de um empreendimento orçado em USD 20 bilhões. A suspensão do primeiro e único contrato, o de terraplanagem, segundo a Petrobras, decorreu da necessidade de detalhar o projeto básico (REFINARIA..., 2014).

Do ponto de vista da avaliação política da construção da Refinaria *Premium I*, ela fazia parte de um Brasil grande, acelerado pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no qual se incluía. Os critérios para a decisão foram puramente políticos, tendo estes

---

<sup>77</sup> Edson Lobão foi ministro das Minas e Energia em duas oportunidades durante os governos petistas: de 2008 a 2010 e de 2011 a 2014 (MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA, 2017). Esteve à frente da instalação da refinaria *Premium I*, em Bacabeira-MA.

<sup>78</sup> A prática de licitar sem ter o projeto básico completo é coibida pelo Tribunal de Contas da União, uma vez que redundará em prejuízo para o contratante. O enunciado da Súmula 261 do TCU trata do assunto nos seguintes termos: “Em licitações de obras e serviços de engenharia, é necessária a elaboração de projeto básico adequado e atualizado, assim considerado aquele aprovado com todos os elementos descritos no art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, constituindo prática ilegal a revisão de projeto básico ou a elaboração de projeto executivo que transfigurem o objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos”. (MONTEIRO, 2010).

precedido e comprometido o critério técnico. “Diferentemente das avaliações administrativa e judicial, as avaliações políticas em geral não são sistemáticas nem tecnicamente sofisticadas. Na verdade, muitas delas são inerentemente partidárias, parciais e tendenciosas” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 212).

O resultado negativo que a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, frisou quando do lançamento do empreendimento, se concretizou e ratificou nas suas próprias palavras o resultado de uma política de governo desastrosa:

Nós precisamos de pessoas que iniciem um processo e o levem até o fim. Eu acho que, quando se refere à realização das obras do governo, a gente tem que ser muito firme para que as coisas não se interrompam, não se criem os chamados ‘esqueletos’ ” (ROUSSEFF, 2010).

O malogrado empreendimento da Refinaria *Premium I* em Bacabeira-MA é resultado de uma sucessão de erros, em que o critério político sobrepujou o critério técnico. Nos governos petistas, a Petrobras iniciou empreendimentos para ampliar sua capacidade de refino, com plano de construção de três novas refinarias (*Premium I*, *Premium II* e *Abreu e Lima*). Em 2017, a estatal iniciou *downsizing* do parque de refino, colocando à venda duas refinarias, política diametralmente oposta à do governo petista.

Aliado à suspeita de fraude licitatória e de corrupção, os preços do empreendimento foram inflados e o resultado foi um enorme prejuízo para a Petrobras e indiretamente para a sociedade brasileira. Conforme relatório TC 009.845/2010-0 do TCU, “A Petrobras, por meio do Balanço Patrimonial do 4º Trimestre de 2014, em virtude do encerramento do projeto da Refinaria *Premium I*, reconheceu um prejuízo de R\$ 2,2 bilhões. As causas e responsabilidades relacionadas são objeto de análise no TC 004.920/2015-5 (Fiscobras 2015)” (MONTEIRO, 2017, p. 2). Da prevista Refinaria *Premium I*, resultou um *impairment* que reduziu ainda mais o valor patrimonial da companhia, além de suprimir as expectativas de mais postos de trabalho e menos desemprego no Estado do Maranhão.

Mas como os sindicatos se posicionaram a respeito? A *Esquerda que nega* entende que as indicações de prejuízos apontadas pela Petrobras não passam de fantasia. Nazareno Godeiro, pesquisador do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese), pode ser enquadrado como membro de uma *Esquerda que nega*. Para ele, o prejuízo líquido de R\$ 21 bilhões, apurado no exercício de 2014, é fictício e traz a intenção de desvalorizar a

empresa. Com isso, a Petrobras estaria justificando a redução em investimentos, usando esses recursos para pagar a dívida com bancos internacionais (GODEIRO, 2017).

Com base em dados do Relatório da Administração da Petrobras de 2014, Godeiro acredita que a aquisição de derivados de petróleo no mercado externo representou uma perda de USD 14 bilhões, o que equivaleria ao preço de construção de uma refinaria. Godeiro critica ainda a venda de ações da Petrobras Distribuidora, considerada a *joia da coroa*. A venda atenderia as intenções do capital internacional, e ele citou como exemplo a manifestação do Banco Morgan Stanley, que dizia: “Oferta de ações é a única medida definitiva capaz de melhorar a estrutura de capital da petroleira estatal” (GODEIRO, 2015).

Para encerrar, Godeiro conclama os petroleiros a “lutar por uma Petrobras 100% estatal, com eleições para escolha da diretoria e rebaixamento dos salários milionários desses diretores”. Nazareno Godeiro utiliza argumentos inválidos e faz análises impróprias, o que, de certa maneira, enfraquece o discurso da *Esquerda que nega*. Ao considerar, por exemplo, que a maior parte do capital social da Petrobras está nas mãos de terceiros, o que tornaria a empresa uma “semiestatal” (GODEIRO, 2017, p. 2), demonstra desconhecimento da Lei das Sociedades Anônimas. O comando da Lei nº 6.404/76 estabelece que pelo menos 50% do capital da empresa deve ser constituído por ações ordinárias, com direito à voto. O controle da empresa é da União, que possui 50,26% das ações ordinárias. Cabe à Petrobras, legalmente, a prerrogativa de indicar a maioria dos membros do Conselho de Administração, bem como os diretores executivos:

A legislação brasileira exige que a União Federal, como nosso acionista controlador, detenha a maioria das ações da companhia com direito a voto, tendo o poder de eleger a maioria dos integrantes do nosso Conselho de Administração (CA). Os diretores executivos responsáveis pela gestão da companhia são eleitos pelo CA (PETROBRAS, 2016c, p. 10).

Cabe ressaltar que a indicação dos membros do Conselho de Administração é de prerrogativa dos acionistas, entre os quais a União, com maior poder de voto. Dessa forma, a indicação dos diretores também é, indiretamente, da União e, na prática, faz parte da governabilidade garantida pelo presidencialismo de coalizão.

#### **4.4 Desinvestimentos: uma Petrobras que encolhe**

Os relatórios da administração (RA), publicados anualmente e voltados a informar os acionistas da Petrobras, não deixam dúvidas. Os investimentos durante os governos petistas estiveram em alta durante o primeiro governo de Lula e continuaram até a posse de Dilma Rousseff. Mas o que teria levado à redução de ativos da empresa, a partir da gestão de Almir Bendine, então presidente da empresa indicado por Dilma Rousseff?

Analisando os RAs disponíveis do período de 2006 a 2016, constatamos que as diretrizes de investimentos faziam parte da ordem do dia. A joia da coroa dos investimentos, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí-RJ, apareceu como destaque no relatório de 2006: “Os estudos técnico-econômicos para instalação do projeto, nos municípios de Itaboraí e São Gonçalo, foram concluídos em março, com investimento previsto de USD 8,3 bilhões” (PETROBRAS, 2006, p. 26).

No mesmo relatório foi anunciada a criação da Companhia Petroquímica de Pernambuco – Petroquímica Suape. A unidade industrial, com investimento de USD 514 milhões, teria capacidade produtiva de 640 mil toneladas por ano, com início da operação previsto para 2009. Em 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda da petroquímica, colocada à venda pela Petrobras por preço inferior ao investido (BARBOSA, 2018).

O RA de 2016 apresentou a alternativa de desinvestimento como uma das estratégias de redução de risco financeiro na Petrobras. O programa de parcerias e desinvestimentos totalizou o valor de USD 13,6 bilhões no biênio 2015-2016. Foram previstos USD 21 bilhões para o biênio 2017-2018. Nesse mesmo relatório, a Petroquímica Suape foi anunciada como vendida por preço inferior ao da previsão de sua instalação. Em 2017, em documento produzido por sua equipe técnica, a Petrobras informou que o Comperj gerou um prejuízo de USD 14,3 bilhões aos cofres da companhia. E assim se deu com outros empreendimentos que no passado se mostravam auspiciosos e que agora se transformam em ativos a serem desmobilizados. Por que razão isso teria acontecido?

A Petrobras sempre representou uma riqueza brasileira. Com 9,5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) de reservas provadas (PETROBRAS, 2017a), uma verdadeira fortuna se acumulava potencialmente nos campos petrolíferos. Os governos petistas se aproveitaram desse

potencial e puseram em marcha um plano ambicioso de investimentos, que incluíam refinarias, dutos, petroquímicas, usinas termoeletricas.

Se em atendimento a interesses não definidos, por falhas de planejamento, ou por outras razões, o fato é que muitas vezes a Petrobras pagou pelos investimentos mais do que valiam. Por exemplo, a CPI da Petrobras concluiu que a Petrobras pagou sobrepreço pela compra da Petroquímica SUZANO<sup>79</sup>. Com a queda do preço do petróleo, a cadeia degringolou. O baixo preço do barril, os custos altos de produção e os sobrepreços dos investimentos, levaram a empresa para o vermelho.

A quebra do monopólio da Petrobras, por força da Emenda Constitucional nº 9, de 1995, abriu a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural para outras empresas. Com isso, surgiu a necessidade de dotar a Petrobras de condições equivalentes às de seus concorrentes. O Decreto nº 2.745/98, que instituiu o regulamento simplificado de licitações, veio com esse objetivo. Alvo de questionamentos acalorados por parte do TCU, o decreto continuou sendo utilizado pela Petrobras, por força de liminares.

A possibilidade de outras empresas explorarem as reservas de petróleo e gás natural, por força da quebra do monopólio e das facilidades do Decreto nº 2.745/98, facilitaram os desinvestimentos da Petrobras por meio da venda de ativos. A *Esquerda que nega* entende que a venda de ativos é uma forma de privatização branca. Iniciado durante a gestão de Almir Bendini, e continuado por Pedro Parente, entende-se que estaria ocorrendo na Petrobras uma privatização semelhante à que ocorreu no governo de FHC. O resultado é um reflexo direto nas relações de trabalho, como se verá no capítulo seguinte.

#### **4.5 O pré-sal como redenção da pobreza**

Descoberta em 2007, a jazida de petróleo da camada pré-sal compreende uma faixa de 800 km entre os estados do Espírito Santo e Santa Catarina. Dista de 100 a 300 km da costa e fica entre 5 e 7 km abaixo do solo marítimo. O petróleo encontra-se em posição pouco

---

<sup>79</sup> Segundo o relatório da CPI, no dia de sua venda, a Petroquímica SUZANO estava avaliada em bolsa no valor total de R\$ 1,292 bilhão. A Petrobras pagou R\$ 2,1 BILHÕES pelas ações da família Feffer, R\$ 600 Milhões para os acionistas minoritários e ainda assumiu uma dívida aproximada de R\$ 1,4 bilhão, perfazendo um total de R\$ 4,1 bilhões (SÉRGIO, 2015, p. 237).



privilegiada para sua exploração, o que acarreta dificuldades, segundo afirmou Osvaldo Vidal Trevisan, então professor do Departamento de Engenharia de Petróleo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e diretor do Centro de Estudos de Petróleo da instituição. Para o autor, os óbices para a exploração são:

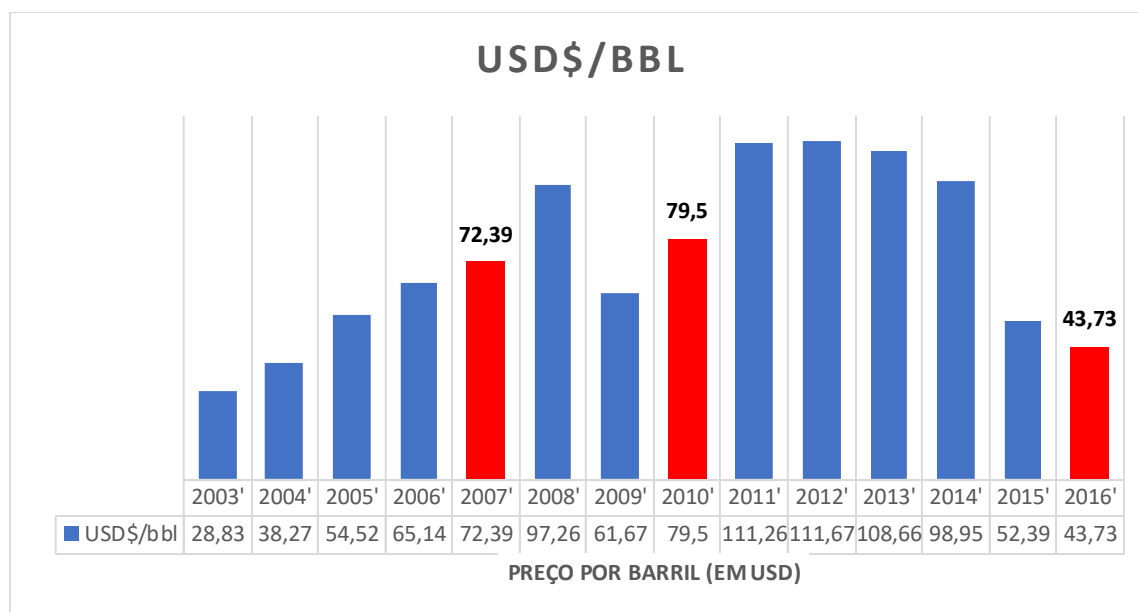
A primeira delas diz respeito à logística, incluindo o difícil transporte de pessoal para essas posições. A segunda é financeira, pois os custos para a extração desse tipo de petróleo, nessa localização, são muito elevados. A terceira é tecnológica, pois temos que extrair o petróleo da melhor forma (DESCOBERTO..., 2012).

As três dificuldades relatadas por Trevisan eram facilmente superáveis na época da descoberta. O preço internacional Brent do óleo cru era 72,39 USD/barril. A própria venda do petróleo forneceria os recursos financeiros para suprir as dificuldades. Tanto que, em 2010, quando o preço internacional era cotado em 79,5 USD/barril, a Petrobras conseguiu captar cerca de 120 bilhões de reais com a venda de novas ações. O que não se podia contar era com a queda do preço internacional Brent do petróleo, que, em 2016 caiu para 43,73 USD/barril.

Com isso, os custos de exploração, produção e refino comprometeram a rentabilidade, uma vez que o petróleo como matéria-prima tinha chegado a praticamente 50% do valor que tinha quando o pré-sal foi descoberto (Fig. 4.6). Extrair o petróleo ficava menos rentável para a Petrobras. Os lucros para os acionistas diminuiriam. No entanto, isso não neutraliza as vantagens do pré-sal, conforme descreve a Petrobras, a seguir:

As descobertas no pré-sal estão entre as mais importantes em todo o mundo na última década. A província pré-sal é composta por grandes acumulações de óleo leve, de excelente qualidade e com alto valor comercial. Uma realidade que nos coloca em uma posição estratégica frente à grande demanda de energia mundial. A produção diária de petróleo no pré-sal passou da média de aproximadamente 41 mil barris por dia, em 2010, para o patamar de 1 milhão de barris por dia em meados de 2016. Um crescimento de quase 24 vezes (PETROBRAS, s/d).

Figura 4.6 – Três momentos marcantes no preço do petróleo: 2007, descoberta do pré-sal; 2010, a megacapitalização da Petrobras e 2016, com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.



Fonte: BP Statistical Review of world energy 2017

A descoberta do pré-sal foi recebida como redenção da pobreza, a chance de reduzir a desigualdade brasileira. Mais ainda, seria um sinal divino de um “Deus brasileiro”. Sobre as riquezas do pré-sal, o então presidente Lula assim se manifestou:

Agora, o que vamos fazer com esse petróleo? Vender pura e simplesmente, quem quiser vir aqui tirar petróleo que venha e pode levar o quanto quiser?", perguntou Lula, para em seguida responder: "Não. Deus não nos deu isso para que a gente continue fazendo burrice. Deus deu um sinal. Mais uma chance para o Brasil (LULA..., 2008)<sup>80</sup>.

O nacionalismo e o orgulho invadiram o país. Ainda em 2008, em evento da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio, o presidente Lula afirmou que os lucros com a exploração do petróleo nas reservas da camada pré-sal devem ser usados para "resolver definitivamente os problemas da educação", para que não fiquem "na mão de meia dúzia de empresas". "Esse patrimônio que está a 6.000 metros de profundidade é da União, de 190 milhões de brasileiros. Precisamos utilizá-lo para fazer reparação aos pobres deste país"

<sup>80</sup> As declarações do presidente foram feitas ao discursar em Barcarena, no Pará, em 14/08/2008, onde participou da cerimônia de inauguração da expansão da refinaria Alunort, controlada pela mineradora Vale, e do anúncio de instalação de uma siderúrgica em Marabá (PA). Cf. (LULA..., 2008)

(LULA..., 2008). O balanço das realizações do governo Lula ressaltou a importância da descoberta do pré-sal:

Outro grande fato que marcou o setor de Petróleo e Gás no período foi a descoberta, em 2007, da província petrolífera do pré-sal, fruto de anos de pesquisa e de uma intensa política de pesquisas exploratórias. As primeiras avaliações permitiram afirmar que o Brasil terá reservas entre 22 a 33 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). Somando-as às reservas atuais, de 15,2 bilhões de boe até o final de 2009, o País se posicionaria entre os dez países com maiores reservas no mundo (BRASIL, 2010, p. 225).

O otimismo com a descoberta de jazidas milionárias e o preço do petróleo nas alturas convenceram os investidores que estava ali um excelente negócio. Por conta do petróleo do pré-sal, em 2010 a Petrobras promoveu uma megacapitalização. Aumentou seu capital com base nas descobertas do pré-sal, e incorporou 5 bilhões de barris de petróleo em reservas (ENTENDA..., 2010). Com isso, colocou mais ações no mercado, e a União aumentou sua participação na empresa por conta das reservas do pré-sal cedidas para a empresa.

O fato representou uma megaoperação na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). A oferta de ações teve 2,17 bilhões de novos papéis ordinários (PETR3-ON) e 1,58 bilhão de novas ações preferenciais (PETR4), segundo comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (ENTENDA..., 2010). Na operação de capitalização, a parte da União não rendeu dinheiro no caixa da Petrobras. O aumento da participação da União foi feito via cessão de barris das futuras reservas do pré-sal. A megacapitalização rendeu R\$ 120,2 bilhões, a maior captação de recursos por meio da venda de ações no mundo. Do total arrecadado, R\$ 74,8 bilhões foram direto para o Tesouro Nacional, para saldar a compra dos 5 bilhões de barris de petróleo a serem retirados do pré-sal (SCIARRETTA, 2010).

A capitalização da Petrobras em 2010 devido à incorporação nas suas reservas de mais 5 bilhões de barris exige reflexão sobre seu significado. O valor patrimonial da empresa passou de R\$ 164 bilhões em 2009 para R\$ 307 bilhões em 2010, um aumento de 87% no patrimônio. A enorme valorização da Petrobras ao final do governo Lula deve ser vista com reserva. Na realidade, a valorização decorreu da incorporação de reservas não exploradas e, portanto, ainda não convertida em valores. Os elevados custos de produção na área do pré-sal e a volatilidade do preço do barril de petróleo no mercado internacional tornam qualquer precificação de patrimônio, no mínimo, discutível.

Mais tarde, em 2013, o leilão do Campo de Libra gerou protestos das mais diversas camadas da sociedade, entre elas os sindicatos petroleiros. O governo de Dilma Rousseff foi acusado de privatista e de fazer o jogo do capital internacional. O Campo de Libra deverá produzir de 8 a 12 bilhões de barris de petróleo nos próximos 35 anos. O arrematante foi o consórcio formado pelas empresas chinesas CNPC e CNOOC, a anglo-holandesa Shell, a francesa Total e a Petrobras. CNPC, CNOOC e Petrobras têm 10% do grupo cada uma, enquanto Shell e Total têm 20% cada. Os 30% restantes também cabem à Petrobras, uma vez que as regras do leilão obrigam a petroleira a entrar como operadora do consórcio. *A Esquerda que nega* assim se expressou sobre o fato:

O governo do PT conseguiu se não superar, ao menos se igualar, ao entreguismo tucano de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Se a marca dos governos do PSDB foi a entrega do patrimônio público nas mãos do capital financeiro, com as privatizações da Vale do Rio Doce e do sistema Telebrás, o governo Dilma será marcado para sempre pela entrega às multinacionais da maior reserva de petróleo descoberta desde 2008 (PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO, 2013).

Para concluir, a descoberta do pré-sal em 2007, a consequente capitalização da Petrobras em 2010 e o leilão de Libra em 2013 representam fatos marcantes do Governo Petista. Ao ser descoberto em 2007, o pré-sal puxou uma alta nas ações da Petrobras e levou o valor de mercado da companhia a R\$ 430 bilhões, o maior apurado em 13 anos de governo. A propaganda que fez do pré-sal a redenção do Brasil contrastou com o prejuízo dos que investiram em ações da companhia. Em 2016, o valor de mercado da empresa caiu para R\$ 209 bilhões (PETROBRAS, 2006, 2011, 2016c), fazendo com que os investidores de 2008, que mantiveram suas ações, vissem seus recursos reduzidos a menos da metade do que aplicaram, conforme se depreende da análise do valor da ação no período.

A capitalização da Petrobras em 2010 também trouxe prejuízos para os investidores que acreditaram nas possibilidades da empresa. Com um valor patrimonial de R\$ 380 bilhões em 2010 e R\$ 209 bilhões em 2016, a estatal levou aqueles que compravam as novas ações e que as conservaram até 2016 a uma perda de 45%. Já no caso do Campo de Libra, mesmo militantes do Partido dos Trabalhadores, como José Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras, discordaram da estratégia do leilão que obrigava a participação da Petrobras. Para Gabrielli, obrigar a Petrobras a participar do leilão do campo de Libra significava uma sangria nas finanças da empresa:

Nessa operação de R\$ 15 bilhões, o governo vai receber de imediato, mas a consequência disso é que, no lucro do futuro, o governo vai ficar com uma

fatia menor. (...) Como ela vai entrar com 30% do campo, ela vai ter que pagar 4,5 bilhões – 30% de 15 bilhões é 4,5 bilhões. Isso é um dreno importante no caixa da Petrobras, nesse momento. (PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO, 2013).

O que deveria ser uma redenção acabou reduzido a poeira. Em 2016, o governo previa um déficit fiscal de R\$ 163,9 bilhões. O déficit, o maior da série histórica divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), sinalizava arrochos financeiros e a necessidade de uma nova política fiscal no país:

Embora não comprometa o atingimento da meta do ano, o resultado evidencia o desequilíbrio fiscal das contas públicas. Com o intuito de conter a expansão do gasto público e reestabelecer a sustentabilidade da dívida pública, o PLDO para 2017 prevê limitação da despesa primária da União à luz da PEC 241/2016, que propõe Novo Regime Fiscal para a União (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 1).

Por outro lado, em 2016 a Petrobras acumulava uma dívida de R\$ 314 bilhões, conforme relatório da administração da estatal (PETROBRAS, 2016c, p. 17). Esses números se transformaram em sinais de que a enorme riqueza do pré-sal estava longe de redimir o país e recuperar uma Petrobras que, em 2016, era uma empresa espoliada.

#### **4.6 Compliance e governança: a recuperação do leite derramado...**

Não há dúvidas de que a Petrobras passou por sua pior crise desde sua criação em 1953. De uma empresa portentosa, orgulho dos brasileiros, responsável por 13% do Produto Interno Bruto (PIB), para uma empresa endividada, lutando para uma recuperação que se prenuncia difícil e lenta. As políticas do acionista controlador, a União, foram insuficientes para garantir a gerência dos negócios da empresa, no ritmo que uma empresa desse porte e dessa importância exigia. A questão básica que a sociedade quer ver respondida não é apenas a busca por culpados, mas o que está sendo feito para recuperar o “leite derramado”.

O slogan “*Mudamos. E estamos seguindo em frente*”, adotado em 2017 pela Petrobras, é a resposta dada pela estatal para o descontrole que exauriu sua capacidade financeira (PETROBRAS, 2017d). O movimento visa recolocar a companhia no rumo de que foi desviada, estando entre as iniciativas da nova gestão maior segurança e controle na tomada de decisão e o aprimoramento dos processos de governança e de *compliance*. Nesses aspectos, a estatal assim se manifesta:

A partir das investigações da Operação Lava Jato, em que fomos reconhecidos como vítima, temos colaborado efetivamente com os trabalhos das autoridades públicas e atendido sistematicamente os órgãos de controle externo [...]. Realizamos o bloqueio cautelar de empresas pertencentes aos grupos econômicos citados como participantes de cartel nos depoimentos realizados. Tornamos mais rigoroso o processo de gestão de fornecedores para aumentar a segurança nas contratações de bens e serviços e mitigar riscos de corrupção. [...]. Ingressamos como coautores do Ministério Público Federal em ações de improbidade administrativa contra as empreiteiras e os executivos apontados como responsáveis por irregularidades no âmbito da Operação Lava Jato. Essas iniciativas somam-se a um conjunto de medidas que estão sendo adotadas para garantir o ressarcimento integral dos prejuízos sofridos pela companhia, inclusive aqueles relacionados à sua reputação. Já recuperamos cerca de R\$ 1,5 bilhão por meio dos acordos de colaboração premiada e de leniência firmados pelo Ministério Público Federal e vamos continuar buscando a restituição integral dos valores por meio das diversas medidas cabíveis (PETROBRAS, 2017d).

O fisiologismo, o clientelismo e a corrupção deixaram marcas indeléveis na história da estatal. Entre estas marcas está um endividamento que Pedro Parente, então presidente da companhia, assim resumiu: “Não temos qualquer orgulho de ostentarmos a maior dívida corporativa do setor de óleo e gás do planeta.” (PETROBRAS, 2016c, p. 4). As relações de trabalho, entretanto, foram as que mais sentiram os efeitos do constrangimento e do espírito de derrota que tomou os trabalhadores da empresa tão logo começaram as investigações da Operação Lava Jato.

A Petrobras sempre foi motivo de orgulho para sua força de trabalho, quer própria, quer terceirizada. Com a instauração da Operação Lava Jato, os trabalhadores foram tomados pela vergonha e perplexidade, com a esperança de que tudo passaria em breve. A opinião pública foi desfavorável. O envolvimento da Petrobras no maior esquema de corrupção até então descoberto deixou estigmas nos seus trabalhadores.

As populações das ruas, de maneira geral, confundiram os desvios praticados por uma minoria de maus funcionários e generalizaram, vinculando a empresa à corrupção. Relatos de constrangimentos públicos passaram a ser comum entre os empregados. O trabalhador passou a evitar publicidade sobre seu vínculo com a estatal. Rogério Almeida, técnico de operações da Refinaria Abreu e Lima assim se expressou:

Tudo isso arranha a nossa imagem, nossos amigos e familiares sempre nos lembram do escândalo. Mas é um equívoco total vincular o trabalhador da Petrobras aos escândalos. Esse esquema não chega nem a 1% dos funcionários, são poucos aqueles que estão envolvidos. Mas é importante salientar que, em qualquer empresa, pessoas ligadas ao setor de contratação de serviço sempre tentam levar alguma vantagem pessoal, inclusive na sua

empresa. Acho que isso tem a ver com pessoas sem dignidade e respeito ao próximo (SPINELLI, 2014).

Em janeiro de 2015, pela primeira vez em sua história, a Petrobras publicou os resultados do terceiro trimestre de 2014 a destempo e sem a revisão de auditores independentes. Estes exigiram mais investigações internas sobre o suposto esquema de desvio de dinheiro na estatal, que implicaram sobrepreços de ativos. A recusa foi reconhecida pela Petrobras, que declarou a impraticabilidade de quantificar, de forma correta, completa e definitiva, os valores indevidos que foram capitalizados em seu ativo imobilizado (DIVULGAMOS..., 2015). Em função dos desvios e da queda de valor de mercado da empresa, a Petrobras começou a ser investigada também nos Estados Unidos, onde tem ações negociadas. O investidor estrangeiro reivindicou ressarcimento pelas perdas de valor das ações da companhia (FELLET, 2016).

Corrupção é cultural. É levar vantagem. A Petrobras tem um longo caminho a percorrer na sua busca institucional de implantar uma cultura anticorrupção. Em seu desfavor, temos a opinião de Graham Brooks, professor de anticorrupção e criminologia da University of West London, que entende que qualquer um tem a capacidade de ser corrupto por falta de escolha.

Acho que todos temos a capacidade de sermos corruptos, mas isso depende muito do contexto. Em algumas partes do mundo, e sem dúvida no Brasil, a corrupção é necessária para algumas pessoas sobreviverem. É por isso que alguns atos de corrupção são considerados aceitáveis, mesmo que ilegais, como sonegar impostos, tirar cópias de livros inteiros ou baixar um filme ilegalmente. Isso não é uma justificação do crime, mas o reconhecimento de que alguns têm poucas escolhas na vida (DANTAS, 2017).

E mais ainda. Na opinião do ministro Luiz Roberto Barroso, da mais alta corte de justiça do país, a corrupção tem raízes institucionais profundas. Vai além da questão de sobrevivência alegada pelo Prof. Graham Brooks. É um esforço para manter o *status quo* de um patrimonialismo inspirado por uma cultura oligárquica. Esta insiste em transformar a coisa pública em bens privados. Em entrevista concedida à jornalista Miriam Leitão, Barroso assim se expressou:

A corrupção no Brasil não foi um conjunto de falhas individuais e pequenas fraquezas humanas. Ela é parte central de um pacto oligárquico que foi celebrado entre boa parte da classe política, da classe empresarial robusta e boa parte da burocracia estatal. Um pacto de saque ao Estado brasileiro (LEITÃO, 2018).

E a Petrobras teve de conviver com isso. Alvo de denúncias de corrupção generalizada, com quatro de seus ex-diretores presos pela Polícia Federal, a empresa está passando por grande

reorganização. A delação premiada de três ex-diretores e de um gerente de alto escalão, em colaboração com a Justiça Brasileira, desnudou o fatiamento da Petrobras entre grandes empreiteiras brasileiras, que à custa de suborno, lucravam com superfaturamento de obras. A nova direção da empresa está empenhada em reduzir os custos de prospecção, produção e refino do petróleo, por meio de renegociação de contratos, redução da quantidade de diretorias e de cargos comissionados (ORDOÑES, 2015), além da criação de uma frente para redução dos custos com terceirização. Isso tudo mexeu com as relações de trabalho, conforme veremos no próximo capítulo.

\* \* \* \* \*



## CAPÍTULO 5

### PETROBRAS ESCARMENTADA: APERTOS FINANCEIROS AFETANDO RELAÇÕES DE TRABALHO

Petrobras escaudada e agora escaudentada pelo que passou. Uma Petrobras prevenida e cautelosa que mede cada passo e regateia com seus empregados. De maior empresa nacional, pródiga nos lucros, a uma empresa endividada, controlando seu caixa para sobreviver e saldar compromissos. Esse é o retrato de uma Petrobras passados 13 anos de governo petista. Não que mazelas resultem de ações exclusivas do partido A ou B, ou do próprio Partido dos Trabalhadores. Elas decorrem do descontrolo na gestão do Estado e da corrupção que se institucionalizou na política nacional. Esta última fez de estatais, como a Caixa Econômica Federal e a Petrobras, meros instrumentos de “ação de governo”<sup>81</sup>. E o resultado mostrou o descompasso de ações de governo e de outras ações políticas e empresariais, algumas chegando ao delito.

É bem verdade que muitos não enxergam assim. Para estes, a corrupção é uma obra de ficção, um factóide utilizado para encobrir situações midiáticas, criação de fatos destinados exclusivamente a minar a soberania nacional. Com isso, ficaria, na concepção desses que pensam assim, mais fácil entregar nossas riquezas para o estrangeiro. De fato, as aberturas neoliberais desde Fernando Henrique Cardoso (FHC), e que não cessaram com a chegada do Partido dos Trabalhadores, propiciaram isso. A que preço a Petrobras está entregando seus ativos para empresas e governos internacionais? A dilapidação do patrimônio público da Petrobras e de outras empresas é assunto de discussão nos mais diversos fóruns. Somente o futuro, entretanto, desnudará este cenário polêmico e mostrará o que de fato se pretendeu durante os governos neoliberais, os governos petistas e os dos denominados “golpistas”, que sucederam a presidenta Dilma Rousseff. Este capítulo trata das consequências desses períodos. Trata do que resultou dessas ações sobre o mundo do trabalho.

---

<sup>81</sup> Utilizamos aqui a expressão “ação de governo” como eufemismo. Refere-se à terminologia utilizada pelo então ministro Carlos Marun para explicitar que os Estados da União seriam beneficiados com recursos de bancos estatais a partir de contrapartida de votos para a reforma da previdência. Ao pretender utilizar recursos públicos para barganhar ações políticas, o controverso ministro afirmou que se tratava de meras “ações de governo” (MAZUI, 2017).

No capítulo anterior, descrevemos a Petrobras e mostramos o status da empresa ao término dos governos petistas. O atual status é resultado do que a Petrobras suportou como instrumento de “ação de governo”, uma expressão utilizada pelo então ministro Carlos Marun (BRANDÃO, 2017) para justificar reciprocidades na distribuição de recursos públicos. Corrupção. Desvios de recursos. Obras superfaturadas. Associados à retração do preço do barril de óleo, esses fatores formaram uma mistura que contaminou ainda mais o mundo do trabalho. O trabalhador anseia pela oferta de trabalho adequado, seguro, remunerado com justiça. Ao final dos governos petistas, a situação econômica e financeira da Petrobras, em grande parte decorrente de “ações de governo” e de conluíus de empresários, degradou essa oferta de trabalho. E atingiu em cheio o trabalhador.

Em função do que passou, a Petrobras ficou escaldada, prevenida e cautelosa. E isso mudou sensivelmente a estrutura de trabalho na empresa. Trataremos de algumas dessas estruturas, especialmente envolvendo pessoal e a fundação de previdência, em uma Petrobras comandada pela administração de um governo petista. As descrições de algumas situações envolvendo a Petrobras procurarão mostrar também o foco da *Esquerda que nega*. Essa esquerda é uma parte do sindicalismo petroleiro que se recusou a aceitar as estratégias petistas, justamente por não concordar com o afastamento que o partido teve das premissas que nortearam sua criação. Para essa esquerda, o Partido dos Trabalhadores deixou para trás os seus ideais quando continuou com o neoliberalismo dos governos anteriores e se contentou com um reformismo fraco, na terminologia de André Singer (2012).

As consequências recaíram sobre os trabalhadores. Não apenas nos concursados da Petrobras, vistos por muitos como uma elite bem remunerada, mas principalmente nos que trabalhavam para as empreiteiras. Os terceirizados, que constituíam 75% da força de trabalho da Petrobras<sup>82</sup>, foram extirpados dos quadros da empresa, sendo muitos lançados no mercado informal.

A Petrobras, como empresa do setor de óleo e gás, faz parte da economia que já foi responsável por cerca de 13% do produto interno bruto (PETRÓLEO..., 2014). E, com esse status, a empresa responde por milhares de postos de trabalho. Além dos trabalhadores próprios, dos terceirizados que trabalham nas suas instalações, uma massa de outros trabalhadores estava

---

<sup>82</sup> A Petrobras chegou a contabilizar 3 trabalhadores terceirizados para cada empregado concursado, numa proporção 3:1, conforme mostram dados apresentados neste capítulo.

do lado de fora, trabalhando em estaleiros, portos, aeroportos, indústrias petroquímicas. A segurança que representava uma aposentadoria tranquila pelos planos de previdência da Petros também se esvaiu. O processo de repactuação dos planos previdenciários, originalmente demandado pela Petrobras, desestabilizou a segurança. A afetação do mundo de trabalho foi geral e abrangeu todos esses trabalhadores. É o que veremos a seguir.

\* \* \* \* \*

### **5.1 A (in)evolução do efetivo Petrobras: o emprego na área de serviços (1990 a 2016)**

A oferta de postos de trabalho é condição de sobrevivência do trabalhador. Mas não é só isso. A satisfação do trabalhador também conta. A literatura acadêmica é farta sobre o que representa um bom ou mau emprego (MUELLER; MCDUFF, 2002; LOMMERUD; SANDVIK; STRAUME, 2004; DAVIS; HARRIGAN, 2011; KALLEBERG, 2013). Pela intensa procura por uma colocação na empresa, nos é permitido afirmar que a Petrobras é uma boa empregadora. Por isso, a estatal mantém um lugar de destaque entre as empresas dos sonhos de jovens e de executivos (PATI, 2016). Nem as denúncias de corrupção tampouco as propaladas dificuldades financeiras afastaram os que procuravam trabalhar na empresa.

As turbulências em torno da situação política e econômica do país, entretanto, trouxeram consequências na Petrobras, comprometendo o número de postos de trabalho, minando a motivação da força de trabalho, além de afetar a economia como um todo. Milhares de vagas foram extintas, e os demitidos lançados no mercado informal, contribuindo para um processo de uberização<sup>83</sup> da economia. De grande empregadora, a Petrobras passou a demitir<sup>84</sup>. E num efeito cascata, empresas que gravitavam em torno da estatal também demitiram. Algumas encerraram suas atividades, especialmente as do setor naval, como os estaleiros.

Uma questão pouco explicitada em dados oficiais e estatísticas é a quantidade de terceirizados na estatal. A metodologia de contagem dessa categoria de trabalhadores mudou ao longo do tempo. Por não ter uniformidade, a inexistência de metodologia padronizada

---

<sup>83</sup> Uberização é neologismo que traduz precarização do trabalho, geralmente por meio de aplicativos que eliminam as relações trabalhistas formais. Cf. (OLIVEIRA, TORY, 2017; SCHOLZ, 2017; SLEE, 2017).

dificultou a criação de uma série histórica para uma análise acurada. Relatórios da Administração da Petrobras publicados a partir de 2014 passaram a considerar terceirizados apenas os que trabalhavam internamente nas dependências da estatal.

Nos primeiros anos de Governo Lula, a contagem de terceirizados incluía os que trabalhavam externamente em canteiros de obras e estaleiros. Comperj, refinarias, indústria naval em Niterói e Rio de Janeiro – nesses e em outros lugares, havia empregos. Não se pode deixar de ressaltar, entretanto, que estatísticas devem ser avaliadas com cautela. Números expressam realidades diferentes, dependendo como são apresentados<sup>85</sup>.

Se consideramos, por exemplo, uma estratégia de propaganda de pleno emprego, incluir os trabalhadores externos como terceirizados reforçará o sucesso da política governamental. A Petrobras computou o quantitativo de trabalhadores externos como terceirizados nos primeiros governos do Partido dos Trabalhadores (PT), aumentando o índice de emprego na estatal. Entretanto, na situação de recessão, como a da crise que se abateu sobre o país, especialmente a partir de 2014, o trabalhador terceirizado externo foi desvinculado da contagem (PETROBRAS, 2014). Com isso, os efeitos do *downsizing* da Petrobras no desemprego pareceram minimizados.

A mídia questiona a Petrobras com frequência sobre seus números de terceirização. (CONTRATAÇÃO..., 2014). É um assunto polêmico e que dá audiência. Afinal, é de seus usuários que a mídia vive. Esses dados são fornecidos pela Petrobras, que tem a obrigação de atender o que estabelece o direito de acesso à informação<sup>86</sup>. Informações oficiais também estão disponíveis em órgãos de controle. Os relatórios do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), que integra a estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, detalham a quantidade de empregados próprios, concursados, e dos que ocupam cargos de confiança e não prestaram concurso público<sup>87</sup>. Não

---

<sup>85</sup> Cf. Darrell Huff in *How to Lie with Statistics* (HUFF, 1993) e Edward R. Tufte in *The visual display of quantitative information* (TUFTE, 2001), para um estudo extensivo sobre as possibilidades tendenciosas do uso de dados para expressar realidades diferentes.

<sup>86</sup> A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. (BRASIL, 2011)

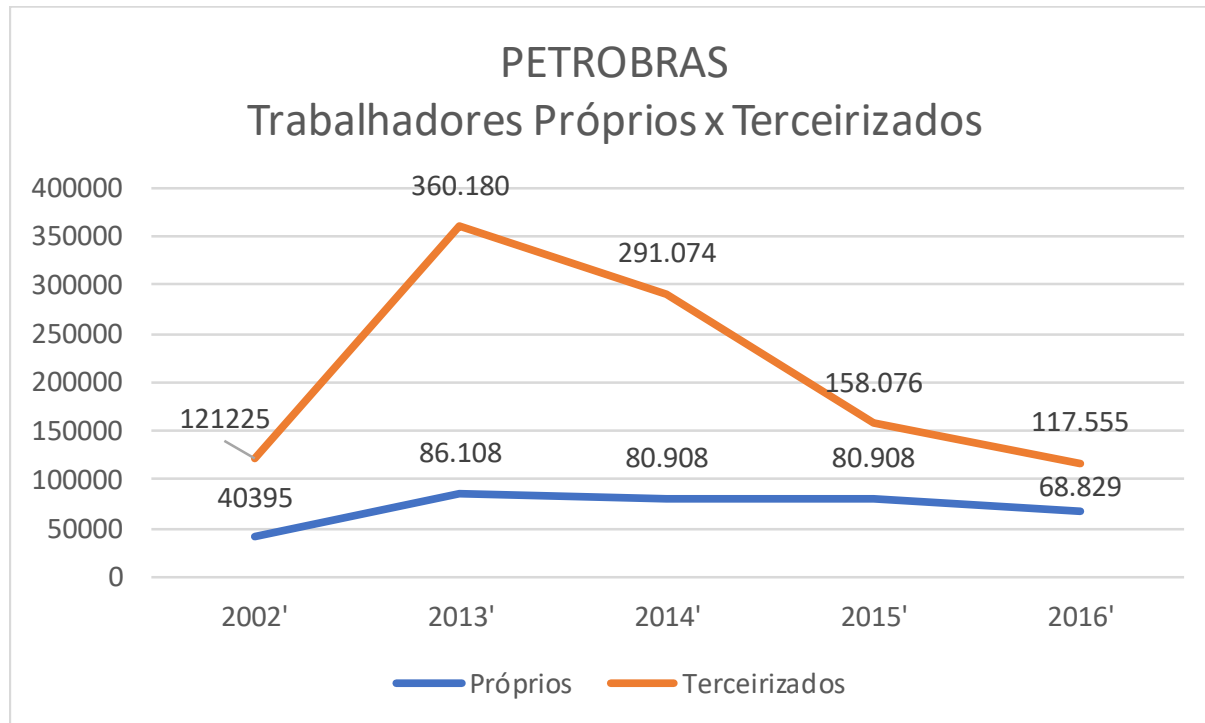
<sup>87</sup> Cf. Sistema de Informação de Estatais (SIEST, 2017).

registram, entretanto, os terceirizados, sendo estes apresentados em relatórios mais recentes da administração da Petrobras (PETROBRAS, 2013).

Quando se trata de recursos humanos, a dimensão dos números da Petrobras é surpreendente, mesmo para uma empresa posicionada entre as dez maiores empresas públicas do mundo<sup>88</sup>. No ranking dos dez maiores empregadores brasileiros, que mantêm um total de 694.000 pessoas, a Petrobras, no início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, estava em 6º lugar, com 57.498 empregados (MAIORES EMPRESAS... 2012). O quantitativo de pessoal divulgado era parcial, abrangendo apenas pessoal próprio da holding, e não levava em conta o efetivo de pessoal das demais empresas do grupo. As estatísticas não mencionavam os trabalhadores terceirizados, que figuravam apenas como eventuais nos números oficiais.

A Fig. 5.1 mostra a evolução do quadro de trabalhadores da Petrobras durante os governos petistas. O pessoal próprio, concursado, praticamente dobra de 2003 a 2014. Os trabalhadores terceirizados triplicam no mesmo período.

Figura 5.1 – Quantidade de trabalhadores próprios e terceirizados da Petrobras durante os governos petistas.



<sup>88</sup>Em pesquisa realizada pela Forbes intitulada The World's Biggest Public Companies, a Petrobras ocupa o 10º lugar entre as maiores empresas públicas do mundo. (THE WORLD'S BIGGEST... 2012). Disponível em <<http://www.forbes.com/global2000/list/>>. Acesso em: 10 mar 2012. A metodologia adotada neste tipo de pesquisa está descrita na lista da CNBC (NAIDU-GHELANI; BAGCHEE, 2011).

Fonte: (PETROBRAS, 2016c, b, 2014; CONTRATAÇÃO..., 2014)

Como explicar o crescimento do quadro de pessoal terceirizado da empresa? Auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) identificaram que a quantidade de trabalhadores terceirizados não parava de crescer (LEMOS, 2010) durante os governos petistas. O fato foi questionado. Para a Petrobras, o crescimento atendia a demanda de mão de obra para as novas descobertas de campos de produção, que não conseguia ser suprida por reposição de pessoal próprio por concurso público. Para o tribunal, entretanto, tratava-se de uma distorção intentada para evitar a utilização de empregados próprios.

Por que tantos terceirizados? A resposta ajuda a compreender as características do mercado de trabalho representado pela Petrobras e as consequências no aprofundamento de desigualdades sociais quando ocorrem crises na empresa. Como a Petrobras chegou a tal quantidade de trabalhadores terceirizados, número que parecia não parar de crescer, a despeito das iniciativas de regulação da legislação trabalhista, do trabalho de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) e da ação coercitiva do Ministério Público do Trabalho (MPT)?

A resposta contém elementos de economia e de políticas sociais. A Petrobras foi capaz, com os esforços de seus trabalhadores e o apoio das políticas governamentais, de levar o país à autossuficiência de petróleo. A cada dia eram descobertos novos campos de produção; o pré-sal passou a ser uma realidade; novas formas de energia começaram a entrar em produção. Surgiram os biocombustíveis, a energia eólica. A empresa precisava de maior quantidade de trabalhadores. No entanto, a escolha era sempre pelos terceirizados. Por que não empregados estáveis, com direitos e garantias e os benefícios de uma empresa considerada referência nacional como empregadora?

Se consideradas apenas causas primárias, o crescimento da terceirização na empresa poderia ser atribuído à ausência de políticas voltadas para a admissão de novos empregados por concurso público. A reduzida quantidade de admissões, insuficiente para uma primeirização das atividades, não foi o único fator responsável pelo crescimento do quantitativo de pessoal terceirizado. A tendência internacional de flexibilização do emprego, em que o capital busca a redução de custos e evita relações trabalhistas duradouras, é outro fator.

Outro condicionante da evolução do quantitativo de terceirizados da Petrobras é o papel do Estado no controle e regulação das empresas públicas de economia mista, realizado pelo DEST. Por meio de seus órgãos de controle, o governo estabelece políticas e determina

restrições para a realização de concursos públicos, influenciando o quadro de efetivos da empresa. Nessa situação, as empresas se veem obrigadas a utilizar de mão de obra terceirizada para suprir sua demanda de pessoal.

Para um entendimento do que ocorreu no mundo do trabalho quando encerrados os governos petistas de Lula e Dilma Rousseff, é preciso retroceder aos governos neoliberais que os antecederam. As décadas iniciadas nos anos de 1990 e 2000 constituem períodos relevantes para a compreensão dos impactos no mundo do trabalho, e se refletem nos níveis de indicadores econômicos e sociais brasileiros. A importância dessas décadas para o mercado de trabalho, em especial para os empregos oferecidos pela Petrobras, está presente na constatação de uma inflexão nas curvas dos principais indicadores sociais<sup>89</sup> ocorrida na transição entre o Governo de FHC e Lula, com aumento do nível de emprego no período do Governo Lula.

Nos Governos que antecederam ao de FHC, as políticas restritivas de contratações forçaram o crescimento da terceirização, e esta foi a fórmula da Petrobras para suportar uma crescente produção de petróleo. Durante o Governo Lula, em parte devido aos bons resultados da economia mundial, se verificou a expansão do emprego, com índices de crescimento praticamente duas vezes o verificado na década anterior, o que também deu impulso ao processo de terceirização.

Considerando a Figura 5.2 com o quantitativo de pessoal próprio da Petrobras (holding) de 1990 a 2016, verifica-se a ocorrência de três momentos. Os dois primeiros se dão ao longo das duas primeiras décadas e têm praticamente a mesma duração – dez anos. No primeiro deles, de 1990 a 2001, o efetivo da empresa decresce numa taxa média de 4,7% ao ano, caindo de 55.569 empregados em 1990 para 32.809 em 2001. No segundo momento, que vai de 2001 a 2011, ocorre uma inflexão da curva, e a quantidade de trabalhadores volta a aumentar, crescendo de 32.809 em 2001 para 58.312 empregados em 2011, numa taxa média de cerca de 6% ao ano. O fato é que, durante os governos de Collor de Mello, Itamar Franco e FHC, o efetivo próprio da empresa apenas diminuiu.

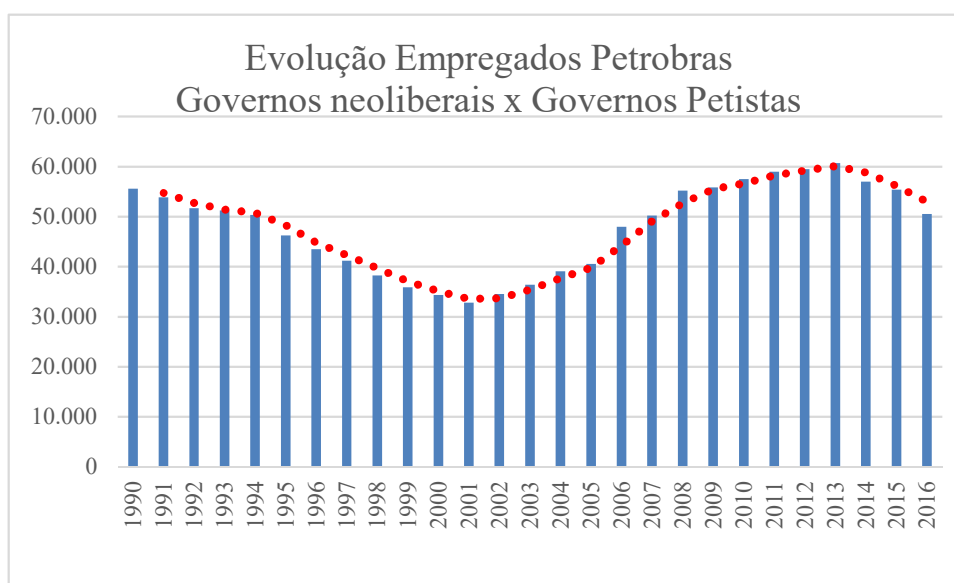
Para entendermos o decréscimo de empregados próprios da empresa no primeiro momento, mostrado na fig.5.2, devemos correlacioná-lo com a política governamental para as

---

<sup>89</sup>Para uma análise detalhada dos principais indicadores econômicos do período, a inflexão destes durante os governos de FHC e de Lula, vide BALTAR et al. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. In *Global Labour University Working Papers*. n° 9, Berlim, May 2010.

empresas estatais que vigorava nos Governos Collor, Itamar Franco e FHC. O Plano Collor I pretendeu enxugar a máquina pública e ordenou demissões massivas nas empresas estatais. O Governo FHC partiu para as privatizações de empresas estatais, chegando até a cogitar a privatização da Petrobras ou de parte dela, como noticiado pela mídia<sup>90</sup>. Durante esse período, as demissões e as aposentadorias de pessoal próprio não foram repostas por admissões via concurso público, levando ao recurso da terceirização.

Figura 5.2 – Evolução do efetivo de pessoal próprio da Petrobras entre 1990 e 2016 e sua curva de tendência



FONTE: Revista Exame (2012) e Relatórios da Administração Petrobras.

No cenário político que se seguiu a Collor, identificamos dois períodos importantes na formação do atual efetivo da empresa: o governo FHC e o governo Lula, cada um com dois mandatos. As diferenças ideológicas dos dois governos são marcantes, embora até se possa dizer, para o arripio dos críticos, que o segundo complementou o primeiro. A partir do neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso e das iniciativas de privatização de empresas públicas, as contratações de empregados públicos são freadas. Durante os dois governos de FHC, a realização de concursos públicos ficou restrita, o que manteve o quadro de pessoal

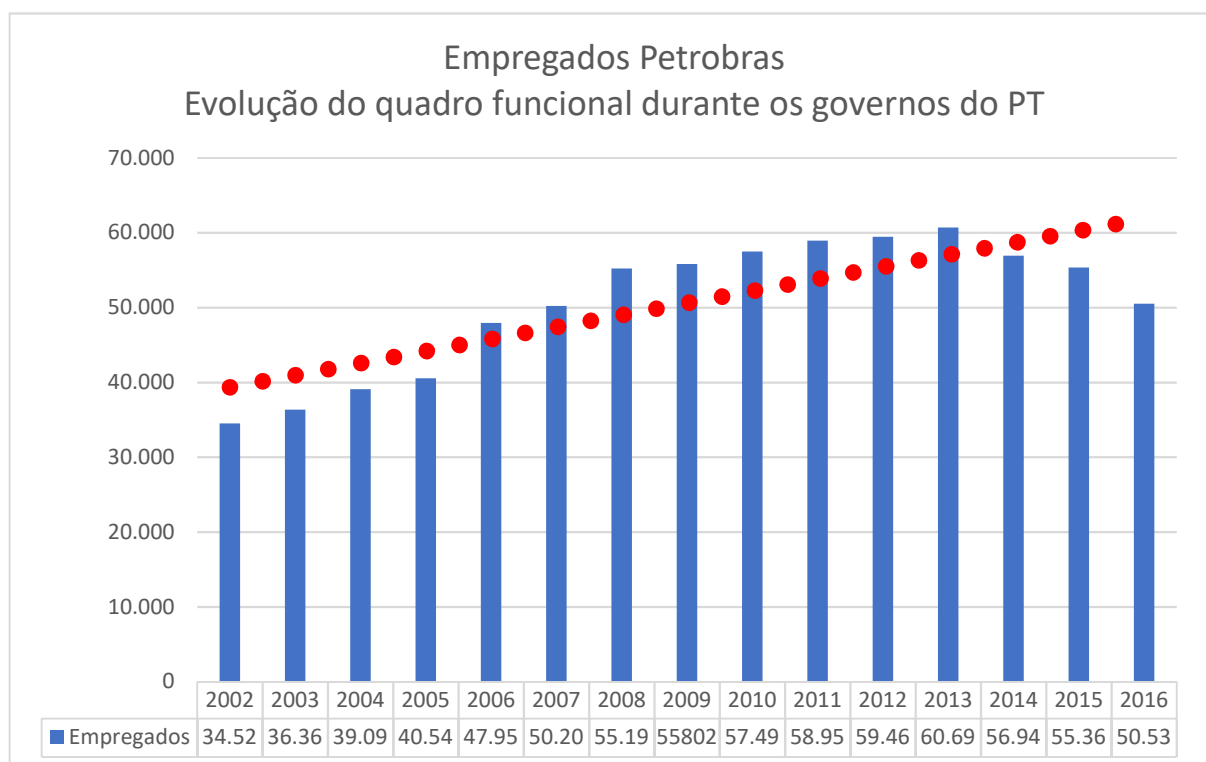
<sup>90</sup> Conforme noticiado na Folha.com, em 18.10.2010, “O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, afirmou que o modelo de gestão da empresa no governo tucano (1995-2002) reduzia a exploração petrolífera, desmembrava a área de refino, inibia investimentos e deixava o custo para a empresa e o lucro para o setor privado. Segundo Gabrielli, “a estrutura organizacional, fazendo com que se reproduzisse todo o sistema corporativo dentro de unidades de negócios estanques, exacerbadamente, era preparação clara para uma eventual privatização (PRATES; FRAGA, 2010).



efetivo praticamente estável. Em consequência, com o aumento da produção, com a criação de novas frentes de trabalho, com o desenvolvimento de novos tipos de energias e com descobertas de novos campos de produção, somente restou à Petrobras buscar sua força de trabalho nas empresas terceirizadas.

Já durante os dois mandatos de Lula, o efetivo retoma seu crescimento e retorna em 2010 ao patamar em que se encontrava em 1990. O terceiro momento se dá a partir de 2014, com a instauração da Operação Lava Jato. Nesse terceiro estágio, o emprego regride. Embora o gráfico da fig. 5.2 apresente apenas a evolução do quadro de empregados próprios, a queda dos empregos terceirizados foi muito mais acentuada. A evolução do quadro de empregados Petrobras durante os governos petistas, no período de 2003 a 2016, é detalhada na fig. 5.3.

Figura 5.3 – Os governos petistas incrementaram o emprego na Petrobras. A partir da Operação Lava Jato, houve decréscimo nos empregos, resultado de programas de demissão voluntária e de aposentadorias, bem como da redução de concursos de admissão.



FONTE: Relatórios da Administração Petrobras.

Com Lula, o processo de terceirização continua em alta. O quadro de pessoal cresce, mas também se percebe uma reação, um tanto tímida, de ampliar o quadro de pessoal efetivo. Os concursos voltam a ser rotineiros e buscam atingir as metas estratégicas de crescimento de pessoal. Aliado a isso, o cenário econômico se torna bastante favorável, com o crescimento acelerado do Produto Interno Bruto e a consequente inflexão nos indicadores econômicos

durante a transição dos dois governos (BALTAR *et al.*, 2010). É importante frisar que não é objetivo deste estudo comparar os dois governos. Entendemos que se trata de épocas distintas – a conjuntura econômica mundial apresentou características particulares em cada uma das duas épocas, as quais devem ser consideradas na avaliação. Parece-nos ser preferível considerar que um dos governos complementou o trabalho do outro – ou seja, os resultados do Governo Lula foram construídos a partir da herança recebida do Governo FHC, com suas políticas públicas de regulação social. Giovanni Alves, no entanto, acrescenta que a eleição de Lula significou a necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento capitalista, o que, para o autor, significa que o governo petista não foi continuísta. A adesão de Lula ao empresariado, configurado na Carta aos Brasileiros, era parte da sua concepção de reorganização do capital, e não da sua abolição (ALVES, GIOVANNI, 2014, p. 130–131).

Com o incremento da atividade econômica, também cresceu a produção nacional de petróleo. Durante o Governo Lula, o país se tornou autossuficiente na produção do produto. Para produzir mais, se necessita maior quantidade de mão de obra. Como os concursos públicos são incapazes de suprir os recursos necessários, além do fato de que os recém-admitidos ainda não têm a experiência necessária para produzir resultados imediatos, a expertise é buscada nas empresas terceirizadas. Estas, sim, podiam ir ao mercado e encontrar trabalhadores com a experiência que o negócio exige.

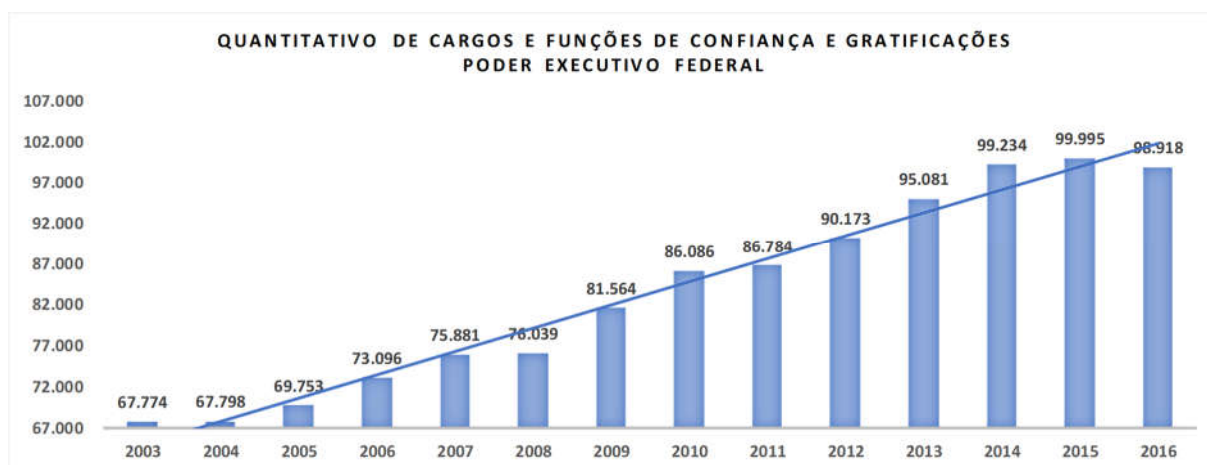
Concluindo as nossas considerações sobre a evolução de pessoal durante os governos petistas, podemos afirmar que o Governo Lula foi marcado pela recuperação do nível de empregos, revertendo uma tendência decrescente durante o governo FHC. É inegável que o país melhorou na primeira década deste século, conforme atestam os indicadores sociais e econômicos (BALTAR *et al.*, 2010). Devemos ressaltar, entretanto, que o boom de empregos não se sustentou. Com a deflagração da Operação Lava Jato, seguida pelo impeachment de Dilma Rousseff, o mercado de trabalho naufragou. Trabalhadores terceirizados foram demitidos da Petrobras, estaleiros fecharam suas portas, operações foram transferidas para países da Ásia (VALLE, 2016), a Petrobras lançou seus programas de incentivo à demissão. O desemprego se tornou uma realidade a partir do último governo de Dilma Rousseff. O mundo do trabalho sentiu a recessão.

## 5.2 Reestruturação interna – cargos e perspectivas de carreira vão para o espaço

Cargos comissionados, funções de assessoramento, mais que uma necessidade da máquina pública, representam uma evolução para o trabalhador que os ocupa. Quase sempre traduzido por adicionais de remuneração, as posições gerenciais, de coordenação, de supervisão ou outros nomes que possam ter, significam melhores salários. Nessa situação, essas posições privilegiadas de trabalho podem ser uma poderosa moeda de troca, capazes de cooptar e neutralizar oposições. Os governos petistas foram pródigos na utilização desse recurso.

Basta verificar a evolução do quadro geral de cargos e funções de confiança e gratificações do Poder Executivo Federal no período de 2003 a 2016 (Fig. 5.4). A quantidade desses postos de trabalho passa de 67.774, em 2003, para 98.918, em 2016. Um aumento de cerca de 45%. O percentual de crescimento populacional no período é insuficiente para justificar a evolução na quantidade de postos de chefia, pois foi muito inferior a esta.<sup>91</sup>

Figura 5.4 – Evolução da quantidade de cargos comissionados durante os governos petistas



Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais - Vo.21 n.245

De uma maneira indireta, os governos petistas contribuíram para ampliar a estrutura de comando da Petrobras. Ao dar o andamento nas políticas de crescimento econômico, emanadas do Poder Federal, a estatal criou vários empreendimentos, como foi o caso do Comperj e das Refinarias Premium, e passou a participar em parceria com outros, como o programa de energia que previa a instalação de Usinas Térmicas. Para esses novos projetos,

<sup>91</sup> A população brasileira evoluiu de 180.619.108 habitantes para 206.081.432 habitantes, no período de 2003 a 2016, o que representa um aumento de 14% (cf. IBGE – população, disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>, acesso em 14out2017).

foram criadas estruturas orgânicas, com cargos comissionados. O resultado foi que a Petrobras chegou a ter cerca de 7,5 mil funções gerenciais, com direito a gratificações no auge dos governos petistas. Dessas, pouco mais de 5 mil atuavam em áreas não operacionais, portanto, as mais visadas em situações de corte (PETROBRAS..., 2016).

Com a retração econômica e o consequente *downsizing* da empresa, o Conselho de Administração da estatal aprovou um plano de reestruturação interna, reduzindo 30% dos cargos gerenciais e extinguindo a diretoria de Gás e Energia. O objetivo declarado foi o de enxugamento de custos e uma busca de maior flexibilidade de gestão, além de uma ampliação do controle sobre as decisões. Segundo o Petrobras, a revisão do modelo se dava em função da necessidade de se alinhar com a “nova realidade do setor de óleo e gás e da priorização da rentabilidade e disciplina de capital”. Com isso, cerca de 2,5 mil cargos gerenciais foram extintos. O resultado esperado pela empresa com o novo plano era o de obter uma economia de até R\$ 1,8 bilhão/ano (PETROBRAS..., 2016).

Mas qual é o papel desses cargos comissionados na degradação do mundo do trabalho ou no aprofundamento dos custos operacionais da Petrobras? A primeira resposta foi dada com o enxugamento feito pela estatal: redução de custos. O que vi, ao longo dos anos em que prestei serviços à companhia, foram ações dos órgãos internos da empresa no sentido de se reorganizar. Essa reorganização, invariavelmente, representava a criação de novas “caixinhas” ou para acomodar necessidades da própria estrutura orgânica, ou para melhorar o atendimento ao “cliente”. Caixinhas, na linguagem corporativa, são gerências. Se o negócio crescia, a atividade fim buscava “novas caixinhas”. Se o cliente exigia, a atividade meio, como, por exemplo, a área de tecnologia da informação, onde também trabalhei, partia para a ampliação de caixinhas.

Com o surgimento de gerências de vários níveis, a estrutura gerencial da empresa foi crescendo. Até se chegar à quantidade de 7,5 mil, quando se deu a retração. Nessa época, para pouco mais de 50 mil empregados próprios, a média era de uma gerência para cada sete empregados (PETROBRAS..., 2016). Era comum se encontrar um gerente responsável por apenas dois ou três empregados.

A *Esquerda que nega*, representada pelo Sindipetro-RJ, aponta a situação esdrúxula da gerência executiva da área de Aquisição e Desinvestimento (A&D) da empresa. Para o sindicato, tratava-se de uma estrutura encarregada de vender ativos e que foi “criada quase totalmente com indicações bem pagas para assinar e avaliar todo tipo de venda sem considerar

o interesse da companhia, nem do país, somente daqueles que os valorizam com as gratificações gerenciais”. De fato, a quantidade de funções gerenciais chama a atenção. Havia um total de 45 cargos comissionados, numa gerência que tinha 60 empregados (SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO DE JANEIRO, 2017). O estranhamento vislumbrado pelo Sindipetro é que se tratava de uma gerência criada para conduzir o que o sindicato chamou de “desmonte da Petrobras”.

A Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), ao se referir aos cargos gerenciais na companhia, insiste numa Petrobras “sem excelências”. Para a associação, a Petrobras deve corrigir a política adotada a partir de 2000, quando a remuneração dos gestores foi elevada de maneira desproporcional à percebida pelo conjunto dos petroleiros. Em carta dirigida ao presidente da Petrobras, a associação propôs à direção da companhia que iniciasse o processo de adequação do adicional pago a funções de confiança, retornando aos praticados no início dos anos 2000 (ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS, 2017). Naquele ano, o então presidente da companhia, Henri Philippe Reichstul, decidiu profissionalizar a gestão da empresa, o que redundou em valorização financeira da função gerencial.

O efeito das gratificações de chefia de valor relevante é o aumento desproporcional da remuneração de gerentes jovens, que, muitas vezes, têm seus salários dobrados quando assumem cargos gerenciais. Esses gerentes passaram a temer muito mais a perda da função, em razão da redução de remuneração no caso da perda da chefia. Segundo a AEPET, com isso, esses gerentes passaram a evitar qualquer tipo de comentário que pudesse contrariar uma recomendação superior. A associação alerta que os esquemas de corrupção evidenciados pela Operação Lava Jato poderiam ter sido evitados pelo espírito crítico e resistência dos níveis hierárquicos inferiores das áreas envolvidas, apoiados no conhecimento técnico (ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS, 2017).

Da mesma forma como ocorreu o enxugamento da Petrobras, com a redução da estrutura gerencial, assim também se deu com sua força de trabalho. A estatal reduziu drasticamente a terceirização e primeirizou atividades com intensificação do trabalho, como descreveremos no próximo item.

### 5.3 Primeirização x Terceirização – Afinal, para onde foi o meu emprego?

Terceirização x Primeirização. O embate entre o bem e o mal. E a Petrobras conviveu com esse cenário. Entretanto, a convivência entre trabalhadores sujeitos a condições distintas de trabalho, aqui incluídos a remuneração, benefícios e estabilidade, é uma luta sem vencedores. Não se primeiriza atividades sem prejuízo para os terceirizados. Nossa primeira pesquisa, que resultou em dissertação de mestrado na Universidade Federal Fluminense (UFF), tratou destas duas categorias de trabalhadores: os petroleiros, os primeiros, trabalhadores concursados que em tese se situavam em condições de trabalho mais favoráveis; e os crachás marrons, adjetivo derivado da cor do crachá de identificação portado pelos terceirizados. Seu foco foi justamente a desigualdade entre trabalhadores<sup>92</sup>

Apesar da disfunção representada pelo trabalho terceirizado, não se pode dizer que este foi de todo danoso para o trabalhador petroleiro. Como relata Ricardo (nome fictício), ex-gerente aposentado da Petrobras.

Fui admitido na Petrobras no final dos anos 1980. Naquela época, a terceirização era muito incipiente na empresa. Destinava-se mais aos serviços de menor complexidade, como conservação e limpeza. Na minha área de trabalho, era destinado ao pessoal que “puxava cabo”, técnicos de telecomunicações que faziam instalações de telefones. O governo era o de Fernando Henrique (FHC), as restrições de contratação por concurso eram severas. Quase não se contratava. E precisávamos de mão de obra. As contratações eram descentralizadas. Cada gerência fazia seus próprios contratos e os submetia às normas dos processos licitatórios. Eu, como gerente, preferia contratar pequenas empresas. O preço para a Petrobras era melhor, pagavam para os terceirizados o que a gente determinava que deveriam pagar. Assim, sempre contratávamos com salários razoáveis. Ficava bom para todos. Para a Petrobras, que pagava menos; para o contratado, que ganhava mais; e para nós gerentes que tínhamos naquele pessoal um complemento da nossa força de trabalho. Quase como se fossem empregados concursados... (Ricardo – Nome fictício – entrevista concedida ao autor em 27/07/2017).

De fato, esses primeiros terceirizados já eram diferentes desde o início. A começar pelo crachá que os identificava, um crachá marrom que os dificultava ser ouvidos em reuniões com o pessoal de crachá verde, os petroleiros contratados (BATISTA, 2012, p. 122–123). Depois vinham os uniformes que vestiam, uma forma de diferenciar uns dos outros. Para não

---

<sup>92</sup> Cf. BATISTA, C. R. R. B. (Des)igualdades entre trabalhadores: um estudo da indústria de TIC na cidade do Rio de Janeiro. 2012. 151 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. (BATISTA, 2012)

falar na remuneração, sempre menor que a do petroleiro menos remunerado. Para alguns, trabalhar na Petrobras era um sonho:

Sempre que eu passava pelo Largo da Carioca, olhava o prédio da Petrobras e dizia: ‘Um dia vou trabalhar ali’. E, veja, hoje estou aqui.” (Aline – atendente terceirizada de call center – nome fictício – em depoimento ao autor).

E foi assim durante muitos anos. Durante o Governo FHC, o pessoal terceirizado sempre esteve sob a guarida de um emprego “razoavelmente seguro”. Os contratos iam se sucedendo. Saía uma empresa, entrava outra. Os empregados terceirizados quase sempre continuavam, eram recontratados pela nova empresa vencedora da última licitação. E nesse processo, o nepotismo e a indicação corriam à solta.

Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, entre 18 de outubro de 2011 e 27 de janeiro de 2012, encontrou indícios de nepotismo na Petrobras. O processo tinha como objetivo verificar o descumprimento do decreto nº 7.203/2010, que trata da proibição dessa prática na esfera da administração pública federal. Nesse sentido:

De acordo com o relatório do tribunal, foram encontradas relações de parentesco entre empregados comissionados da Petrobras e funcionários, sócios, dirigentes ou administradores de empresas contratadas pela estatal, graças a um cruzamento de dados de todos os empregados efetivos da estatal e de empresas ou entidades que tinham contrato com a Petrobras em vigor entre 1º de novembro de 2009 e 15 de novembro de 2011. Além disso, havia irregularidades, como contratações de empresas em que funcionários da estatal são dirigentes ou sócios com mais de 10% do capital das empresas, e indícios de que havia contratados sem especialização técnica ou formação acadêmica compatível com a função que ocupavam (CABRAL, 2013).

Os primeiros anos de terceirização na Petrobras foram assim. Na realidade, em muitos contratos, as indicações de quem ocuparia as vagas ficavam nas mãos dos gestores da Petrobras. Como os contratos de menor porte eram descentralizados pelas unidades, ocupar a posição de terceirizado na Petrobras podia ser resolvido por meio de “uma indicação” feita por um gerente ou por um empregado bem relacionado com a empresa terceirizada. Ricardo (nome fictício), ex-gerente aposentado da Petrobras, assim descreve: “Arranjei emprego para muita gente, que ainda está na empresa. Sempre ajudei aqueles que precisavam de trabalho. Mas nunca indiquei parentes...”<sup>93</sup>. A confusão entre o privado e a coisa pública era evidente, como reconheceu Gil Castello Branco, então secretário geral do Contas Abertas:

---

<sup>93</sup> Entrevista concedida ao autor em 12/05/2017.

Fatos dessa natureza são extremamente graves, porque demonstram uma relação promíscua dos funcionários com as empresas envolvidas com a própria estatal. É uma prática que está sendo banida da administração pública direta e precisa também ser evitada nas empresas estatais (CABRAL, 2013).

Com a deflagração da Operação Lava Jato e a identificação de situações de corrupção e fraude na companhia, a Petrobras criou em 2015 uma Diretoria Governança, Risco e Conformidade (GRC). Entre suas funções, está a identificação de desvios éticos, nos quais se inserem relações de nepotismo (PETROBRAS, 2015). A partir da publicação de um manual produzido para o Programa Petrobras de Combate à Corrupção (PPCC), encontramos como diretiva o combate ao nepotismo. O que se observa são esforços da estatal em estabelecer uma cultura de moralização nas suas atividades de gestão e operacionais. O espaço que separa as intenções e as ações é longo e tortuoso.

#### **5.4 Os programas de incentivo à demissão voluntária (PIDV)**

Em 16/03/2016, por determinação do juiz Sérgio Moro, a Polícia Federal registrou conversa telefônica entre o ex-presidente Lula e a então presidenta Dilma Rousseff. Lula se despediu com um “Tchau, querida”, expressão que viralizou, indignando partidários e despertando o sarcasmo de opositores. Passados cinco meses, a presidenta é impedida pelo Congresso Nacional. Na ocasião, a expressão foi utilizada nas manifestações e em pronunciamento de parlamentares durante a votação do impeachment.

Uma forma de se expressar entra no cotidiano de uma sociedade como medida de comportamento e/ou de sentimento do povo. *Tchau, querida* passou a representar uma codificação social para a despedida em que se espera que o outro não volte jamais. E assim pareceu ser com os planos de incentivo à demissão propostos pela Petrobras para seus empregados.

A expressão também foi utilizada por trabalhadores que se sentiram dispensados pela empresa. “Parece que a Petrobras não precisa mais de mim. Está me despedindo como o Lula se despediu da Dilma – *Tchau, querida*. Pedi para ficar mais dois meses, mas não aceitaram”, afirmou HF, profissional de nível médio<sup>94</sup>. O que leva uma empresa a indenizar um trabalhador

---

<sup>94</sup> Entrevista concedida ao autor em 22/06/2017.



para que ele voluntariamente deixe os quadros de empregados senão o desejo de que ele se vá de vez? E o que impede que essa mesma empresa efetue demissões de forma coercitiva?

As duas questões suscitam respostas discrepantes tanto da própria empresa como do trabalhador, ou de outra testemunha dos fatos, como os sindicatos. Do ponto de vista sociológico, os incentivos à demissão podem ser justificados por argumentos vários. Por exemplo: a necessidade de renovação etária de trabalhadores; o PIDV seria um reconhecimento pelos serviços prestados. Quaisquer que sejam as justificativas, os programas de demissão sempre serão polêmicos e ensejarão as mais diversas conjunturas.

Para muitos dos que aderiram ao PIDV, este nada mais foi que outro *Tchau, querida!* resultado de um desmonte da Petrobras em busca de uma privatização branca. Embora a demissão seja voluntária, a sensação para o que adere é que o ato se impõe como uma necessidade, pois a empresa deixou de ser aquela idealizada durante sua carreira. JEN, engenheiro, 65 anos, trabalhou na Petrobras durante 38 anos. Saiu no último PIDV, em 2017, e assim relata sua experiência:

Por mim, eu ficaria mais alguns anos, talvez mais uns quatro ou cinco anos. Sinto-me produtivo, e meu trabalho é de relevância para os negócios da Petrobras. No entanto, sinto que a empresa não me quer mais. Fico triste por isso. Estamos sendo descartados por sermos antigos e ganharmos mais que os novos. Pena que nossa experiência irá para o ralo. Mas, se eu não aproveitar esta chance agora de receber algum dinheiro, não sei se terei novamente outra oportunidade. E quem garante que, se eu não aceitar, mais tarde serei demitido sem qualquer incentivo? (JEN – entrevista em 13/3/2017).

As considerações do empregador e as do trabalhador se confrontam nos episódios de adesão ao PIDV. Do lado do empregador, é evidente que interessa a saída do seu funcionário. Tanto que a incentiva pecuniariamente. A demissão de empregados mais antigos, com maior remuneração, representa redução de custos operacionais. Muitas vezes, o PIDV é lançado como estratégia de *downsizing*. A empresa quer diminuir de tamanho e tem demasiados empregados nos seus quadros. Do lado do trabalhador, a adesão se dá ou por se sentir saturado, ou por intenção de utilizar os recursos para pagamento de dívidas, para abertura de um pequeno negócio ou simplesmente para constituir uma poupança para sua subsistência futura. Mas é unânime a sensação para o trabalhador de que seu trabalho já não é mais necessário para a empresa que demite. É inevitável a impressão de “que já vai tarde...”.

Afetada por alto endividamento, agravado pela queda do preço do petróleo em 2016, e abalada pela corrupção, a Petrobras recorreu a Programas de Incentivo à Demissão Voluntária

(PIDV). Foram duas ocorrências de demissão voluntária incentivada durante os governos petistas. Os incentivos concedidos por esses planos foram mais ou menos equivalentes. No último plano, os incentivos levavam em conta o salário recebido, o tempo de serviço prestado e a idade do empregado. Em números redondos, os incentivos variaram de um piso de cerca de R\$ 200 mil a um teto de aproximadamente R\$ 700 mil (ROSA; NOGUEIRA; ORDOÑES, 2017b). Para um trabalhador de nível superior, em idade de aposentadoria, o incentivo concedido correspondia a aproximadamente 30 meses de adiantamento salarial. Ou seja, o valor recebido na saída compensava a redução salarial durante aquele período.

No primeiro plano, em 2014, a adesão era restrita a pessoas com 55 anos de idade ou mais e que estivessem aposentados pelo INSS. No segundo plano, em 2016, a adesão foi facultada para todo e qualquer interessado, sem distinção de idade ou tempo de casa. As regras do segundo plano foram consideradas falhas de planejamento da área de recursos humanos da Petrobras, pois permitiu a saída de empregados jovens. Empregados recém-admitidos, alguns de nível médio, com salários em torno de 2 a 3 mil reais (aprox. USD 1 mil), aderiram ao programa. Receberam o piso de R\$ 211 mil (cerca de USD 70 mil), o que representou um estímulo para a debandada. Foram registrados casos de empregados que aderiram a demissão voluntária passado menos de um ano de sua admissão. Do total de 11.878 funcionários que aderiram, cerca de 18% tinham até 39 anos (ROSA; NOGUEIRA; ORDOÑES, 2017b).

Segundo Paulo Sardinha, presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos do Rio de Janeiro (ABRH-RJ), a elevada adesão de jovens a programas de demissão voluntária, dependendo do perfil dos profissionais que estão deixando a empresa, traz riscos para a empresa, pois compromete a formação de líderes e a retenção do conhecimento técnico. Nas suas palavras: “Provavelmente, a Petrobras está arranhando o processo natural de sucessão de líderes” (ROSA; NOGUEIRA; ORDOÑES, 2017a).

Segundo André Nolasco, diretor da empresa de recrutamento e seleção Michel Page, ficar ou sair de uma empresa está relacionado com o tripé remuneração, perspectiva profissional e ambiente de trabalho. Os três foram abalados na Petrobras, segundo Page. A remuneração, apesar de ser compatível com grandes empresas do mercado de trabalho, perdeu a garantia de continuidade. O dissídio coletivo de 2017, cujo mês base é setembro, ainda não havia sido concluído em dezembro de 2017, com os sindicatos acenando para a greve. As perspectivas profissionais reduziram e as possibilidades de crescimento em cargos gerencial e de supervisão diminuíram devido ao enxugamento da empresa. A meta era eliminar 1.590 cargos de gerência,

ou seja, 30% de um total de 5.300 existentes apenas na área administrativa. O ambiente de trabalho ficou complicado, com a crescente desconfiança gerada pela corrupção (ROSA; NOGUEIRA; ORDOÑES, 2017b).

O enxugamento da empresa pela venda de ativos e redução de pessoal pelo PIDV representa um abalo no plano de uma Petrobras pujante, como a pretendiam os governos petistas. A fig. 5.3, no item 5.1 desse capítulo, apresenta a evolução do quantitativo de empregados da Petrobras durante os governos de Lula e Dilma Rousseff. O gráfico mostra que, nos governos de Lula, o contingente de pessoal próprio da Petrobras veio num crescente. Durante o primeiro governo de Dilma Rousseff, o crescimento ainda continuou até o ano de 2013. Do início do governo Lula, em 2003, até seu término em 2010, a força de trabalho da Petrobras cresceu cerca de 60%. Com a crise, no início da Operação Lava Jato em 2014, a Petrobras passa a reduzir seus ativos e diminui seu quadro de pessoal. A maior quantidade de empregados foi atingida em 2013 (60.691), caindo para 50.531 em 2016, último ano do Governo Dilma, numa redução de 17%.

Analizando a redução de pessoal em decorrência dos programas de incentivo à demissão, portanto em um patamar superior à redução vegetativa, observa-se consequências no mundo do trabalho da estatal. No programa de 2016, 21% dos demissionários eram técnicos de operação e 8% eram engenheiros (ROSA; NOGUEIRA; ORDOÑES, 2017a). A reposição futura de pessoal com qualificação para a indústria de petróleo é onerosa. Vide, por exemplo, a infraestrutura da Petrobras na formação de seu pessoal (PADUAN, 2011).

A empresa possui uma universidade em dois locais, Rio de Janeiro e Salvador. Com a descoberta do pré-sal, a Universidade Petrobras se viu com a tarefa de treinar 9.000 pessoas, contingente estimado de novas contratações. Foi considerada, na época, “uma máquina de treinar gente”. Em 2011, o custo anual de treinamento foi de R\$ 161 milhões, uma média de 2.000 reais por empregado por ano, investimento alto para o padrão brasileiro (PADUAN, 2011).

Com os programas de demissão voluntária de 2014 e 2016, esses recém-treinados foram liberados para deixar a empresa. Indagada se houve erro ao abrir o PIDV a todos os funcionários, a Petrobras disse que “o objetivo do programa é adequar a força de trabalho às necessidades do Plano de Negócios e Gestão da companhia, com foco no alcance das metas do plano e este objetivo está sendo cumprido” (ROSA; NOGUEIRA; ORDOÑES, 2017a).

Economistas e especialistas, entretanto, dizem que a prioridade da estatal é financeira. A Petrobras estaria procurando antecipar metas de redução de alavancagem de 2020 para 2018, reduzindo com isso a relação entre sua dívida e a geração de caixa operacional. No último trimestre de 2016, essa dívida ultrapassava R\$ 350 bilhões, e a empresa vinha tentando vender seus ativos para gerar caixa (ROSA; NOGUEIRA; ORDOÑES, 2017a).

Do ponto de vista operacional, a redução de pessoal próprio está levando a uma onda de intensificação do trabalho, fenômeno que entrou em pauta por volta de 1980 e se estende até os dias de hoje (DAL-ROSSO, 2008). Como um produto do capitalismo contemporâneo, a intensificação do trabalho se volta a incrementar resultados, exigindo maior energia do trabalhador. Segundo Dal-Rosso, trata-se de uma manipulação do trabalho por parte do empregador.

Com os programas de demissão voluntária, a intensificação do trabalho, que significa menos pessoas encarregadas pela mesma quantidade anterior de atividades, principalmente nas áreas operacionais, atingiu níveis que podem colocar em risco a segurança do trabalhador, conforme relata Sérgio Abbade, do Sindipetro Caxias, na Refinaria Duque de Caxias (Reduc). A redução de pessoal foi tão significativa que ocorreram casos de trabalhadores dobrando seu turno de trabalho. “Houve uma redução drástica de pessoal, principalmente na área operacional, o que torna a situação crítica. Como uma refinaria não pode parar, quando termina o turno e não tem o substituto, o funcionário tem que continuar” (ROSA; NOGUEIRA; ORDOÑES, 2017a). A Petrobras negou a intensificação do trabalho na Reduc e respondeu que “a continuidade operacional das refinarias está garantida, bem como o atendimento às melhores práticas de confiabilidade e aos requisitos de segurança, meio ambiente e saúde que norteiam as ações da Petrobras” (ROSA; NOGUEIRA; ORDOÑES, 2017a).

O que ocorrerá com os programas de demissão voluntária da Petrobras no futuro? Entre os empregados da Petrobras, principalmente os não elegíveis, havia esperança de continuidade, com futuras oportunidades de saída incentivada da empresa. A reforma das leis trabalhistas, que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017, entretanto, frustrou as expectativas. Segundo informou o diretor executivo de assuntos corporativos da Petrobras, Hugo Repsold, a Petrobras não dará continuidade aos programas de demissão voluntária. A empresa, quando precisar demitir, fará acordos diretos com os trabalhadores, um novo modelo permitido pela reforma trabalhista (NUNES, 2017). Mais uma abertura para acentuar a precarização do trabalho?

### 5.5 O episódio da repactuação do Plano de Previdência Petros

Neste tópico final trataremos de outra ação que teve a Petrobras como mentora, em função de interesse societário de manter seus compromissos dentro de limites conhecidos, como exige a legislação Sarbanes-Oxley. Pedimos permissão ao leitor para tratar do assunto na forma de uma narrativa, inspirada no insólito drama vivido por personagem de Kafka, conforme passo a descrever.

Alguém devia ter orientado mal José K<sup>95</sup>, visto que uma manhã foi desagradavelmente surpreendido com o reduzido valor do primeiro pagamento de sua aposentadoria. Havia um mês que se aposentara do emprego na Petrobras, depois de mais de 40 anos de serviço. Já não era suficiente trabalhar 35 anos ininterruptos. Foi necessário cumprir tempo de “pedágio”<sup>96</sup>, já que, em 1998, o INSS passou a exigir um tempo adicional de contribuição do segurado, para lhe garantir um maior benefício. K. conformou-se em trabalhar mais e acabou se enquadrando na nova exigência. Depois de ter cumprido tudo que lhe fora prescrito, não acreditava que o rendimento de sua aposentadoria fosse menos da metade do que recebera no mês anterior, quando ainda era trabalhador ativo na Petrobras.

K. foi admitido por concurso na empresa, com pouco mais de 20 anos de idade. Naquela época nem pensava na aposentadoria. Mas se sentia tranquilo e satisfeito por estar contribuindo para uma aposentadoria complementar, visto que todos diziam que, viver unicamente com o benefício de aposentado do INSS, implicaria reduzir muito o padrão de vida. K. não queria passar por isso. Daí ter se planejado desde o início. Seus tempos de estudante foram difíceis. Formou-se em engenharia superando dificuldades financeiras. Durante sua graduação, foi monitor e professor em escola técnica, o que lhe possibilitou arcar com o custo de uma faculdade particular. Quando ingressou na Petrobras, além do que recolhia de contribuição para o INSS, passou a contribuir com 11% de seu ganho para a Petros, a fundação que lhe garantiria a complementação de aposentadoria, contribuição essa que depois passou para 14%, em função de uma vantagem adicional que introduziram no seu plano de benefícios.

---

<sup>95</sup> José K., a exemplo de Josep K., personagem de Franz Kafka em *O processo* – que não sabia por que estava sendo preso – também não sabe por que exigem que ele continue trabalhando, depois de contribuir mais de 40 anos para o INSS e para a fundação de previdência da empresa onde trabalhou.

<sup>96</sup> Pedágio é a nomenclatura popular para designar o Fator Previdenciário. Na linguagem da Previdência Social, é um fator multiplicativo aplicado ao valor dos benefícios previdenciários, que leva em conta o tempo de contribuição, a idade do segurado e a sua expectativa de vida. O Fator Previdenciário foi aprovado em 1999, por intermédio da Lei Nº 9.876, durante a Reforma da Previdência iniciada em 1998 no governo Fernando Henrique Cardoso. Sua finalidade, segundo seus criadores, foi a de desestimular aposentadorias precoces

Agora, a surpresa: com mais de 60 anos de idade, passou a receber menos da metade da sua antiga remuneração...

A história de José K. pode parecer ficção, mas, para a maioria dos trabalhadores, especialmente para os mais qualificados, a situação da previdência social brasileira e de seu benefício de aposentadoria chega a ser kafkiana<sup>97</sup>. Em janeiro de 2018, o valor máximo do benefício chegou a R\$ 5.645,80. Mas, para fazer jus a ele, é necessário atender a requisitos que podem significar mais de 40 anos de trabalho e pelo menos 60 anos de idade. Assim, a maioria dos trabalhadores, mesmo os que contribuem pelo teto, quando se aposenta não se qualifica para o recebimento do valor máximo, ficando seu benefício reduzido a 80 ou 90% do teto do INSS.

Poderíamos argumentar que receber 3 ou 4 mil reais de aposentadoria representa um excelente benefício para a grande massa de trabalhadores brasileiros. Entretanto, especificamente para indivíduos mais bem posicionados na escala salarial, a aposentadoria do INSS não atende às suas necessidades. Isso é particularmente verdadeiro na Petrobras, mesmo para empregados de nível médio.

Essa lacuna nos benefícios previdenciários foi identificada pelo mercado que, a partir da promulgação da Lei Complementar n.109, de 29 de maio de 2001<sup>98</sup>, lançou planos de previdência complementar públicos, tipo PGBL e VGBL<sup>99</sup>, propagandeados à exaustão pelos bancos e demais organizações financeiras, e incentivados pelo Governo, por meio de isenção de imposto de renda.

Algumas poucas empresas patrocinam fundações ou fazem a autogestão de planos de previdência complementar privados, de adesão voluntária, e que visam proporcionar melhores

---

<sup>97</sup> O adjetivo “kafkiano”, utilizado para descrever conceitos e ideias remanescentes do trabalho literário de Franz Kafka, escritor checo de língua alemã, descreve uma situação indesejada em que um indivíduo, sem o querer, se depara inserido, ficando com a real impressão de que, enquanto essa situação perdurar, está vivendo em uma dimensão irreal, em estado de perplexidade.

<sup>98</sup> A LC 109/2001 veio regulamentar o caput do art. 202 da CRFB/88, que trata da previdência complementar (BRASIL, 2001).

<sup>99</sup> PGBL significa Plano Gerador de Benefício Livre e VGBL quer dizer Vida Gerador de Benefício Livre. São planos previdenciários que permitem que o trabalhador acumule recursos por um prazo contratado. Durante esse período, o dinheiro depositado vai sendo investido e rentabilizado pela seguradora escolhida. Tanto no PGBL como no VGBL, o contratante passa por duas fases: o período de investimento e o período de benefício. O primeiro normalmente ocorre durante a vida profissional ativa do trabalhador. Essa é a fase de formação de patrimônio. Já o período de benefício começa a partir da idade escolhida para começar a desfrutar do dinheiro acumulado durante anos de trabalho (SUSEP, 2017).

benefícios para o trabalhador quando se aposenta. A Petrobras patrocina a Petros – Fundação Petrobras de Seguridade –, que tem esse objetivo. No entanto, na prática, os planos de aposentadoria dos empregados da Petrobras que contribuíram durante sua vida profissional para a Petros são insuficientes para a manutenção do padrão de vida do trabalhador. Nesses tempos pós-governos petistas, a situação ainda está mais agravada, em decorrência de rombos nos recursos dos fundos de pensão, como trataremos no capítulo seguinte.

Os sindicatos exerceram um papel importante de convencimento dos trabalhadores, posicionando-se a favor e contra a proposta de repactuação, a partir de uma divisão na unidade de representação sindical. Essa repactuação foi oferecida, a partir de 2006, a todos os participantes ativos e beneficiários do Plano de Previdência da Petros, cuja última campanha foi em 2012. Quando as lideranças sindicais advogam ideias divergentes, como foi o caso da repactuação, a situação do trabalhador se agrava.

Os momentos antecedentes ao encerramento da carreira profissional do trabalhador, aqueles dois ou três anos antes de sua aposentadoria, trazem grandes expectativas e incertezas. Muitas questões ficam sem respostas. “Como será minha vida quando eu encerrar minha carreira na PETROBRAS?” “A complementação de benefício da Petros será suficiente para manter meu padrão de vida?” “Como será a rotina diária depois de aposentado – monótona, entediante?” “Conseguirei encontrar outra atividade para suprir a falta do trabalho?”

Essas e outras questões similares povoam o imaginário do trabalhador petroleiro. Para alguns, a sensação é a de que já não são mais úteis como nos primeiros anos de trabalho. Para outros, a sensação é de alívio por se desonerar de um trabalho desmotivador ou por ficar livre de pressões crescentes em cenário de exigência de maior produtividade e redução de custos.

A Petrobras mantém um Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA) em que oferece conhecimentos para que os trabalhadores possam se preparar para a nova fase de vida, minimizando a recorrência dessas situações de ansiedade, expectativa, incerteza e até de medo entre os que vão se aposentar. Entendemos que o PPA desempenha papel de estimulador na renovação do quadro de pessoal da empresa, uma vez que propicia e estimula a saída dos mais velhos, por meio do esclarecimento. Conforme reconhece L.D.S, engenheiro de equipamentos: “Percebi que temos que criar as condições para uma aposentadoria tranquila. Nos próximos dois anos, vou me empenhar para que isso aconteça”. Por outro lado, mesmo com o PPA, percebe-se também relutância do empregado em caminhar para seu desligamento da empresa:

“Percebi que estou preparada para essa nova fase da vida, mas que ainda tenho muita satisfação no trabalho. A aposentadoria chegará no momento certo” (E.N.S - Técnica de Administração e Controle). (PROGRAMA DE PREPARAÇÃO...,2012). Entre os variados temas tratados no PPA, os pontos de maior interesse são INSS e Petros, justamente os que abordam a questão financeira pós-trabalho.

A despeito de preparar seus empregados para a aposentadoria, a PETROBRAS conviveu com o fenômeno de envelhecimento do seu quadro de trabalhadores. Mais e mais empregados adiaram seu momento de desligamento da empresa, especialmente quando os programas de incentivo à demissão voluntária (PIDV) ainda eram incipientes, no auge dos governos petistas. Era comum se deparar com trabalhadores que haviam cumprido seu tempo de contribuição para a previdência social e ainda estavam na ativa.

Em parte isso se deu pelo entendimento do Superior Tribunal Federal (STF) de que a percepção do benefício de aposentadoria requerida voluntariamente pelo trabalhador não constitui razão para quebra do vínculo contratual de trabalho<sup>100</sup> (ROMITA, 2007). Com isso, muitos trabalhadores requeriam sua aposentadoria ao INSS, mantendo os vínculos trabalhistas com a Petrobras. Quando as denúncias de corrupção na empresa vieram à tona e a empresa começou a se ressentir financeiramente, essa realidade mudou. Mais e mais empregados procuraram se desligar, muitos com receio de perderem os incentivos financeiros oferecidos para a demissão voluntária.

Outro fenômeno que se observava no quadro de trabalhadores da Petrobras era uma presença de ex-empregados da empresa, aposentados pelo INSS, com complementação de benefícios pela Petros, prestando serviços, como trabalhadores terceirizados, por outras empresas. Havia até um chiste comum em que se dizia que esses trabalhadores deixavam o crachá verde (a identificação do trabalhador efetivo da Petrobras é feita com crachá funcional de cor verde) numa sexta-feira para retomar como terceirizados de crachá marrom na segunda-feira seguinte.

O que levava a essas duas situações? Acreditamos que, para os que permaneciam como

---

<sup>100</sup> Em 11.10.2006, a Lei 9.528/1997 veio a ser declarada inconstitucional pelo STF, o que determinou o cancelamento, em 25.10.2006, da OJ 177 do TST, passando a prevalecer, desde então, a diretriz segundo a qual a aposentadoria não extingue o contrato de trabalho, mantendo este sua vigência normal ante a continuidade da prestação de serviços, pelo empregado, ao mesmo empregador (ROMITA, 2007).



empregados da Petrobras, a despeito de terem cumprido seu tempo de contribuição previdenciária, era o fato de ou precisarem manter sua remuneração integral ou de não terem planos para uma vida de aposentado. No caso dos que deixavam a sua posição de trabalhador efetivo para assumir o papel de trabalhador terceirizado, muitas vezes o montante do benefício da aposentadoria, acrescido do salário de terceirizado era economicamente mais vantajoso. Cabe a ressalva de que essa vantagem financeira nem sempre se mantinha, podendo essa situação se reverter ao longo dos sucessivos contratos de terceirização. Havia ex-empregados trabalhando na Petrobras como terceirizados que, mesmo acumulando a aposentadoria com a remuneração de terceirizado, recebiam menos do que se tivessem se mantido como empregados ativos. Daí a importância que a questão da repactuação do Plano Petros teve na situação financeira do trabalhador que se aposentava na Petrobras.

Um conceito de senso comum sobre o funcionamento da Petrobras é o de que seus empregados recebem na aposentadoria a mesma remuneração que percebiam quando na ativa. Há um relativo equívoco nesse pensamento. O que de fato ocorre é que, além de receber o benefício do INSS, o aposentado recebe uma suplementação de benefício da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros). São raras as situações em que a suplementação somada ao benefício do INSS alcança o valor total do salário da ativa. Isso se dá apenas para salários menores, geralmente para alguns cargos de nível médio. Na maioria das situações, em que o empregado recebe mais de três vezes o teto de contribuição do INSS, o benefício de aposentadoria sempre fica abaixo do salário da ativa.

É importante ressaltar que a maioria dos trabalhadores da empresa recebe remuneração média superior a três tetos do INSS<sup>101</sup>, o que significa uma redução salarial na aposentadoria. Essa redução é tão mais acentuada quanto maior for a posição de remuneração ocupada pelo trabalhador. Assim, o valor da aposentadoria do profissional sênior (engenheiro, advogado, administrador, por exemplo) é cerca de 60% menor do que o valor do seu salário na ativa.

A essas perdas, se podemos chamar assim a redução salarial, soma-se ainda a supressão de outros benefícios financeiros recebidos pelo trabalhador na ativa, como

---

<sup>101</sup> Em janeiro de 2018, o maior valor de contribuição para o INSS foi estabelecido em R\$ 5645,81. Os aposentados da Petrobras, admitidos a partir de 1979 e que estão no plano de benefício definido, recebem um benefício total de aposentadoria de até três vezes o teto do INSS, ou seja R\$ 16.937,43, valor que já inclui a aposentadoria concedida pelo INSS (ENTENDA..., 2014).

participação nos lucros e resultados, que grosso modo pode se computar como no mínimo mais um salário por ano; remuneração de contingência, geralmente igual a um salário pago quando da aprovação dos dissídios coletivos; gratificação de férias, no valor de um salário pago na ocasião do gozo de férias por parte do trabalhador. Com o endividamento e a crise financeira na empresa, esses adicionais foram suprimidos.

No aspecto social, a continuidade da permanência de um trabalhador idoso no mercado de trabalho, quando poderia estar aposentado, impede uma natural rotatividade de mão de obra e abertura de novos postos de trabalhos para os jovens ingressantes. Fica patente nessa constatação a ausência de políticas públicas voltadas para a estabilidade de remuneração do aposentado. Somente estas poderiam estimular a saída de trabalhadores sêniores, gerando novos postos de trabalho.

A repactuação no Plano Petros pode ter afetado diretamente a situação financeira do trabalhador efetivo que se aposenta na Petrobras. Ainda não estão claras as consequências da alteração contratual entre a Petros e o empregado petroleiro, ocorrida a partir de 2006. Uma coisa, entretanto, é certa: muitas das decisões individuais foram influenciadas pelos sindicatos petroleiros.

Para se entender como isto se deu, devemos rememorar a evolução das regras de aposentadoria na Petrobras. O antigo regulamento de previdência da Petros previa dois pontos importantes. Primeiro: uma vez calculado o benefício total – soma do recebimento do INSS e da suplementação Petros –, o reajuste anual se daria pelo mesmo índice concedido aos empregados ativos. Segundo: o reajuste anual seria efetuado ou na data do dissídio da Petrobras (para os que optaram por isso em 1991, e passaram a contribuir com maior percentual) ou na data do reajuste anual do INSS (para os que não manifestaram sua adesão à proposta formulada em 1992). Em qualquer das duas situações, os benefícios de aposentadoria seriam reajustados pelo mesmo índice oficial utilizado no reajuste concedido aos empregados Petrobras da ativa, minimizando a corrosão que se observa nos benefícios do INSS.

Na realidade, há muitos anos, o aposentado petroleiro deixou de receber os mesmos reajustes do pessoal da ativa. Isto acontece porque, na época do dissídio, o reajuste aplicado aos salários dos empregados da Petrobras é suplementado com benefício de remuneração de contingência – geralmente um salário a mais pago ao trabalhador da ativa, o qual não é concedido pela Petros ao aposentado. A cláusula do regulamento da Petros que deveria proteger

a remuneração de aposentadoria, de forma indireta, vem, segundo o SINDIPETRO-RJ, a *Esquerda que nega*, sendo desrespeitada pela empresa. Comparando-se a evolução de ganho de remuneração anual de um trabalhador na ativa com a de um aposentado com suplementação Petros, o primeiro acaba beneficiado.

Em 2006, a Petros iniciou uma campanha visando alterar as regras de reajuste das aposentadorias, que garantiam paridade com os reajustes dados ao pessoal da ativa. A alegação foi a necessidade de a Petrobras, na situação de patrocinadora da Petros, se desvencilhar de compromissos decorrentes de garantia de aposentadoria a seus ex-empregados. Segundo o material publicitário divulgado na época, a Petrobras necessitava se adequar à Lei Sarbanes-Oxley para poder ter ações vendidas em bolsa no exterior. Manter vínculos e obrigações sem previsibilidade, segundo as informações divulgadas, contrariava os requisitos da Sarbanes-Oxley.

Somem-se a essas razões outros argumentos utilizados durante a campanha da repactuação. Uma das que acarretou grande inquietude foi a provável necessidade de aporte financeiro dos participantes do Plano Petros para garantir os resultados do cálculo atuarial. Isso significaria contribuir com maior valor, que, para muitos, já estava em 14% do valor do benefício. Além disso, havia o receio dos participantes do Plano Petros de este ser incapaz de honrar compromissos com os beneficiários, a exemplo do que estava ocorrendo com a Aerus (fundo de previdência dos empregados da Varig), dados murmúrios da existência de déficits.

Nesse cenário de incerteza, a Petrobras se junta à Petros em campanha a favor da mudança das condições de aposentadoria do plano Petros. Coordenada por antigo militante da FUP, nomeado Gerente Executivo de Recursos Humanos, Diego Hernandez, a campanha utilizou apresentações e palestras para buscar o convencimento dos empregados. O resultado é que a quase totalidade dos empregados aderiu ao novo plano, abrindo mão de proventos que lhes garantiam benefício definido<sup>102</sup>. Ao mesmo tempo, a FUP se juntou à campanha incentivando a repactuação.

Também em função dos desentendimentos quanto à repactuação, ocorre a cisão sindical em 2006, o que deu origem a uma nova federação, oponente da FUP. A questão para o trabalhador na indústria do petróleo deixa de ser a existência de uma, duas ou “n” federações,

---

<sup>102</sup> Surgente - edição nº 1213 (5/10/2012) (cf. Editorial RH da Petrobras e FUP querem destruir o Sindipetro-RJ.

o que é salutar dentro de uma visão pluralista, e passa a ser a direção que essas lideranças caminham na defesa dos interesses da categoria. A nova federação, a *Esquerda que nega*, com apoio integral do SINDIPETRO-RJ, se posiciona contrariamente à repactuação.

Não se pode deixar de considerar as relações de parceria estabelecidas entre a Petros, a direção da Petrobras e a FUP. Como essas três entidades se alinham quando se trata de discutir os direitos dos trabalhadores petroleiros? Pelo menos no importante episódio, a repactuação do plano Petros, elas estiveram juntas, mantendo uma mesma linha de atuação. O SINDIPETRO-RJ, afiliado da FNP, principal representante da *Esquerda que nega*, considera a Petros, a direção da Petrobras e a FUP como um triunvirato decidido a prejudicar o trabalhador petroleiro. A expressão foi citada em alguns editoriais do sindicato, como, por exemplo, na edição de 16 de agosto de 2012, sob o título “O triunvirato do mal ataca outra vez: Petrobras/Petros/FUP”.<sup>103</sup>.

Quando se trata da repactuação, com alterações em importantes cláusulas contratuais, a pergunta que se faz é: o que seria de fato melhor para o trabalhador: permanecer com o contrato antigo ou aderir ao novo? A grande massa aderiu ao novo contrato. O site da Petros informa que, em 2012, somadas as adesões de 2006 e 2007, mais de 75% dos participantes e assistidos aceitaram a proposta de repactuação (BALANÇO..., 2012). Somente o futuro mostrará quem fez a melhor escolha.

Uma questão para o trabalhador é a incerteza sobre as reais intenções de cada uma das federações. Segundo editoriais publicados pelo SINDIPETRO-RJ, a FUP se alinhou com as propostas da Petrobras. Para o trabalhador, fica a dúvida se estaria sendo bem representado pelos sindicatos. Posicionamentos divergentes da FUP e da FNP dificultam o empregado Petrobras saber quem de fato defende seus interesses. A situação fica mais crítica quando envolve questões cruciais para sua subsistência, como foi a repactuação Petros ou as negociações de dissídios coletivos. Isso comprova a tese dos prejuízos para o trabalhador em situações de dissidência sindical, pelo menos no que diz respeito à credibilidade das informações divulgadas.

\* \* \* \* \*

---

<sup>103</sup> Consulte no site do SINDIPETRO-RJ ([www.sindipetro.org.br](http://www.sindipetro.org.br)) os editoriais de 08/02/2013 e 16/02/2012, bem como as Notícias de 25.10.2011 e o Especial de 05/10/2011.

## CAPÍTULO 6

### **PETROBRAS COMPROMETIDA: A FINANCEIRIZAÇÃO EQUIVOCADA DOS RECURSOS DOS FUNDOS DE PENSÃO**

Petrobras comprometida. O adjetivo qualifica uma Petrobras que foi envolvida, uma Petrobras que não tem como se eximir de responsabilidade. Se foi conivente ou um mero instrumento de poder, continua sendo da estatal a responsabilidade objetiva perante as consequências. O objetivo deste capítulo é discutir como os fundos de pensão foram geridos e se comportaram durante os governos petistas. Atos de gestão da Petrobras, especialmente na concessão de vantagens aos trabalhadores, e que vieram a onerar os fundos de previdência, a tornaram solidária nos resultados. Como entidade patrocinadora da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), é dever da estatal suprir déficits em coparticipação com o associado. Até que ponto a gestão de recursos humanos (RH) da Petrobras aprofundou a situação de desequilíbrio da Petros ao conceder vantagens para os empregados, repercutindo nos cálculos atuariais? Em que medida os trabalhadores foram prejudicados pela estratégia de gestão do fundo de pensão durante os governos petistas? Essas, entre outras, são questões que trataremos neste capítulo.

A primeira dessas questões é o papel representado pelos fundos de pensão na vida do trabalhador. As entidades fechadas de previdência complementar, patrocinadas por empresas estatais e voltadas exclusivamente aos seus funcionários, respondem pela suplementação de benefícios de aposentadoria dos associados e garantem as pensões para seus pensionistas. Para atingir seus objetivos, os fundos precisam rentabilizar os recursos financeiros acumulados, tendo como meta alcançar o valor atuarial. Quando este não é atingido, há necessidade de aporte adicional de contribuição dos empregados ativos, para não implicar redução no valor dos benefícios de aposentadorias e pensões já concedidas ou a conceder. Na prática, em caso de desequilíbrio negativo, os valores de pensões/aposentadorias ficam mantidos, mas as contribuições de aposentados e pensionistas são aumentadas. É uma redução de benefícios por via indireta.

A Fundação Petros, entidade voltada para os empregados Petrobras, administra o Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), de benefício definido. O plano apresentou déficit durante três anos consecutivos (2013, 2014 e 2015), não tendo alcançado a meta atuarial, ou seja, a rentabilidade esperada. O resultado negativo redundou no valor corrigido de R\$ 27,7 bilhões, a

ser coberto pelos associados e pelas patrocinadoras Petrobras, Petros e Petrobras Distribuidora (EQUACIONAMENTO..., s/d). O déficit foi justificado pela Petros como resultado da atuação de cinco fatores.

O primeiro foi a mudança do perfil da composição familiar: aumentaram a expectativa de vida no Brasil, o número de pessoas que se casam mais de uma vez e as que têm filhos em idade avançada. Isso refletiu em acréscimo de R\$ 5,2 bilhões de compromissos do plano. O segundo fator foi a retirada do teto operacional de 90%. Tratava-se de um mecanismo que limitava a renda de aposentadoria e que fora implantado para corrigir uma distorção nos tempos de hiperinflação. Sua retirada proporcionou aumento de alguns benefícios, elevando o compromisso do plano em R\$ 3,4 bilhões (EQUACIONAMENTO..., s/d).

O quarto fator citado pela Petros foi a inflação e a retração econômica. Em 2015, a inflação oficial medida pelo IPCA fechou em 10,67%, o dobro da estimativa inicial do mercado. Com isso, a meta atuarial ficou comprometida, pois a rentabilidade dos fundos de investimentos ficou muito abaixo do necessário para o equilíbrio. O último fator foi a rentabilidade dos investimentos. Segundo a Petros, em 2013, o mercado financeiro enfrentou a volatilidade do cenário econômico, refletindo nas aplicações em Bolsa de Valores e renda fixa. Apesar de resultado positivo, o valor alcançado ficou abaixo dos R\$ 14,3 bilhões necessários para o equilíbrio do plano (EQUACIONAMENTO..., s/d).

A despeito da explicação formatada pela Petros, uma análise acurada nos relatórios de resultados dos planos de previdência da Petros indica a existência de fatores que não foram citados na justificativa da fundação. Os relatórios anuais apontam uma mudança anômala no perfil dos investimentos. Estes migraram em boa parte do conservadorismo da renda fixa para o risco das aplicações de renda variável. Muitas dessas aplicações em renda variável foram feitas em fundos de participação que financiaram empreendimentos ligados às políticas do governo petista e que fracassaram. A mudança no perfil das aplicações não foi por acaso. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional e investigações do Ministério Público (MP) identificaram má gestão e atos administrativos dolosos, envolvendo investimentos realizados por fundos de pensão. O resultado foram prejuízos que comprometeram os planos de aposentadoria de muitos trabalhadores, entre os quais os petroleiros.

O entendimento do que ocorreu começa em 2008, com a crise financeira iniciada nos Estados Unidos. Os erros que levaram à crise foram elementos que direcionaram investimentos em fundos de pensão. Podemos afirmar que a estratégia dos fundos de pensão brasileiros em questões de investimentos tem sua raiz em mudanças de comportamento financeiro decorrentes da crise de 2008. Este capítulo inicia descrevendo o que ocorreu em 2008 e ligando os acontecimentos com a situação do Fundo de Previdência Petros. A seguir, apresentaremos os efeitos que a política econômica dos governos petistas, especialmente a dos dois primeiros governos de Lula, teve sobre a segurança dos recursos aplicados na Petros. O mesmo ocorreu com outros fundos estatais, como Postalís, Funcep e Previ. O resultado descreve o fracasso da promessa de uma aposentadoria tranquila para o trabalhador e que muito teve a ver com a estratégia de poder do Partido dos Trabalhadores, apesar de não ser exclusividade deste.

\* \* \* \* \*

### **6.1 A crise de 2008 – Uma crise no *subprime***

A aquisição de uma moradia própria faz parte dos desejos das pessoas. A segurança de um imóvel próprio é a ânsia de muitos. Em busca dessa segurança, as famílias norte-americanas aproveitaram as facilidades de crédito dos anos 1990, aumentando a taxa de aquisição de imóveis. Em consequência, o endividamento familiar também cresceu, por força do crédito ao consumidor e das hipotecas. Com a crise de 2000-2001 no mercado de ações, o mercado imobiliário ganhou estímulo e se expandiu. Com isso, ocorreu a saturação da demanda, o que obrigou as instituições financeiras a lançar mão de novas linhas de crédito para girar o capital financeiro. Com o esgotamento dos clientes tradicionais, o mercado passou a oferecer crédito para clientes sem histórico de crédito, muitos sem emprego ou renda.

As novas linhas de crédito, chamadas de *subprime*, não requeriam garantias e eram concedidas, nos Estados Unidos, a clientes sem comprovação de renda. Incluíam empréstimos hipotecários, cujas dívidas eram honradas com base em sucessivas “rolagens”, possíveis enquanto o preço dos imóveis permaneceu em alta. Os devedores conseguiam obter novos empréstimos, sempre maiores para liquidar os anteriores em atraso, dando o imóvel cada vez mais valorizado em garantia. As taxas dos empréstimos eram pós-fixadas, e seu baixo valor direcionava os investimentos para os imóveis, pela sua liquidez e rentabilidade.

Em 2006, com o aumento dos juros, a atratividade dos imóveis caiu, os preços despencaram, ocorrendo inadimplência em massa. Vários bancos deixaram de receber os empréstimos e entraram em insolvência, o que repercutiu sobre as bolsas de valores de vários países. Todo o imbróglio teve como base a natureza dos créditos *subprime*, um crédito de segunda categoria. Como esses créditos eram raramente liquidados, pois estavam permanentemente sendo renovados pelos devedores, os bancos partiram para a sua securitização, o que, em última instância, era uma forma de diluir o risco de operações duvidosas. Os bancos americanos credores reuniram essas dívidas e transformaram a massa em derivativos negociáveis no mercado financeiro internacional, em montante que chegou a cinco vezes o valor da massa da dívida original.

O lastro dos títulos negociáveis eram as hipotecas *subprime*, e não passavam de créditos podres. A compra e venda desses títulos em grande quantidade, em montantes muito superiores aos das dívidas, provocou o alargamento da crise, originada nos Estados Unidos e que se espalhou pelo mundo afora. O fato se agravou mais ainda se considerarmos que esses títulos de crédito receberam aval de agências internacionais de classificação de risco, que lhes atribuíram a chancela máxima – AAA –, normalmente concedida apenas a títulos sólidos, como os do Tesouro dos EUA, tornando-os confiáveis perante o mercado. Investidores e fundos de investimentos, estimulados pela classificação de baixo risco dos títulos, passaram a disputá-los com avidez, servindo estes como garantia para a tomada de novos empréstimos, alguns alavancados na base de 20 para 1.

Em julho de 2007, a crise do crédito *subprime* provocou uma crise de confiança geral no sistema financeiro, e ocorreu a falta de liquidez, com os bancos sem dinheiro para saque de seus correntistas (ALBUQUERQUE, 2008). Mesmo bancos que não operavam diretamente créditos podres foram atingidos, por realizarem operações com credores/devedores dos créditos *subprimes*. A crise de crédito foi geral. Bancos sofreram intervenções governamentais, como o tradicional banco britânico Northern Rock. O banco americano Lehman Brothers entra em colapso e fecha acordo para vender partes ao britânico Barclays. Uma cascata de falências e quebras de instituições financeiras provocou grande queda do índice Dow Jones e de bolsas de valores internacionais. Temendo que a crise atingisse a esfera da economia real, os bancos centrais injetaram recursos no mercado interbancário, aumentando a liquidez, estancando o efeito cascata. Os reflexos da crise econômica, entretanto, são percebidos até os dias de hoje, traduzidos nas perdas de ativos dos investidores daquela época (BORÇA JR.; TORRES FILHO, 2008).



Analizando a crise financeira de 2008 e buscando conectá-la com a situação dos fundos de pensão, em especial com a da Petros, encontramos pontos comuns e identificamos consequências dessa crise na situação da Petros. Maria Chaves Jardim (2013), em suas pesquisas sobre fundos de pensão, chama a atenção para a necessidade de uma abordagem cognitiva da crise de 2008, afirmando que o elemento cognitivo é frequentemente ignorado nas análises sobre a derrocada financeira. No entendimento da autora, os efeitos da crise trazem importantes elementos de aprendizado capazes de redirecionar ações futuras. A autora observou que a crise de 2008 apresentou algumas lições, como a necessidade de substituir o discurso de autorregulamentação dos mercados por uma presença regulatória estatal. No seu todo, ocorreu uma reorientação cognitiva dos agentes inseridos no espaço das finanças, como o governo, o mercado, os investidores, e os próprios sindicatos.

Esses agentes passaram a exibir um discurso pregando a posição do Estado como regulador dos mercados, a necessidade de aumento de investimento produtivo em detrimento do investimento especulativo, bem como a aliança dos fundos de pensão com o setor de *private equity*, numa busca de florescimento de novas empresas ainda sem ações negociadas em bolsa. Esses elementos foram os motivadores dos governos petistas, que, na posição de controladores indiretos de fundos de pensão, foram os responsáveis pela indicação dos dirigentes, gestores da política equivocada de investimentos dos fundos.

O entendimento da crise econômica de 2008 e a consequente reação do mercado, que aproveitou as lições da crise para uma mudança no perfil de investimentos, são elementos para o entendimento do que ocorreu com os fundos de pensão brasileiros. É a partir da utilização dos recursos financeiros desses fundos para alavancar empreendimentos novos, sem a necessária solidez, é que se dá grande parte dos prejuízos. No próximo item, discutiremos como a reorientação cognitiva dos agentes inseridos no espaço das finanças modificou o trajeto dos fundos de pensão e concedeu condições favoráveis para a perda em ativos financeiros, resultados de uma política temerária de investimentos e de espoliação de fundos com o produto do saque destinado a partidos políticos e pessoas físicas, conforme relatou a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão (SOUZA, SÉRGIO, 2016).

## 6.2 Aparelhamento dos fundos de pensão

Os planos de aposentadoria privada, regulamentados em 1977, assumiram um papel importante no mercado financeiro brasileiro a partir de 1990, quando passaram a fazer parte da agenda política e sindical. Surgido no entorno de empresas estatais para suprir a lacuna de aposentadoria similar à do funcionalismo público, o fundo de pensão é “peça essencial na retórica de justificação do capitalismo moderno” (GRÜN, 2003, p. 7). No entendimento do Grün não se concebe o capitalismo sem a presença desses fundos de acumulação de recursos. Na função dar suporte ao trabalhador pós-trabalho, os fundos de pensão substituíram a antiga aposentadoria funcional garantida pelo Tesouro Nacional e pelos governos estaduais.

Grün observa uma guerra com ganhadores e perdedores em torno dos fundos de pensão, uma realidade que está presente nestes tempos pós-governo petista, em que os recursos dos fundos foram exauridos de forma anômala. No caso da Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS), foram realizados investimentos de porte em empreendimentos e fundos financeiros de discutível viabilidade, em que não havia indicação técnica de aplicação, conforme relatou a CPI dos Fundos de Pensão (SOUZA, SÉRGIO, 2016). O que mais intriga é a aplicação dos recursos do fundo único destinado a suprir os benefícios dos associados da modalidade benefício definido (BD) e a preservação dos fundos individuais dos associados da modalidade contribuição definida. Esses últimos não foram afetados pelos investimentos desastrosos. A comprovação dessa afirmativa pode ser verificada na análise dos investimentos em cada uma das modalidades de fundo, constante nos relatórios da Petros.

O direcionamento equivocado de investimentos dos fundos de pensão, especialmente depois da crise do *subprime* de 2008, frustraram o que Grün denominou de *boas decisões*. O trabalhador de estatais, como a Petrobras, que contribui para fundos de pensão espera tais boas decisões dos gestores, como necessidade para garantir o *status* econômico no tempo que virá pós-trabalho, durante a aposentadoria. Essas boas decisões, segundo Grün, é parte do que o trabalhador espera de quem está na responsabilidade de gerir sua poupança:

[...] no seio das classes médias brasileiras, que precisam fazer frente a enormes desafios para manter ou elevar seu *status* relativo na nossa sociedade. Há uma enorme dificuldade em afirmar quais seriam as boas decisões que assegurariam o bem-estar presente e futuro dos indivíduos e de sua descendência (GRÜN, 2003, p. 8).

A questão é que essas decisões sempre tiveram uma componente alheia aos interesses diretos do trabalhador que contribui para o fundo. Desde o governo neoliberal de Fernando

Collor, a componente espúria se faz presente. Relata Grün que já naquela época os fundos de pensão se caracterizavam “como alvos de cobiça de integrantes do ‘esquema de corrupção’ que teria se apoderado do governo central” (GRÜN, 2003, p. 9). Em seguida, os fundos foram chamados a participar dos processos de privatização. Sua participação como “sócios-capitalistas” viabilizou esquemas financeiros necessários para a solvência dos lances apresentados pelo capital privado para a aquisição de empresas estatais. Ou seja, o capital privado usou os recursos do trabalhador, via fundos de pensão, para buscar o montante necessário para adquirir as empresas estatais privatizadas. Na prática, os governos federais, pelo menos desde FHC, sempre influenciaram nos investimentos dos fundos.

A convenção econômica para que os fundos de pensão possam funcionar é o estabelecimento de um regime de capitalização em que cada indivíduo contribui para sacar no futuro. O trabalhador contribuinte se baseia na premissa de uma promessa que irá receber no tempo devido. Considerando que os fundos de pensão iniciaram sua captação há mais de 40 anos, a massa de capital acumulado representa uma poupança de grande monta. Seu papel na economia é relevante e seus recursos, cobiçados.

O que acontece quando as decisões de aplicação desses recursos são tecnicamente equivocadas ou estão envoltas em dolo? A comprovação de investimentos prejudiciais para a poupança do trabalhador está registrada no relatório da CPI dos Fundos de Pensão (SOUZA, SÉRGIO, 2016). Os recursos acumulados se tornam insuficientes para garantir as aposentadorias, e o trabalhador passa a ter de aportar um montante superior ao planejado para garantir sua retirada futura. Na prática, para os que estão aposentados, significa receber menos, pois terão maiores descontos. Para os trabalhadores na ativa, significa receber um salário mais reduzido devido ao maior valor da contribuição a que estão obrigados. É o que está ocorrendo desde 2018 com a Petros e já aconteceu com outros fundos de pensão, como o Postalís, dos Correios, conforme o citado relatório da CPI.

Grün já observara que os fundos de pensão devem ter uma lógica de investimentos distinta da adotada pelo mercado financeiro. Enquanto o mercado financeiro é imediatista e busca a lucratividade de curto prazo, os fundos procuram um horizonte mais amplo, pois o desembolso das aposentadorias e pensões se dará em futuro mais remoto. Dentro dessa lógica, a administração dos fundos de pensão é distinta das funções bancárias ou do mercado financeiro. Pelo seu caráter social e pela sua importância econômica, os fundos de pensão

gozam de tratamento fiscal privilegiado e são apoiados pelos governos (GRÜN, 2003). Isso faz com que a tributação diferenciada torne ainda mais atraente o capital dos fundos.

A partir dos anos 1990, o atendimento a essa lógica de gestão ficou comprometida com a intromissão política e sindical nos fundos de pensão. (GRÜN, 2003, 2009, 2010). Os dirigentes dos fundos de pensão são indicados pelas empresas patrocinadoras e trabalham em coordenação com os conselheiros eleitos pelos cotistas. Como as empresas patrocinadoras são estatais controladas pelo governo federal, é comum a indicação política para o cargo. A gestão dos fundos de pensão representa uma moeda de troca, o que levou a indicação de dirigentes a se orientar por interesses políticos, quando não resvalou para o atendimento de interesses individuais. Na estratégia de poder petista, especialmente sob os governos Lula, a consolidação de uma hegemonia lulista levou a uma excepcional indicação política para cargos de governo, de estatais e de seus fundos.

A presença massiva de sindicalistas, militantes e aliados do Partido dos Trabalhadores na máquina estatal foi amplamente demonstrada em pesquisa conduzida por Maria Celina D'Araújo (D'ARAÚJO; LAMEIRÃO, 2009). Corroborando essa pesquisa, Ranier avaliou o “DNA político” de 43 dirigentes dos grandes fundos de pensão estatais brasileiros, constatando “uma forte relação com partidos políticos”. Segundo o autor, somente o PT tinha, em 2009, diretores em sete dos dez maiores fundos (RANIER, 2009). Em questionamento feito por Ranier, os fundos apresentaram um discurso unânime para justificar a ligação de seus diretores com forças políticas. Para os fundos, não obstante a coloração política dos seus dirigentes, o critério técnico é o que prevalecia na indicação para os cargos.

O aparelhamento dos fundos de pensão pelos partidos políticos não é questão restrita aos governos petistas; entretanto, seu resultado se manifesta ao final desse governo. Começa com toda a força nos governos neoliberais que antecederam Lula e continua quando o PT assume o poder. Com Collor, a investida nos recursos financeiros dos fundos de pensão parte de seus aliados. Estes procuraram direcioná-los para os mais diversos empreendimentos. Com o governo de FHC, os banqueiros, em especial os dos bancos de investimento, se nomearam como “parceiros” dos fundos, especialmente visando seus recursos nos processos de privatização. As lideranças sindicais não ficaram ausentes desse processo. Anunciando-se como verdadeiros representantes dos trabalhadores, os sindicatos reivindicaram seu espaço nos fundos de pensão (GRÜN, 2003).

Sob a ótica ideológica, a presença de atores políticos e sindicais nomeados pelo governo petista para fundos de pensão serviu como argumento legitimador da gestão dos recursos financeiros resultantes da poupança do trabalhador. Afinal, quando se tem sindicalistas em cargos de direção ou em conselhos administrativos e fiscais, em última instância se tem trabalhadores administrando seus próprios recursos. O capital acumulado pelos trabalhadores em fundos de pensão passou a ser visto como uma fonte de financiamento do crescimento econômico do país.

Segundo Grün, esse processo teve início a partir dos anos 2000. Mais do que simples sócios provedores de capital, os trabalhadores que contribuía para os fundos passaram a ser vistos como fonte de recursos para investimentos no desenvolvimento do país. Tratava-se de um capital disponível e não exigível a curto prazo, ideal para esse tipo de investimento. Era o que Grün chamou de “oportunidade tática” (GRÜN, 2003). Ao sair-se vitorioso nas eleições presidenciais de 2000, Lula aproveita essa oportunidade e estimula o uso desses recursos no desenvolvimento econômico do país (GRÜN, 2009).

Com o apoio do novo governo eleito, os gestores indicados pelos partidos políticos se propõem a fazer dos fundos de pensão os provedores de “capital de risco” para capitalização de empresas de alta tecnologia e financiamento de franquias. Os fundos de pensão passam a investir em montagens de empreendimentos de impacto, grandes projetos turísticos e shopping centers (GRÜN, 2003). E é nessa aventura que a poupança dos trabalhadores se transformou em empreendimentos duvidosos, que minaram os recursos acumulados ao longo de toda uma vida de trabalho.

### **6.3 A crise nas finanças da Petros**

O rombo nas finanças da Petros começou a ser alardeado pela mídia a partir de 2013. Não foi o único fundo de pensão a ter esse tipo de problema. Postalís, dos Correios, e Funcef, da Caixa Econômica, também apresentavam déficits. O auge da crise da Petros veio à tona no final do primeiro semestre de 2016, quando as Demonstrações Contábeis do exercício de 2015 da Fundação e de seus planos foram aprovadas e publicadas. O montante acumulado de déficit técnico chegou a R\$ 23 bilhões (PETROBRAS, 2017c). As explicações oficiais apresentadas pelos gestores do fundo apontavam para R\$ 8 bilhões decorrente de falta de rentabilidade nos

ativos da Fundação e de R\$ 15 bilhões em crescimento do passivo atuarial (EQUACIONAMENTO..., s/d; PETROBRAS, 2017c).

O trabalhador petroleiro passou a se preocupar com o fato quando foi divulgada a necessidade de um equacionamento. Na prática, equacionamento significava que a patrocinadora Petrobras e os trabalhadores vinculados ao fundo deveriam repor o valor deficitário na razão de 50%/50%. Os cálculos apontavam para a necessidade de o trabalhador ter de contribuir extraordinariamente durante 18 anos, em parcelas mensais majoradas em mais de 100%.

Estas notícias se traduziram em grande preocupação para o trabalhador, tanto o da ativa como o aposentado. Este último continua a contribuir vitaliciamente sobre o montante da suplementação de aposentadoria recebida. Quando os recursos aportados pelos trabalhadores e pela Petrobras são insuficientes, aumenta o desconto do trabalhador da ativa e diminui o valor líquido recebido pelo aposentado. A insegurança aumentou ainda mais em 2017, quando iniciaram as discussões da reforma da previdência oficial, que sinalizaram arrocho a ser suportado pelo segurado da ativa.

O que discutiremos a seguir são as explicações apresentadas pelos gestores da Petros para a existência do déficit financeiro. Estas serão cotejadas com evidências de uma gestão que em última instância foi influenciada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e que estão detalhadas no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão. O partido foi responsável pela indicação de gestores, que, no mínimo, praticaram uma gestão temerária na administração dos recursos dos trabalhadores, conforme apurado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (SOUZA, 2016). Essas evidências apontam para aplicações de recursos da poupança dos trabalhadores em empreendimentos que redundaram em fracasso e causaram enormes perdas. Parte desses empreendimentos estava ligada com o Plano de Governo do Partido dos Trabalhadores, como o investimento em empresas que o governo Lula denominou *Empresas campeãs* (LANDIM; LEOPOLDO; IRANY, 2013).

A utilização dos recursos geridos pela Petros ocorreu com desvio de finalidade, voltada para atendimento de fins políticos. As gestões da Petros se sucederam numa frequência anômala, em que os ocupantes de cargos de direção executiva tiveram uma passagem meteórica nas posições ocupadas. Muitos dos investimentos autorizados pela Diretoria Executiva da Fundação se destinaram a atender interesses outros que não o de rentabilizar os ganhos de ativos a fim de assegurar a aposentadoria do trabalhador. A compra de ativos sabidamente discutíveis colocava em risco os recursos da Fundação e nem por isso deixaram de ser adquiridos. Alguns

desses investimentos estão discutidos no item 6.5, que trata da CPI dos fundos de pensão e que apresenta as evidências dessas afirmativas.

#### **6.4 O que aconteceu com a minha aposentadoria?**

A aposentadoria representa a segurança de uma velhice tranquila para o trabalhador que cumpriu seu tempo de trabalho. As pensões protegem as famílias dos que se foram. No Brasil, estes institutos têm tratamento completamente diferenciado. Mas nem todos têm essa proteção. Muitos não são segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), uma massa de despossuídos de futuro incerto. Há os que contam apenas com o INSS, a maioria dos trabalhadores brasileiros. Outros, mais privilegiados, recebem suplementações de fundos de pensão, como é o caso dos aposentados da Petrobras e dos Correios. Uma quarta classe, a do funcionalismo público, mantém grande parte da sua renda mensal quando se aposenta. As maiores aposentadorias estão com o pessoal dessa classe.

O trabalhador da Petrobras, concursado, possui uma suplementação de aposentadoria concedida pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros). Ao contrário do que entende o senso comum, o que o ex-empregado da Petrobras recebe é uma suplementação que repõe parte das perdas decorrentes da aposentadoria, mas não recompõe integralmente o salário, como seria o caso de uma complementação. A remuneração do trabalhador petroleiro que se aposenta, ao contrário de parte do funcionalismo público, não se mantém.

O trabalhador continua contribuindo para a Fundação, mesmo depois de aposentado. Assim, o que ele recebe de suplementação tem o desconto da contribuição, além do imposto de renda. Atualmente, já não existem planos que garantam um benefício definido contratualmente para o participante. O Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), que oferece benefício definido, encerrou ingressos de novos participantes em 2002. Os planos vigentes, de contribuição definida, prometem benefícios na proporção de quanto foi aportado de recursos e da rentabilidade das aplicações realizadas com a poupança do trabalhador contribuinte.

O Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), na modalidade de benefício definido, acumulou déficit de R\$ 22,6 bilhões nos anos de 2013, 2014 e 2015, que, corrigido, representa uma conta de R\$ 27,7 bilhões a ser paga pelos participantes, incluindo as patrocinadoras, quais sejam, a Petrobras, a Petrobras Distribuidora e a própria Petros. O acerto desse déficit é

chamado tecnicamente de equacionamento (EQUACIONAMENTO..., s/d; PETROBRAS, 2017c).

O equacionamento é a providência a ser cumprida para que o plano tenha condições de garantir a continuidade, no longo prazo, do pagamento das aposentadorias, pensões e outros compromissos aos participantes. Sua execução é legalmente obrigatória, conforme estabelece a legislação que regula a previdência complementar e será fiscalizada pelo órgão regulador, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

O equacionamento do déficit é responsabilidade de todos os participantes – ativos, aposentados, pensionistas e as três patrocinadoras. A Petros apresentou proposta de equacionamento do déficit do PPSP ao Conselho Deliberativo da Petros, tendo sido aprovada em 12 de setembro de 2017. Devemos ressaltar que o Conselho é formado, entre outros, por representantes eleitos pelos participantes e indicados pela patrocinadora Petrobras. Essa ressalva é utilizada pela Petros para esclarecer que a decisão pelo equacionamento, além de ser uma exigência legal, teve o aval dos participantes, por meio de seus representantes (EQUACIONAMENTO..., s/d).

As políticas de dispêndio com pessoal, dentro das quais se insere o equacionamento, já que implicarão aportes por parte da Petrobras, devem ter o aval da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Esta aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit (PED) apresentado pela Petros, que foi autorizada a iniciar a cobrança das contribuições extraordinárias a partir de fevereiro de 2018. Dos diversos planos de previdência mantidos pela Petros, apenas o PPSP, o de benefício definido, teve necessidade de ser equacionado (EQUACIONAMENTO..., s/d; PETROBRAS, 2017c).

As causas do déficit, segundo a Petros, são estruturais de natureza atuarial. São elas: atualização do perfil das famílias brasileiras; maior expectativa de vida dos participantes; e pagamentos e provisão de acordos judiciais. Além disso, a conjuntura econômica impactou os investimentos e estes renderam menos do que a meta atuarial. Para fazer frente aos compromissos do plano de previdência, a expectativa é a de que os investimentos tenham rendimento igual ou superior à meta atuarial (PETROBRAS, 2017c).

Apesar de essa conjuntura econômica ter afetado outros fundos de pensão, cabe ressaltar que muitos investimentos foram realizados pela Petros e outros fundos sem a



necessária validação técnica, como atesta o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que avaliou as perdas dos fundos de pensão ligados às estatais (SOUZA, SÉRGIO, 2016).

A Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) está sendo acionada judicialmente, em ações individuais ou de pequenos grupos, para suspender a cobrança das contribuições extraordinárias. Em pronunciamento, a Fundação disse que cumprirá todas as decisões judiciais referentes ao Plano de Equacionamento de Déficit, observando que apenas os participantes e assistidos abrangidos pelas decisões judiciais serão beneficiados pelas decisões. O fato precariza ainda mais a situação dos participantes, uma vez que estabelece desigualdade de ônus. Apenas os que ingressaram com ações judiciais poderão ter os descontos adiados. A situação cria um mercado para os escritórios de advocacia, pois o plano Petros conta com 13 mil participantes ativos e 64 mil assistidos. Será preciso que o participante dispenda recursos contratando advogados se quiser adiar novas contribuições.

O resultado do equacionamento é que uma conta de R\$ 27,7 bilhões está sendo atribuída em parte aos trabalhadores que contribuíram para o fundo de pensão. 50% desse valor deverá ser pago por meio de contribuições extraordinárias pelos participantes ativos e assistidos, a ser descontado ao longo de 18 anos. Para se ter uma ideia do que isso representa, transcrevemos na Tab. 6.1 a situação real de um participante assistido.

**Tabela 6.1**

<b>Plano de Equacionamento de Déficit (PED)</b>	
<b>Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS)</b>	
Benefício Petros (Ref.: Jan/2018)	R\$ 10.120,39
Contribuição normal	R\$ 836,66
Contribuição extra equacionamento	R\$ 1.366,60
% de contribuição extra	13.50%
<b>Total de contribuição</b>	<b>R\$ 2.203,26</b>

Fonte: Entrevista com o aposentado JEN realizada em 12/01/2018

Sobre o material utilizado para divulgação pela Petros, devemos destacar uma observação anterior sobre a possibilidade de dados assumirem o significado que interessa a quem os apresenta<sup>104</sup>. Conforme a Tab. 6.1, a contribuição extra, nos cálculos apresentados pela Petros, corresponde, para o exemplo específico, a um adicional de 13,5%. Podemos observar

<sup>104</sup> Cf. Darrell Huff in *How to Lie with Statistics* e Edward R. Tufte in *The visual display of quantitative information*. (TUFTE, 2001; HUFF, 1993).

que a contribuição regular, paga mensalmente pelo aposentado, é pouco mais de R\$ 800,00. A nova contribuição, já incorporado o adicional, ultrapassa R\$ 2200,00, o que matematicamente significa um aumento de contribuição de mais de 160%. Assim, na propaganda da Petros trata-se de um aumento de 13,5%. No bolso do aposentado, 160%, numa disputa de informações em que não há vencedor.

Considerando que o participante aposentado recebe 13 pagamentos anuais, a contribuição adicional irá consumir quase dois pagamentos mensais por ano. A precarização do trabalho traduzido no decréscimo dos rendimentos, e que decorre de perdas que não foram causadas pelo aposentado, além de tudo tem de conviver com a manipulação ideológica de informações.

Durante os próximos 18 anos, os participantes do Plano Petros BD irão conviver com descontos adicionais que seguem a metodologia já adotada pela Petros para as contribuições: alíquotas escalonadas de acordo com as faixas salariais, num regime progressivo similar aos descontos de imposto de renda. As faixas salariais para mudança de alíquotas são divididas em função do teto de contribuição para o INSS, que, em janeiro de 2018, era de R\$ 5.531,31. Nas palavras do então presidente da Petros, Walter Mendes, ao mencionar que as causas desse déficit são difíceis de identificar:

O investimento mal feito pode não dar resultado em função da conjuntura econômica, do risco do investimento, incompetência ou em função de má-fé. Onde começa um e acaba o outro é muito difícil saber, e eles se misturam. Não se pode dizer se a causa é uma ou outra sem a investigação apurada. (SCHINCARIOL; AGUIAR, 2017).

Nestes tempos, findos os governos petistas, a nova direção da Petros em 2018 está se manifestando para identificar eventuais fraudes e dolos que possam ter levado aos prejuízos para os trabalhadores. Investigações internas estão sendo realizadas, e os resultados, promete a Petros, serão encaminhados ao Ministério Público Federal (MPF). A verdade é que, a despeito das promessas e das eventuais boas intenções, quem irá pagar pelo que não usufruiu será o trabalhador. A má gestão da poupança do participante da Petros é uma realidade, conforme atestou a CPI dos Fundos de Pensão (SOUZA, SÉRGIO, 2016), e agora personificada no equacionamento com suas contribuições extraordinárias. Deixará marcas, com a perda de renda contribuindo para precarizar a vida do trabalhador petroleiro.

Os sindicatos, associações de empregados, de aposentados, todos estão voltados a incentivar a busca do caminho do processo judicial para suspender essas contribuições. Mas

nós nos perguntamos: isso irá repor o que foi subtraído da poupança do trabalhador? Suspendida as contribuições, por força de liminares e sentenças judiciais, o fundo de pensão terá os recursos financeiros para pagar a todos pelo tempo de sua vida? São questões difíceis de responder. As sentenças judiciais não recomporão perdas. O que precisa ser feito, mas que parece bem distante, é responsabilizar quem errou, recuperando o que se perdeu. Uma tarefa difícil – a conta será paga mesmo é pelo participante da Petros, do Postalis, da Funcef, e de outros fundos.

### 6.5 A CPI dos fundos de pensão

Em setembro de 2016, as notícias estampavam o que já era esperado no cenário de corrupção desvendado pela Operação Lava Jato: a Polícia Federal e o Ministério Público investigavam dois novos esquemas de corrupção envolvendo empresários e políticos, com desvios superiores a 10 bilhões de reais. Até então os investimentos dos fundos de pensão eram realizados com o hermetismo da conveniência, com a Petros limitando-se aos balancetes e às demonstrações de contas exigidas legalmente. Não havia uma discussão ou posição oficial da Fundação divulgando ou discutindo as linhas de investimento da poupança de seus participantes. O que ocorria com esses investimentos, de fato, se inseria em acordos e estratégias para fazer dos fundos de pensão a base de financiamento de partidos, políticos e empresários. Os recursos financeiros dos fundos de previdência acabaram se transformando em uma fonte para uma política econômica do governo que estava no poder.

As investigações realizadas estão fundadas em suspeitas graves de má gestão e corrupção envolvendo os fundos de previdência das maiores empresas estatais. As investigações reveladas em setembro de 2016 incluíam, além da Petros (dos funcionários da Petrobras), a Funcef (da Caixa Econômica Federal), o Previ (do Banco do Brasil) e o Postalis (dos funcionários dos Correios). As investigações buscavam identificar o que ocorrera com a massa de poupança dos fundos, que, além dos recursos aportados pelas patrocinadoras (as próprias empresas estatais), é formado também pelas contribuições dos funcionários das estatais (SOUZA, SÉRGIO, 2016).

O caso do Postalis, que veio a público antes dos demais, é emblemático: os prejuízos enormes de um fundo bilionário o tornavam incapaz de garantir a aposentadoria dos filiados. Os empregados dos Correios passaram a pagar contribuição extra para cobrir o rombo no Postalis e, dessa forma, viabilizar o pagamento das aposentadorias. No mesmo caminho segue a Petros. Os funcionários da Petrobras já foram alertados da necessidade de aporte adicional

para cobrir o rombo. As cobranças dos adicionais têm março de 2018 como data de início. Serão 18 anos de contribuições adicionais (PETROBRAS, 2017; EQUACIONAMENTO..., s/d).

“Parece que não acabará nunca.” Com esse título, um periódico de circulação nacional estampou a foto de Guilherme Lacerda – ex-presidente da Funcef que chegara ao cargo indicado pelo ex-ministro José Dirceu – descendo de um camburão da Polícia Federal. Esse foi um dos 134 mandados de busca, de condução coercitiva e de prisão cumpridos para esmiuçar dez investimentos feitos por Previ, Funcef, Petros e Postalis, cujo prejuízo é estimado na casa dos 8 bilhões de reais.

A operação alcançou algumas das maiores empresas do país. A OAS, implicada na Operação Lava Jato, e o grupo J&F, controlador da JBS, uma das maiores empresas fabricantes de alimentos do mundo. Chamou a atenção a figura de Wesley Batista, um dos donos da J&F, sendo levado para depor. Uma de suas empresas, a Eldorado Celulose recebeu 544 milhões de reais da Petros e da Funcef (ELDORADO BRASIL, s/d).

O Congresso Nacional, na sua função constitucional de controle externo, partiu para investigar os fundos de pensão. Dentro da função típica do legislativo de fiscalizar e controlar a administração pública, outorgada pela CF/88, no art. 70, *caput*, cabe ao Congresso Nacional, mediante controle externo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta. Nesse mister, em agosto de 2015, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), cujo objetivo era apurar indícios de fraude e má gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos. O período de averiguação era de 2003 a 2015, justamente dentro dos mandatos dos governos petistas. Seriam investigados pela CPI quatro fundos: Postalis (Correios), Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa).

Em oito meses, a CPI focou a investigação em 15 casos com indícios de aplicação incorreta de recursos e de manipulação envolvendo os quatro fundos de pensão. Segundo o relatório, o prejuízo apurado nesses casos foi de R\$ 6,6 bilhões. Em um dos trechos do relatório da CPI (SOUZA, SÉRGIO, 2016), o deputado Sérgio Souza (PMDB-PR) diz que, embora ainda seja recomendável aprofundar as investigações, há “fortes indícios” de que o mesmo esquema identificado na Operação Lava Jato pode ter se estendido aos fundos de pensão (SOUZA, SÉRGIO, 2015).

Em abril de 2016, a CPI emitiu seu relatório final sugerindo ao Ministério Público o indiciamento de 353 pessoas e instituições, apontadas por um prejuízo apurado de R\$ 6,6

bilhões aos quatro fundos de pensão investigados (CALGARO, 2016). Tal conclusão fragiliza a versão apresentada pela Petros de que parte de seu déficit decorria de “conjunturas políticas e econômicas”. Na realidade, dentro do que discutimos anteriormente, os recursos fartos e fáceis dos fundos de pensão foram utilizados como alavancadores de negócios no mínimo temerários. O resultado é que, a partir de 2018, caberá aos participantes de fundos de pensão, como a Petros, arcar como uma conta que, pelo menos parcialmente, não pertence ao trabalhador.

Na discussão que se segue, iremos nos limitar a fatos apurados envolvendo a Fundação Petros. Mazelas semelhantes, entretanto, também afetaram os outros fundos, que passam pelos mesmos problemas. Importante frisar que a CPI focou em 15 casos suspeitos de causar prejuízos no montante apontado, o que não significa que a investigação tenha chegado a um resultado taxativo e que essas sejam as únicas irregularidades.

Dos 15 casos investigados pela CPI, a Petros esteve envolvida em empreendimentos emblemáticos, dos quais citamos alguns.

**Usinas Santa Cruz e Canabrava** - As referidas usinas, localizadas no Município de Campos dos Goitacazes – RJ, captaram quase meio bilhão de reais de fundos de pensão, entre eles a Petros, que estavam dispostos a financiar usinas para produzir etanol e gerar energia com bagaço de cana-de-açúcar. Segundo o então presidente da Canabrava, Ludovico Tavares Giannattasio, em depoimento à CPI, a duração do projeto é de 10 anos, com a captação de recursos tendo início em 2011. Tavares disse ainda que o período de investimento termina após oito anos e só então os fundos receberão participação e lucros (SOUZA, SÉRGIO, 2016, p. 193).

Para o deputado Efraim Filho (DEM-PB), o depoimento foi contraditório e precisava ser esclarecido:

É preciso esclarecer, é preciso ir a fundo e identificar contradições. Um fundo de investimento que conseguiu arrecadar mais de R\$ 300 milhões de fundos de pensão, é preciso investigar o destino desse dinheiro. Todos eles justificam que é porque tem um tempo de amadurecimento. O que a gente vê é que de tanto esperar o negócio amadurecer, tem uns que estão ficando podre e, na hora de dar resultado, tem sido um grande prejuízo para os aposentados. (POLÍCIA FEDERAL..., 2016).

Os aportes financeiros foram feitos em fundos de investimentos que se tornaram deficitários, levando prejuízos para os fundos de pensão. Devemos ressaltar que, conforme consta em depoimentos à CPI, o investimento apresentava riscos e mesmo assim foi aprovado

pelo Comitê de Investimentos da Petros. A conclusão da CPI atesta que se tratava de investimento temerário.

O FIP Bioenergia, desde o início, mostrava-se um investimento de alto risco, baseado em premissas muito otimistas, investindo em um setor que enfrentava enormes dificuldades, o sucroalcooleiro. Além disso, tem como gestora uma asset que havia se envolvido em uma operação escandalosa, que foi objeto da segunda maior multa já aplicada pela CVM e que havia sido suspensa de operar no mercado de capitais por sete anos, estando operando em função de liminar obtida na Justiça. Além disso, as empresas investidas já operavam em prejuízo quando o fundo foi criado e tinha como premissa para ser rentável, entre outros aspectos pouco factíveis à manutenção de uma desoneração tributária. Portanto, não era uma alternativa de investimento adequada para fundos de pensão. (SOUZA, SÉRGIO, 2016, p. 223).

**Galileo Administração de Recursos Educacionais** – empresa criada em 2011 por Márcio André Mendes da Costa para captar recursos no mercado e salvar a Gama Filho da falência. A recuperação consistia no lançamento de R\$ 100 milhões em debêntures, que foram adquiridas pela Petros e pela Postalis. Entretanto, segundo a Polícia Federal apurou, o dinheiro arrecadado foi desviado pelo dono da Universidade Gama Filho (UGF), Paulo Cesar Ferreira da Gama, e teve o envolvimento de outras 46 pessoas, causando prejuízos superiores a R\$ 90 milhões aos dois institutos de previdência. O golpe culminou com o descredenciamento da Gama Filho, em janeiro de 2014, ficando desalojados cerca de nove mil alunos e dois mil servidores da universidade (DONO..., 2016).

A conclusão da CPI é clara e farta de evidências relatando a aplicação de recursos por parte da Petros de forma temerária. Assim:

[...] conclui-se que o prejuízo causado aos Fundos de Pensão que investiram nas debêntures emitidas pela Galileo SPE não foram conjunturais e tampouco por conta de uma imprevisibilidade econômica. Pelo contrário, o prejuízo ocasionado aos investidores, que, coincidentemente ou não, foram Fundos de Pensão, decorreu, [...] de conluio para subtrair o patrimônio dessas entidades [...] com a participação [...] de agentes internos. [...] O fato é [...] que não se trataram de análises meramente negligentes, mas, sim, propositais que buscaram escamotear situações de risco do investimento para o fim de aprová-lo e conferir-lhe o aspecto formal de legalidade, os prejuízos financeiros somam dezenas de milhões...(SOUZA, SÉRGIO, 2016, p. 305–308).

**Sete Brasil** – O presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, em palestra promovida pelo Partido dos Trabalhadores sobre a Operação Lava Jato, em 03/04/2017, afirmou que Lula recuperou a indústria naval e a engenharia brasileira (RANGEL, 2017). A empresa Sete Brasil faz parte dessa jornada, e as evidências mostram que o mau desempenho da companhia acarretou prejuízos para a Petros e indiretamente para os milhares

de trabalhadores associados daquela Fundação. Assim, é questionável a propalada recuperação dos estaleiros brasileiros. A quantidade de motoristas de Uber que um dia foram empregados da indústria naval<sup>105</sup> é um indicador de que a indústria naval deu sinais de recuperação, que não se mantiveram.

Conforme apurado pela CPI, a Sete Brasil surge a partir da descoberta das reservas petrolíferas na camada do pré-sal no litoral brasileiro. A Petrobras identificou a necessidade de afretar uma quantidade significativa de sondas com capacidade de operar em águas ultraprofundas para a produção de petróleo. Pedro Barusco, ex-gerente da Petrobras, explicou para a CPI que essa demanda criou um questionamento interno na empresa sobre a possibilidade de produzir essas sondas no Brasil (SOUZA, SÉRGIO, 2016, p. 476). semente da Sete Brasil surgiu a partir de uma demanda simultânea de 18 sondas de produção. A Diretoria da estatal determinou que se procurasse uma solução que favorecesse a indústria nacional e que tivesse conteúdo local<sup>106</sup>. Como, em 2008 e 2009, não existiam unidades de perfuração em quantidade suficiente no mundo para atender a Petrobras, estas teriam que ser construídas. Segundo Pedro Barusco, em função da crise financeira internacional de 2008, houve determinação de que as novas unidades de perfuração fossem construídas no Brasil para a geração de empregos.

A Sete Brasil Participações S.A, criada por influência da Petrobras, se transforma no braço financeiro da indústria naval. Ainda, pela mesma influência da Petrobras, conforme consta do relatório da CPI, os fundos de pensão são convencidos a participar do empreendimento financeiro. Como fontes de recursos com exigibilidade a longo prazo, esses fundos funcionariam como elemento de confiança para outros investidores.

---

<sup>105</sup> Foram conduzidas entrevistas informais com condutores de veículos com o aplicativo Uber durante os anos de 2016 e 2017, em muitas das mais de 200 viagens realizadas por este autor. Uma das questões apresentadas era o que você fazia antes de iniciar seu trabalho na Uber. Muitas das respostas mostraram que se tratava de trabalhadores que perderam o seu emprego na indústria naval. Pintores, eletricitas, caldeireiros, e até pessoal de nível superior como engenheiros, foram encontrados entre os respondentes.

<sup>106</sup> “O conceito de Conteúdo Local traduz a proporção dos investimentos nacionais aplicados em um determinado bem ou serviço, correspondendo à parcela de participação da indústria nacional na produção desse bem ou serviço. Assim, quando uma plataforma ou refinaria, por exemplo, possui um alto índice de conteúdo local, significa que os bens e serviços utilizados em sua construção são, em grande parte, de origem nacional, e não importados. [...] A cláusula de Conteúdo Local estabelece que seja dada preferência à contratação de fornecedores brasileiros sempre que suas ofertas apresentem condições de preço, prazo e qualidade equivalentes às de outros fornecedores convidados a apresentar propostas, aumentando, assim, a participação da indústria nacional, em bases competitivas, nos projetos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural.” (PROMINP, 2013).

O modelo financeiro desenhado para o projeto previu que 20% dos recursos necessários seriam de capital próprio da Sete Brasil e os demais 80% seriam obtidos por financiamentos de bancos brasileiros, notadamente o BNDES e bancos estrangeiros. Previu ainda que do capital próprio, a Petrobras participaria diretamente da companhia com 5% e o restante deveria ser captado junto a grandes investidores por meio do Fundo de Investimento em Participações Sondas (FIP Sondas). Logo, era condição essencial para todo o projeto a captação, por meio do FIP Sondas, de investidores que aceitassem mais facilmente o risco do inédito negócio e que dispunham de muito capital para investir, pois isso proporcionaria confiança para que outros investidores entrassem no projeto e, por consequência, para que bancos financiassem o negócio. Por isso, buscaram inicialmente os Fundos de Pensão. (SOUZA, SÉRGIO, 2016).

Em função desse convencimento, os fundos de pensão aportaram recursos investindo no FIP Sondas. A Petros investiu mais de R\$ 1,7 bilhão. Outros fundos de pensão também fizeram investimentos vultosos. Os estaleiros contratados para construir as sondas, com a participação financeira da Sete Brasil, depois de sucessivos atrasos de entrega, começaram a reivindicar aditivos aos contratos originais. Os argumentos para os acréscimos eram as modificações introduzidas pela Petrobras nos projetos contratados. Na realidade, conforme atesta a CPI dos Fundos de Pensão, os projetos apresentados para licitação eram incipientes e sem o necessário detalhamento. A consequência foi a extrapolação dos preços dos empreendimentos, indo muito acima das previsões. Com base em delações premiadas e das investigações em torno do caso, é corrente que os preços foram superfaturados, para pagamento de propinas a dirigentes da Petrobras, partidos políticos e empresários.

O resultado desse descontrole foi o pedido de recuperação financeira da Sete Brasil, com queda vertiginosa dos preços das cotas do Fundo de Investimento em Participações Sondas (FIP Sondas), onde a Petros e demais investidores aportaram recursos. Esses investidores já reconheceram os prejuízos nos seus respectivos balanços. Apenas a título ilustrativo, a Tab. 6.2 mostra como estava a desvalorização das cotas da Sete Brasil em 2016, em relação à época em que a Petros efetuou os aportes recomendados pela Petrobras (SOUZA, SÉRGIO, 2016, p. 536).



**Tabela 6.2**  
**Valor da cota do fundo de Investimentos FIP SONDAS**

<b>Valor da cota em junho/2011</b>	<b>R\$ 0,978</b>
<b>Valor da cota em janeiro/2016</b>	<b>R\$ 0,435</b>
<b>Desvalorização</b>	<b>-55,6%</b>

Fonte: Relatório CPI Fundos de Pensão p.536

Segundo o relatório da CPI dos Fundos de Pensão, conforme apuração na base de dados do *Sistema de Captação de Dados Contábeis e de Investimentos* da PREVIC, os prejuízos do investimento no FIP Sondas ultrapassaram a casa dos bilhões de reais, conforme mostra a Tabela 6.3.

**Tabela 6.3**  
**Aportes realizados por fundos de pensão na Sete Brasil**

<b>FIP SONDAS</b>			
	<b>FUNCEF</b>	<b>PETROS</b>	<b>PREVI</b>
<b>Valor total investido</b>	1.704.538.365,06	1.704.538.365,06	222.005.267,71
<b>Valor atual</b>	597.390.784,19	597.390.784,19	78.030.976,42
<b>Diferença</b>	1.107.147.580,90	1.107.147.580,90	143.974.291,29

Fonte: SICADI/Previc; ref. jan.16; posição de 13/04/2016

(Relatório CPI Fundos de Pensão p. 537)

Atualmente (2018), a situação da Sete Brasil ainda está mais crítica, sendo cogitada a falência da empresa. Disso tudo, apenas da Petros foram quase R\$ 2 bilhões da poupança dos trabalhadores afiliados da Petros transformados em poeira. São essas conjunturas econômicas que a Petros hoje aponta como causa de seu déficit. Daí a adjetivação *Petrobras comprometida* do título deste capítulo. A Petrobras tem responsabilidade direta nesses maus resultados financeiros. Como grande incentivadora da construção de sondas no Brasil, fiel às determinações do partido que estava no poder, a Petrobras, sim, está comprometida com esse prejuízo causado a seus trabalhadores. A grande questão é que dificilmente se encontrarão meios legais para fazê-la ressarcir o que causou. A precarização mais uma vez restou para os trabalhadores.

\* \* \* \* \*

## CONCLUSÕES

Com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002, o trabalhador consolidou sua presença como novo e legítimo ator no cenário político brasileiro. Militantes petistas e aliados passaram a ocupar espaços antes reservados quase unicamente a representantes do capital. A ocupação de cargos públicos no Estado, em empresas estatais e fundos de pensão por indicação passou a ser uma constante e ajudou a consolidar uma hegemonia. Em determinadas situações, tal ocupação adquiriu contornos de engenharia de cooptação, em que o ocupante do cargo público agia conforme a cartilha de quem o indicara. Foram os casos de ex-sindicalistas que, ao ocuparem cargos gerenciais na Petrobras, modificaram sua atuação na mesa de negociação, agindo em oposição ao interesse do trabalhador.

Parte do sindicalismo petroleiro rejeitou o alinhamento com o governo petista e com a direção da Petrobras. Os dissidentes decidem romper com a unidade federativa dos petroleiros, criando uma segunda entidade, a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), que se opõe à Federação Única dos Petroleiros (FUP), até então hegemônica e que se alinhava à Central Única dos Trabalhadores (CUT), manifestadamente petista.

A dissidência petroleira inicia oposição aos sindicatos filiados à FUP, recusando-se a aceitar os ditames da política petista, especialmente o lulismo. Essa dissidência estabelece uma *Estratégia de negação* e vem a constituir o que chamamos de a *Esquerda que nega*. Nas negociações com a Petrobras, os sindicatos da *Esquerda que nega* são os mais renitentes, apontando frequentemente para a conivência da FUP com a direção da Petrobras. Esta acusa os dissidentes de separatismos e pouco pragmatismo quanto às necessidades do trabalhador petroleiro.

Como oposição ao alinhamento com o petismo, a *Esquerda que nega* pouco avançou no estabelecimento de sua ideologia, sendo inclusive boicotada por trabalhadores da Petrobras que julgam sua atuação sindical prejudicial aos imediatos interesses da classe. A *Esquerda que nega*, entretanto, se particularizou por expressar uma oposição autêntica, tendo como premissas um distanciamento do capital e a ascensão ao poder unicamente com o esforço das classes trabalhadoras.

Esta tese se desenvolve em torno da dissidência entre as entidades sindicais petroleiras, que rejeita os métodos dos governos do Partido dos Trabalhadores. A pesquisa procurou identificar como se deu essa dissidência e quais os efeitos que ela acarretou nos direitos e nas necessidades dos trabalhadores petroleiros. A conclusão é que a dissidência pouco teve influência. As grandes mudanças no mundo do trabalho não decorreram dessa dissidência, mas da hegemonia lulista que a causou.

As principais conclusões dos pontos discutidos nesta tese são as seguintes:

## **I – Lulismo e o novo cenário político**

O Partido dos Trabalhadores chegou ao poder em 2003, com uma estratégia de flexibilização do radicalismo da ideologia de sua fundação. O governo petista eleito se conciliou com setores da sociedade contra os quais pugnava, como os banqueiros e empresários. Lula, como líder carismático, imprimiu ao poder a sua característica conciliatória, um modelo de governo que vem a ser chamado de lulismo.

A conciliação do lulismo implicou a continuidade das políticas do governo neoliberal, como as relacionadas com as metas de inflação, a manutenção do câmbio flexível e a busca de superávit primário nas contas públicas. Com isso, a forma lulista de governar reduziu a pobreza e a desigualdade no país, mas teve de adotar um reformismo fraco, criticado por militantes como afronta aos ideais de fundação do partido.

O crescimento econômico que impulsionou o lulismo não se manteve. A crise mundial iniciada em 2008 e, posteriormente, a descoberta de um esquema de corrupção institucionalizado trouxeram consequências para o mundo do trabalho, traduzidas em desemprego e redução de postos de trabalho.

A ascensão do PT ao poder foi resultado de uma profissionalização do processo decisório do partido. Iniciado com o chamado consenso progressivo, o processo acrescentou novos saberes: o partidário, um cabedal de conhecimentos derivados do aprimoramento da prática política e o saber técnico, conjunto de conhecimentos geridos pela Fundação Perseu Abramo, braço intelectual do partido.

O PT foi considerado um partido de duas almas. A primeira, que manteve a ideologia de sua fundação, negou completamente o domínio econômico e buscou a igualdade social. Com a segunda alma, o partido assumiu a posição de um radicalismo fraco, abandonando posições

extremadas, para buscar na conciliação a governabilidade. É esta segunda alma que provocará as dissidências que veem na atitude de conciliação um afastamento da esquerda. Tratou-se de uma *conciliação à brasileira*, um processo capaz de acomodar divergências em troca do pragmatismo.

Há quatro correntes majoritárias sobre a definição dos rumos do partido. A primeira advoga a necessidade de superar a experiência petista e criar um partido de esquerda totalmente novo. A segunda, majoritária dentro do partido, é a que entende que o PT sofreu um “golpe” da direita como uma reação aos governos petistas. A terceira corrente considera que o partido enfraqueceu por ter se afastado dos movimentos sociais, quando partiu para uma inserção privilegiada no Estado. A quarta corrente busca encontrar um contraponto entre o reformismo moderado da maioria dos militantes e a desistência daqueles que acreditam que o partido chegou ao seu final. Essas correntes disputam a hegemonia entre si.

## **II – Lulismo, sindicatos e a estratégia da negação**

O sindicalismo durante os governos petistas assumiu outra roupagem. Trata-se de uma fase distinta das anteriores. Se considerarmos duas fases antes da ascensão do PT ao poder, para fins de comparação, encontraremos no Novo Sindicalismo uma fase de alento à ação sindical. Como um sindicalismo combativo, se opôs ao patronato e enfrentou a ditadura militar.

A segunda fase caracteriza uma convivência das entidades sindicais com os governos neoliberais. Foi uma fase de calmaria, em que a ação sindical se restringiu a preservar os postos de trabalho e a conviver com ações de privatização, submetendo-se à economia de mercado. A prioridade passou a ser assegurar os empregos ameaçados. O desemprego e o arrocho salarial neutralizaram a combatividade sindical.

A terceira fase é a dos sindicatos sob o governo petista (2003-2016). É nessa terceira fase que se dá o que denominamos de estratégia da negação – a rejeição sindical ao institucionalismo estatal. A presença de uma agenda internacional marca a movimentação sindical, com imposições do sistema financeiro internacional recomendando a volta ao Estado mínimo.

A influência internacional na economia nacional é relevante na deterioração do mundo do trabalho. Ela está na raiz do endividamento da Petrobras e nos leva a questionar por que isso

se acentuou durante os governos petistas. Em um processo de corrupção institucionalizada, o financiamento externo funcionou como catalizador. A Petrobras se endividou com recursos externos que foram parcialmente consumidos para manter esquemas de corrupção.

A terceira fase é caracterizada pela crescente participação das entidades sindicais nas instituições estatais. Através de apoio aos governos petistas, os sindicatos foram acumulando conquistas no plano econômico e retomaram o ativismo grevista amortecido durante os governos neoliberais. Esse ativismo, entretanto, não garantia o atendimento das demandas sindicais, ou impedia a implementação de políticas desfavoráveis aos trabalhadores. A presença de uma parceria sindicatos-governo é apontada por alguns autores, que ressaltam a existência de uma dicotomia entre os interesses dos trabalhadores e os institucionais do Estado. Na busca de alinhamento com o Estado, algumas entidades sindicais relegaram a mobilização das bases para um segundo plano, privilegiando sua atuação junto ao governo.

A terceira fase também se caracteriza pelo protagonismo político dos sindicatos. Com dirigentes sindicais alçados para cargos na máquina estatal, o sindicalista se vê em situação de conflito de interesses, tendo de privilegiar o Estado em detrimento do trabalhador. A ocupação de cargos de gerentes na Petrobras e nos fundos de pensão por sindicalistas oriundos da FUP trouxe a discórdia sindical, com a cisão das federações petroleiras. O clímax entre as entidades sindicais aconteceu com o plano de repactuação dos fundos de previdência da Petros. Nessa situação, parte dos sindicatos ligados à FUP, rompe com as demais e cria uma nova federação. Na prática, a dissidência sindical pouco influenciou no balanço das conquistas para o trabalhador. Contribuiu para isso a reduzida capacidade de mobilização de luta dos sindicatos petroleiros e a unicidade sindical, com sua imposição de sindicato único.

Há, entretanto, uma parte da esquerda sindical que mantém posição extremada de oposição aos governos petistas. As virtudes e os fracassos dos governos de esquerda não são unanimidade. Contradições e rupturas internas se somam às denúncias de corrupção envolvendo o partido, levando à diversidade. Não é, portanto, de se estranhar que nesse cenário, surjam desfiliações diversas e novas forças e correntes sindicais. Estas contestam o *status quo* e se recusam a aceitar o petismo como uma solução de esquerda. Entre esses dissidentes, existem mais posições radicais que conciliadoras. O lulismo, os sindicatos e os militantes aliados, cujas ações e opiniões muitas vezes são negadas, passaram a ser vistos criticamente. Isso acarreta um fenômeno que denominamos estratégia da negação.

Essa negação leva parte da sociedade e da esquerda, na qual se incluem os sindicatos, a rejeitar as ações de governo do Partido dos Trabalhadores. Entre os pontos de negação, está a tolerância à corrupção que se institucionalizou durante os governos petistas. Essa esquerda rejeita a contemporização do Partido dos Trabalhadores com o empresariado e os banqueiros, como se viu durante os governos de Lula. Para a *Esquerda que nega*, não há como se alinhar com o capitalismo, pois este jamais deixará de explorar os trabalhadores. Para ela, com o imperialismo sustentado pelo poder que emana do capital, não pode haver soberania sem ruptura. Não há possibilidade de desenvolvimento do país, segundo essa esquerda, sem rompimento das relações com as grandes potências.

Em síntese, para a *Esquerda que nega*, restou apenas o distanciamento das linhas do Partido dos Trabalhadores (PT), o que se deu com as dissidências e a criação de novas siglas, que puderam incorporar o purismo original da fundação do Partido dos Trabalhadores. Essas ações ficaram conhecidas como a estratégia da negação.

### **III– Engenharia de cooptação e a hegemonia lulista**

Os governos petistas ousaram na estratégia de manutenção do poder. Avançando além do esperado presidencialismo de coalizão, em que o partido no poder divide para reinar, e para isso concede cargos para opositores e aliados, o PT utilizou largamente a engenharia de cooptação. A máquina pública, aqui entendida como o conjunto de posições de governo e de cargos nas empresas estatais e seus fundos de pensão, foi ocupada por partidários, militantes, sindicalistas e aliados.

Os governos petistas, especialmente os dos dois primeiros mandatos de Lula, buscaram alcançar uma hegemonia que foi além do presidencialismo de coalizão para alcançar a governabilidade. Duas características estruturais do país afetaram o desempenho do instituto do presidencialismo de coalizão: a heterogeneidade estrutural e a pluralidade de interesses da sociedade brasileira. O atendimento a matrizes diferenciadas de demandas e expectativas se torna fonte de privilégios e desemboca no desequilíbrio entre receitas e despesas. Os recursos nunca são suficientes para conciliar as incessantes demandas. E, por falta de um guardião imparcial da ética e da moral, as instituições baixam a guarda, abrindo as portas para a captação de recursos por meios não ortodoxos, algumas vezes escusos.

A hegemonia que denominamos de lulista representa uma forma *sui generis* de dominação social exercida sob a influência de Lula no estabelecimento de uma estratégia de manutenção de poder. Essa hegemonia pode ser entendida de diversas formas. Escolhemos três delas, iniciando com a hegemonia da pequena política, de inspiração gramsciana. Consiste no domínio exercido pelo ocupante do poder sem a realização de mudanças estruturais na sociedade. As mudanças se limitam à rotina.

A segunda forma de hegemonia é às avessas. Nessa forma de hegemonia, os detentores do poder concedem ao ocupante do poder a autonomia para seguir uma política ditada por eles. Esse tipo de hegemonia implica uma regressão política, pois impede o exercício de uma verdadeira ideologia de esquerda. Não há espaço para a manifestação ideológica de um programa autônomo quando aquele que está no poder age da forma estabelecida por quem teoricamente é dominado. É o que ocorre quando Lula se concilia com o empresariado e banqueiros e governa sem afetar os interesses desses.

A terceira explicação que se pode dar para a hegemonia lulista é a que considera que o processo hegemônico foi atingido quando ocorreu a convergência de duas formas de consentimento. Primeiro, um consentimento ativo que implica acomodação. Foi esse o consentimento do movimento sindical perante as ações do governo petista. Os dirigentes sindicais se acomodam ao aparelhamento do Estado e passam a usufruir da ocupação de cargos no governo, nas estatais e fundos de pensão. Há uma mudança de lado nas mesas de negociação.

A dissidência sindical petroleira é fruto da negação desse consentimento. Os dissidentes estabelecem uma *estratégia de negação* e rejeitam o alinhamento de parte da esquerda com o governo e a Petrobras. A *Esquerda que nega* é formada por aqueles que não deram seu consentimento ativo e se recusaram a fazer parte do poder. Como dissidentes, abriram novas entidades sindicais, como a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), e partidos, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

A segunda forma de consentimento é o do direcionamento da opinião das classes subalternas. A hegemonia lulista se fez sobre o segmento social mais desprivilegiado. A política distributivista dos programas sociais, como o Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida, pragmática nos resultados, seduziu parte da população, que se alinhou com o lulismo, ajudando a consolidar sua hegemonia. Com a crise da economia mundial, iniciada com o *crash* de 2008,

os recursos, agora restritos, tornaram-se insuficientes para a manutenção desses programas, comprometendo essa hegemonia.

A hegemonia lulista tem como característica a massiva ocupação da máquina estatal pelo grupo de pessoas ligado ao PT que chegou ao topo da administração pública federal e às estatais. A quantidade de cargos e funções de confiança e gratificação no Poder Executivo Federal passa de 68 mil para mais de 100 mil cargos no período de 13 anos dos governos petistas. Essa quantidade surpreendente de nomeações à disposição do presidente da República e dos ministros é um indício da centralização da administração pública e uma evidência da possibilidade de uso da máquina do Estado para efetuar compensações políticas.

Se buscarmos uma explicação para a expressiva quantidade de pessoas oriundas do petismo em cargos públicos, poderemos atribuí-la a três processos: amadurecimento democrático do país, com a incorporação do trabalhador como ator do sistema político; a sindicalização no setor público; e a eleição de um ex-operário para a presidência da República.

É discutível atribuir a corrupção institucionalizada no sistema político nacional à hegemonia lulista. Entretanto, a massiva ocupação da máquina pública por pessoal ligado ao partido, antes de constituir um potencial democratizador, representa uma neutralização de forças contrárias ao governo petista. Há os que responsabilizam Lula pela falta de um posicionamento incisivo contra o que ficou caracterizado como um sistema político corrupto. Para estes, Lula não hesitou em comprometer o sistema para se manter no governo.

#### **IV– Petrobras espoliada: impairment e downsizing; prejuízos e dívidas**

Denominamos *Petrobras espoliada* essa Petrobras que serviu aos interesses do governo e fez a festa da política nacional. O que ocorreu com a Petrobras foi sintomático. Durante os governos petistas, especialmente no primeiro e no segundo governo de Lula, a Petrobras foi levada a investir (e a se endividar...) para atender a uma pretensão de crescimento econômico. Isso envolveu, por exemplo, o projeto de três refinarias, um complexo petroquímico gigantesco – o Comperj –, dezenas de usinas termoeletricas, a aquisição de indústrias petroquímicas, enfim, toda a sorte de negócios, que chegaram a transformar a Petrobras numa holding com ligações com quase 400 empresas das mais diversas.



Todos esses investimentos estavam baseados numa riqueza incomensurável, disponível para uso sempre que se fizesse necessário. Apenas no pré-sal, havia uma reserva estimada de 50 bilhões de barris de petróleo, que, ao preço de USD 100, chegava à astronômica quantia de R\$ 5 trilhões. Entretanto, reserva estimada não significa reserva provada. O preço do barril segue uma estratégia definida pela geografia política do petróleo e varia conforme o interesse e os conchavos dos grandes países produtores. Talvez seja isso que explique o fracasso econômico da Venezuela e o que ocorria no Brasil em 2017. O petróleo chegou a USD 40, um preço que inviabilizava os custos de exploração nas águas profundas do pré-sal.

A indústria naval brasileira, incentivada pelas políticas de conteúdo nacional mínimo, foi designada pelos governos petistas como construtoras das plataformas e dos navios de que a indústria petrolífera brasileira necessitava. Corroídos pela corrupção e pelos sobrepreços, os projetos extrapolaram os orçamentos e os estaleiros nacionais foram incapazes de entregar aquilo para o qual foram contratados. Plataformas começaram a atrasar, empresários navais reivindicavam sucessivos aditivos contratuais, os custos subiam numa espiral incontrolada, e a Petrobras sem poder produzir, com as dívidas contraídas vencendo uma após a outra. O jeito foi apelar para alguns estaleiros na Ásia. Mais uma vez os chineses ocuparam a cena e terminaram aquilo que não conseguimos fazer por aqui.

O resultado é que a Petrobras ficou grande demais para o tamanho de seu caixa e para a capacidade de seus campos produtores de produzirem dinheiro para os compromissos assumidos. Depois da controversa aquisição da “ruivinha”, a refinaria decadente de Pasadena, que custou um preço praticamente dez vezes seu valor real, a presidenta Graça Foster é sucedida por Almir Bendine, preso em 2017 por corrupção, e inicia-se o chamado *desmonte da Petrobras*, na linguagem da *Esquerda que nega*.

Os balancetes da Petrobras aparecem com um termo contábil que até então ainda não havia sido utilizado: *impairment*. Os sobrepreços de ativos da Petrobras tiveram de ser deduzidos de seu patrimônio para fazer frente aos desvios ocorridos durante a construção de patrimônios como o Comperj e as refinarias premium, apenas para citar alguns exemplos.

A privatização branca, denunciada pela *Esquerda que nega* e por outros sindicatos, estava em curso. Desinvestimento passou a ser outra palavra de ordem na Petrobras. A Petrobras começou a se desfazer de ativos visando obter recursos e se livrar de despesas operacionais. Uma simples consulta aos Relatórios da Administração da Estatal mostra que aquilo que poucos

anos antes denunciava negócios estratégicos para a empresa hoje são obstáculos e empecilhos que precisam ser eliminados.

Outras consequências advieram das estratégias dos governos petistas em relação à gestão da Petrobras. A poupança popular daqueles que acreditaram na propaganda oficial da descoberta do pré-sal foi uma das afetadas. Os que adquiriram ações da Petrobras em 2010, até a época da conclusão deste trabalho (2007), ainda não haviam conseguido reaver o valor aplicado. Continuavam perdendo. A própria Petrobras se endividou naquilo que Pedro Parente, presidente em exercício em 2017, chamou de “a maior dívida do planeta”. A autoestima de seus empregados passou a ser baixa. Dizer que trabalha para a Petrobras, o que era um orgulho, passou a ser motivo de recuo. Centenas de milhares de trabalhadores foram demitidos da Petrobras durante os desinvestimentos. O mundo do trabalho encolheu, e para muitos só restou buscar na uberização da economia o meio de subsistência.

A expressão *Petrobras espoliada* utilizada como título de um dos capítulos deste trabalho objetiva expressar que a Petrobras foi alvo de um movimento que levou à destruição de um dos maiores patrimônios do povo brasileiro. *A empresa dos sonhos do jovem brasileiro*, hoje é uma empresa em lenta recuperação. Se vai conseguir seu intento, somente o tempo e a firmeza de propósito de seus atuais e futuros dirigentes podem definir.

## **V– Petrobras escarmentada: apertos financeiros afetando relações de trabalho**

A Petrobras escaudada pelos sucessivos prejuízos e crescente endividamento buscou ações para resolver sua situação financeiro-econômica. Corrupção. Desvios de recursos. Obras superfaturadas. Associados à retração do preço do barril do petróleo, esses fatores levaram a Petrobras a empreender grandes mudanças no mundo do trabalho. Entre elas, a principal foi a redução de postos de trabalhos, com consequente desemprego de milhares de trabalhadores terceirizados. Outras mudanças envolveram o incentivo à demissão de empregados próprios, com a consequente perda de conhecimento e a repactuação do plano fechado de previdência.

A presença de trabalhadores terceirizados nas empresas do grupo Petrobras é um dado que sempre chamou a atenção, tanto do Tribunal de Contas da União (TCU) como do Ministério Público do Trabalho (MPT). Nepotismo, omissão da realização de concursos para contratação

de empregados próprios foram suspeitas que nortearam auditorias e fiscalizações daqueles órgãos de controle.

A quantidade exata de terceirizados na Petrobras é uma informação que muitas vezes permaneceu obscura. Apenas nos últimos anos dos governos petistas esses números passaram a constar de forma explícita dos relatórios da administração da Estatal. A quantidade de empregados próprios na empresa é objeto dos órgãos de controle federal, o que garante a exatidão das informações. Constatamos que o pessoal próprio concursado praticamente dobra de 2003 a 2016, enquanto a quantidade de trabalhadores terceirizados triplica no mesmo período.

Com a venda de ativos, a Petrobras adequou sua força de trabalho para a nova realidade de uma empresa menor, mais enxuta. A iniciativa foi objeto de críticas da *Esquerda que nega*, parte do sindicalismo dissidente. Visto como uma privatização disfarçada, a venda de ativos aniquilou milhares de postos de trabalhos diretos, e outros tantos indiretos em empresas que gravitavam em torno da Petrobras e exerciam atividades externas. Empreendimentos iniciados durante os governos petistas, como o Comperj e as refinarias Premium, foram interrompidos ou desativados.

Nesse processo de redução da força de trabalho, praticamente 30% de cargos gerenciais e funções comissionadas foram desativados na estatal. Do ponto de vista da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), as gratificações elevadas desses cargos é fonte de submissão de seu ocupante aos ditames superiores. Nessas circunstâncias, o ocupante do cargo muitas vezes evita o confronto com a gerência superior, o que pode levar à corrupção por omissão.

Com a demissão massiva de terceirizados, a Petrobras incrementou a primeirização de suas atividades, com intensificação do trabalho. O processo de trabalho na empresa, que até então era suportado por trabalhadores terceirizados, fiscalizados por empregados próprios, mudou. Com isso, mais e mais empregados Petrobras assumiram atividades que antes eram destinadas aos trabalhadores de empresas contratadas. A perda foi dos trabalhadores externos, que, demitidos, buscaram recolocação no mercado, tendo de recorrer muitas vezes ao trabalho informal. A segurança do trabalho terceirizado, que possibilitava a um trabalhador ser recontratado pela empresa vencedora da licitação, se esvaiu.

A Petrobras lançou dois programas de incentivo à demissão voluntária (PIDV) depois de deflagrada a operação Lava Jato e declarada a sua situação de endividamento. Decorrente da venda de ativos, a demissão voluntária de empregados concursados reduziu mais de 16 mil empregados do quadro de funcionários.

A medida tem duas consequências diretas para o mundo do trabalho. A primeira delas é a perda do esforço de qualificação do quadro de pessoal da empresa. A segunda consequência está na impossibilidade de os PIDVs controlarem as adesões, permitindo a saída não apenas de trabalhadores sem importância estratégica para a companhia. No último PIDV, 18% das adesões foram de empregados com menos de 40 anos. Isso significa que numa provável retomada de negócios, a empresa terá de treinar novos entrantes, um retrocesso no processo de sustentabilidade tecnológica.

## **VI – Petrobras comprometida: a financeirização dos recursos dos fundos de pensão.**

A crise financeira de 2008 comprometeu a saúde financeira de entidades econômicas, incluindo fundos de pensão, que perderam parte de seu valor devido a investimentos de alto risco. A partir de lições aprendidas, financistas estabeleceram, para funcionamento e operação ideal dos fundos de pensão, diretrizes que evitassem futuras perdas. A reserva de recursos financeiros existentes nos fundos de pensão passou a ser cobiçada pela economia e pelo próprio governo. E assim ocorreu com os governos neoliberais e mais tarde com os governos petistas.

Recursos que somente seriam utilizados em longo prazo (quando da aposentadoria do trabalhador) constituíram ferramentas a serem utilizadas para alavancar a economia, melhorando a infraestrutura do país sem onerar o caixa do Estado. Os bancos passaram a reivindicar o direito de gerir fundos e de concentrar essa riqueza. Teóricos apresentaram sua concepção de funcionamento dos fundos como máquinas do progresso. Ao mesmo tempo, procuravam tranquilizar os associados quanto à segurança dos investimentos resultantes da cartilha que escreviam.

Para que os fundos de pensão atinjam seu objetivo de suplementar as aposentadorias e conceder pensões, as aplicações financeiras devem levar em consideração fatores como rentabilidade e risco. Quanto maior o risco, tanto maior a rentabilidade (e também a possibilidade de perda). Os fundos têm como objetivo assegurar rentabilidade igual ou superior

à meta atuarial, que é definida a partir do perfil dos associados e sua expectativa de mortalidade, da composição de suas famílias e da renda a ser complementada pelos fundos.

Durante os governos petistas, os fundos de pensão administrados pela Petros aumentaram a proporção de aplicações de risco em relação às aplicações conservadoras. Investimentos avaliados por Comissão Parlamentar de Inquérito foram considerados no mínimo temerários, e levaram a pesadas perdas nos recursos dos trabalhadores. A CPI apurou operações financeiras duvidosas, inclusive com indícios de corrupção, que redundaram em prejuízos para os fundos. Grandes aportes financeiros foram realizados em FPE (Fundos de Participação), um tipo de investimento que ficou suspeito de ter sido manipulado. Empresas envolvidas em falcaturas foram beneficiadas com os recursos desses fundos.

Os fundos de pensão também investiram em empresas em situação financeira comprometida, como o Grupo Galileo, que assumiu universidades, e entre elas a Gama Filho, e o Grupo Gradiente, empresa eletrônica em situação pré-falimentar. A Operação Greenfield, conduzida pelo Ministério Público e Polícia Federal, identificou que as empresas Galileo e Gradiente dolosamente deram prejuízos para os fundos de pensão investidores.

O resultado foi que os planos da Petros perderam dinheiro ao investir em empresas que faliram, trazendo prejuízo para o trabalhador. Os recursos financeiros remanescentes, de acordo com os cálculos atuariais, são insuficientes para assegurar a suplementação pactuada com os beneficiários. Nessa circunstância, de acordo com a legislação vigente, os patrocinadores, no caso a Petrobras e outras empresas do sistema, bem como todos os participantes devem participar da recomposição das reservas, injetando mais recursos na Fundação. O resultado final é que o trabalhador da Petrobras ficou responsável em prover o equacionamento financeiro do plano de previdência, o que representa uma contribuição mensal extraordinária, cuja duração estimada atualmente é de 18 anos, e que consumirá parte da aposentadoria e pensões dos beneficiados.

## **VII – Palavras finais**

O mundo do trabalho não é o mesmo depois de passados os governos petistas. Experimentou a tranquilidade do pleno emprego, nos primeiros anos dos governos petistas, e atualmente (2017) convive com uma horda de desempregados, muitos buscando sua subsistência no mercado informal.

Esse cenário teve atores principais e secundários. O Partido dos Trabalhadores fez o papel principal. Os megaempreendimentos da Petrobras fizeram parte dos programas de governo petistas. Entretanto, a mudança da conjuntura econômica, a crise financeira internacional e a redução do preço do barril de petróleo contribuíram para deixar a Petrobras em situação financeira comprometida. A isso, contribuem os sobrepreços de obras que sustentaram a corrupção.

Com isso, o mundo do trabalho mudou. A empresa diminuiu de tamanho. Vendeu ativos. Demitiu terceirizados. Incentivou empregados próprios a se demitir. A empresa mudou, agora é mais cautelosa, ainda dando prejuízos, mas com a esperança de dias melhores. Com certeza, eles virão, mas a pujança dos tempos do lulismo jamais voltará, pois foi construída em bases fragmentadas da riqueza do pré-sal.

O Partido dos Trabalhadores também mudou. De voz autêntica na defesa dos menos favorecidos, o partido se viu envolvido em acusações de corrupção. Não nos coube aqui julgar os fatos. Apresentamos evidências obtidas nos anos de pesquisa para esta tese. Uma certeza ficou: o partido perdeu a oportunidade de estabelecer um verdadeiro governo de esquerda e se mostrou incapaz de continuar a dirigir os destinos do país. Assim como a Petrobras, o PT terá um longo caminho para retornar ao que foi.

\* \* \* \* \*

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, GUSTAVO. A crise do subprime - in Acionista. Set 2008. Disponível em: <[http://www.acionista.com.br/dep\\_tecnico/151008\\_a\\_crise\\_do\\_subprime.htm](http://www.acionista.com.br/dep_tecnico/151008_a_crise_do_subprime.htm)>. Acesso em: 1 maio 2017.

ABRANCHES, Sergio Henrique Hudson de. Crises politicas no presidencialismo de coalizão. Disponível em:

<[https://www.academia.edu/19768666/Crises\\_pol%C3%ADticas\\_no\\_presidencialismo\\_de\\_coaliz%C3%A3o?auto=download](https://www.academia.edu/19768666/Crises_pol%C3%ADticas_no_presidencialismo_de_coaliz%C3%A3o?auto=download)>. Acesso em: 22 set. 2017.

\_\_\_\_\_. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 31, n. 1, p. 5–32, 1988. Disponível em: <https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizao-sergio-abranches.pdf>. Acesso em: 14 mai 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS. AEPET insiste numa Petrobrás sem “excelências”. In AEPET. 04 out 2017. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/w3/index.php/artigos/item/831-aepet-insiste-numa-petrobras-sem-excelencias>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

AGÊNCIA PETROBRAS. Gerente da Comunicação da Petrobras recebe prêmio “Destaque Profissional 2013” da Associação Brasileira de Propaganda. In Agência Petrobras - Sala de Imprensa. 04 dez 2013. Disponível em: <[http://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p\\_materia=975789&p\\_editoria=8](http://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=975789&p_editoria=8)>. Acesso em: 3 maio 2017.

ALMEIDA, Rodrigo de. À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff. São Paulo, Brazil: Leya, 2016.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Newbury Park, Calif: Sage Publications, 1989.

ALTMANN, Walter. Teologia da libertação. Estudos teológicos, v. 19, n. 1, p. 27–35, 1979. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1359](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1359). Acesso em: 14 mai 2015.

ALVES, Giovanni. Trabalho e neodesenvolvimento: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6 Editora, 2014.

ALVES, Rosenira. Lula volta ao Maranhão para lançar obra da Refinaria da Petrobrás. In Portal AZ. 15 jan. 2010. Disponível em: <<https://www.portalaz.com.br/blog/rosenira-alves/152175/lula-volta-ao-maranhao-para-lancar-obra-da-refinaria-da-petrobras>>. Acesso em: 29 out. 2017.

ANP. Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural - Ago 2016 - SDP, no 72. Brasília: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Disponível em:

<<http://www.anp.gov.br/?pg=61388&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1345403962055>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

ANTUNES, Ricardo. A “engenharia de cooptação” e os sindicatos no Brasil recente. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:

<<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=145412>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Fenomenologia do lulismo. Folha de São Paulo, São Paulo, 3 jan. 2007.

Opinião Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/176-noticias-2007/566688-fenomenologia-do-lulismo-artigo-de-ricardo-antunes>>. Acesso em: 7 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Angela; VÉRAS, Roberto. El sindicalismo brasileño en la era de Lula. *Trabajo*, v. 5, n. 8, p. 83–112, dez. 2011.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade et al. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. *Global Labour University Working Papers*. Working Paper n.9. Berlin: Global Labour University (GLU), maio 2010. Disponível em: <[www.global-labour-university.org](http://www.global-labour-university.org)>. Acesso em: 24 set 2016.

BARBOSA, Marina. Cade aprova venda da Petroquímica Suape. *Folha - PE*, Recife, 7 fev. 2018. Disponível em:

<<http://www.folhape.com.br/economia/economia/economia/2018/02/07/nws,58228,10,550,economia,2373-cade-aprova-venda-petroquimica-suape.aspx>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

BATISTA, Carlos Roberto Rodrigues Batista. (Des)igualdades entre trabalhadores: um estudo da indústria de TIC na cidade do Rio de Janeiro. 2012. 151 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BENITES, Franco. Pesquisa feita pelo PT mapeia recado do eleitor da periferia. In *Jornal do Commercio Online*. 16 abr 2016. Disponível em:

<<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2017/04/16/pesquisa-feita-pelo-pt-mapeia-recado-do-eleitor-da-periferia-278600.php>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

BERTONI, Estêvão. Como a crise política atinge a estrutura interna do PT. In *Nexo*. 17 out 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/17/Como-a-crise-pol%C3%ADtica-atinge-a-estrutura-interna-do-PT>>. Acesso em: 12 set. 2017.

BIÓGRAFO BRITÂNICO DIZ QUE LULA FOI CONIVENTE COM “SISTEMA CORRUPTO”, MAS VÊ INVESTIGAÇÃO POLITIZADA. *BBC Brasil*, 15 set. 2016.

Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37375468>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. La nouvelle phase du syndicalisme brésilien (2003-2013). *Cahiers des Amériques latines*, n. 80, p. 145–164, 31 dez. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/4184>. Acesso em: 14 jan 2017.



BOITO JR, Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, p. 323–338, 2010. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/19105>. Acesso em: 18 set 2015.

BOITO JR., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, v. 3, p. 80–106, 1996. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/3\\_Boito.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/3_Boito.pdf). Acesso em: 19 ago 2017.

\_\_\_\_\_. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JR., ARMANDO. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 43–91.

BORÇA JR., Gilberto Rodrigues.; TORRES FILHO, Ernani Teixeira. Analisando a Crise do Subprime. *Revista do BNDES*, v. 15, n. 30, p. 129–159, dez. 2008. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8344/1/RB%2030%20Analisando%20a%20Crise%20do%20Subprime\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8344/1/RB%2030%20Analisando%20a%20Crise%20do%20Subprime_P_BD.pdf). Acesso em: 29 jul 2017.

BOURNE, Richard. *Lula of Brazil: The Story So Far*. Oakland: University of California Press, 2008.

BRAGA, Ruy. Hegemonia lulista pode estar se esfacelando. *Correio da Cidadania*. 26 mar 2015. Entrevista a Gabriel Brito e Valéria Nader. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/politica/10624-26-03-2015-hegemonia-lulista-pode-estar-se-esfacelando>. Acesso em: 19 set. 2017, 25 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Desafiando a hegemonia. *Blog da Boitempo*. 08 set 2014. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/09/08/desafiando-a-hegemonia/>. Acesso em: 7 jun. 2015. , 8 set. 2014

\_\_\_\_\_. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo : USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012. (Mundo do Trabalho).

\_\_\_\_\_. Apresentação. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 7–14.

BRANDÃO, Marcelo. Governo espera “reciprocidade” dos governadores para a reforma, diz Marun. Agência Brasil - EBC, Brasília, 26 dez. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-12/governo-espera-reciprocidade-dos-governadores-para-reforma-diz-marun>. Acesso em: 29 jan. 2018.

BRANDT, Ricardo; AFFONSO, Julia; MACEDO, Fausto. Propina para Renan ‘furou’ teto de 3%, diz delator da Lava Jato. *Estadão*, São Paulo, 4 mar. 2015. Política. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/propina-para-renan-furou-teto-de-3-diz-delator-da-lava-jato/>. Acesso em: 1 nov. 2017.

BRASIL. Brasil 2003-2010. Prestação de contas dos governos Lula. Disponível em: <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 23 set. 2017. 11 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Cargos e Funções de confiança e gratificações — Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público. Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais, v. 21, n. 245, set. 2016a. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/arquivos-e-publicacoes/BEP>>. Acesso em: 24 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 3 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar no 109, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp109.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LCP/Lcp109.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. , 1976. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm)>. Acesso em: 16 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Lei no 3265, de 22 de setembro de 1957. Modifica disposições da Consolidação das Leis do Trabalho. , 22 set. 1957. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3265.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3265.htm)>. Acesso em: 5 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Lei no 12527, de 18 nov 2011. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. 18 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2018.

CABRAL, Renata. TCU encontra indícios de nepotismo na Petrobras. O Globo, Rio de Janeiro, 11 abr. 2013. Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/tcu-encontra-indicios-de-nepotismo-na-petrobras-8090905>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

CAGNI, Patricia; BRESCIANI, Eduardo. Comperj dará prejuízo de R\$ 45 bilhões à Petrobras. O Globo, Rio de Janeiro, 7 abr. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/comperj-dara-prejuizo-de-45-bilhoes-petrobras-15799133>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

CAGNIN, Rafael Fagundes et al. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). Novos Estudos - CEBRAP, n. 97, p. 169–185, nov. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300011). Acesso em 14 set 2017.

CALGARO. CPI dos Fundos de Pensão aprova pedido de 353 indiciamentos. Portal G1. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/cpi-dos-fundos-de-pensao-aprova-pedido-de-350-indiciamentos.html>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Bancada dos partidos. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bancada.asp>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Resultado Primário em 2016. Monitor Fiscal, p. 1, set. 2016. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/monitor-fiscal/monitorfiscal\\_set2016](http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/monitor-fiscal/monitorfiscal_set2016). Acesso em: 14 out 2017.

CARDOSO, Adalberto Moreira. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique; OLIVEIRA, Miguel Darcy De. A miséria da política: crônicas do lulopetismo e outros escritos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASADO, José; ROSA, Bruno; ORDOÑES, Ramona. Petrobras paga por equipamento inútil no Comperj. O Globo, Rio de Janeiro, 20 abr. 2015. Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/petrobras-paga-por-equipamento-inutil-no-comperj-15925884#ixzz4xPIV0Ur4stest>. Acesso em 23 mai 2014.

CASCIO, Wayne F. Downsizing: What do we know? What have we learned? Academy of Management Perspectives, v. 7, n. 1, p. 95–104, fev. 1993. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/10.5465/ame.1993.9409142062>. Acesso em 30 set 2017.

CAVALCANTE, Francisco; PASIN, Rodrigo. O valor patrimonial das empresas. In Cavalcante Consultores. Disponível em: <http://www.cavalcanteassociados.com.br/utd/UpToDate402.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

CERDEIRA, Bernardo. Crise e degeneração do PT e a construção de uma alternativa socialista e revolucionária. São Paulo: Opinião Socialista, 2016. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/wp-content/uploads/2016/11/PSTU-Cartilha-Crise-e-Degeneracao-do-PT.pdf>. Acesso em: 17 mai 2017.

COIMBRA, Marcos. A inserção soberana do brasil na economia mundial. Acantus 79. 24 mai 2008. Disponível em: <https://acantus79.wordpress.com/2008/05/24/a-insercao-soberana-do-brasil-na-economia-mundial/>. Acesso em: 11 out. 2017. 25 maio 2008.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS (CONLUTAS). Verbete. In: Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do Brasil. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/coordenacao-nacional-de-lutas-conlutas>. Acesso em: 13 maio 2017.

COSTA, Luiz Domingos; BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano. Onde estão os trabalhadores nas listas de candidatos dos partidos brasileiros? Observatório de elites políticas e sociais do Brasil, v. 2, p. 14, jan. 2015.

COSTA, Tiago Sandes. Um pouco da história das tendências do PT. In Tiago Sandes. 12 jun. 2008. Disponível em: <http://tiagosandes.blogspot.com.br/2008/06/um-pouco-da-histria-das-tendencias-do-pt.html>. Acesso em: 5 fev. 2018.

COUTINHO, Carlos Nélon. A hegemonia da pequena política. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 29–43.

CRUZ, Diego. A relação entre sindicatos e partidos e a democracia operária. In PSTU | Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/a-relacao-entre-sindicatos-e-partidos-e-a-democracia-operaria/>>. Acesso em: 4 ago. 2017. 4 abr. 2011.

CSP - CONLUTAS. História. In Conlutas. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 33. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DAL-ROSSO, Sadi. Mais trabalho! a intensificação do labor na sociedade contemporânea. 1a. ed ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

DANTAS, Dimitrius. ‘Falta de remorso é o padrão do corrupto’, diz Graham Brooks. O Globo, Rio de Janeiro, 26 nov. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/falta-de-remorso-o-padrao-do-corrupto-diz-graham-brooks-22115021>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

D’ARAÚJO, Maria Celina Soares; LAMEIRÃO, Camila. A elite dirigente do governo Lula. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, CPDOC, 2009.

DATAFOLHA. Intenção de voto para presidente PO813920 - 21 a 23/06/2017. Instituto DataFolha, jun. 2017. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/06/26/7dc91a8ea3000ca1527842e54ad93476f41aafd9.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Intenção de voto para presidente da república. Eleições 2002. Pesquisa por amostragem. Instituto Datafolha, 26 out. 2002. Disponível em: <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/intvoto\\_pres\\_26102002.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/intvoto_pres_26102002.pdf)>. Acesso em: 4 set. 2017.

DAVIS, Donald R.; HARRIGAN, James. Good jobs, bad jobs, and trade liberalization. Journal of International Economics, v. 84, n. 1, p. 26–36, maio 2011. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w13139>. Acesso em: 23 mai 2016.

DEALING WITH DILMA. The Economist, 26 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.economist.com/news/leaders/21647293-many-brazilians-are-fed-up-their-president-impeaching-her-would-be-bad-idea-dealing>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

DESCOBERTO EM 2007, PRÉ-SAL GUARDA 50 BILHÕES DE BARRIS DE PETRÓLEO. Globo Ciência. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globociencia/noticia/2012/05/descoberto-em-2007-pre-sal-guarda-50-bilhoes-de-barris-de-petroleo.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

DONO DA GAMA FILHO É PRESO POR DESVIO DE R\$ 90 MILHÕES. O Dia, Rio de Janeiro, 25 jun. 2016. Rio de Janeiro. Disponível em: <[https://www.odia.com.br/\\_conteudo/rio-de-janeiro/2016-06-24/dono-da-gama-filho-e-preso-por-desvio-de-r-90-milhoes.html](https://www.odia.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2016-06-24/dono-da-gama-filho-e-preso-por-desvio-de-r-90-milhoes.html)>. Acesso em: 14 fev. 2018.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. OSAL, Observatorio Social de America Latina, ano VI, n. 19, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D3958.dir/41debatesdruck.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

ENTENDA A CAPITALIZAÇÃO DA PETROBRAS. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 set. 2010. Mercado.

ENTENDA AS VANTAGENS DE INGRESSAR NO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2014/09/servico-entenda-as-vantagens-de-ingressar-no-regime-de-previdencia-complementar/>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PPSP. In Petros. Disponível em: <<https://equacionamento.petros.com.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

ESTATUTO CSP-Conlutas. In CSP-Conlutas. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/quem-somos/estatuto/>>. Acesso em: 13 maio 2017.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS. A FNP é fruto da necessidade de construir uma nova alternativa de luta à categoria. in FNP. s/d. Disponível em: <<http://www.fnpetroleiros.org.br/a-federacao/historia>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS. FUP vai à luta e arranca da presidenta da presidente da Petrobras compromisso em restabelecer o convênio da empresa com o INSS. In FUP. 27 mai 2013. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/fup-vai-a-luta-e-arranca-da-presidenta-da-petrobras-compromisso-em-restabelecer-9449>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS. Petroleiros do Rio de Janeiro aprovam convocação de assembléia para refiliação à FUP. In FUP. Rio de Janeiro, [S.d.]. Disponível em: <[http://fup.org.br/email\\_geral/fup\\_785.pdf](http://fup.org.br/email_geral/fup_785.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2018.

FELLET, João. Por que os EUA estão investigando empresas brasileiras envolvidas na Lava Jato? BBC Brasil, 2 dez. 2016. Brasil. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38172725>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

FEMIA, Joseph V. Gramsci's political thought: hegemony, consciousness and the revolutionary process. Oxford: Clarendon Pr, 1987.

FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. Opinião Pública, v. 14, n. 2, p. 432–453, nov. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762008000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000200007). Acesso em 14 nov 2017.

FLETCHER JR, Bill; GAPASIN, Fernando. Solidarity divided: The crisis in organized labor and a new path toward social justice. Berkeley: Univ of California Press, 2008.

FREITAS, Andreia Marcondes De. O presidencialismo da coalizão. 2013. 168 f. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FRUSTRAÇÃO COM A FIM DO DA REFINARIA DE BACABEIRA. 30 jan 2015. (05:01 min). Bom dia, Brasil. Rio de Janeiro: Rede Globo. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Fu\\_sQ2j0gcM](https://www.youtube.com/watch?v=Fu_sQ2j0gcM)>. Acesso em: 14 ago 2017.

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL. Balanço da Repactuação. In Petros. 26 out 2012. Disponível em: <https://www.petros.com.br/portal/server.pt?open=space&name=CommunityPage&control=SetCommunity&CommunityID=200&PageID=129095&content=27223F515954465642>. Acesso em: 13 ago 2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. História da FPA. In FPA. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/fundacao-perseu-abramo/>>. Acesso em: 13 maio 2018.

GALVÃO, Andréia. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. *Crítica Marxista*, Dossiê: Sindicalismo e política: França, Brasil e Argentina. v. 38, p. 103–117, 2014. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie70dossie2.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie70dossie2.pdf). Aceso em 14 mai 2017.

GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. O sindicalismo brasileiro diante do golpe. *Anais do XV Encontro Nacional da ABET*, 6 set. 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzewPTlXjDnnQXFLd3BSVkdPakE/view>>. Acesso em: 3 out. 2017.

GODEIRO, Nazareno. Para pesquisador, situação econômica da Petrobras é bem diferente do que a alta cúpula divulga. *Boletim O Petroleiro*, Santos, jun. 2015. Palestra, p. 2.

\_\_\_\_\_. Sindipetro - O desmonte da Petrobras. Instituto Latino Americano de Estudos Sócio-Econômicos - ILAEESE. 20 ago. 2017. Disponível em: <<http://ilaese.org.br/sindipetro-o-desmonte-da-petrobras/>>. Acesso em: 14 set 2017.

GOES, Chico de. TCU vê irregularidades em obra anunciada com pompa em 2010, no Maranhão. *O Globo*. 11 mai 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/tcu-ve-irregularidades-em-obra-anunciada-com-pompa-em-2010-no-maranhao-12451071>>. Acesso em: 28 out. 2017.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere III: Maquiavel, notas sobre o estado e a política. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Quaderni del carcere III (Quaderni 12-29) - Edizione critica dell'Istituto Gramsci. 2. ed. Torino: Einaudi Editore, 1975.

GRÜN, Roberto. A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico Brasileiro em 2009. *Dados*, v. 53, n. 2, p. 255–297, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582010000200001&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582010000200001&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 13 out 2016.

\_\_\_\_\_. Financeirização de esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI. *Tempo Social*, v. 21, n. 2, p. 153–184, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a08>. Acesso em: 26 out 2016.

\_\_\_\_\_. Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias. *Mana*, v. 9, n. 2, p. 7–38, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132003000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132003000200001). Acesso em 27 out 2017.

GUERREIRO, Mário. Petrobras: corrupção e incompetência. Instituto Liberal. 13 jul.2015. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/petrobras-corrupcao-e-incompetencia/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

Histórico de Cotações da ação PETR4 - (PETROBRAS PN ). Uol Economia. Disponível em: <<http://cotacoes.economia.uol.com.br/acao/cotacoes-historicas.html?codigo=PETR4.SA>>. Acesso em: 22 set. 2017.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Política Pública: seus ciclos e subsistemas - uma abordagem integradora. Tradução Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HUFF, Darrell. How to lie with statistics. New York: Norton, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Maranhão-Bacabeira: mapa de pobreza e desigualdade. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/bacabeira/pesquisa/36/30246>>. Acesso em: 29 out. 2017.

INSEGURANÇA E DESCASO COM EFETIVO MARCAM 6 MESES DE PRODUÇÃO NA P66. In Federação Nacional dos Petroleiros. Disponível em: <<http://www.fnpetroleiros.org.br/noticias/4496/inseguranca-e-descaso-com-efetivo-marcam-6-meses-de-producao-na-p66>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

JARDIM, Maria Chaves. A crise financeira de 2008: os discursos e as estratégias do governo e dos fundos de pensão. *Dados*. Vol. 56 n.4. Out/Dez.2013, p. 901–941. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/218/21829905006/>. Acesso em: 09 nov 2014.

\_\_\_\_\_. “Nova” elite no Brasil? Sindicalistas e ex-sindicalistas no mercado financeiro. *Sociedade e Estado*, v. 24, n. 2, 2009, p. 363-399. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3399/339930896011/>>. Acesso em: 7 out. 2017.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Coleção Tinta Vermelha. São Paulo: Boitempo, 2016.

JUSTIÇA FEDERAL. Operação Lava Jato: TRF4 aumenta pena de Jorge Zelada. Disponível em: <[https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia\\_visualizar&id\\_noticia=13041](https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=13041)>. Acesso em: 2 dez. 2017.

KALLEBERG, Arne L. Good jobs, bad jobs: the rise of polarized and precarious employment systems in the United States, 1970s to 2000s. New York: Russell Sage Foundation, 2013.

KAMEL, Ali. Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Nova Fronteira, 2009.

LANDIM, Raquel; LEOPOLDO, Ricardo; IRANY, Tereza. BNDES decide abandonar a política de criação de ‘campeãs nacionais’ - Economia. O Estado de São Paulo, São Paulo, 22 abr. 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-decide-abandonar-a-politica-de-criacao-de-campeas-nacionais,151356e>>. Acesso em: 5 out. 2017.

LEITÃO, Miriam. Pacto de saque. O Globo, Economia. Rio de Janeiro, 23 fev. 2018. Economia. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/pacto-de-saque.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

LEMOS, Iara. TCU recomenda fim de contratação de terceirizados em estatais. Portal G1-Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/08/tcu-recomenda-fim-de-contracao-de-funcionario-terceirizado-em-estatais.html>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

LOMMERUD, Kjell Erik; SANDVIK, Bjorn; STRAUME, Odd Rune. Good Jobs, Bad Jobs and Redistribution. The Scandinavian Journal of Economics, v. 106, n. 4, p. 703–720, 2004. Disponível em: [https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/11315/ssoar-2002-lommerud\\_et\\_al-good\\_jobs.pdf?sequence=1](https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/11315/ssoar-2002-lommerud_et_al-good_jobs.pdf?sequence=1). Acesso em: 11 mai 2017.

LÖWY, Michael. Prefácio. In BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012. p. 11–13.

LULA DIZ QUE PRÉ-SAL É SINAL DE DEUS E CHANCE DE REPARAR DÍVIDA COM POBRES. Folha de S.Paulo. Mercado. São Paulo, 14 ago. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2008/08/433564-lula-diz-que-pre-sal-e-sinal-de-deus-e-chance-de-reparar-divida-com-pobres.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MACHADO, Uirá. Sociólogo e fundador do PT afirma que “Lula é mais privatista que FHC”. Folha de S.Paulo, São Paulo, 17 out. 2010. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/815456-sociologo-e-fundador-do-pt-afirma-que-lula-e-mais-privatista-que-fhc.shtml>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MAIORES EMPRESAS POR VENDAS LÍQUIDAS EM 2011. Exame - Maiores e Melhores. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/>>. Acesso em: 11 ago. 2012.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. A Estrutura sindical brasileira e a representação de trabalhadores terceirizados. Anais do XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires. Disponível em: <https://www.academica.org/000-062/1440>. Acesso em: 14 mai 2017.

MARONI, Amnérís. A Estratégia da Recusa - Análise das Greves de Maio 78. São Paulo: Brasiliense, 1982.



MARTELANC, Roy; PASIN, Rodrigo; CAVALCANTE, Francisco. Avaliação de empresas: um guia para fusões e aquisições e gestão de valor. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MARTINS, Miguel. A difícil situação do PT na corrida eleitoral de 2016. Carta Capital, 30 set. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/em-2016-o-pt-sofre-com-a-debandada-de-candidatos>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

MATOSO, Filipe. Dilma deve se descolar da imagem de Lula no 2o mandato, avaliam aliados. In Portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/dilma-deve-se-descolar-da-imagem-de-lula-no-2-mandato-avaliam-aliados.html>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

MAZUI, Guilherme. Marun: governadores que quiserem recursos terão que ajudar a aprovar reforma da Previdência. Portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/governadores-que-quiserem-recursos-terao-que-ajudar-a-aprovar-reforma-da-previdencia-diz-marun.ghtml>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

MIGNONE, Ricardo. PT expulsa radicais do partido - 14/12/2003. Folha Online, 14 dez. 2003. BrasilDisponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56445.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2017.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Galeria de ex-ministros de Minas e Energia. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/web/guest/galeria-de-ministros>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. Perfil das Empresas Estatais Federais 2015 - Ano Base 2014. Brasília: MP/SE/DEST, 2016b. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/publicacoes/perfil-das-empresas-estatais>. Acesso em 03 mai 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Portaria MTB No 291 - Aprova instruções para aferição e dos requisitos de representatividade das centrais e dá outras providências. 30 mar. 2017. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=341662>>. Acesso em: 3 maio 2017.

MONTEIRO, José Múcio. AC-1668-29/17-P - Relatório de Auditoria com o objetivo de fiscalizar as obras de terraplenagem na implantação da refinaria Premium I - no TC 009.845/2010-0. Brasília: TCU, 2 ago. 2017. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/sagas/SvlVisualizarRelVotoAcRtf?codFiltro=SAGAS-SESSAO-ENCERRADA&seOcultaPagina=S&item0=597442>. Acesso em: 14set2017.

\_\_\_\_\_. Acórdão 1536/2010 - Plenário. Súmula 261 - Em licitações de obras e serviços de engenharia, é necessária a elaboração de projeto básico adequado e atualizado. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/pesquisa/sumula>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

MOODY'S. Moody's downgrades Brazil's rating to Baa3 from Baa2; outlook changed to stable. Moody's Investor Service. Disponível em:

<[https://www.moodys.com/research/Moodys-downgrades-Brazils-rating-to-Baa3-from-Baa2-outlook-changed--PR\\_331594](https://www.moodys.com/research/Moodys-downgrades-Brazils-rating-to-Baa3-from-Baa2-outlook-changed--PR_331594)>. Acesso em: 12 set. 2016a.

\_\_\_\_\_. Moody's downgrades Petrobras' ratings to Baa3; maintains review for further downgrade. Moody's Investor Service. Disponível em:

<[https://www.moodys.com/research/Moodys-downgrades-Petrobras-ratings-to-Baa3-maintains-review-for-further--PR\\_316803](https://www.moodys.com/research/Moodys-downgrades-Petrobras-ratings-to-Baa3-maintains-review-for-further--PR_316803)>. Acesso em: 22 jul. 2016b.

\_\_\_\_\_. Moody's: Petrobras probe weakens Brazil's sectors. Moody's Investor Service. Disponível em: <[https://www.moodys.com/research/Moodys-Petrobras-probe-weakens-Brazils-sectors--PR\\_320277](https://www.moodys.com/research/Moodys-Petrobras-probe-weakens-Brazils-sectors--PR_320277)>. Acesso em: 14 set. 2016c.

MUELLER, C. W.; MCDUFF, E. M. "Good" Jobs and "Bad" Jobs: Differences in the Clergy Employment Relationship. *Review of religious research*, p. 150–168, 2002. Disponível em: [http://www.jstor.org/stable/3512513?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/3512513?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 14 mar 2015.

NAIDU-GHELANI, Rajeshni; BAGCHEE, Deepanshu. World's 10 Biggest Employers - CNBC. Disponível em: <<http://www.cnbc.com/id/44622153>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

NERI, Marcelo Côrtes. O real do Lula. *Conjuntura Econômica*, v. 61, n. 10, p. 42–45, out. 2007. Disponível em: [http://www.cps.fgv.br/ibrecps/RET3/RET3\\_ORealdoLula\\_Texto.pdf](http://www.cps.fgv.br/ibrecps/RET3/RET3_ORealdoLula_Texto.pdf). Acesso em: 13 mai 2016.

NERI, Marcelo Côrtes; SOUZA, Pedro Herculano Cavalcanti Ferreira de. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicados IPEA*, v. 155, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4639>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

NUNES, Fernanda. Petrobras não vai mais lançar grandes concursos e planos de demissão voluntária - *Economia*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 24 out. 2017. *Economia & Negócios*. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,petrobras-nao-vai-mais-lancar-mais-grandes-concursos-e-planos-de-demissao-voluntaria,70002058895>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

OLIVEIRA, Francisco. A esquerda e Lula perderam a credibilidade. Rio de Janeiro. O Globo. 3 abr. 2016. Entrevista a Mariana Sanches. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/a-esquerda-lula-perderam-credibilidade-diz-fundador-do-pt-19008433>. Acesso em 29 mai 2017.

\_\_\_\_\_. Não acredito em impeachment nem em renúncia. São Caetano do Sul. *Correio da Cidadania*. 02 abr 2015. Entrevista à Valéria Nader e Gabriel Brito. Disponível em: <[http://correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10652:manchete020415&catid=34:manchete](http://correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10652:manchete020415&catid=34:manchete)>. Acesso em: 11 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. O avesso do avesso. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 369–376.

\_\_\_\_\_. *Hegemonia às avessas*. In RISEK, Cibele Saliba; BRAGA, Ruy; (Org.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na época da servidão financeira*. Coleção Estado de sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 21–27.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. Rumos da democratização brasileira: a consolidação de um modelo majoritário de democracia? *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, p. 11–30, nov. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782000000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782000000200002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 18 nov 2016.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; LINHARES, Juliana Silva. A implantação de controle interno adequado às exigências da lei Sarbanes-Oxley em empresas brasileiras – um estudo de caso. *Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*. v. 4 (2), p. 12, mai/ago 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337228632007>. Acesso em 03 mai 2016.

OLIVEIRA, Tory. É possível resistir à “uberização”? *CartaCapital*, 31 out. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/e-possivel-resistir-a-uberizacao>. Acesso em: 7 mar. 2018.

ORDOÑES, Ramona. Petrobras planeja reduzir cargos comissionados de gerências. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jun. 2015. *Economia* Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-planeja-reduzir-cargos-comissionados-de-gerencias-16505369>. Acesso em: 15 out. 2017.

Os anos Lula - 2003-2010: crescimento, avanços sociais e escândalos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 dez. 2010. Especial 1.

OTÁVIO, Chico; FARAH, Tatiana. Um poço de polêmicas: a República Sindical da Petrobras. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jul. 2009. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/411055/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 14 abr 2016.

PADUAN, Roberta. A máquina de treinar gente da Petrobras. *Exame*, n. 0993, 30 maio 2011. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0993/noticias/uma-maquina-de-treinar-gente>. Acesso em: 6 set. 2012.

PALOCCI, Antonio. Carta ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. 26 set 2017. Disponível em: <https://www.oantagonista.com/brasil/em-carta-dura-palocci-pede-desfiliacao-pt/>. Acesso em: 21 out. 2017.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. 6o Congresso Nacional do PT - Caderno de Resoluções. In Partido dos Trabalhadores. Brasília. 2017. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2017/07/6-congresso-pt.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. 5o Congresso Nacional do PT - Caderno de Resoluções. In Partido dos Trabalhadores. Salvador. 2015. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/06/CARTA1-5.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Manifesto de fundação. 10 fev. 1980. In Partido dos Trabalhadores. Disponível em: [www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf](http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf). Acesso em: 12 set. 2017.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO. O dia em que o PT privatizou o Pré-sal. In PSTU. 21 out 2013. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/o-dia-em-que-o-pt-privatizou-o-pre-sal/>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

PATI, Camila. As 10 empresas dos sonhos dos profissionais brasileiros. Exame, 16 jun. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/as-10-empresas-dos-sonhos-dos-profissionais-brasileiros/>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

PAWLENKO, Kye D. Reevaluating inter-union competition: A proposal to resurrect rival unionism. U. Pa. J. Lab. & Emp. L., v. 8, p. 651, 2005. Disponível em: <https://scholarship.law.upenn.edu/jbl/vol8/iss3/3/>. Acesso em: 14 jun 2015.

PEREIRA FILHO, Merval. O lulismo no poder. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

PETROBRAS. Recuperamos cerca de R\$ 1,5 bi com Operação Lava Jato. Petrobras Blog Fatos e Dados. 7 dez 2017. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/recuperamos-cerca-de-r-1-5-bi-com-operacao-lava-jato.htm>>. Acesso em: 13 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Governança, Risco e Conformidade apresenta estrutura. Petrobras Blog Fatos e Dados. 24 fev 2015. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/diretoria-de-governanca-risco-e-conformidade-apresenta-estrutura.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Divulgamos os resultados do 3o Trimestre de 2014 não revisados pelos auditores. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/divulgamos-os-resultados-do-3-trimestre-2014-nao-revisados.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Refinaria Premium I: respostas ao jornal O Globo. Petrobras Blog Fatos e Dados. 11 mai 2014. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/refinaria-premium-i-respostas-ao-jornal-o-globo.htm>>. Acesso em: 28 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Contratação de terceirizados: respostas ao jornal O Globo. Petrobras Blog Fatos e Dados. 02 jun 2014. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/contratacao-de-terceirizados-respostas-ao-globo.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Preconceitos e ilações. Petrobras Blog Fatos e Dados. 05 jul. 2009. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Ffatosedados.blogspetrobras.com.br%2F2009%2F07%2F05%2Fpreconceito-e-ilacoes-pessoais-%25E2%2580%2593-a-petrobras-esclarece%2F&ei=DmJ0Ve96h6KDBJuPgqgI&usg=AFQjCNE\\_L3Mn6vsFOttBUQwbsTmjjyHNZw&sig2=6Z32Eb-jX59RggMlCi1njw&bvm=bv.95039771,d.eXY](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Ffatosedados.blogspetrobras.com.br%2F2009%2F07%2F05%2Fpreconceito-e-ilacoes-pessoais-%25E2%2580%2593-a-petrobras-esclarece%2F&ei=DmJ0Ve96h6KDBJuPgqgI&usg=AFQjCNE_L3Mn6vsFOttBUQwbsTmjjyHNZw&sig2=6Z32Eb-jX59RggMlCi1njw&bvm=bv.95039771,d.eXY)>. Acesso em: 14 dez 2013.

PETROBRAS. Conheça o Perfil da Nossa Empresa. In Petrobras. 2017a. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem%2Dsomos/perfil/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Visão Geral - Dez 2016. Fev. 2017f. Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/apresentacoes/visao-geral>. Acesso em: 14 mai 2017.

\_\_\_\_\_. Pré-Sal: Exploração e Produção de Petróleo. In Petrobras. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e relatório dos auditores independentes. Rio de Janeiro: Petróleo Brasileiro S.A., 21 mar. 2017b. Disponível em: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/download/4861>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Equacionamento do Plano Petros do Sistema Petrobras-Fato Relevante. In Petrobras. 12 set. 2017c. Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fato-relevante-equacionamento-do-plano-petros-do-sistema-petrobras>.

\_\_\_\_\_. Estamos mudando para seguir em frente. In Petrobras. Disponível em: <<https://seguindoemfrente.hotsitespetrobras.com.br/index.htm#buscamos-mais-seguran%C3%A7a-e-controle-na-tomada-de-decisao>>. Acesso em: 19 abr. 2018d.

\_\_\_\_\_. Estatuto Social da Petróleo Brasileiro S.A-AGOE-27-Abril-2017-Portugues. In Petrobras. Disponível em: <<http://transparencia.petrobras.com.br/sites/default/files/Estatuto-Social-AGOE-27-Abril-2017-Portugues.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2017e.

\_\_\_\_\_. Petrobras - Formulário de Referência. In Petrobras. Disponível em: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/formulario-de-referencia-0>>. Acesso em: 27 nov. 2017a.

PETROBRAS. Relatório da Administração 2016. Rio de Janeiro: Petróleo Brasileiro S.A, 2016c. Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br>. Acesso em: 13 mai 2017.

\_\_\_\_\_. Relatório da Administração 2015. Rio de Janeiro: Petróleo Brasileiro S.A, 21 mar. 2016b. Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/node/5510>. Acesso em: 13 mai 2017.

\_\_\_\_\_. Relatório da Administração 2014. Rio de Janeiro: Petróleo Brasileiro S.A, 2014. Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br>. Acesso em: 13 mai 2017.

\_\_\_\_\_. Relatório da Administração 2013. Rio de Janeiro: Petróleo Brasileiro S.A, 2013. Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/relato-integrado/relatorio-anual>. Acesso em: 13 mai 2017.

\_\_\_\_\_. Relatório da Administração 2011. Rio de Janeiro: Petróleo Brasileiro S.A, 2011. Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br>. Acesso em: 13 mai 2017.

\_\_\_\_\_. Relatório da Administração 2006. Rio de Janeiro: Petróleo Brasileiro S.A, 2006. Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br>. Acesso em: 13 mai 2017.

PETROBRAS APROVA CORTE DE 30% DOS CARGOS GERENCIAIS E ACABA COM DIRETORIA DE GÁS E ENERGIA. In PetroNotícias. Disponível em: <<https://petronoticias.com.br/archives/79565>>. Acesso em: 7 mar. 2018. 28 jan. 2016

PETROBRAS TRABALHA PARA MANTER RNEST EM US\$18,5 BI, DIZ CEO. EXAME, 11 jun. 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/petrobras-trabalha-duro-para-manter-rnest-em-us-18-5-bi-diz-ceo-2/>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

PETRÓLEO SALTA DE 3% PARA 13% DO PIB BRASILEIRO EM 14 ANOS. Veja, 17 jun. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/petroleo-salta-de-3-para-13-do-pib-brasileiro-em-14-anos/>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

PINA, Rute. Polarização política é indefinida nas periferias da cidade de São Paulo. In Brasil de Fato. 30 mar 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/30/polarizacao-politica-e-indefinida-nas-periferias-da-cidade-de-sao-paulo-diz-estudo/>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

POLÍCIA FEDERAL E CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO NAS USINAS SANTA CRUZ E CANABRAVA. In Campos 24Horas, 4 mar. 2016. Disponível em: <<http://campos24horas.com.br/portal/policia-federal-e-representantes-da-cpi-na-usina-canabrava/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

PRADO, Antonio Carlos. Nós contra eles? Em que lado da moeda está Lula? ISTOÉ. n. 2512, 21 jul. 2017. Disponível em: <<https://istoe.com.br/nos-contra-elesem-que-lado-da-moeda-esta-lula/>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

PROMINP. Conteúdo Local. In Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural. 2013. Disponível em: <[http://www.prominp.com.br/prominp/pt\\_br/conteudo/conteudo-local.htm](http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/conteudo/conteudo-local.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2018.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. Desafios do movimento sindical no segundo Governo Lula. In Portal Vermelho. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_texto=550](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=550)>. Acesso em: 12 out. 2017a.

\_\_\_\_\_. Movimento sindical: passado, presente e futuro. Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos? Belo Horizonte: Crisálida, 2007b. p. 19–44.

RANGEL, José Maria. Lula recuperou indústria naval e engenharia brasileira. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/ze-maria-lava-jato-e-operacao-para-quebrar-petrobras/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

RANIER, Bragon. PT tem diretores em 7 dos 10 maiores fundos. Folha de São Paulo, São Paulo, 8 mar. 2009. Brasil. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200908.htm>. Acesso em: 14 fev 2016.

RH DA PETROBRÁS E FUP QUEREM DESTRUIR O SINDIPETRO-RJ. In: Surgente, ed. 1213, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://www.sindipetro.org.br/w3/index.php?option=com\\_content&view=article&id=275:rh-da-petrobras-e-fup-querem-destruir-o-sindipetro-rj&catid=101:editorial&Itemid=481](http://www.sindipetro.org.br/w3/index.php?option=com_content&view=article&id=275:rh-da-petrobras-e-fup-querem-destruir-o-sindipetro-rj&catid=101:editorial&Itemid=481)>. Acesso em: 24 fev. 2013.

RICCI, Rudá. As origens das tendências no PT. In Blog do Rudá. 5 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.rudaricci.com.br/origens-das-tendencias-pt/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Biografia. In Blog do Rudá. Disponível em: <<http://www.rudaricci.com.br/biografia/>>. Acesso em: 13 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira: de como o discurso anti-institucionalista dos anos 80 deu lugar ao líder da conclusão da modernização conservadora em nosso país. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira / Contraponto, 2010.

\_\_\_\_\_. Lulismo: três discursos e um estilo. Lutas Sociais. ISSN (impresso) 1415-854X (eletrônico) 2526-3706, n. 15/16, p. 171–183, 2006.

RODRIGUES, Julian. PT, sem medo de mudar – uma outra política para um novo período. In Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/julian-rodrigues-pt-sem-medo-de-mudar-uma-outra-politica-para-um-novo-periodo/>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR, ARMANDO (Org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 11–42.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp, 1999.

ROMITA, Arion Sayão. Aposentadoria espontânea do empregado: efeitos sobre o contrato do trabalho. Revista Jurídica, v. 8, n. 83, p. 1–11, mar. 2007.

ROSA, Bruno; NOGUEIRA, Danielle; ORDOÑES, Ramona. Petrobras deve ter este ano novos programas de demissão voluntária. O Globo, Rio de Janeiro, 8 jan. 2017a. Economia Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/petrobras-deve-ter-este-ano-novos-programas-de-demissao-voluntaria-20744315>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

ROSA, Bruno; NOGUEIRA, Danielle; ORDOÑES, Ramona. Programa de demissão da Petrobras atrai mais de 2.000 jovens. O Globo, Rio de Janeiro, 8 jan. 2017b. Negócios e Finanças Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/programa-de-demissao-da-petrobras-atrai-mais-de-2000-jovens-20744282>>. Acesso em: 24 dez. 2017.

ROUSSEFF, Dilma. Entrevista Refinaria Premium I - Bacabeira-MA para a Radio Mirante AM. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <[http://www.casacivil.gov.br/uploads/entrevista-dilma-rousseff\\_15\\_01\\_2010-maranhao1.doc/view](http://www.casacivil.gov.br/uploads/entrevista-dilma-rousseff_15_01_2010-maranhao1.doc/view)>. Acesso em: 30 out. 2017. , 15 jan. 2010

RUY, Carolina Maria. 20 anos de luta: a história da Força Sindical. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

SANDES, Giovanni. Pesquisa Percepção e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/GiovanniSandes/pesquisa-da-fundao-perseu-abramo-do-pt>>. Acesso em: 8 ago. 2017. , 5 abr. 2017

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura ea continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 41, p. 103–120, 1999. SCHINCARIOL, Juliana; AGUIAR, Victor. Funcionários terão de aportar R\$ 14 bi no fundo de pensão da Petrobras. Valor Econômico, 12 set. 2017. Finanças. Disponível em:

<<http://www.valor.com.br/financas/5117142/funcionarios-terao-de-aportar-r-14-bi-no-fundo-de-pensao-da-petrobras>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SCHOLZ, Trebor. Cooperativismo de Plataforma. Os Perigos da Uberização. [S.l.]: Autonomia Literária, 2017.

SCIARRETTA, Toni. Petrobras vende todo o lote extra de ações e capitalização atinge R\$ 120 bi - 01/10/2010 - Mercado. Folha de S.Paulo, 1 out. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/808150-petrobras-vende-todo-o-lote-extra-de-acoes-e-capitalizacao-atinge-r-120-bi.shtml>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

SEABRA, Catia. Lula quer nova carta aos brasileiros “voltada ao povo” - 02/12/2017 - Poder. Folha de S.Paulo, 2 dez. 2017. PoderDisponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1940029-lula-quer-nova-carta-aos-brasileiros-voltada-ao-povo.shtml>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

SECCO, Lincoln. História do PT, 1978-2010. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SECRETARIA NACIONAL DO PT. Resoluções do Encontro Sindical Nacional - Propostas do movimento sindical para as administrações petistas. . São Paulo: [s.n.], 28 abr. 2012.

SEMINÁRIO... Seminário continua neste sábado debate sobre segurança na Petrobrás. Disponível em: <<http://www.sindipetro.org.br/novo/noticia.php?id=1980>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SÉRGIO, Luiz. Relatório Final CPI Petrobras. CPI, no CD 150228381353. Brasília: Câmara dos Deputados, out. 2015.

SIEST. SIEST - Sistema de Informação das Estatais. Disponível em: <<https://camweb.dest.planejamento.gov.br/camweb/grupo?sis=P-GERTA&url=gerta.dest.planejamento.gov.br%2Fgerta%2F>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO DE JANEIRO. Gerência Executiva da Petrobrás foi criada apenas para vender ativos à moda Temer e Parente. In Sindipetro. 23 dez 2017. Disponível em: <<http://sindipetro.org.br/gerencia-executiva-da-petrobras-foi-criada- apenas-para-vender-ativos-a-moda-temer-e-parente/>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO DE JANEIRO. Quem realmente quer construir a FNP? Surgente, 06 a 04/07 2007. Editorial. Disponível em: <<http://www.sindipetro.org.br/101/b1105/1105.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2018.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Compromisso com a soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 23 jul. 2002. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/compromissocomasoberania.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Carta ao Povo Brasileiro. Folha de S.Paulo, 24 jun. 2002b. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 5 fev. 2018.



SINGER, André. A ideia de Lulismo. In MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (Orgs.) Cinco mil dias: o Brasil na era do Lulismo. São Paulo: Botempo/Fundação Lauro Campos, 2017. p. 15–26.

\_\_\_\_\_. A política como ela é. Folha de S.Paulo, São Paulo, 29 mar. 2014. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/158684-a-politica-como-ela-e.shtml>>. Acesso em: 26 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Qual o futuro do PT? 01 jul 2013. (34m). Mídia Livre. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_R--PSrC90U](https://www.youtube.com/watch?v=_R--PSrC90U)>. Acesso em: 11 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. Novos estudos-CEBRAP, n. 85, p. 83–102, 2009.

\_\_\_\_\_. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. Novos Estudos-CEBRAP, n. 88, p. 89–111, dez. 2010.

SLEE, Tom. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. Tradução João Peres. São Paulo: Elefante, 2017.

SOARES, Nicolau. Brasil: República de Sindicalistas. Revista Fórum Semanal, v. 10, n. 90, p. 16–19, set. 2010. Disponível em: <https://www.diarioliberalidade.org/brasil/batalha-de-ideias/7131-brasil-republica-dos-sindicalistas.html>. Acesso em: 13 mai 2017.

ELDORADO BRASIL. Solidez para um novo negócio. Disponível em: <<http://www.eldoradobrasil.com.br/Investidores/Modelo-de-Governanca/Estrutura%20Societaria>>. Acesso em: 1 maio 2017.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. São Paulo, SP: LeYa, 2016.

SOUZA, Sérgio. Relatório final Comissão Parlamentar de Inquérito - Fundos de Pensão. 14 abr. 2016. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-fundos-de-pensao>. Acesso em: 16 out 2017.

\_\_\_\_\_. Operação Lava Jato fornecerá informações à CPI dos Fundos de Pensão. In Deputado Federal Sérgio Souza. 05 out 2015. Disponível em: <<https://deputadosergiosouza.com.br/politica/cpi/operacao-lava-jato-fornecera-informacoes-a-cpi-dos-fundos-de-pensao/>>. Acesso em: 1 maio 2017.

SPINELLI, Leonardo. Petrolão gera constrangimento para funcionários da Petrobras. In Jornal do Commercio Online. 07 dez 2014. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2014/12/07/petrolao-gera-constrangimento-para-funcionarios-da-petrobras-159478.php>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

STEPAN-NORRIS, J.; SOUTHWORTH, C. Rival Unionism and Membership Growth in the United States, 1900 to 2005: A Special Case of Inter-organizational Competition. *American Sociological Review*, v. 75, n. 2, p. 227–251, 1 abr. 2010. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0003122410365308>. Acesso em: 23 mai 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Suspensão julgamento de ADI sobre destinação de contribuição sindical a centrais. In Notícias STF. 26 nov 2015. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=304926>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS. Perguntas mais frequentes sobre Planos por Sobrevivência - PGBL e VGBL. In SUSEP. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/setores-susep/seger/coate/perguntas-mais-frequentes-sobre-planos-por-sobrevivencia-pgbl-e-vgbl>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão 2355/2017 - Irregularidades nas obras do COMPERJ. Relatório de Auditoria, no TC 007.648/2012-0 [Apensos: TC 016.872/2015-0, TC 020.680/2016-3, TC 023.989/2014-9 e TC 006.282/2013-0]. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2017. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#!/detalhamento/11/comperj.ASSUNTO%2520/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/false/1/false>>. Acesso em: 12 set. 2017.

THE WORLD'S BIGGEST PUBLIC COMPANIES. In FORBES.com. Disponível em: <http://www.forbes.com/global2000/list/>>. Acesso em: 1 set. 2012.

TROPIA, Patrícia Vieira. La fuerza sindical (FS) y el sindicalismo brasileño en los años noventa. *Trabajo, Sociedad, Tecnología y cultura*, v. Ano 5, n. 7, p. 75–91, jun. 2011. Disponível em: <http://www.aset.org.ar/docs/Tropia.pdf>. Acesso em: 14 jun 2016.

\_\_\_\_\_. O sindicalismo brasileiro em disputa nos anos de 1990: origem, raízes sociais e adesão ativa da Força Sindical ao neoliberalismo. *Estudos de Sociologia*, v. 14, n. 26, p. 79–102, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1317>. Acesso em: 23 out 2016.

TROPIA, Patrícia Vieira; GALVAO, Andreia; MARCELINO, Paula. A reconfiguração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas. *Opinião Pública*, v. 19, n. 1, p. 81–117, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-62762013000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-62762013000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 25 de nov 2016.

TUFTE, Edward R. *The visual display of quantitative information*. 2nd ed ed. Cheshire, Conn: Graphics Press, 2001.

VALLE, Sabrina. Setor naval entra em colapso e estaleiros fecham no Brasil. *EXAME*, 18 jul. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/estaleiro-no-rio-fecha-contratos-vao-para-asia-e-setor-cola/>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

VERAS, Paulo. Abandono e furtos ameaçam Trem II da Refinaria Abreu e Lima. In *Jornal do Commercio Online*. 29 jan 2017. Disponível em:

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/peernambuco/noticia/2017/01/29/abandono-e-furtos-ameacam-trem-ii-da-refinaria-abreu-e-lima-268500.php>. Acesso em: 15 fev 2017.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. v. 12. (Estudos brasileiros).

VIEIRA, João Batista Moraes. O sindicalismo precisa ser despartidarizado. In Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Goiás. Disponível em: <https://sindjufe-go.jusbrasil.com.br/noticias/100639869/artigo-o-sindicalismo-precisa-ser-despartidarizado>. Acesso em: 4 ago. 2017.

ZAGHA, Roberto; THE WORLD BANK (Org.). Economic growth in the 1990s: learning from a decade of reform. Washington, DC: [s.n.], 2005.

ANEXO I  
 RELAÇÃO DOS SINDICATOS PETROLEIROS E SUA AFILIAÇÃO

SIGLA	DESIGNAÇÃO	SITE	FILIAÇÃO 1	FILIAÇÃO 2
Sindipetro PA/AM/MA/AP	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo dos Estados do Pará - Amazonas - Maranhão - Amapá	<a href="http://www.sindipetropanmaap.org.br">http://www.sindipetropanmaap.org.br</a>	FNP	CSP-CONLUTAS
Sindipetro CE/PI	Sindicato dos Petroleiros do Ceará e Piauí	<a href="http://sindipetroce-pi.org.br/">http://sindipetroce-pi.org.br/</a>	FUP	CUT
Sindipetro BA	Sindicato dos Petroleiros do Estado da Bahia	<a href="http://www.sindipetroba.org.br">http://www.sindipetroba.org.br</a>	FUP	CUT
Sindipetro Duque de Caxias	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Destilação de Petróleo de Duque de Caxias	<a href="http://www.sindipetrocaxias.org.br/">http://www.sindipetrocaxias.org.br/</a>	FUP	CUT
Sindipetro ES	Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo	<a href="http://www.sindipetro-es.org.br/">http://www.sindipetro-es.org.br/</a>	FUP	CUT
Sindipetro MG	Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais	<a href="http://www.sindipetromg.org.br/">http://www.sindipetromg.org.br/</a>	FUP	CUT
Sindipetro NF	Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense	<a href="http://www.sindipetronf.org.br/">http://www.sindipetronf.org.br/</a>	FUP	CUT
Sindipetro PR/SC	Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina	<a href="http://www.sindipetroprsc.org.br/">http://www.sindipetroprsc.org.br/</a>	FUP	CUT
Sindipetro RG	Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande	<a href="http://www.sindipetrorg.org.br/">http://www.sindipetrorg.org.br/</a>	FUP	S/FILIAÇÃO
Sindiquímica PR	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas do Estado do Paraná	<a href="http://www.sindiquimicapr.com.br/">http://www.sindiquimicapr.com.br/</a>	FUP	CUT
Sindipetro PE/PB	Sindicato dos Petroleiros dos Estados de Pernambuco e da Paraíba	<a href="http://www.sindipetropepb.com.br/">http://www.sindipetropepb.com.br/</a>	FUP	CUT
Sindipetro RN	Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte	<a href="http://www.sindipetro-rn.org.br">http://www.sindipetro-rn.org.br</a>	FUP	CTB
Sindipetro RS	Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul	<a href="http://www.sindipetro-rs.org.br/">http://www.sindipetro-rs.org.br/</a>	FUP	CUT
Sindipetro SP	Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo	<a href="http://www.sindipetrosp.org.br/">http://www.sindipetrosp.org.br/</a>	FUP	CUT
Sindipetro AL/SE	Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros, Químicos, Petroquímicos, Fertilizantes e Plásticos dos Estados de Alagoas & Sergipe.	<a href="http://www.sindipetroalse.org.br">http://www.sindipetroalse.org.br</a>	FNP	CSP-CONLUTAS
Sindipetro LP	Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista	<a href="http://www.sindipetrolp.org.br">http://www.sindipetrolp.org.br</a>	FNP	S/FILIAÇÃO
Sindipetro SJC	Sindicato dos Petroleiros de São José dos Campos e Região	<a href="http://www.sindipetrosjc.org.br">http://www.sindipetrosjc.org.br</a>	FNP	S/FILIAÇÃO
Sindipetro RJ	Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro	<a href="http://www.sindipetro.org.br">http://www.sindipetro.org.br</a>	FNP	S/FILIAÇÃO

Dos 18 Sindipetros, 11 são cutistas, quatro não são filiados.  
 (Posição em: 14 nov 2017)